

ISSN: 2318-9657

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.4, n.7, jul/dez 2016

niep  marx

 Universidade
Federal
Fluminense

 FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



Editores

Flávio Ferreira de Miranda, UFRRJ | Brasil

Paulo Henrique Furtado de Araujo, UFF | Brasil

Renake das Neves, NIEP-Marx | Brasil

Conselho Editorial

Alfredo Saad Filho, University of London | Reino Unido

Álvaro Bianchi, UNICAMP | Brasil

André Guimarães Augusto, UFF | Brasil

André Martins, UFJF | Brasil

Aparecida Tiradentes, Fiocruz | Brasil

Demian Bezerra de Melo, UFF | UFRJ | Brasil

Dermeval Saviani, UNICAMP | Brasil

Diego Guerrero, Universidad Complutense de Madrid | Espanha

Edison Riuitiro Oyama, UFRR | Brasil

Eduardo Cardoso Daflon, UFF | Brasil

Eurelino Coelho, UEFS | Brasil

Fábio Frizzo, UFF | Brasil

Felipe Demier, UERJ

Franklin Trein, UFRJ | Brasil

Gabriel da Silva Melo, UFF | Brasil

Hugo Figueira Corrêa, UFES | Brasil

José Rodrigues, UFF | Brasil

Kênia Miranda, UFF | Brasil

Lúcia Neves, UFPE | Brasil

Luciana Requião, UFF | Brasil

Maracajaro Mansor, UFF | Brasil

Marcelo Badaró Mattos, UFF | Brasil

Marcelo Carcanholo, UFF | Brasil

Mario Jorge da Motta Bastos, UFF | Brasil

Miguel Vedda, Universidade de Buenos Aires | Argentina

Paulo Gajanigo, UFF | Brasil

Raquel Varela, Universidade Nova de Lisboa | Portugal

Ricardo Gaspar Muller, UFSC | Brasil

Sara Granemann, UFRJ | Brasil

Valdemar Sguissardi, UFSCAR | Brasil

Virgínia Fontes, UFF | Fiocruz | Brasil

Xabier Montoro, Universidad Complutense de Madrid | Espanha

Comitê Científico

Alexis Saludjian, UFRJ | Brasil

Bianca Imbiriba Bonente, UFF | Brasil

Carla Luciana Silva, UNIOESTE | Brasil

Eduardo Sá Barreto, UFJF | Brasil

Eleuterio F S Prado, USP | Brasil

Ellen Tristão, UFVJM | Brasil

Ester Vaisman, UFMG | Brasil

Eunice Trein, UFF | Brasil

Gelsom Rozentino de Almeida, UERJ | Brasil

Gilberto Calil, UNIOESTE | Brasil

João dos Reis da Silva Jr., UFSCAR | Brasil

João Leonardo Gomes Medeiros, UFF | Brasil

José Ernesto Moura Knust, UFF | Brasil

Márcio Lupatini, UFVJM | Brasil

Marcos Del Roio, UNESP | Brasil

Mauricio Vieira Martins, UFF | Brasil

Paula Nabuco in memoriam, UFF | Brasil

Paulo Alentejano, UERJ | Brasil

Paulo Pachá, UFF | Brasil

Ricardo Antunes, Unicamp | Brasil

Roberto Leher, UFRJ | Brasil

Rodrigo Delpupo Monfardini, UFF | Brasil

Rômulo Lima, NIEP-Marx | Brasil

Sonia Maria Rummert, UFF | Brasil

Vania Cardoso da Motta, UFRJ FE COLEMARX | Brasil

Revisão de texto

Renake Bertholdo David das Neves

Fotografia

Pablo Henrique

Projeto Gráfico

Carolina Noury

Diagramação

Eva M. Maschio

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.4, n.7, jul/dez 2016

Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.4, n.7, jul./dez. 2016. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.

193 p.; il.

Semestral

Inclui bibliografia

Resumo em inglês e português

1. Marx, Karl. 2. Marxismo. 3. Materialismo histórico. 4. Teoria social crítica. 5. Periódicos. I. Universidade Federal Fluminense (UFF).

Política Editorial

Marx e o Marxismo —Revista do NIEP Marx— é uma publicação marxista, aberta para todos os campos do conhecimento social e para a reflexão teórica. Somos um grupo interdisciplinar e defendemos que o rigor necessário, teórico e analítico, envolve o debate franco entre pesquisadores. Entendemos que a tradição materialista crítica do marxismo, com seu teor ontologicamente subversivo e revolucionário, sempre esteve aberta à polêmica e ao debate, ao mesmo tempo em que exige seriedade teórica, coerência na análise empírica e pertinência no enfrentamento ao capitalismo.

De maneira intransigente assumimos a riqueza da herança de Marx e Engels. Nossa Revista, expressando a proposta constitutiva do NIEP Marx, defende uma **concepção materialista** da história, para a qual “o ser social determina a consciência social”: os homens fazem sua própria história, mas de acordo com condições que não são determinadas apenas por suas vontades, mas por situações objetivas, que envolvem dimensões materiais e sociais nas quais as ideias encontram seu pleno sentido.

Partilhamos uma concepção humanista em seu sentido mais pleno, aquele formulado por Marx em sua crítica ao humanismo burguês. Com efeito, desde 1845, em suas *Teses sobre Feuerbach*, Marx afirmava que “a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na realidade ela é o conjunto das relações sociais.” Somente poderemos ser plenamente singulares se imersos na fantástica riqueza de uma sociedade emancipada, que não se mede apenas em bens e índices econômicos, mas na plena socialização do conjunto da existência.

Temos estreito compromisso com a **historicidade** e sua compreensão como um **processo contraditório** não linear, e sim conflitivo e complexo. Dentre as contradições que movem a transformação histórica, a principal é a oposição de interesses entre os grandes grupos de homens —as classes sociais— originada quando grupos minoritários se apropriam do excedente do trabalho produzido pela maioria, algo que ocorre pelo menos desde o surgimento da propriedade privada e do Estado. Por isso, nessa concepção, “toda a história da humanidade tem sido a *história da luta de classes*”, como afirmam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*.

Nossa Revista está aberta para os que pretendem aprofundar o conhecimento teórico no âmbito do marxismo e, simultaneamente, enfrentar o duplo desafio da compreensão e da transformação do mundo contemporâneo.

SUMÁRIO

197 Editorial

Artigos

201 Movimento real da forma política em Marx: elementos para a crítica dos “aparelhos repressivos” como síntese do Estado capitalista

Elcemir Paço Cunha

234 Partidos políticos enquanto objetos de estudo: um balanço crítico de sua trajetória e das abordagens predominantes

Marcio Lauria Monteiro

258 A questão feminina na Rússia e suas respostas: análise por meio da lei do desenvolvimento desigual e combinado

Thaiz Carvalho Senna

281 Independência ou em dependência? Apontamentos sobre as relações entre produção e reprodução no capitalismo

Danielle Jardim da Silva

303 Algumas implicações da exasperação historicista da teoria do valor de Marx por Moishe Postone

Marcelo Dias Carcanholo

318 Exterminismo: E. P. Thompson e o acidente nuclear em Fukushima

Juceli Aparecida Silva

330 Equilíbrio: fundamento ou fenômeno emergente?
Eleutério F. S. Prado

Luta e memória

343 Introdução ao *Memorando Powell*
Rejane Carolina Hoeveler

361 *Memorando Powell*
Traduzido por *Henrique Braga*

Editorial

Pesado ajuste fiscal com um teto para os gastos primários do governo estipulado por 20 anos, contrarreforma da previdência em tramitação, golpe de estado recente e um reacionarismo que se insinua com a abertura característica de momentos de exacerbada crise social (para ficarmos apenas no âmbito nacional). Nesse difícil contexto de ferozes ataques à classe trabalhadora, vem a público o novo número da Revista *Marx e o Marxismo* que o leitor encontra, como sempre, em tela, livre de restrições ou cobranças.

Em tais condições, é certo, tarefas urgentes assumem posto privilegiado na agenda daqueles que lutam por uma forma de vida livre do jugo do capital, seus limites ao desenvolvimento humano e suas consequências devastadoras. Se estas tarefas, também é certo, pressupõem a compreensão de tão complexas condições, é no contínuo debate intelectual que a intervenção marxista, que tem por *telos* a emancipação humana do constrangimento instaurado pela compulsão do valor em expansão, ganha corpo. Fiel aos princípios que fundam o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo, a Revista *Marx e o Marxismo* segue, e seguirá enquanto existir, divulgando o debate teórico rigoroso e franco que sabe de sua orgânica vinculação às lutas de classes.

Sem qualquer tipo de censura prévia às diversas correntes teóricas e partidárias que compõem o amplo espectro do pensamento marxista hoje. Mais (muito mais) preocupados com o progressivo desenvolvimento da compreensão dos processos reais que conformam o nosso mundo, do que com avaliações externas de agências do governo, para as quais basta a unilateralidade fria de índices quantitativos. Sem descuido com o rigor acadêmico, mas almejando ultrapassar os muros surdos da universidade: apresentamos, orgulhosamente, os textos que compõem o número 7 do quarto volume da *Marx e o Marxismo*.

Elcemir Paço Cunha abre este número da revista com uma instigante discussão sobre a concepção de Estado em Marx. Mais especificamente, contesta-se a conhecida tese segundo a qual Marx possuiria uma concepção restrita de Estado, isto é, seus aparelhos restringir-se-iam às funções de coerção para defender os interesses das classes dominantes. O autor sustenta que há em Marx um “movimento real da forma política”, que comporta diferentes formas de atuação do Estado.

Na sequência, a sorte dos estudos sobre partidos políticos é analisada criticamente por Marcio Lauria Monteiro. Concentrando-se nos partidos de orientação proletária, faz um balanço do desenvolvimento das abordagens sobre este objeto de estudo desde a chamada “história do movimento operário”, passando pela emergência do campo “História do Trabalho”, até a atual dominância da “Nova História Política”, cujos pressupostos teóricos culturalistas são postos à crítica.

São dois os artigos desta edição que contemplam questões relacionadas ao feminismo. Thaiz Carvalho Senna traça um panorama sobre a forma como a questão foi abordada na União Soviética, onde, como se sabe, avanços significativos foram feitos no que diz respeito à luta feminista, ao ponto de o governo estalinista ter declarado, muito precipitadamente, a resolução completa de suas pautas. Com olhos na questão feminina no mundo ocidental atual, a autora analisa criticamente tais desenvolvimentos na experiência soviética. Em seguida, Danielle Jardim da Silva localiza em termos teóricos a opressão das mulheres a partir de alguns dos aspectos fundamentais do modo de produção capitalista – a saber: a produção de valor e a reprodução da força de trabalho. A hipótese levantada pela autora é a de que a separação entre produção e reprodução no capitalismo gera uma dependência estrita entre estas esferas e, ao longo do artigo, analisa diversas formas pelas quais o capitalismo se apropria das desigualdades de gênero, assim como as produz.

Em seguida, Marcelo Dias Carcanholo nos brinda com uma análise crítica à reinterpretção da teoria do valor feita por Moishe Postone. O autor destaca, em particular, dois aspectos: o tratamento dado por Postone ao papel da ciência e da tecnologia na teoria do valor; e a forma como seu esforço por “reinterpretar Marx” incide sobre suas considerações acerca da relação entre capital e trabalho. No que diz respeito a esta última questão, Marcelo Dias Carcanholo aponta como os argumentos de Postone desembocam em uma incompreensão das consequências políticas da teoria marxiana.

Resgatando a categoria do “exterminismo”, cunhada por E. P. Thompson na década de 1980, Juceli Aparecida Silva demonstra sua relevância para a interpretação do acidente nuclear ocorrido na cidade de Fukushima, no Japão, em 2011. A autora ressalta a antiga preocupação de Thompson com o uso de energia nuclear enquanto tecnologia que pode levar ao próprio extermínio da espécie humana.

O último artigo deste número da revista é da lavra de Eleutério Prado e tem por título “Equilíbrio como fundamento ou como fenômeno emergente?”. O autor aborda os dois grandes grupos de teorias que, ao longo da história, objetivaram compreender o sistema econômico do capital, o seu modo de existir e seu movimento próprio, reconhecendo-os não apenas como opostos, mas antípodas. O primeiro grupo é constituído pelas teorias que postulam a harmonia e

parecem priorizar, sem explicitar tal preferência, a função valorativa do conhecimento em detrimento de sua função explanatória; o segundo é composto por aquelas que visam explicar cientificamente o modo de ser, funcionar e de evolver do mundo real, considerando sua desarmonia constitutiva, mas sem sucumbir a esse fato – isto é, trazem consigo uma crítica ao capitalismo enquanto sistema internamente fraturado e que não é nem pode vir a ser perene.

Na seção **Luta e Memória**, publicamos a tradução, na íntegra, do *Memorando Powell*, realizada por Henrique Pereira Braga, que também assina uma apresentação ao documento. Redigido, em agosto de 1971, pelo advogado Lewis Powell (que viria a se tornar, naquele mesmo ano, juiz da suprema corte dos EUA). Destinado à Câmara de Comércio dos Estados Unidos, propõe diversas medidas para fazer frente ao “amplo ataque” – oriundo seja da esquerda socialista, seja dos liberais (no sentido estadunidense do termo) – sofrido pelo sistema econômico americano à época. A seção conta ainda com uma introdução, de autoria de Rejane Hoeveler, que busca esclarecer o contexto histórico de produção do memorando e as referências a indivíduos, entidades e acontecimentos relatados nele, assim como situá-lo na longa história da organização da classe empresarial no país mais poderoso do mundo.

O NIEP-Marx agradece ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro para a preparação desta edição.

Desejamos, a todas e todos, uma ótima leitura!

Os editores



ARTIGOS

Movimento real da forma política em Marx: elementos para a crítica dos “aparelhos repressivos” como síntese do Estado capitalista

Real movement of political form in Marx: elements for a criticism of “repressive apparatus” as synthesis of capitalist State

Elcemir Paço Cunha*

Resumo

Tornou-se comum a afirmação de que haveria em Marx uma “concepção restrita” do Estado, entendido estritamente como “aparelho de repressão”, isto é, como face coercitiva de um instrumento de classe. No presente artigo são apresentados alguns dos argumentos centrais dessa tese a partir de diferentes autores ligados às correntes gramscianas. Sugere-se que Engels e Lenin tenham propagado mais claramente essa tese do Estado-coerção identificando-a com Marx. Ao combater essa tese, o artigo procura mostrar que, em Marx, é possível encontrar, entre outras coisas (*e.g.* dívida pública), um movimento real da forma política extraído dos casos concretos de entificação do capitalismo (via clássica e prussiana), comportando diferentes modos de atuação do Estado sincrético.

Palavras-chave: Marx; Estado; Movimento real

Abstract

It is very common the affirmation that Marx had a “restricted conception” of State, understood exclusively as “repression apparatus”, that is, as the coercive face of a class instrument. In the present paper, we present some central arguments about such thesis as found in different authors linked with Gramscian groups. We argue that Engels and Lenin were responsible for the popularization of such thesis of coercion-state identified with Marx. Combating such thesis, the paper aims at to show that in Marx is possible to find (among other things such public debt) a real movement of political form, but a movement extracted from those concrete cases of capitalism entification (classic and Prussian way), including different modes of functioning of a syncretic State.

Keywords: Marx; State; Real movement

* Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Professor adjunto do Departamento de Ciências Administrativas, Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

I

Já ficou demonstrado, em outro lugar (Paço Cunha, 2014), a insuficiência de uma imputação a Marx de uma “concepção restrita” (ou mesmo “ampliada”) do Estado. Por uma série de razões, vimo-nos obrigados a estender as considerações a respeito para evidenciar os traços decisivos das análises de Marx atinentes aos casos concretos da Inglaterra, França e Alemanha.

O preconceito já muito difundido de que, para Marx, o Estado resumir-se-ia à repressão como instrumento nas mãos da classe dominante encontra ecos por todos os lados. É preciso identificar, logo de partida, que os mais importantes propagadores desse inadvertido resumo foram Engels e Lenin, a despeito de todas as demais contribuições e do respeito que necessariamente daí resulta. Mas fazer a crítica, é bom que se diga, não é índice de desmerecimento dos autores (desses ora em tela e dos demais a seguir), mas colocar em movimento o único caminho possível do avanço do marxismo: a autocrítica. Ora, não podemos dar de ombros para o problema. É certo que nem Engels ou Lenin poderiam ser inteiramente acusados de uma defesa tão unilateral, mas foram divulgadores importantes e com reputação suficiente para fixar uma apreensão do Estado exclusivamente como repressão.

Engels, por exemplo, como era muito comum fazer em seus textos, alegava seus próprios achados, muitos deles importantíssimos, como se fossem do próprio Marx. É algo recorrente no modo de exposição de Engels, onde podemos ler que o Estado é uma “força especial de repressão” (1989, p. 321). Lenin usava de recurso *apenas* semelhante: tinha sempre os lineamentos de Engels de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* em tela para, em seguida e sem mediações, explicar que, “segundo Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de opressão de uma classe por outra, é a criação de uma ‘ordem’ que legaliza e consolida esta opressão, moderando o conflito das classes” (1988a, p. 226). Ou ainda, seguindo o mesmo padrão: o “Estado é um aparelho de aplicação sistemática da violência” (1980, p. 179). É importante fazer ressalvas. Enquanto Engels (1990, p. 392) considerou também o Estado “como o primeiro poder ideológico” ou, ainda, destacou a existência dos “meios de distribuição *políticos*, impostos, assistência aos pobres” (Engels, 2012, pp. 12-13), Lenin não deixou de enfatizar a questão decisiva do *hábito* (1988a, p. 255) ou de destacar a mediação política na formação das consciências revolucionárias (1988b, p. 55ss.).

Mesmo com as ressalvas feitas, encontramos ecos de uma suposta limitação de Marx no aspecto repressivo do Estado em muitas correntes do próprio marxismo. Mandel (1971, p. 19), por exemplo, enfatiza que, “em suma, todas as funções do aparato do Estado são reduzidas a isso: vigilância e controle da vida da sociedade de acordo com os interesses da classe dominante”. Claro que aqui também cabem ressalvas, ao deixar indicada a existência das “concessões feitas aos explorados” (*idem*). Noutro lugar, Mandel (1976, p. 475) explicou que “a função

repressiva de fazer valer o domínio da classe dominante pela coerção (exército, política, direito, sistema penal) foi a dimensão do Estado mais detalhadamente examinada no marxismo clássico”, englobando, aparentemente, Marx, Engels e Lenin conjuntamente, de modo que as “funções integrativas” do Estado por mediação da “ideologia da classe dominante” (*idem*) só seriam enfatizadas depois, por Lukács e Gramsci.

Mas existem outros lugares em que aquelas ressalvas tendem a desaparecer por completo em nome de uma fixação mais unilateral. É mais comum, não por acaso, entre autores que transitam pela ciência política. Rosenberg (1986, p. 200), entre outros impropérios, escreveu que “Marx considerava o Estado como meio de coerção nas mãos da classe dominante”. Vemos algo parecido, mas abrandado, em Texier (2005, p. 72ss.), cuja leitura mostra um Gramsci como um tipo de boia salva-vidas indiscutível em meio às deficiências alegadamente identificadas em Marx e Engels com relação à atuação do Estado. Seguindo essa tradição de tomar Gramsci como mediação para alegar deficiência de uma teoria política em Marx, Jessop (2009, pp. 114-115) aponta haver uma “reorientação na teoria marxista” em razão das limitações dos “clássicos do marxismo” no século XIX. Ou ainda, de modo mais direto, Liguori (2007, p. 21) não deixa dúvidas ao afirmar que a “atenção de Gramsci se dirige sobretudo aos ‘aparelhos hegemônicos’ [...], aparelhos que se somam aos ‘aparelhos coercitivos’, típicos do Estado *stricto sensu*, do Estado oitocentista, ao qual se dirigira a atenção de Marx e também de Lenin”. Um “novo conceito de Estado” destacar-se-ia, tendo por critério os “aparelhos coercitivos” atribuídos exclusivamente ao Estado no século XIX, o que permite sustentar um limite analítico de Marx, superado por aquele “novo conceito” de Gramsci.

Com Poulantzas (1980), a recusa de um caráter instrumental e repressivo do Estado nas mãos da classe dominante toma uma forma bastante acabada. Ele pôde passar por Gramsci e mostrar avanço em relação à má compreensão estacionada no binômio repressão-ideologia. Sem cair na armadilha da tese do Estado-coerção em Marx que aqui se delinea, livra-se do percalço por uma aproximação com o dirigente político italiano e não em razão de um correto entendimento das próprias aquisições marxianas a este respeito. Trata-se, no entanto, de uma honrosa exceção.

Mas a regra é outra: na aproximação com as ideias gramscianas, indicações estranhas ao próprio Gramsci são lançadas contra Marx – como veremos em instantes. É o caso de Coutinho, autor brasileiro que mais desenvolve a tese do Estado-coerção em Marx, atribuindo a ele uma “concepção restrita” de Estado se comparada à uma “concepção ampliada” identificada em Gramsci. Sem volteios, o argumento de Coutinho explicita-se pelo entendimento de que “Gramsci irá promover um desenvolvimento original de alguns dos conceitos básicos de Marx, Engels e Lenin” (2012, p. 83). A superioridade de Gramsci estaria numa “elevação”

a partir “da ideia de que todo Estado é um Estado de classe, ideia essencial na teoria política de Marx e de Lenin”, almejando evidenciar os “modos pelos quais esse caráter classista se explicita nas sociedades mais complexas do ‘Ocidente’ do século XX”. Quer dizer, entender o Estado “não mais apenas através dos aparelhos repressivos do Estado, mas de uma articulação entre tais aparelhos e os ‘aparelhos privados de hegemonia’, isto é, entre sociedade política e a sociedade civil” (*ibidem*, p. 87). Ao examinarem “a *estrutura* do Estado”, explica Coutinho, “Marx, Engels e Lenin” estacionaram na “repressão” porque identificaram no “monopólio legal e/ou de fato da coerção e da violência” aquele “modo principal através do qual o Estado em geral faz valer sua natureza de classe”. Em suma, aglutinando Marx, Engels e Lenin, sustenta que “tendencialmente, identificam o Estado – a máquina estatal – com o conjunto de seus *aparelhos repressivos*” (*ibidem*, p. 124), pois “é a sociedade política (ou o Estado-coerção) o momento do fenômeno estatal que recebeu a atenção prioritária dos clássicos, enquanto as novas determinações descobertas por Gramsci concentram-se no que ele chama de sociedade civil” (*ibidem*, p. 128).

Podemos completar a argumentação de Coutinho a esse respeito com a análise que o autor brasileiro desenvolve tendo por território *exclusivo* o *Manifesto do Partido Comunista*. Depois de citar as famosas passagens sobre do Estado como meio de opressão de uma classe sobre a outra e de que o poder Executivo é o comitê para cuidar dos negócios da burguesia, escreveu também que “Marx e Engels não são suficientemente explícitos, [...] mas ao falarem em ‘poder *organizado* para a *opressão*’ e ao insistirem na natureza *burocrática* do pessoal do Estado, indicam que a materialidade institucional do Estado se limita – ou se expressa preponderantemente – nos aparelhos repressivos e burocrático-executivos” (Coutinho, 1996, p. 20). E, em seguida, o arremate: “Está assim formulada a essência da concepção ‘restrita’ do Estado: essa seria a expressão *direta e imediata* do domínio de classe (‘comitê executivo’), exercido através da *coerção* (‘poder de opressão’)” (*ibidem*, p. 20).

As ressalvas que o autor brasileiro apresenta, com o “não são suficientemente explícitos”, “preponderantemente”, ou antes, com o “modo principal”, “tendencialmente” etc., chamando a atenção “para o fato de que a concepção ‘restrita’ do Estado e o paradigma ‘explosivo’ do processo revolucionário foram superados, pelo menos parcialmente, nas obras mais tardias de Marx” (*ibidem*, p. 26), possuem um caráter protocolar para quem só parece ter examinado de fato o *Manifesto*. Aquelas alegações, que as ressalvas não abrandam, possuem uma base comum, pois, como nos informou Coutinho, “estão certamente em Marx os *elementos* para a construção de uma teoria da política, mas não há um tratamento sistematicamente elaborado dessa esfera do ser social, similar à teoria do modo de produção, tal como essa nos é apresentada, por exemplo, em *O capital*” (*ibidem*, p. 81). Tratava-se de encontrar uma “teorização autônoma do

político” que não poderia mesmo ser encontrada em Marx. Que fique claro, a despeito de identificarmos em Coutinho uma forma mais acabada do argumento sobre a existência de uma tese do Estado-coerção em Marx, esse preconceito corta toda a história do marxismo.

Aliás, precisa ficar clara a posição de Gramsci a este respeito, de uma “concepção restrita” do Estado tangente a Marx. Buci-Glucksmann, por exemplo, mostra que os adversários do dirigente italiano não eram outros senão o “economicismo” e o “maximalismo”. Um dos argumentos centrais é que a “ampliação do Estado é uma tese antieconomicista, que questiona o economicismo liberal e o economicismo maximalista”, isto é, a “recusa de uma concepção instrumentalista do Estado, manobrado por uma ‘classe sujeito’” (1980, p. 149).

Tomando o próprio Gramsci do período anterior aos *Cadernos do cárcere*, é possível identificar juízos bastante estranhos, como a imputação a Marx de “incrustações positivistas” (Gramsci, 1976, pp. 161-162) ou, de modo ainda mais duro, sugerir que o autor de Trier fosse dado a metáforas “grosseiras e violentas” (Gramsci, 1973, p. 86). Mas, nos *Cadernos* propriamente ditos, a polêmica de Gramsci contra uma apreensão limitada à coerção não se direciona a Marx, mas a Lassalle! Segundo o dirigente italiano, Lassalle teria se restringido à concepção de um “Estado cujas funções limitam-se à tutela da ordem pública e do respeito às leis”, isto é, um “Estado-*veilleur de nuit*” ou “*Stato-carabiniere*”, cuja existência se deu apenas como “hipótese-limite, no papel” (Gramsci, 1989, p. 148; 1977a, p. 2302, Q26, §6). Mas é decisivo que Gramsci tenha reconhecido que “a expressão ‘guarda noturno’ para definir o Estado liberal é de Lassalle, isto é, de um estadista dogmático e não dialético”. É ainda mais significativo que tenha anotado marginalmente a importância de se “examinar bem a doutrina de Lassalle sobre este ponto e sobre o Estado em geral, em contraste com o marxismo” (1989, p. 150; 1977b, p. 764). Quer dizer, o próprio Gramsci atribuía tal entendimento a um tipo de avaliação dogmática, não dialética. Uma avaliação correta da realidade, dialética, só poderia ser encontrada no próprio marxismo. Marx estaria excluído desse grupo?

A questão é essa: o que se ignora do “novo materialismo” (Marx) com essas imputações nada dialéticas, de uma fixação num único momento do movimento da realidade concreta? O problema precisa ser posto adequadamente em relação a pelo menos duas posições importantes para a compreensão do movimento da forma política. Tais posições estão amalgamadas de tal forma que apenas na exposição científica é possível dissolvê-las. A primeira diz respeito à incessante busca de Marx por reproduzir a lógica imanente às próprias coisas. Um dos traços decisivos do “novo materialismo” é determinar o movimento de mudança e transformação da própria realidade concreta. Isso nos leva à segunda posição: seria absolutamente estranho a Marx, portanto, qualquer fixação de legalidades sem as interferências das contingências históricas. Quando Marx, por exemplo,

ao fazer distinção entre as circunstâncias presentes nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Holanda comparadas aos demais países da Europa continental, diz que, a propósito da luta dos trabalhadores pela emancipação econômica, “nós de maneira alguma reivindicamos que os meios para realizar esse objetivo fossem iguais em todos os lugares” (Marx, 1988, p. 255), insinua que as legalidades estão em profunda ligação com as circunstâncias. Uma avaliação das análises de Marx (e não de uma concepção “restrita” ou “ampliada”; esses conceitos de restos idealistas) deve necessariamente levar em conta as particularidades das vias de objetivação do capitalismo e as correspondentes expressões concretas das formas políticas que a dominação econômica assume (e, por isso, não seria possível uma “teorização autônoma do político”). Deve igualmente levar em conta que a dialética que Marx descobre e procura expor pretende expressar não um congelamento da forma política num dos seus momentos, mas seu movimento real em reciprocidade com as forças motrizes de ordem primária.

Para tanto, deixaremos propositalmente de lado todos os modos complexos de atuação dos diferentes Estados capitalistas com relação, por exemplo, à dívida pública, ao dinheiro, ao crédito, ao câmbio e outras coisas mais, concentrando-nos naquilo que mais se aproxima dos problemas postos pela atração da ciência política (e perigosamente anexa a uma “teorização autônoma do político”), isto é, no modo de atuação do Estado em relação às classes sociais, já que é abstraindo tudo o mais que se imputa a Marx algo que só pode ser encontrado numa negação do movimento da própria realidade.

II

Sobre a questão judaica é um texto bastante visitado para especificar a distinção entre a emancipação humana e emancipação política e, nessa distinção, demarcar a relação de dependência estrutural entre o Estado moderno e as contradições sociais circunscritas na sociedade, de maneira que se evidenciam as limitações da mediação política. As preferências analíticas tendem a reter as conexões mais gerais que determinam a emancipação política como um evidente progresso, o que já seria suficiente para suspender a tese do Estado-coerção na medida mesma em que tal emancipação é o reconhecimento de direitos ou, mais especificamente, o reconhecimento do direito de professar a religiosidade no plano privado.

Em outros termos, uma tese como a do Estado-coerção teria sérias dificuldades em lidar com uma realidade na qual, por meio do Estado moderno – ainda que como mediação parcial –, realiza-se um efetivo passo à frente, nos marcos da sociedade burguesa, se comparada à feudalidade e suas marcas antiquadas. É preciso enfatizar esse aspecto, pois revela a fragilidade de tal tese. Algo que, no entanto, não ganha a mesma atenção é que Marx chega às conexões mais gerais

por meio da análise da realidade concreta da relação entre religião e Estado moderno. *Estado*, assim, no singular, pode dar a impressão de que se trata de um esboço de teoria geral. Nada estaria, porém, mais longe da verdade. Não apenas os casos concretos são decisivos, mas o movimento da própria forma política, especificamente no caso francês, é indicativo, ainda que insuficiente, dos problemas que precisam ser compreendidos, pois apenas mais tarde Marx explicitará elementos de maior potencialidade.

Nessa direção, o que informa a relação entre religião e Estado moderno é a própria realidade dessa relação. Como não existe uma relação em geral, trata-se de ter bem claro que “a questão judaica deve ser formulada de acordo com o Estado em que o judeu se encontra” (2010a, p. 37). Assim, podemos comparar a Alemanha, a França e os Estados Unidos. “Na Alemanha”, disse Marx, “onde não existe um Estado político, onde não existe o Estado como Estado, a questão judaica é uma questão puramente *teológica*” (*idem ibidem*). Já “na França, no Estado *constitucional*, a questão judaica é a questão do constitucionalismo” em que vigora a “*religião da maioria*”. É o caso mais desenvolvido que ajuda a iluminar a relação da religião com o Estado moderno, mas tão somente como meio para a análise de realidade que pretendemos demonstrar. Com efeito, em parte dos chamados “estados livres norte-americanos”, explicou Marx, “a questão judaica perdeu seu sentido teológico e se tornou uma questão realmente secular”. Na sequência, especificou que “só onde o Estado político existe em sua forma plenamente desenvolvida, a relação do judeu, e de modo geral do homem religioso, com o Estado político, ou seja, a relação entre a religião e o Estado, pode emergir em sua peculiaridade, em sua pureza” (*idem ibidem*). No entanto, e isso não lhe escapa, “a América do Norte é sobretudo a terra da religiosidade” (*ibidem*, p. 38). Em outras palavras sintéticas, a emancipação política por mediação do Estado, mesmo nos lugares do globo em que possamos encontrar um pleno desenvolvimento do Estado político, não é a superação da religião, mas sua conversão em assunto privado. É o Estado que se emancipa da religião, não os homens concretos em sua vida diária.

Reconhecer o caráter limitado da emancipação política, sua potencialidade como mediação parcial, não serve de medida para uma fixação do Estado político como mero instrumento de coerção. O próprio Marx escreveu que, ressalvado o fato de que a emancipação política “não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana *dentro* da ordem mundial vigente até aqui”, a “*emancipação política* de fato representa um grande progresso” (*ibidem*, p. 41). A forma política, aqui o Estado político em sua forma mais desenvolvida, não opera estacionada no momento coercitivo, mas significa, ao contrário, a aquisição de direitos. É a superação contraditória, é verdade, dos antigos privilégios feudais pelos “direitos do homem individual” (*ibidem*, p. 51), como resultado dos processos de revolucionamento

da antiga sociedade. Por isso, explicou Marx – tendo em tela o caso francês –, a “emancipação política representa concomitantemente a *dissolução* da sociedade antiga, sobre a qual está baseado o sistema estatal alienado do povo, o poder do soberano. A revolução política é a revolução da sociedade burguesa” (*idem ibidem*; grifos no original).

Não é por outro motivo que podemos dizer, com toda segurança, que, sendo também um progresso, a emancipação política como resultado (após todo o processo revolucionário) é garantidora, por mediação do Estado político constituído, dos “direitos do homem individual”, isto é, expressão do “homem egoísta, o homem como membro da sociedade burguesa, a saber, como indivíduo recolhido ao seu interesse privado e ao seu capricho privado e separado da comunidade” (*ibidem*, p. 50). E não há espaço nessa análise dos casos concretos para fixar a coerção como o único meio de atuação desse Estado político.

Se *Sobre a questão judaica* é útil para demonstrar a fragilidade da tese do Estado-coerção já antes de 1848, o texto em tela não é, como dito antes, suficiente para uma análise do movimento da forma política com maior riqueza de determinações. Em termos muito gerais, apreendemos a partir da letra de Marx a transição da forma prevalecente na feudalidade para a forma burguesa, que encontra seu ponto de alto desenvolvimento em alguns estados da América do Norte. Dois pontos rápidos, porém úteis, na direção da análise do movimento da forma política sob circunstâncias específicas, o que mostra a impossibilidade da eliminação das contingências históricas para qualquer análise razoável. Ambos os pontos fazem referência ao caso francês do primeiro período revolucionário. O tipo europeu (ou *via clássica*) de objetivação do capitalismo encontra na França as condições de eclosão violenta – não sem a mediação da própria máquina estatal à disposição –, selando a transição da feudalidade ao capitalismo e, simultaneamente, à forma política correspondente. Na análise do processo revolucionário de emancipação política, escreveu Marx:

A dissociação do homem em judeu e cidadão, em protestante e cidadão, em homem religioso e cidadão, essa dissociação não é uma mentira frente à cidadania, não constitui uma forma de evitar a emancipação política, mas é a própria emancipação política; ela representa o modo *político* de se emancipar da religião. Sem dúvida [Allerdings]: nos períodos, em que o Estado político é gerado por meio da violência como Estado político a partir da sociedade burguesa, em que a autolibertação humana procura realizar-se sob a forma da autolibertação política, o Estado pode e deve prosseguir até a *abolição da religião*, até a *destruição* da religião; mas somente como prossegue na abolição da propriedade privada, até o *maximum*, até o confisco, a taxaço progressiva, como prossegue na abolição da vida, pela *guilhotina*. Nos

momento em que está particularmente autossuficiente [Selbstgeföhls], a vida política procura esmagar seu pressuposto, a sociedade burguesa e seus elementos, e entificar-se como a vida real e sem contradição do gênero humano. Ela pode fazer isso, porém, por meio de uma contradição *violenta* com suas próprias condições de existência [Lebensbedingungen], ou seja, declarando a revolução como *permanente*, e, em consequência disso, o drama político termina tão necessariamente com a restauração da religião, da propriedade privada, de todos os elementos da sociedade burguesa, quanto a guerra termina com a paz. (2010a, p. 42; 1976, p. 357; grifos no original)

É nesse sentido que a “relação entre o Estado político e a sociedade burguesa é tão espiritualista quanto a relação entre o céu e a terra”, disse Marx, completando em seguida: “A antítese entre os dois é a mesma, e o Estado político a supera da mesma maneira que a religião supera a limitação do mundo profano, isto é, sendo igualmente forçado a reconhecê-la, produzi-la e deixar-se dominar por ela” (2010a, p. 40). No caso francês que a passagem anterior explicita, o movimento da forma política em relação aos seus pressupostos reais, às suas condições de existência, teve cume num certo descolamento da vida política a um tal ponto que fora possível prosseguir na abolição das contradições da vida concreta. Mas a mediação política não pode eliminar seus pressupostos sem eliminar a si mesma, pois a existência do Estado ancora-se nessas contradições. Por isso é possível declarar politicamente abolida a propriedade privada embora sua existência fática persista independente dessa vontade manifesta. Como disse Marx, “a anulação política da propriedade privada não só não leva à anulação da propriedade privada, mas até mesmo a pressupõe” (*ibidem*, p. 39). Ou ainda, “longe de anular essas diferenças fáticas [diferenciação por nascimento, estamento, formação e atividade laboral, que marca a contradição social], ele só se percebe como Estado político e a sua universalidade só torna efetiva em oposição a esses elementos próprios dele” (*ibidem*, p. 40). No processo violento de entificação do Estado político ou burguês no caso francês, o movimento da forma política terminou com a restauração das mesmas contradições que são sua base.

O segundo ponto importante a ser destacado localiza-se após a discussão que Marx tece sobre os direitos do homem e que circunscreve o peso das contingências para uma análise do movimento da forma política.

Fato deveras enigmático é ver um povo que mal está começando a se libertar, a derrubar todas as barreiras que separam os diversos membros do povo, a fundar uma comunidade política, é ver esse povo proclamar solenemente a legitimidade do homem egoísta, separado do semelhante e da comunidade (*Déclaration* de 1791), e até repetir essa

proclamação no momento em que a única coisa que pode salvar a nação é a entrega mais heroica possível, a qual, por isso mesmo, é exigida imperativamente, no momento em que se faz constar na ordem do dia o sacrifício de todos os interesses da sociedade burguesa e em que o egoísmo precisa ser punido como crime (*Déclaration des droits de l'homme* etc. de 1793). Esse fato se torna ainda mais enigmático quando vemos que a cidadania, a *comunidade política*, é rebaixada pelos emancipadores à condição de mero meio para a conservação desses assim chamados direitos humanos e que, portanto, o *citoyen* é declarado como serviçal do *homme* egoísta; quando vemos que a esfera em que o homem se comporta como ente comunitário é inferiorizada em relação àquela em que ele se comporta como ente parcial; quando vemos, por fim, que não o homem como *citoyen*, mas o homem como *bourgeois* é assumido como o homem *propriamente dito e verdadeiro*. (*ibidem*, p. 50; grifos no original)

E, em seguida, o arremate necessário e a ser retido: “portanto, até mesmo nos momentos do seu entusiasmo juvenil levado ao extremo pela pressão das circunstâncias, a vida política se declara como um simples *meio*, cujo fim é a vida da sociedade burguesa” (*ibidem*, p. 51). O enigma se dissolve pela identidade entre emancipação política em tela e revolução burguesa que, ao superar a feudalidade, “decompôs a sociedade burguesa em seus componentes mais simples, ou seja, nos *indivíduos*, por um lado, e, por outro, nos elementos *materiais e espirituais* que compõem o teor vital, a situação burguesa desses indivíduos” (*ibidem*, p. 52; grifos no original). Mas o aspecto mais central é que semelhante forma política se deve às circunstâncias específicas do processo revolucionário que imprimem um determinado modo de funcionamento do Estado, inclusive, no caso francês em questão, em flagrante contradição (“segurança como direito” *versus* “violação do sigilo de correspondência”, *cf. ibidem*, p. 51). O elemento chave, portanto, marca-se menos pela questão do processo revolucionário do que pela sempre consciente determinação marxiana da força das circunstâncias sobre a forma política que comporta um movimento particular de lógica não própria.

Embora o material até agora não tenha muitos elementos para uma análise mais apurada desse movimento, é suficiente para mostrar que Marx não poderia sustentar um modo de funcionamento único e imutável do Estado capitalista nos casos concretos, mesmo nos textos anteriores a 1848. Nada seria mais anti-dialético.

Isso se confirma num material da mesma época. *Glosas críticas* são também importantes para considerarmos a questão do pauperismo, fornecendo outros elementos que combatam a mesma tese do Estado-coerção. Tal como em *Sobre a*

questão judaica, trata-se do caso concreto, no caso, o da Inglaterra, como peça de uma investigação mais segura sobre a relação entre um “país político e o pauperismo” (Marx, 2010b, p. 30). Essa questão constante, de Marx efetuar análises da realidade dos casos concretos, impede igualmente que, numa autonomização da política, se constitua uma pura *teoria política*, como clamam muitos de seus críticos, em particular Coutinho.

O adversário (no caso, o prussiano Arnald Ruge) de Marx nas *Glosas* sugere que o rei da Prússia responde ao problema do pauperismo com “medidas administrativas e assistência caritativa” porque a sociedade alemã é apolítica. Marx busca mostrar que precisamente na Inglaterra, país político e no qual o pauperismo é universal, não se atua de outro modo senão por via de medidas administrativas e da beneficência. A consideração de Marx sobre a grande ação política voltada ao pauperismo no caso concreto da Inglaterra permite-lhe chegar ao seguinte movimento real particular:

O significado universal que a Inglaterra politizada extraiu do pauperismo restringe-se a isto: no desdobramento do processo, apesar das medidas administrativas, o pauperismo foi tomando a forma de uma instituição nacional, tornando-se, em consequência, inevitavelmente em objeto de uma administração ramificada e bastante ampla, uma administração que, todavia, não possui mais a incumbência de sufocá-lo, mas de discipliná-lo, de perpetuá-lo. Essa administração desistiu de tentar estancar a fonte do pauperismo valendo-se de meios positivos [legais]; ela se restringe a cavar-lhe o túmulo, valendo-se da benevolência policial, toda vez que ele brota da superfície do país oficial. O Estado inglês, longe de ir além das medidas administrativas e beneficentes, retrocedeu aquém delas. Ele se restringe a administrar aquele pauperismo que, de tão desesperado, deixa-se apanhar e jogar na prisão (*ibidem*, p. 35).

Chama a atenção, e é preciso frisar, que se trata de um processo, um movimento. Uma avaliação de outros Estados, como o Francês, permite a Marx chegar a uma determinação mais ampla segundo a qual “na medida em que os Estados se ocuparam com o pauperismo, restringiram-se às *medidas administrativas e beneficentes* ou retrocederam aquém da administração e da beneficência” (*ibidem*, p. 38). O “aquém” comporta os meios punitivos na criminalização da pobreza, na criação das *Workhouses* inglesas e dos *Dépôts* franceses. Este aspecto é importante porquanto destaca fundamentalmente os modos de atuação do Estado em circunstâncias concretas específicas. Por um lado, as medidas administrativas (leis e políticas sociais) e a beneficência e, por outro, algo inferior, centrado na repressão, convertendo os problemas sociais em problemas de polícia. O

movimento desses dois modos expressa que, ao fim, trata-se de administrar, e não resolver, a pobreza como ponto alto da ação política. É, portanto, a conversão dos efeitos da contradição historicamente determinada em objeto de administração, num movimento real da forma política não estacionada em um único momento, o repressivo.

Encontramos explicitada na letra de Marx desse período de 1843-44 uma apreensão do movimento mais complexo da atuação política que não se limita à coerção. Além do mais, escreveu Marx, também, que “a violência física [por parte do Estado frente às manifestações dos trabalhadores] diminui na mesma proporção em que o pauperismo se propaga e o conhecimento de causa do proletariado aumenta” (*ibidem*, p. 42). Quer dizer, conforme aumenta a consciência social dos trabalhadores, menos presente se fazem meios imediatamente violentos por parte do Estado para abafar a revolta dos trabalhadores, de modo que outras formas são requisitadas. Poderíamos questionar a pertinência dessa análise para os casos concretos, incluindo os contemporâneos, mas jamais reduzir essa análise de Marx a uma “concepção restrita” que determinaria o Estado como mero “aparelho de repressão”.

Além do mais, é possível indagar se algum Estado poderia sustentar objetivamente uma *aparência* de universalidade se operasse apenas coercitivamente e instrumentalizando apenas as necessidades de partes da sociedade por meio unicamente de “aparelhos repressivos” (considerando também que um modo coercivo só pode funcionar se for em condição excepcional, de modo espasmódico, como veremos a seguir). A tese do Estado-coerção perde toda sua força diante desses achados marxianos já em 1843-44, e que não são outra coisa senão a explicitação de traços da realidade mesma, dos casos concretos da Alemanha, da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos, que, à época, aparecia como a forma mais desenvolvida da democracia. Por isso não é uma elaboração conceitual, uma “concepção restrita” ou “ampliada”, mas determinações concretas do movimento real. Mas uma análise mais desenvolvida só pode ser encontrada em textos de 1848 e posteriores principalmente.

III

Deixando esses momentos iniciais do itinerário marxiano e outros textos que manteremos conscientemente silenciados, devemos passar à exposição do movimento real da forma política tal como Marx deixou em seus elementos mais desenvolvidos. Por “mais desenvolvidos” não se deve entender por um critério de volume, quantitativo de páginas – como tem se tornado recorrente para o juízo sobre as contribuições de Marx ou Lukács, tendo em vista uma desejada e desajeitada *teoria autônoma do político* –, mas no sentido de um tratamento mais rigoroso de tal movimento nos casos concretos. Parte desses casos já foi aludida no

tópico anterior. Trata-se aqui de aproveitar o modo de colocação do problema, que só veio de fato a se iluminar inteiramente com as contribuições posteriores a Marx, por Lenin, Lukács e Chasin, que destacaram algo decisivo para nosso autor de Trier: o problema das diferentes vias de objetivação do capitalismo e os nexos recíprocos com as formas políticas correspondentes. A questão importante para os nossos propósitos é que tal forma se movimenta em razão dos fluxos de uma mesma base real.

Mas não temos nenhuma condição de tratar das contribuições propriamente ditas *ex professo*. A pretensão aqui é, tão somente, lançar mão da determinação da *via clássica* ou tipo europeu de objetivação do capitalismo na Inglaterra e na França e da *via prussiana* na Alemanha, para acompanharmos os traços decisivos e sem volteios do movimento da forma política como Marx mesmo pôde expressar. Assim, o ponto de partida não pode ser outro senão aquele indicado no início de nossa exposição sobre a relação entre particularidade e universalidade para o “novo materialismo”.

Na *Crítica do Programa de Gotha*, aparece um tratamento do Estado capitalista nos termos correspondentes e, de tal maneira, que dificilmente poderíamos ignorar numa consideração sobre os modos de funcionamento desse Estado no movimento próprio das vias particulares de formação histórica. Em polêmica com os lassallianos, como é sabido, Marx questiona o chamado “Estado livre” tal como se manifesta no programa em questão. Importa mais de perto que o autor de Trier considera haver um abuso nas considerações do programa sobre o “Estado atual” e a “sociedade atual”.

A “sociedade atual” é a sociedade capitalista, que, em todos os países civilizados, existe mais ou menos livre dos elementos medievais, mais ou menos modificada pelo desenvolvimento histórico particular de cada país, mais ou menos desenvolvida. O “Estado atual”, ao contrário, muda juntamente com os limites territoriais do país. No Império prussiano-alemão, o Estado é diferente daquele da Suíça; na Inglaterra, ele é diferente daquele dos Estados Unidos. “O Estado atual” é uma ficção.

No entanto, os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, apesar de suas variadas configurações, têm em comum o fato de estarem assentados sobre o solo da moderna sociedade burguesa, mais ou menos desenvolvida em termos capitalistas. É o que confere a eles certas características comuns essenciais. Nesse sentido, pode-se falar em “atual ordenamento estatal [Staatswesen]” em contraste com o futuro, quando sua raiz atual, a sociedade burguesa, tiver desaparecido. (2012a, p. 42)

Os diferentes Estados guardam traços comuns à medida que possuem uma mesma base. Essa base também é variável em termos de graus de desenvolvimento, mas não com respeito à lógica fundamental da produção do valor. O caso alemão é ilustrativo na medida em que uma nova sociedade vinha sendo construída ao lado dos traços ainda feudais – como veremos. Diferentemente são os casos clássicos, nas manifestações inglesa e francesa, mas que também guardam especificidades entre si. É dispensável sugerir as diferenças da *via americana* frente a essas e às demais, como a *via colonial*... Se a base real comporta variabilidades em referência aos traços essenciais do modo de produção capitalista, as formas políticas comportam variações em razão das circunstâncias históricas de cada país, as relações de classes, o estágio da consciência de classe etc., sem mencionar as múltiplas influências entre os países, não somente no que se refere ao mercado mundial. Quer dizer, os modos de atuação dos Estados capitalistas particulares guardam semelhanças e diferenças entre si em razão das contingências históricas das formas particulares de objetivação do capitalismo, as forças motrizes de ordem primária. Nesse sentido, é possível destacar os traços comuns entre os variados Estados capitalistas em razão de repousarem sobre relações capitalistas de produção. Mas isso não deve nos cegar para as particularidades que são mais explicativas dos casos concretos do que a mera explicitação dos traços mais ou menos gerais.

É por isso que não se deve falar de um movimento em geral da forma política. Devemos, ao contrário, inspecionar os casos concretos os quais manifestam os traços universais por meio de suas particularidades. Nossa atenção, no entanto, restringir-se-á à *via clássica* (Inglaterra e França) e à *via prussiana* (no caso alemão), porquanto delas tratou Marx e se confirmam como ponto de passagem necessário para a apreciação do movimento da forma política contrariamente aos desígnios redutores da tese do Estado-coerção.

Podemos começar pela Inglaterra como “localização clássica” do “modo de produção capitalista e de suas correspondentes relações de produção e de circulação” (Marx, 2013, p. 78). Já foi desenvolvido em outro lugar (Paço Cunha, 2014), como mencionado antes, as indicações sobre a Inglaterra. Como não é lugar para uma análise exaustiva, podemos reter os pontos mais decisivos da atuação do Estado capitalista que se forma no processo de constituição e consolidação do capitalismo. Nessa direção, destacam-se três momentos: a violência extraeconômica na constituição do capitalismo, o efeito da luta de classes no reconhecimento de direitos, ainda que precários, por mediação (marcadamente parcial) do Estado, e a legalidade como freio racional sobre o impulso desmedido do capital pela acumulação. São momentos aos quais Marx chega pela análise do caso concreto inglês, o qual não deve ser, em razão dos motivos já aludidos, generalizado irresponsavelmente para outros contextos, embora possa comportar algumas semelhanças.

Em nome da economia das palavras, podemos considerar duas passagens de *O capital* para a apreciação do problema. Estamos, portanto, conscientes de que deixamos de lado todo o problema que surge com a acumulação primitiva, o papel das colônias, do sistema monetário, impostos e dívida pública, além de outros aspectos ligados à atuação não coercitiva do Estado capitalista no caso inglês, aspectos também ignorados pela tese do Estado-coerção, mas por outros motivos. Nossa atenção está mais direcionada para a atuação do Estado com relação às classes sociais, como dito antes, pois é algo que se destaca na afirmação de uma “concepção restrita” em Marx. Ambas as passagens sugerem um movimento da forma política que oscila da violência extraeconômica direta à atuação modificada. A primeira delas se situa na luta em torno da redução da jornada de trabalho. Nelas podemos ler que:

A consolidação de uma jornada de trabalho normal é o resultado de uma luta de 400 anos entre capitalista e trabalhador. Mas a história dessa luta mostra duas correntes antagônicas. Compare-se, por exemplo, a legislação fabril inglesa de nossa época com os estatutos ingleses do trabalho desde o século XIV até meados do século XVIII. Enquanto a moderna legislação fabril encurta compulsoriamente a jornada de trabalho, aqueles estatutos a prolongam de forma igualmente compulsória. Decerto, as pretensões do capital em estado embrionário – quando, em seu processo de formação, ele garante seu direito à absorção de uma quantidade suficiente de mais-trabalho não apenas mediante a simples força das relações econômicas, mas também por meio da ajuda do poder estatal – parecem ser muito modestas se comparadas com as concessões que ele, rosnando e relutando, é obrigado a fazer quando adulto. Foi preciso esperar séculos para que o trabalhador “livre”, em consequência de um modo de produção capitalista desenvolvido, aceitasse livremente, isto é, fosse socialmente coagido a, vender a totalidade de seu tempo ativo de vida, até mesmo sua própria capacidade de trabalho, pelo preço dos meios de subsistência que lhe são habituais, e sua primogenitura por um prato de lentilhas. É natural, assim, que o prolongamento da jornada de trabalho, que o capital, desde o século XIV até o fim do século XVII, procurou impor aos trabalhadores adultos por meio da coerção estatal, coincida aproximadamente com a limitação do tempo de trabalho que, na segunda metade do século XIX, foi imposta aqui e ali pelo Estado para impedir a transformação do sangue das crianças em capital. (Marx, 2013, p. 343)

É importante retermos os momentos pelos quais se realiza o movimento da forma política em reciprocidade com determinado estágio de desenvolvimento

do capitalismo. Primeiro, o modo coercitivo de funcionamento do Estado para o prolongamento da jornada de trabalho (do século XIV até meados do século XVIII); uma medida dada pela insuficiência da “força das relações econômicas” no momento embrionário do capital. Este primeiro momento cede lugar ao segundo, ao encurtar a jornada de trabalho, evitando, inclusive, a “transformação do sangue das crianças em capital”; revela-se aqui os resultados das lutas de classes, pois tais efeitos, na fase adulta, não são obtidos por uma iluminação pura ou como gesto de boa vontade do capital. Nesse processo, e com a chegada de um capitalismo mais desenvolvido, constitui-se um trabalhador livre que aceita “livremente” ou, o que é o mesmo, é “socialmente coagido” – não mais pelo Estado, mas pela “força das relações econômicas” agora consolidadas – a vender sua força de trabalho. Se o Estado, no caso inglês, não atuou exclusivamente em nome do capital nesse movimento – embora persista o caráter reprodutor da ordem social –, se no estágio mais desenvolvido a violência extraeconômica pôde recuar, abre-se espaço para modos outros de atuação do Estado que, suspeitamos, operaram no sentido de garantir a existência daquela “coação social” que não se mostra como tal, isto é, na construção da “venalidade voluntária” da força de trabalho como “lei natural” e destino absoluto da classe trabalhadora e de seus indivíduos componentes. Mas este aspecto só fica mais evidenciado na segunda passagem que gostaríamos de reter. Nela, disse Marx:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evoluir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extraeconômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às “leis naturais da produção”, isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada. Diferente era a situação durante a gênese histórica da produção capitalista. A burguesia emergente requer e usa a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para

comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva. (*ibidem*, pp. 808-809)

Tal como antes, surgem aqui destacados alguns momentos do movimento real. Identificamos ao menos dois deles. A atuação da violência extraeconômica direta (Estado) na constituição do capitalismo. E não se deve esquecer que a “violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica” (*ibidem*, p. 821). Essa violência extraeconômica é distendida e passa a ser um expediente excepcional, isto é, em circunstâncias mais específicas, em razão do movimento da própria realidade do caso inglês em questão. Nesse contexto, se não atua de modo violento, é sinal de que comporta outros modos de atuação. A latência da violência direta, uma possibilidade sempre existente, guarda reciprocidades com o desenvolvimento de uma classe de trabalhadores que tomam as camadas aparentes da realidade social como dadas. Em suma, são testemunhas do processo de mistificação por meio do qual o próprio capitalismo também se movimenta. Além das tradições renovadas e repostas nas condições do capitalismo avançado, a educação e o hábito desempenham papel importante. Teria o Estado capitalista, no caso inglês, alguma atuação na mediação da educação e do hábito? Só uma análise que fragmenta a realidade sem nunca poder abarcá-la em sua unidade complexa responderia negativamente. Basta seguir os variados momentos de *O capital* (particularmente o capítulo sobre a *Legislação fabril*) nos quais Marx destaca a questão do ensino na e para a produção, sob vigilância dos inspetores de fábrica e outros agentes estatais. Pôr-se em defesa do contrário, ao perder a diversidade na unidade, é igualmente ignorar que “a apropriação da vontade alheia é o pressuposto da relação de dominação” (Marx, 2011, p. 411).

O movimento da forma política em relação às forças motrizes de ordem primária, inclusive estabelecendo certos limites para a atuação do capital, revela um *sincretismo estatal* por força da luta de classes, do processo gradativo de formação da classe trabalhadora. Se o sincretismo pôde aparecer entre os ideólogos do capital, como Mill, na “tentativa de conciliar o inconciliável” (Marx, 2013, p. 87), o que impediria seu aparecimento no amplo complexo político? Algumas necessidades fáticas dos trabalhadores passam a ser reconhecidas por mediação do próprio Estado capitalista inglês. Marx mesmo nos fornece outras indicações a respeito como, por exemplo, ao escrever que “para ‘se proteger’ contra a serpente de suas aflições, os trabalhadores têm de se unir e, como classe, forçar a aprovação de uma lei, uma barreira social intransponível que os impeça a si mesmos de, por meio de um contrato voluntário com o capital, vender a si e a suas famílias à morte e à escravidão” (*ibidem*, pp. 373-374). O reconhecimento de

direitos políticos e sociais é uma das marcas do sincretismo do Estado capitalista inglês, sincretismo que, certamente, também terá lugar nas demais vias de objetivação do capitalismo por força das circunstâncias particulares. Surge, então, uma forma “protetiva” obtida pela classe do trabalho, que é, também por força das circunstâncias, constantemente ameaçada dada a natureza parcial da mediação política. Mas isso indica, pela aprovação da lei aludida por mediação do próprio Estado capitalista já constituído, que se dá num contexto de recuo – sem desaparecimento – da violência extraeconômica. Mas não pode haver espaço para ilusões, pois é a atuação combinada dos trabalhadores que engendra o efeito e não uma iluminação da “razão de Estado” ou um rompante humanista nascido dos livros dos juristas. Essas aquisições foram realizadas pela “revolta crescente da classe operária”, que – não sem contraditórias alianças com médicos, juízes e fiscais de fábrica – “obrigou o Estado a reduzir à força o tempo de trabalho e a impor à fábrica propriamente dita uma jornada normal de trabalho”, criando as condições para a generalização da “produção de mais-valor relativo por meio do desenvolvimento acelerado do sistema da maquinaria”, como explicou Marx (*ibidem*, p. 482).

Ainda é possível adicionar outras análises de Marx, as quais revelam que “tal regulação foi o primeiro freio racional aplicado aos volúveis caprichos da moda, homicidas, carentes de sentido e por sua própria natureza incompatíveis com o sistema da grande indústria” (*ibidem*, p. 550). A “legislação fabril”, explicou ele, foi a “primeira reação consciente e planejada da sociedade à configuração natural-espontânea de seu processo de produção”. Já sabemos dos limites dessa mediação. Mas ainda mais importante é sublinhar que tal legislação não é, como escreveu na sequência, mais do que um “produto tão necessário da grande indústria quanto o algodão, as *selfactors* e o telégrafo elétrico” (*ibidem*, p. 551). São as necessidades práticas e o estágio da luta de classes que são postos pelo movimento interno e contraditório da sociabilidade do capital. Este se encarrega, por mediação do próprio Estado, de erigir tais medidas não coercitivas sobre a classe trabalhadora. O modo de atuação sincrético do Estado é, portanto, um produto da lógica interna do próprio capitalismo. Não significa que, por meio dessas medidas, esteja posta no horizonte a superação desse particular modo de produção, nem que tais medidas não possam regredir muitíssimo, indo na direção contrária aos interesses dos trabalhadores, mas se trata de indicar a forma do movimento interno dessa sociabilidade determinada, efeitos de suas contradições imanentes.

Ressalvas nunca são suficientes, e é importante registrar que “revoluções não se fazem por meio de leis” (*ibidem*, p. 820) e que o Estado capitalista, em termos gerais, a despeito de seu sincretismo necessário, não existe, por princípio, para a defesa da classe trabalhadora. Se aparece como aplicador de “medidas protetivas”, administrativas, o faz por necessidade prática posta pela própria produção do valor, isto é, não é algo a despeito dessa produção. É preciso ter bem

claro que “a legislação sobre o trabalho assalariado” é “desde sua origem cunhada para a exploração do trabalhador e, à medida de seu desenvolvimento, sempre hostil a ele” (*ibidem*, p. 809). O impulso regulatório é expressão das contradições dessa produção particular. “Não pode superá-las nem garantir plenamente seus limites em razão dos diferentes estágios do capitalismo e da luta de classes. O Estado é a confissão hipócrita de uma impotência autorregulativa das relações sociais cindidas em classes nas condições econômicas presentes” (Paço Cunha, 2014, p. 8).

Não temos a pretensão de esgotar o assunto. Mas existem indicações suficientes para apreender, ao menos parcialmente, o movimento real da forma política tal como Marx mesmo pôde expressar com relação ao caso concreto que teve lugar na Inglaterra. Revela-se, acima de tudo, que apenas ignorando o movimento da realidade poder-se-ia sustentar uma tese do Estado-coerção e seus adornos, como a instrumentalidade unilateralmente posta. É curioso que já no texto de 1844, nas *Glosas críticas*, Marx explicitou alguns traços. Lá faltavam as determinações centrais do modo de produção capitalista que se desenvolvia na Inglaterra, de modo que uma avaliação mais precisa requisiou estudos mais aprofundados e que levaram uma vida inteira. Nas *Glosas* como n’*O capital*, entretanto, aparece um traço comum, qual seja, o da conversão dos problemas sociais em objeto de administração por parte do Estado. Toda *administração dos homens* é conservadora, não resolutiva das contradições sobre as quais se sustenta. Essa resolução é condição de uma autêntica autoatividade.

O caso francês, como variação da *via clássica*, também é muito útil para explicitar a fraqueza da tese do Estado-coerção. Diferentemente do caso inglês, a França foi território de um processo revolucionário mais agudo (1789-1792) da revolução burguesa contra a feudalidade, processo com relação ao qual já temos alguns traços conforme expostos no tópico anterior. Mas o que nos importa é o processo conturbado do século XIX sobre o qual Marx se debruça, particularmente os dois períodos que testemunharam os levantes dos trabalhadores, isto é, 1848-1852 e 1871.

A começar pela *Luta de classes na França*, é de se esperar que nos processos claramente revolucionários, encabeçados pelos trabalhadores contra a ordem social burguesa, surjam mais claramente as medidas repressivas por parte do Estado capitalista – que parcialmente contradiz certo lineamento das *Glosas críticas* já examinadas. Essa face é a mais explícita na letra marxiana com relação aos episódios de 1848. “Quando o proletariado fez do seu túmulo o berço da *república burguesa*, obrigou-a simultaneamente a vir à frente em sua forma pura, ou seja, como o Estado cujo propósito confesso é eternizar o domínio do capital, a escri-

vidão do trabalho”, explicou Marx. Assim, “tendo constantemente diante dos olhos o inimigo coberto de cicatrizes, irreconciliável, invencível – invencível porque sua existência é a condição da sua própria vida –, o domínio burguês livre de todas as amarras teve de converter-se imediatamente em *terrorismo burguês*” (Marx, 2012b, p. 64; grifos no original). Não é outra coisa senão o modo de funcionamento da “ditadura burguesa” (*ibidem*, pp. 64; 74) no caso francês em sua forma mais explicitamente insidiosa e bárbara mesmo sob o “Estado representativo moderno”. Mas é igualmente interessante constatar que, mesmo em processos agudizados, o modo de atuação do Estado francês não estaciona no momento coercitivo do movimento da realidade.

Destaquemos, por exemplo, a criação do “ministério próprio do trabalho” (*ibidem*, p. 45) para cuidar dos assuntos de emprego e renda. Marx ironiza a medida em razão de sua impotência, na medida em que estavam ausentes quaisquer meios efetivos de atuação:

De modo relutante e após longos debates, o governo provisório nomeou uma comissão especial permanente, encarregada de descobrir os meios para o melhoramento das classes trabalhadoras! Essa comissão foi composta de delegados das guildas dos artesãos de Paris e presidida por Louis Blanc e Albert. O Palácio do Luxemburgo lhes foi designado como local de reuniões. Assim, os representantes da classe operária foram banidos da sede do governo provisório, a sua porção burguesa manteve o poder real do Estado e as rédeas da administração exclusivamente em suas mãos e, ao lado dos ministérios das finanças, do comércio, dos serviços públicos, ao lado do banco e da bolsa, levantou-se uma sinagoga socialista, cujos sumos sacerdotes, Louis Blanc e Albert, estavam incumbidos de descobrir a terra prometida, anunciar o novo evangelho e dar trabalho ao proletariado parisiense. Diferentemente de qualquer poder estatal profano, eles não dispunham de nenhum orçamento, de nenhum poder executivo. Esperava-se que eles derrubassem as colunas de sustentação da sociedade burguesa a cabeçadas. (*ibidem*, pp. 45-46)

O que é preciso reter não é tão somente a inefetividade do “ministério do trabalho” em razão da ausência dos meios, mas o fato de que o Estado francês teve que, sincreticamente, incorporar reivindicações fáticas dos trabalhadores. É certo também que a nomeação ardilosa da comissão especial esvaziada em seus meios de atuação de algum modo proporciona a sensação de uma participação política dos trabalhadores nos rumos da república do capital. Se esse convencimento foi duradouro ou não, se foi efetivo ou sem qualquer efeito, é algo que fica secundarizado perto da exemplificação de um modo de atuação do Estado francês não limitado ao momento coercitivo.

Ainda nessa direção, o processo de confecção de uma “*Constituição* republicana” cuja tradução para a “linguagem política” pôde expressar que “a burguesia não tem rei; a verdadeira forma de seu domínio é a república” (*ibidem*, p. 74). E onde tal “Constituição” “foi além da mera *troca de figurino*, apenas protocolou fatos *consumados*” (*ibidem*, p. 75; grifos no original). Duas questões mostram elementos importantes. A primeira são as medidas sociais para cuidar da população menos assistida. São medidas como política de estado. Explicou Marx que “na primeira versão da Constituição, formulada pelas jornadas de junho, ainda constava o “*droit au travail*”, o direito ao trabalho, a primeira fórmula desajeitada, que sintetizava as reivindicações revolucionárias do proletariado. Ela foi transformada no *droit à l’assistance*, no direito à assistência social, e qual é o Estado moderno que não alimenta de uma ou de outra forma os seus *paupers* [pobres]?” (*ibidem*, p. 76). O momento da atuação do Estado francês aqui se revela naquela dimensão da benevolência, das medidas administrativas sob forma não coercitiva – como as políticas sociais contemporâneas? A segunda questão mostra o sufrágio universal e abre um espaço às aquisições das classes e frações de classe adversárias:

a contradição abrangente dessa Constituição é a seguinte: mediante o sufrágio universal, ela dotou de poder político as classes cuja escravidão social visa eternizar, ou seja, o proletariado, os agricultores e os pequeno-burgueses. E a classe cujo antigo poder social foi por ela sancionado, ou seja, a burguesia, ela privou das garantias políticas desse poder. Ela comprime seu domínio político dentro de condições democráticas que, de um momento para o outro, podem propiciar a vitória às classes inimigas e colocar em xeque até mesmo os fundamentos da sociedade burguesa. Daquelas, ela pede que não avancem da emancipação política para a social, desta, que não retroceda da restauração social para a política. (*ibidem*, p. 77)

Se esse momento não é um modo alterado do Estado, que precisa por força das circunstâncias abrir espaço político às “classes cuja escravidão social visa eternizar”, nada mais pode convencer um defensor empedernido da tese do Estado-coerção em Marx. Não se trata, no entanto, de uma “concepção”, de um arbítrio do intelecto, mas de uma apreensão dos variados momentos do movimento real da forma política. Ao lado das formas repressivas, o próprio Marx nos fornece elementos de outras formas de atuação, incluindo um desajeitado “direito à assistência” arrancado por via das lutas frente ao Estado burguês. Esse “lado a lado” das medidas repressivas e não repressivas aparece igualmente em *O 18 Brumário*. Uma passagem é o bastante. Nela, Marx comenta sobre o processo de perfectibilidade da máquina do Estado desde os tempos pré-revolucionários da monarquia

absoluta. Frente a essa máquina existente, Napoleão não fez mais do que aperfeiçoá-la, explicou Marx. Na sequência, escreveu nosso autor:

Essa monarquia legítima e a Monarquia de Julho nada acrescentaram além de uma maior divisão do trabalho, que crescia na mesma proporção em que a divisão do trabalho no interior da sociedade burguesa criava novos grupos de interesse, ou seja, novo material para a administração estatal. Todo e qualquer interesse *comum* foi imediatamente desvinculado da sociedade e contraposto a ela como interesse mais elevado, *geral*, subtraído à atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto da atividade governamental, desde a ponte, o prédio escolar e o patrimônio comunal de um povoado até as ferrovias, o patrimônio nacional e a universidade nacional da França. A república parlamentar, por fim, na sua luta contra a revolução, viu-se obrigada a reforçar os meios e a centralização do poder do governo para implementar as medidas repressivas. Todas as revoluções somente aperfeiçoaram a máquina em vez de quebrá-la. (2011b, p. 141)

Medidas repressivas ao lado da conversão dos assuntos gerais em “objeto da atividade governamental”. Certamente que é persistente a contradição na forma do Estado quando se apresenta como representante universal apenas na medida em que se opõe aos elementos da sociedade; por isso, uma universalidade irreal. Mas não é possível fechar os olhos para a construção de escolas, ferrovias e universidades como uma atuação também específica do Estado francês, com resultados certamente não desconsideráveis sobre a direção das lutas sociais.

Mas é na *Guerra civil na França* que o movimento da forma política é melhor explicitado em razão das sínteses textuais que Marx promove em sua exposição. A longa passagem abaixo tem o mérito de resgatar os modos de atuação do Estado no caso francês e, nessa direção, fica explícito o movimento da forma política entre os momentos repressivos e não repressivos em razão do estágio das lutas sociais. Não é possível omitir uma linha sequer da passagem:

O enorme parasita governamental, constringindo o corpo social como uma jiboia na malha ubíqua de sua burocracia, polícia, exército permanente, clero e magistratura, teve seu nascimento nos dias da monarquia absoluta. **O poder centralizado do Estado tinha, naquele tempo, de servir à nascente sociedade de classe média como uma poderosa arma em suas lutas para emancipar-se do feudalismo.** A Revolução Francesa do século XVIII, com sua missão de varrer o lixo dos privilégios senhoriais, locais, municipais e provinciais, não podia senão limpar simultaneamente o solo social dos últimos obstáculos a

estorvar o pleno desenvolvimento do poder estatal centralizado, com seus órgãos onipresentes desenhados segundo o plano de uma divisão do trabalho sistemática e hierárquica. E assim ele veio ao mundo sob o Primeiro Império, ele mesmo o fruto das guerras de coalizão da velha Europa semifeudal contra a moderna França. Durante os subsequentes regimes parlamentares da *Restauração*, da Monarquia de Julho e do Partido da Ordem, **o controle supremo dessa maquinaria estatal**, com suas fascinantes tentações de cargos, propinas e patronagens, tornou-se não apenas o pomo de discórdia entre as frações rivais da classe dominante, mas, porque o progresso econômico da sociedade moderna inchava as fileiras da classe trabalhadora, acumulava suas misérias, organizava sua resistência e desenvolvia suas tendências à emancipação – em uma palavra, porque **a moderna luta de classes**, a luta entre trabalho e capital, tomava forma –, **a fisionomia e o caráter do poder estatal sofreram uma notável mudança**. Ele fora sempre o poder para a manutenção da ordem, isto é, da ordem existente da sociedade e, portanto, da subordinação e exploração da classe produtora pela classe apropriadora. **Mas assim que essa ordem foi aceita como uma necessidade incontroversa e incontestada, o poder estatal pôde assumir um aspecto de imparcialidade. Ele manteve a existente subordinação das massas, que era a ordem inalterável das coisas e um fato social tolerado pelas massas sem contestação, exercido por seus “superiores naturais” sem solicitude.** Com a entrada da própria sociedade em nova fase, a fase da luta de classes, o caráter de sua força pública organizada – **o poder estatal** – **teve de mudar (mas também operar uma marcante mudança) e cada vez mais desenvolver seu caráter de instrumento do despotismo de classe, de engrenagem política voltada a perpetuar a escravização social dos produtores da riqueza por seus apropriadores, do domínio econômico do capital sobre o trabalho.** Após cada nova revolução popular, resultando na transferência da direção da maquinaria estatal para um grupo das classes dominantes a outro, o caráter repressivo do Estado foi mais plenamente desenvolvido e mais impiedosamente usado, porque as promessas feitas – e aparentemente garantidas pela Revolução – só podiam ser quebradas pelo emprego da força. Além disso, a mudança operada pelas sucessivas revoluções sancionava apenas politicamente o fato social, o crescente poder do capital e, portanto, transferia o próprio poder estatal cada vez mais diretamente para as mãos dos antagonistas diretos da classe trabalhadora. Assim, a Revolução de Julho transferiu o poder das mãos dos proprietários de terra para as dos grandes manufatureiros (os grandes capitalistas) e a Revo-

lução de Fevereiro para as das frações unidas da classe dominante, unidas em seu antagonismo à classe trabalhadora, unidas como “o Partido da Ordem”, a ordem de seu próprio domínio de classe. Durante o período da República Parlamentar, o poder estatal tornou-se, enfim, o confesso instrumento da guerra, empregado pela classe apropriadora contra a massa produtora do povo. **Mas como confesso instrumento de guerra civil ele só poderia ser utilizado durante o tempo da guerra civil; portanto, a condição de existência da República Parlamentar estava na continuação da guerra civil abertamente declarada, na negação daquela própria “ordem” em nome da qual a guerra civil era travada. Isso só podia ser um estado de coisas espasmódico, excepcional.** Ele era impossível como a forma política normal da sociedade, insuportável mesmo para a massa das classes médias. Quando, portanto, todos os elementos da resistência popular foram quebrados, a República parlamentar teve de desaparecer diante do (dar lugar ao) Segundo Império. (2011c, pp. 170-171; negritos nossos)

Em termos gerais, a máquina estatal criada pela monarquia serviu de mediação para a luta contra o feudalismo. Os sucessivos períodos subsequentes testemunham a luta entre as diversas frações da burguesia pela supremacia no controle dessa máquina aperfeiçoada ao longo do tempo. Esse aperfeiçoamento é acompanhado pelo acirramento das lutas dos trabalhadores. A moderna luta de classes, impulsionada pelo desenvolvimento econômico do capitalismo, criou as circunstâncias que moldaram a fisionomia e o funcionamento da máquina do Estado. Como forma de dominação da ditadura burguesa, o Estado serve à perpetuação das relações sociais de produção, das contradições que são sua base real. Mas existem contingências específicas em que o mesmo Estado não aparece como meio de dominação. Houve um processo de aceitação da ordem estabelecida por parte dos trabalhadores e não há qualquer motivo para se retirar o Estado desse processo de convencimento das massas, na medida mesma em que o Estado cuida também de assuntos comuns (escolas, sanitarismo etc.). A aparência objetiva de imparcialidade absoluta é aqui revelada; a falsa universalidade como o autêntico representante não contraditório dos interesses gerais. Mas, com a moderna luta de classes, o Estado desenvolve seu “caráter de instrumento de despotismo de classe” e perde aquela aparência. A forma repressiva ganhou na França ponto exacerbado no derramamento de sangue pelas ruas de Paris, mas tal forma bonapartista tem duração marcada, pois não pode funcionar como “a forma política normal da sociedade”.

Em suma, está aí explícito o movimento da forma política, aqui considerado em termos muito gerais extraídos do caso francês. Tal movimento não é feito apenas do momento coercitivo, pois convive com outros momentos também im-

portantes na perpetuação das próprias contradições, como o convencimento das massas na aceitação da ordem social. Devemos evitar a todo custo essas dicotomias como coerção-consenso. A realidade complexa expressa por Marx mesmo mostra que esses momentos todos coexistem numa unidade cuja lógica é dada por um movimento das forças não imanentes ao próprio Estado, por assim dizer. Isto é, o desenvolvimento econômico do capitalismo e o estágio da luta de classes. Não se trata, portanto, como o caso francês deixa explícito, de um movimento próprio da forma política, mas de um movimento condicionado que, ao reagir, provoca outras modificações importantes. Como disse Marx acima, o Estado, sob tais circunstâncias, “teve de mudar [...] mas também operar uma marcante mudança”.

A chamada *via prussiana* possui marcas distintas, que os artigos de Marx na *Nova Gazeta Renana* testemunham. Embora já tenhamos elementos a partir das *Glosas*, conforme apresentado no tópico anterior, é o período de 1848 a 1849 que precisa vir ao primeiro plano com todas as prisões, processos judiciais contra a imprensa, repressão violenta por meio das armas de toda revolta dos trabalhadores, criação de polícia civil armada em Berlim etc. Camphausen, Hansemann, o procurador público Hecker, e outros mais, levaram adiante medidas amplamente pífidas e bárbaras (cf. Marx, 2010c). Mas é também um período em que despontam ideólogos de jornais comprometidos com a ordem, além de professores e outras categorias interessados na legitimação da monarquia constitucional. Trata-se de um período conturbado e que serve para a análise da forma política, isto é, um tipo e modo de atuação da dominação política correspondente ao modo de entificação do capitalismo na Alemanha.

Chama a atenção a fórmula impossível de um “domínio burguês e forma da monarquia constitucional” (*ibidem*, p. 341) ou, ainda, de um “feudalismo aburguesado” (*ibidem*, p. 99). A comparação entre os processos revolucionários é esclarecedora. “As revoluções de 1648 e de 1789 não foram as revoluções *inglesa e francesa*”, disse Marx, “foram revoluções de tipo *européu*. Não foram o triunfo de uma *determinada* classe da sociedade sobre a *velha ordem política*; foram a *proclamação da ordem política para a nova sociedade europeia*. Nelas triunfou a burguesia; *mas o triunfo da burguesia* foi então *o triunfo de uma nova ordem social*” (*ibidem*, p. 323; grifos no original). Por outro lado, “Não houve nada disso na *revolução prussiana de março*” de 1848. Explicou Marx que a “revolução de fevereiro *suprimira* a monarquia constitucional efetivamente e a dominação da burguesia na ideia. A revolução prussiana de março devia *criar* a monarquia constitucional na ideia e a dominação da burguesia na efetividade. Bem longe de ser uma *revolução europeia*, era apenas o retardado eco débil de uma revolução

européia num país atrasado” (*ibidem*, p. 324). É essa conciliação com o velho num capitalismo atrasado que parece impor à forma política um prolongamento de seu momento repressivo. Trata-se de um traço específico da *via prussiana* e não uma teoria do Estado que seja, de maneira abrangente, capaz de sintetizar todos os modos possíveis de atuação do Estado. É nesses termos que se determina a miséria alemã:

Mas, na *França*, a burguesia passou para a *vanguarda* da contrarrevolução depois de ter derrubado todos os obstáculos que havia no caminho da dominação de sua própria classe. Na *Alemanha* ela se encontra rebaixada a *caudatária* da monarquia absoluta e do feudalismo antes de ter ao menos garantido as condições vitais básicas de sua própria liberdade civil e dominação. Na França ela se apresentou como déspota e fez sua própria contrarrevolução. Na Alemanha ela se apresentou como escrava e fez contrarrevolução de seus próprios déspotas. Na França ela venceu para humilhar o povo. Na Alemanha ela se humilhou para que o povo não vencesse. A história inteira não mostra outra *miséria tão ignominiosa* como a da *burguesia alemã*. (*ibidem*, p. 259; grifos no original)

A ausência de uma revolução autenticamente liberal, a conciliação do novo com o velho, tornou a forma política repressiva como um modo mais duradouro de atuação do Estado. O próprio Marx explica essa conciliação para insinuar a permanência de uma forma política feudal ao descrever que se pretendia “fundar o domínio da burguesia concluindo ao mesmo tempo um compromisso com a velha política e o velho Estado feudal”. O preço a se pagar é alto, pois “nessa tarefa dúplice e plena de contradições, vê a todo momento o domínio ainda a ser fundado da burguesia e sua própria existência sobrepujados pela reação no sentido absolutista, feudal – e sucumbirá a ela. A burguesia não pode lutar por seu próprio domínio sem se aliar provisoriamente a todo o povo, sem, por isso, apresentar-se como mais ou menos democrática” (*ibidem*, p. 161). A conciliação impede um movimento democrático que, inclusive, comportaria outros modos de atuação do Estado. Ao manter a forma feudal para lidar com uma classe trabalhadora já consciente das circunstâncias históricas de sua luta – à medida que aprendeu com as lutas na Inglaterra e na França –, implicou uma “atividade efetiva, tangível, popular [...] puramente *policial*”. E “aos olhos do proletariado e da democracia *urbana*” surgia “o *velho Estado policial e burocrático* modernizado” (*ibidem*, p. 336, grifos no original).

É claro, porém, que não cabem análises unilaterais que deformam a realidade e para as quais só existem o dia e a noite, nunca o anoitecer ou o amanhecer. O “desarmamento da Guarda Civil”, ainda que, contraditoriamente, feito exclusi-

vamente nos bairros dos funcionários prussianos, foi “um trunfo para a causa popular” (*ibidem*, p. 281). Mais expressivo ainda é o modo pelo qual o ministério prussiano, sob a direção de Camphausen, buscou de todas as formas “apanhar ainda alguns centavos de popularidade, provocar a compaixão pública pela garantia de que se retira da cena do Estado como logrado”. Certamente tais políticos ocupavam a cena política e procuraram angariar legitimidade para as suas ações e encontravam ecos nos ideólogos dos jornais, das universidades e dos funcionários da burocracia (como os procuradores). Isso mostra que, não obstante a cotidiana atuação repressiva do Estado, esta não resume o movimento da forma política. É certo também que, como disse Marx na sequência, “a serviço da grande burguesia, [Camphausen] teve de procurar privar a revolução de seus frutos democráticos; em lutar contra a democracia, teve de se aliar ao partido aristocrático e tornar-se o instrumento de seus apetites contrarrevolucionários” (*ibidem*, p. 113). Isso é suficientemente claro na indicação de que a durabilidade do momento repressivo do Estado que se erguia na *via prussiana* deve-se à conciliação entre a fraca burguesia nacional alemã e os interesses feudais, garantindo a formação de um Estado capitalista não autêntico, correspondentemente à forma débil do capitalismo ascendente.

Vê-se que não faz qualquer sentido atentar contra Marx fazendo dele uma caricatura não dialética. Com as rápidas indicações temos à disposição aquela relação entre universalidade e particularidade para apreensão do movimento da forma política em seus diferentes momentos coabitantes dos Estados capitalistas em suas particularidades – movimentos particulares que, não obstante, influenciam-se também reciprocamente... Não apenas tais Estados concretos não estacionaram no momento repressivo, como também atuaram no processo de convencimento das massas, no reconhecimento de direitos, inclusive “protetivos”, embora tenham servido como mediação de preservação das contradições que são a sua base real. Aqui se marca o *sincretismo* dos Estados concretos, que se dá em graus variados, segundo as condições históricas específicas.

E é bom que se diga uma vez mais que o movimento que identificamos nas formas políticas dos casos concretos deve-se não a uma lógica própria, mas aos nexos com as forças motrizes de ordem primária sobre as quais também atuam reciprocamente as formas concretas dos Estados. As diferentes circunstâncias históricas na formação do capitalismo, cujas leis gerais só podem se manifestar nos casos particulares, iluminam o movimento real da forma política. A comparação entre os casos da Inglaterra, da França e da Alemanha teve essa intencionalidade, ao trazer para o primeiro plano as correspondências e reciprocidades entre as formas de dominação política e as vias de objetivação do capitalismo. O que Marx procura fazer é reproduzir a lógica desse movimento das reciprocidades, e jamais o desenho de um conceito ou “concepção” mais “ampliada ou restrita” do Estado, jamais se tornaria preso a binômios reducionistas e negativos como

repressão-ideologia, coerção-consenso. O freio racional, assim como as demais medidas que acompanhamos nos casos concretos, são produtos autênticos do capitalismo desenvolvido que requer um sincretismo de Estado que abarque algumas necessidades fáticas nascidas das condições sociais sem que, com isso, seja a expressão dos interesses de classe dos trabalhadores.

E o que dizer, por fim, das passagens escolhidas do *Manifesto* por Coutinho para traçar a “concepção restrita de Estado” em Marx? Deixamos propositalmente essa questão para o final, depois de acompanhar, ainda que superficialmente, o movimento da forma política. Tais passagens do *Manifesto* não podem ser tomadas como o cume alto do desenvolvimento da análise de Marx, como faz o autor brasileiro. Não devemos recorrer ao argumento de que se tratava de um recurso panfletário sem apontar que todo o itinerário marxiano ilumina questões apenas telegrafadas no material de 1848, escrito em meio às conturbações que marcaram toda a Europa no período – sem mencionar o fato de que o *Manifesto* tem suas raízes mais profundas nos materiais de Engels (1976a, p. 96; 1976b, p. 341). As passagens mais decisivas explicitam nada mais do que a dominação política que é forma da dominação econômica. Marx e Engels escreveram que o movimento histórico das sublevações políticas que culminaram na sociedade burguesa “não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado” (1998, p. 40). Ao reter apenas isso, os defensores da tese do Estado-coerção em Marx retiram de cena que “cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente” (*ibidem*, p. 41), avanços nada desprezíveis, como as formas de emancipação política, aquisição de direitos, protetivos e assistenciais, as quais vieram à tona pela letra de Marx. Repete-se com frequência que “o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”, mas não se acentua que isso se dá na medida da “soberania política exclusiva no Estado representativo moderno” (*ibidem*, p. 42) – isto é, sincrético ao incorporar determinadas reivindicações trabalhistas –, nem que se comportam disputas entre as próprias frações burguesas que podem, vez por outra, abrir brechas às necessidades fáticas dos trabalhadores. Retém-se que “o poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra” (*ibidem*, p. 59), esquecendo-se que esse, de fato, é um dos seus momentos e que, nessas condições de antagonismo de classes, o Estado é forma desse antagonismo e funciona no sentido de sua conservação, mas não é o resumo do movimento do complexo político. Retira-se de cena toda a complexidade do movimento real da forma política que Marx pôde expressar ao longo de seu itinerário intelectual e do qual o *Manifesto* é um capítulo propagandístico, assim como outros, e não o cume alto de seu desenvolvimento. É preciso transformar Marx num homem avesso ao movimento real para imputar-lhe uma “concepção” estática de qualquer tipo.

IV

A conclusão que leva à tese do Estado-coerção em Marx, como mero instrumento, sem mais, nas mãos das classes dominantes, padece das deficiências de uma postura não dialética e com baixo rigor analítico dos próprios textos marxianos postos como alvos da crítica.

A tese é também bastante redutora. Por que razão apenas no *Manifesto* a tese do Estado-coerção encontraria respaldo e não antes, nos textos desse período de 1843-1844 ou depois de 1848? É toda obra de Marx que se ilumina a partir do *Manifesto* ou, ao contrário, é o *Manifesto* que se revela telegráfico, dados os objetivos postos, quando se toma todo o itinerário marxiano? Mas isso também seria o fracasso da própria tese sustentada particularmente por Coutinho, pois Gramsci teria, nesse sentido e apenas nesse sentido, superado tão somente um instrumento de propaganda.

Ao retomar a maneira como Marx buscou, nos casos concretos, identificar o movimento real da forma política no nexos com as forças motrizes de ordem primária, fica evidenciada a reciprocidade entre os traços universais, comuns, dos Estados capitalistas e a particularidade de cada caso. Desse modo, foi possível determinar que a violência extraeconômica é uma possibilidade que não resume o complexo da política, sem deixar de ser com isso um dos seus momentos recíprocos importantes.

Embora nosso objetivo não seja o de explorar extensamente essas questões, é possível, a título de hipótese para trabalhos futuros, deixar indicado que o condicionamento recíproco entre os modos de atuação do Estado tem como força central a própria insuficiência imanente das medidas administrativas frente aos problemas sociais, isto é, o seu caráter não resolutivo das contradições sociais por meios meramente “administrativos” condiciona também a explicitação de meios repressivos. Mas tais meios repressivos não podem ser únicos, nem muito duradouros, pois isso leva necessariamente à contestação da universalidade objetivamente aparente do Estado. Se, como disse Chasin (2000, p. 96), a violência do Estado é seu fracasso, é preciso acrescentar: é um fracasso condicionado pela impotência dos próprios meios políticos em resolver as contradições que são sua base real.

Os diversos modos de atuação do Estado, da repressão, do convencimento, da dívida pública, do controle do crédito, da construção de escolas e ferrovias, do reconhecimento de direitos etc.; todos esses elementos foram necessários para a gênese e reprodução do capitalismo e isso, por si só, denota o caráter de classe do Estado, ainda que possa ser mediação para assuntos comuns e, vez por outra, possa surgir como uma espécie de proteção sempre provisória da classe trabalhadora como necessidade imanente do modo de produção capitalista, isto é, por efeito da própria luta de classes que se trava sob a capa da expressão política. Vemos claramente aquele *sincretismo político* em que o Estado precisa, por efeito

da própria necessidade de reprodução, incorporar necessidades e demandas sociais que não ameacem o conjunto das relações – incorporação, portanto, que pode retroceder, como frequentemente o faz. E esse sincretismo comporta o duplo movimento de medidas administrativas e de coerção direta (entre outras) como respostas do Estado frente aos problemas sociais ou às suas expressões.

É possível mesmo dizer que as medidas administrativas na forma dos direitos protetivos e assistenciais não são apenas, como nos deuses hindus, um dos braços esquerdos do capital mediado pelo Estado frente à luta de classes, mas uma *forma* da compulsão econômica por meios que, mais sutis que a coerção política direta – mais democráticos, por assim dizer –, aparecem na realidade mesma como desconectados de uma estrutura de dominação. Como escreveu Lukács, “o Estado, o aparelho do poder político” não é “uma mediação da dominação econômica da sociedade, mas imediatamente essa própria dominação” (2003, p. 150).

A atuação do Estado desenvolvido, portanto, dá-se por uma unidade entre modos de atuação, dos quais destacamos a repressão direta e medidas administrativas em que tais elementos existem simultaneamente e se condicionam. O caso inglês é, nesse sentido, instrutivo. O momento da coerção veio historicamente primeiro e o desenvolvimento da classe trabalhadora forçou certo recuo desses meios, mas apenas na medida em que a classe que se formava caía diretamente sob as relações de dependência econômica. Medidas administrativas tomam lugar da coerção direta, mas podem ceder lugar novamente à coerção extraeconômica na medida mesma que tais meios administrativos são ineficazes, por princípio, na abolição dos problemas sociais e, portanto, não eliminam as classes nem suas tensões; antes, as pressupõem. Se considerarmos os efeitos das circunstâncias econômicas que fazem recuar direitos sociais e trabalhistas – como os séculos XX e XXI testemunham –, é de se notar que as formas regressivas de atuação do Estado mostram-se mais à luz do dia precisamente nos períodos de crise. Quer dizer, o modo de atuação do Estado é profundamente condicionado pelas circunstâncias econômicas, pelo estágio da luta de classes e, claro, pelo esclarecimento social da classe trabalhadora nessa luta. Temos então uma relação, no interior de uma unidade, entre repressão direta e medidas administrativas, uma unidade de movimento não próprio, porque se regula por circunstâncias e relações que estão fora dela, mas que também são por ela condicionadas.

O movimento dos condicionamentos recíprocos é histórico e respeita as circunstâncias também nacionais. O tipo europeu, como escreveu Marx, ou a *via clássica* da Inglaterra e da França, mostra que com a revolução liberal e sob a supremacia da burguesia, a consolidação da dominação econômica torna a coerção extraeconômica uma medida extraordinária. As medidas administrativas estão em reciprocidade com a dominação econômica, tomando lugar da coerção

estatal direta. As medidas administrativas, ao invés de solucionar os problemas sociais, na verdade disciplina-os e perpetua-os, tornando-os objetos de administração. É o caso das *Workhouses*, dos *Dépôts*... As crises, como episódio cíclico perturbador de primeira ordem, forçam a classe trabalhadora à contestação das condições de vida e das medidas administrativas mais diretamente porque estas se mostram insuficientes ou ineficazes. A depender do agravo das contestações, da disposição das classes dominantes em manter os anéis nos dedos e do grau de organização dos trabalhadores – na medida mesma das insuficiências das medidas administrativas em alterar as causas das condições de vida –, a coerção extraeconômica torna a se manifestar, de modo espasmódico. Mas esse condicionamento recíproco no interior da unidade, abstraindo todos os demais modos de atuação já aludidos, é dado por uma força não imanente ao amplo complexo político, isto é, pelas circunstâncias econômicas, o estágio da luta de classes. Além disso, quanto mais esclarecida socialmente – e não apenas politicamente – for a classe trabalhadora, menos seu alvo principal é tão somente o Estado, e mais são as condições de reprodução de sua vida, das quais o Estado é forma. O que temos então é uma complexa reciprocidade, no interior de uma unidade maior, entre coerção direta e medidas administrativas, de um lado, e, de outro, entre essa unidade e as condições econômicas, o estágio da luta de classes, a consciência da classe trabalhadora, assentadas sobre a lógica do valor.

Na via prussiana, até onde Marx mesmo pôde acompanhar, a conciliação impossível do novo com o velho para fundar o novo provocou todo tipo de ressonância na forma política em correspondência a um capitalismo atrasado. A forma monárquica para um conteúdo burguês, num território em que a classe trabalhadora já adquirira certo grau de consciência, “exigiu” um modo mais repressor de atuação do Estado, ainda que também comportasse outros modos... Camphausen, como vimos, pôde atestar. A durabilidade e a intensidade do modo repressivo na Alemanha explicam-se, entre outras coisas, pela fraqueza de sua burguesia, que aceitou a perseverança dos aspectos feudais. A ausência de uma autêntica revolução liberal, que reduzisse o Estado feudal aos escombros, cedeu lugar a uma conciliação entre as classes então dominantes às custas de uma forte repressão das massas trabalhadoras. Os limites temporais da vigência dessa forma na Alemanha constituem uma questão que só pode ser esclarecida pela análise histórica dos períodos subsequentes, os quais, lamentavelmente, Marx não testemunhou...

Com efeito, esses casos concretos permitem que se avalie o quão distante aquela tese do Estado-coerção está da potência marxiana em reproduzir o movimento real da forma política e de seus nexos com as forças motrizes de ordem primária. Eles mostram toda a riqueza e complexidade que no presente texto só foi possível sugerir superficialmente. De todo modo, fica evidente que só se pode sustentar a tese que combatemos convertendo Marx no que ele não era: um pen-

sador avesso ao movimento das formas em reciprocidades aos seus conteúdos, a um materialista antidialético, a um dogmático, a algo que até mesmo Gramsci – que inadvertidamente inspirou a tese do Estado-coerção – só pôde identificar em Lassalle.

Referências bibliográficas

- BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado*. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- CHASIN, J. “As máquinas param, germina a democracia!” *In: A miséria brasileira: 1964 – 1994: do golpe militar à crise social*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000a, pp. 79-108.
- COUTINHO, C. N. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- ENGELS, F. “Draft of a Communist confession of Faith.” *In: Collected Works*, v. 6, Lawrence & Wishart, 1976a.
- _____. “Principles of Communism.” *In: Collected Works*, v. 6, Lawrence & Wishart, 1976b.
- _____. “Socialism: utopian and scientific.” *In: Collected Works*, v. 24, Lawrence & Wishart, 1989.
- _____. “Ludwig Feuerbach and the end of classical German philosophy.” *In: Collected Works*, v. 26, Lawrence & Wishart, 1990.
- _____. “Prefácio.” *In: MARX, K. As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- _____. “A revolução contra o capital”. *In: Escritos políticos*, v. 1, Lisboa: Seara Nova, 1976.
- _____. *Quaderni del carcere*. Volume Terzo, Torino: Giulio Einaudi editore, 1977a.
- _____. *Quaderni del carcere*. Volume Secondo, Torino: Giulio Einaudi editore, 1977b.
- _____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- JESSOP, B. “Althusser, Poulantzas, Buci-Glucksmann: desenvolvimentos ulteriores do conceito gramsciano de Estado integral.” *Crítica Marxista*, n.29, pp. 97-121, 2009.
- LENIN, V. I. “Sobre o Estado.” *In: Obras escolhidas*. v. 3. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- _____. “O Estado e a revolução.” *In: Obras escolhidas*. v. 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1988a.

- _____. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1988b.
- LIGUORI, G. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MANDEL, E. *The late capitalism*. London: New Left Review Edition, 1976.
- _____. *The Marxist theory of the State*. New York: Pathfinder Press, 1971.
- _____. MARX, K. Zur Judenfrage. *Werke*. Bd 1. Berlin: Dietz Verlag, 1976.
- _____. "On the Hague congress." *In: Collected Works*, v. 23, Lawrence & Wishart, 1988.
- _____. *Sobre a questão Judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- _____. Glosas críticas ao artigo "'O Rei da Prússia e a reforma social'. De um prussiano". *In: MARX, K. & ENGELS, F. Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- _____. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Educ, 2010c.
- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- _____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- _____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011c.
- _____. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012b.
- _____. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012a.
- _____. *O capital*. v. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- PAÇO CUNHA, E. "Violência e formação da classe trabalhadora: limites da imputação a Marx de uma concepção restrita do Estado." *In: VII Coloquio Internacional "Teoría Crítica y Marxismo Occidental. Marxismo y violencia"*. Buenos Aires: Editorial Herramienta, 2014.
- POULANTZAS, N. *O estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Graal, 1980.
- ROSENBERG, A. *Democracia e socialismo*. São Paulo: Global, 1986.
- TEXIER, J. *Revolução e democracia em Marx e Engels*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

Artigo recebido em 16 de agosto de 2016

Artigo aprovado em 14 de dezembro de 2016

Partidos políticos enquanto objetos de estudo: um balanço crítico de sua trajetória e das abordagens predominantes

Political parties as objects of study: a critical assessment of its history and the prevailing approaches

Marcio Lauria Monteiro*

Resumo

O presente artigo apresenta um balanço crítico da trajetória dos partidos políticos enquanto objetos de estudo, com ênfase nos partidos de orientação proletária – da forma como eram abordados quando do surgimento da chamada “história do movimento operário” (século XIX), passando por sua saída de cena quando da transformação desta em “História do Trabalho” (décadas de 1960-70), até a forma como são hoje predominantemente abordados pela “Nova História Política”. Em relação a esta última, é realizada uma análise mais minuciosa, que destrincha seus pressupostos teóricos (marcados pelo paradigma culturalista) e seus problemas analíticos (derivados da sua apologia e sua naturalização do capitalismo).

Palavras-chave: Partidos políticos; História do Trabalho; Nova História Política.

Abstract

This article presents a critical assessment of the trajectory of the political parties as objects of study, with emphasis on proletarian-oriented parties – the way they were addressed when the emergence of the “labor movement history” (XIX century), through its shadowing when that one was transformed into “Labor History” (decades of 1960-70), to the way they are, nowadays, predominantly addressed by the “New Political History”. Regarding the latter, a more detailed analysis is presented, which goes into its theoretical orientation (marked by the culturalist paradigm) and its analytical problems (derived from its apology and naturalization of capitalism).

Keywords: *Political parties; Labor History; New Political History.*

* Mestre e doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense. Agradeço à Prof.^a Dr.^a Virgínia Fontes e ao Prof. Dr. Carlos Zacarias de Sena Jr. pelas críticas e sugestões em relação a versões prévias dessas reflexões, e à equipe da revista pela revisão atenciosa. Endereço eletrônico: marciolmonteiro@gmail.com / <<https://uff.academia.edu/MarcioLauriaMonteiro>>.

[...] é a partir do modo de escrever a história de um partido que resulta o conceito que se tem sobre o que é um partido ou sobre o que ele deva ser.

Antonio Gramsci

Introdução

Atualmente, quem deseja abordar um partido político enquanto objeto de estudo, em particular aqueles de orientação proletária e/ou antissistêmica, enfrenta um sério problema: a ausência tanto de reflexões teórico-metodológicas críticas que possam orientar a pesquisa, quanto de um amplo reconhecimento da validade e necessidade desse tipo de estudo, especialmente no campo da História. Mas nem sempre foi assim.

Por volta do final do século XIX, alguns dos agrupamentos de tipo partidário que se reivindicavam portadores dos interesses da classe proletária (especialmente a social-democracia, de orientação marxista) angariaram considerável influência de massas em partes da Europa, tornando-se assim um fator inegável na vida política dos respectivos países onde atuavam. De forma concomitante com essa escalada, começou-se a produzir narrativas históricas que dessem conta de apresentar as origens, propostas, conquistas e lideranças dessas organizações.

Tais narrativas dividiam-se, de um lado, entre aquelas que atendiam ao objetivo de introduzir tais organizações e suas tradições às novas gerações de militantes e, de outro, aquelas que visavam melhor conhecer aquilo que se considerava como um adversário ou mesmo inimigo a ser combatido. O mesmo ocorreu com formações políticas proletárias mais abrangentes, como os sindicatos e organizações de tipo mutuário, que também viveram ao longo do século XIX uma forte expansão e fortalecimento e que em grande parte constituíram o terreno no qual vieram a florescer as organizações partidárias.

Daí se originou aquilo que passou a ser chamado de “história do movimento operário”. Inicialmente, essa história das organizações políticas da classe proletária, fossem sindicatos ou agrupamentos de tipo partidário, foi por muito tempo desenvolvida predominantemente por militantes e por fora do meio universitário. Tal quadro só foi alterado significativamente a partir da segunda metade do século XX, quando vários fatores fizeram com que ela passasse a ter mais espaço dentro das universidades, levando, assim, tanto à “profissionalização” dessa história, quanto a uma profunda mudança em termos de métodos, de problemáticas e mesmo de objetos por ela abordados.

Em grande parte, tais alterações foram reflexo de diversas mudanças interconectadas ao âmbito da conjuntura política mundial, que afetaram não só os próprios partidos e organizações classistas, mas também os referenciais episte-

mológicos que informavam a atuação dos historiadores profissionais. Os dois grandes momentos de inflexão que afetaram tanto objeto quanto historiografia foram as décadas de 1950-60, profundamente marcadas por um espírito revolucionário anticapitalista, e as décadas de 1980-90, marcadas, por sua vez, pelo triunfo momentâneo da reação conservadora a esse espírito.

Assim, ao longo do século XX, o que era a história do movimento operário, quase que exclusivamente produzida pelos próprios militantes (à exceção das narrativas feitas por seus adversários declarados), adentrou cada vez mais o meio universitário, expandiu-se através da produção de historiadores profissionais (que não necessariamente possuíam vínculos diretos com seu objeto de estudo) e se transformou consideravelmente. Nas décadas de 1960-70, esse processo culminou na criação daquilo que se convencionou chamar “História do Trabalho” – isto é, não apenas uma história do movimento operário e suas organizações formais, mas da classe trabalhadora como um todo, incluindo aí suas parcelas não organizadas politicamente.

Por sua vez, essa área de estudos renovada e profundamente transformada, logo cedo, enfrentou uma grande crise nas décadas seguintes, frente às derrotas e desarticulações sofridas pelos movimentos classistas, as quais colocaram em xeque a relevância destes enquanto objetos de estudo. E, por fim, reergueu-se posteriormente sob diferentes propostas, já na virada do presente século, como, por exemplo, a de uma “História Global do Trabalho”.

Ao mesmo tempo, no decorrer desse processo de transformação-crise-recuperação da história do movimento operário e da História do Trabalho, o estudo dos partidos de orientação proletária e/ou antissistêmica, antes um dos objetos centrais daquela área, foi sendo marginalizado e cada vez mais apropriado por outro nicho de estudos acadêmicos – o da chamada *Nova História Política*, surgida na França em meados da década de 1970, a partir de nomes como René Rémond, Jacques Julliard, Jean-François Sirinelli e Serge Berstein. Estes, frequentemente, apresentam uma posição hostil ao classismo proletário, ao marxismo e a projetos antissistêmicos em geral, realizando, através de seus estudos, hoje bastante influentes, apologias abertas ou veladas da ordem capitalista.

Ao longo das próximas seções serão apresentadas tanto uma síntese desse percurso dos partidos políticos enquanto objetos de estudo, analisando-se de forma mais detida a maneira predominante como os mesmos vêm sendo estudados atualmente pelos adeptos da *Nova História Política*, quanto uma problematização, desde um ponto de vista marxista, do caráter apologético e dos pressupostos teóricos e metodológicos da mesma. Com isso, espera-se contribuir para uma reflexão crítica acerca do atual quadro, a qual deve ser complementada, em outra ocasião, com proposições teórico-metodológicas alternativas melhor sistematizadas.

Da história do movimento operário aos altos e baixos da História do Trabalho

Não foi fato fortuito que a escrita da história dos partidos de orientação proletária tenha sido iniciada, e por longo tempo realizada, predominantemente pelos seus próprios protagonistas. Conforme ressalta o historiador Georges Haupt (1985, p. 213), “nenhum movimento social experimenta uma tal ligação com sua própria história nem sente tanto a necessidade, e o imperativo mesmo de ligar o passado ao presente, quanto o movimento operário” – principalmente entre aqueles, como os marxistas, que consideram que o proletariado possui uma “missão história” a desempenhar, o que torna imperativo a existência de uma consciência acerca de seu passado.

Todavia, se, por um lado, as primeiras iniciativas de narrativas históricas acerca dos partidos da classe trabalhadora cumpriram importante papel pioneiro, ao abordar um objeto em grande parte negligenciado pela história “profissional” da época, por outro, o caráter militante de tais narrativas imprimiram nelas uma série de características peculiares. E, não raro, estas peculiaridades assumiram uma forma prejudicial para o frequente objetivo de armar politicamente novas gerações de militantes.

Uma das características mais marcantes dessa historiografia, que se convencionou chamar de “tradicional”, era seu caráter frequentemente *legitimador*. Conforme aponta Eric Hobsbawm (2000, p. 18), esta era marcada pela tendência dos autores a produzir uma “história oficial”, buscando legitimar a existência e o conjunto de posições de determinado partido ou organização de forma a apontá-lo como o verdadeiro representante das causas proletárias. Em um balanço da historiografia brasileira, o historiador Cláudio Batalha (2001, p. 147) também identifica uma primeira história, a qual nomeia de “militante”, e que ele aponta possuir uma função legitimadora, sendo, por isso, marcada por um “estilo hagiográfico”, isto é, por um caráter laudatório semelhante à história dos santos escrita pela Igreja Católica – característica facilmente encontradas também na produção europeia inicial.

Para Hobsbawm (2000, p. 15), isso derivaria da dupla posição desses indivíduos, a um só tempo historiadores e militantes, os quais “situam-se num ponto de encontro entre os estudos acadêmicos e a política, entre compromissos de ordem prática e compreensão teórica, entre interpretar o mundo e transformá-lo”. Assim, estes frequentemente se viam em uma encruzilhada quando se tratava de relatar aspectos do passado das organizações com as quais se identificavam e que poderiam ser; de alguma forma, danosos à imagem das mesmas. Se esse apontamento de Hobsbawm não deixa de conter verdades, ele, todavia, exala certo positivismo (a ideia da “contaminação” pelo engajamento), que se faz bastante presente na percepção dos fundadores da História do Trabalho em relação à “tradicional” história do movimento operário, conforme se verá adiante.

Nomeando de “utilitarista” a historiografia produzida quando se opta por

esconder tais aspectos possivelmente negativos e relatar apenas aquilo que ajuda a enaltecer o grupo estudado, Haupt (1985, p. 215) aponta que esta acabava por assumir uma função de “legitimação”, transformada em “instrumento da justificação, da autojustificação”. Nesse sentido, critica tal historiografia argumentando que “ela consiste em forjar a coesão, em demonstrar a continuidade, em perpetuar as lendas oficiais que servem de referência e que ocupam o lugar da explicação”.

Esse *modelo justificador* (ou legitimador) de narrativa histórica, indica Haupt (pp. 217-219), tomou conta das narrativas produzidas pelos partidos social-democratas da II Internacional, que estabeleciam um controle institucional sobre muitas das fontes da história operária e produziam, assim, uma narrativa “oficial” tanto da sua existência, quanto do movimento operário como um todo, uma vez que se julgava o representante legítimo deste. Tal narrativa excluía aspectos indesejados da história do partido, como derrotas, crises etc., favorecendo-se, nessa empreitada, do fato de que muitas vezes a documentação utilizada como fonte encontrava-se sob controle do próprio.

Com o racha da II Internacional e a criação da Internacional Comunista, continua Haupt, intensificou-se ainda mais o utilitarismo dessas histórias oficiais, que se tornaram instrumento de legitimação em uma batalha por hegemonia política. Esse quadro se agravou com a emergência do stalinismo, com seu modelo de centralismo sem espaço para divergências internas e sua obsessão em controlar aquilo que se escreve sobre o passado.

Ao se debruçar sobre a questão e, partindo de um ponto de vista hoje minoritário – de que a história operária não deve abandonar seu papel militante –, tal historiador critica, *justamente por isso*, tal caráter apologético da abordagem tradicional da história operária, pois este impediria um balanço sério dos acertos e erros do passado. Apontando o social-democrata alemão, e conhecido biógrafo de Marx, Franz Mehring, como uma referência de como se fazer uma boa história operária, Haupt (p. 217) afirma que “Ele concebe ao mesmo tempo o objeto da história e sua utilização como uma reflexão crítica sobre a práxis que é o passado”.

Assim, para Haupt (p. 217), o modo de se fazer história operária deveria ser “engajado e crítico porque se quer militante e não piedoso exercício de hagiografia destinado a perpetuar as convenções admitidas”. Portanto, o compromisso com a verdade (“interpretar o mundo”) deveria ser ainda mais forte, uma vez adotada uma perspectiva militante (“transformá-lo”). Pois, mais do que um compromisso ético, existe a necessidade prática de não falsificar o passado caso se deseje contribuir para futuras vitórias da classe proletária, incluindo aí balanços necessários dos erros e derrotas para que sejam evitados no futuro.

Ainda outra característica que marcava fortemente a história “tradicional” era seu *caráter institucional* – não de todo separado das suas tendências “justificadoras”. Tal historiografia igualava a história da classe trabalhadora à de seu

movimento político e este a seus partidos/organizações em particular. Frequentemente, também igualava os círculos dirigentes desses partidos e organizações ao grupo como um todo, elevando ainda mais o grau de reducionismo, ao negligenciar não só os trabalhadores não organizados politicamente e grupos rivais, como as próprias bases do partido ou organização, suas divergências internas, dissidências etc. (cf. Haupt, 1985, p. 2010 e Hobsbawm, 2000, p. 17).

E para além dessas duas características negativas que marcaram profundamente as primeiras narrativas acerca das organizações políticas proletárias, sua função justificadora e seu foco institucional, Sílvia Peterson (1997, p. 68) ainda chama atenção para mais algumas, em grande parte delas derivadas, tais como a persistência de um caráter polêmico em seu estilo de escrita, o foco no registro de “feitos heroicos” e a negligência do contexto econômico-social no qual se situavam as organizações estudadas.

Esse quadro só veio a se alterar consideravelmente por volta das décadas de 1960-70, fruto tanto de mudanças no meio acadêmico, quanto na arena política. A saber, a emergência, respectivamente, da História Social e da chamada *New Left* – ambas muito ligadas à disseminação de um espírito contestador frente às organizações e orientações políticas que até então detinham influência de massa (a social-democracia e o stalinismo). Espírito esse que fez com que muitos não mais vissem as formas partido e sindicato – igualadas a engessamento e burocratismo – como centrais para a mobilização política.

Segundo Hobsbawm (2000, p. 20), por si só, a paulatina “profissionalização” da história do movimento operário já teria levado a diversas mudanças na forma como essa história era escrita. Pois, afirma ele, a produção a partir da universidade demanda a adoção de uma série de rigores metodológicos antes ausentes na historiografia “tradicional”, tais como a utilização de uma bibliografia mais vasta, a submissão à crítica dos pares e maiores cuidados no trato dispensado ao uso das fontes.

Mais uma vez há elementos de verdade nessa análise, mas não se pode perder de vista que a produção de historiadores “profissionais” também é permeada por uma série de peculiaridades de efeitos negativos e que o estatuto de produção universitária não é nenhuma garantia de qualidade superior. Nesse sentido, é possível afirmar que Hobsbawm (diferentemente de Haupt, que valoriza a “boa” produção militante) vê no estatuto “universitário” do saber certa salvaguarda em relação à qualidade deste – o que está longe de ser verdade, conforme se verá em relação à Nova História Política.

Mais importante do que esse suposto maior rigor metodológico do qual fala Hobsbawm, também se somaram mudanças de caráter teórico à forma como

passou a ser escrita a história do movimento operário. Tais mudanças foram inicialmente realizadas, especialmente, por historiadores originalmente associados ao Partido Comunista Inglês, via o *Communist Party Historians Group* – dentre os quais se destacaram nomes como o do próprio Hobsbawm e também o de Edward Thompson. Influenciados pelos novos ventos políticos, estes historiadores propagaram a perspectiva de uma história *vista de baixo* – isto é, que não tivesse como foco a parcela organizada e militante dos trabalhadores, suas instituições formais e suas lideranças, mas, ao invés, o trabalhador “anônimo”, aquele frequentemente não sindicalizado e distante do movimento operário, visando compreender suas condições de vida, as relações de trabalho nas quais se insere e mesmo seu “cotidiano”.

Essa sua perspectiva fluía, em grande parte, do fato de serem movidos por uma compreensão mais sofisticada do marxismo, resgatando a capacidade de se analisar componentes da realidade ligados ao *âmbito subjetivo* – tais como a consciência, a cultura e a experiência. Perspectiva, portanto, muito distinta do economicismo dos manuais stalinistas, que reduziam o marxismo a uma vulgata superficial e teleológica, na qual a “base econômica” determinava mecanicamente a “superestrutura”, deixando pouco espaço para a agência dos indivíduos. Suas contribuições marcaram profundamente a chamada “História Social”, que se consolidou a partir de então enquanto perspectiva teórico-metodológica, não obstante o termo contemplar uma gama de abordagens variadas (cf. Hobsbawm, 2011, pp. 83-84).

Deve-se salientar, ainda, como outra característica importante dessa nova historiografia do movimento operário, baseada na História Social e na perspectiva de uma “história vista de baixo”, o apreço pela *interdisciplinaridade*, através do diálogo com outros campos das ciências sociais. Diálogo esse que permitiu a adoção de uma série de novas abordagens, incorporadas, como indica Marcel van der Linden (1993, p. 1), pelo intercâmbio com subdisciplinas tais como a história das mulheres, a história cultural, a história das mentalidades e a história urbana, além da adoção de *insights* advindos da sociologia e da antropologia.

Nas últimas décadas, não foram poucos os historiadores do movimento operário que escreveram sobre tais mudanças na forma de se narrar a história desse objeto. Realizando um balanço semelhante ao de Hobsbawm, Batalha (2001, p. 153) afirma que “A história operária deixou de ser unicamente a história do movimento operário organizado”: a partir desse momento, entraram em cena “as condições de existência diária, o cotidiano operário”, surgindo novos temas de estudos ou ganhando maior importância determinados temas que antes eram tratados de maneira secundária.

Por sua vez, Leon Fink (2012, p. 16) afirma que “os Novos Historiadores do Trabalho inseriram no núcleo temático mais político-institucional dos seus predecessores um interesse mais amplo e mais humanístico no povo trabalhador,

em suas comunidades e sua cultura (e por fim ‘identidades’). E, segundo Van der Linden (2009, [s. p.]), essa nova história ainda foi marcada pela incorporação de novos temas, tais como “relações de gênero, etnia, raça e idade [...] estruturas domésticas, sexualidade e políticas informais”. Com essas mudanças de perspectivas, ressalta por sua vez Batalha (2001, p. 153), também novas fontes passaram a figurar nesses estudos, somando-se às já tradicionais, tais como a imprensa operária e as fontes impressas em geral (panfletos, cartas etc.), os mais variados tipos de fontes orais (entrevistas, discursos) e ainda documentação judicial e policial.

Operou-se, assim, um corte significativo na história do movimento operário, que se “profissionalizou” e se tornou história não mais exclusivamente da parcela organizada do proletariado, mas uma história da classe em suas diversas facetas –passando a ser frequentemente nomeada, a partir de então, de *História do Trabalho*, ou *Nova História do Trabalho*, como forma de marcar sua diferença em relação às origens desse campo de estudos.

Com o tempo, as obras produzidas por historiadores profissionais identificadas com as perspectivas da História Social – em muitos casos dotadas de maior rigor metodológico e, principalmente, de maior sofisticação analítica – passaram a suplantarem em número e visibilidade aquela produção de caráter “justificador”, que era adotada pelas respectivas organizações como uma “história oficial”. Mas cabe ressaltar que a presença de militantes entre esses historiadores “profissionais” não era pequena. Todavia, os fatores supracitados, além de uma certa independência destes em relação a suas respectivas organizações, uma vez que estavam a construir carreiras, levaram muitas vezes a uma produção mais plural e mais sofisticada do que a anterior às décadas de 1960-70.

Todavia, não obstante as enormes possibilidades abertas pelas novas perspectivas que ganharam forma ao longo das décadas de 1960-70 e do verdadeiro *boom* de pesquisas então desenvolvidas a partir delas, essa nova História do Trabalho mal havia se consolidado enquanto área especializada dentro do ambiente universitário quando enfrentou uma grande crise. Nas últimas décadas do século XX, a conjuntura política mundial foi fortemente marcada por uma ofensiva conservadora, que afetou tanto o objeto (movimento e classe operária), quanto sua historiografia.

Os movimentos dos trabalhadores enfrentaram derrotas icônicas e fragorosas, tais como o violento aborto da experiência chilena e sua almejada “terceira via” ao socialismo e o ascenso ao governo dos EUA e da Inglaterra de agendas ultraconservadoras, expressas pelas gestões de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Ao fim da década de 1980, esse giro internacional à direita culminou ainda na vitória das contrarrevoluções que restauraram o capitalismo na URSS, no Les-

te Europeu e na Alemanha Oriental e que produziu uma potente onda de pessimismo e resignação em âmbito internacional.

Todos esses fatores somados auxiliaram a desarticular as resistências proletárias aos ataques que vinham sendo sistematicamente desferidos há uma década contra seus direitos, padrões de vida e organizações políticas, coroando assim a vitória da reação conservadora, que à época da década de 1990 alguns erroneamente enxergaram / comemoraram como definitiva. Cenário que, em parte, só se tornou possível, segundo a avaliação da historiadora Virginia Fontes (2010, pp. 176-191), pela incapacidade dos movimentos antissistêmicos que surgiram a partir dos anos 1960-70 de se articularem em esfera internacional ou mesmo nacional (tendo em vista, nesse âmbito, a fragmentação das “novas” pautas contra formas de opressões extraeconômicas). Ao passo em que as classes dominantes cada vez mais encontraram meios de fazê-lo, assegurando, assim, sua perpetuação no topo da hierarquia social através de pesados investimentos na construção de sua hegemonia.

A essa conjuntura, que colocou em xeque a relevância dos movimentos e organizações proletárias, somaram-se ainda teses sobre a suposta desindustrialização do capitalismo, as quais levaram muitos a questionarem a própria validade da classe trabalhadora como um fator social ainda relevante, fazendo com que a Nova História do Trabalho enfrentasse, na avaliação de Batalha (2001, pp. 153-154), uma verdadeira “crise de identidade”. Assim, como conclui Linden (1993, p. 1), uma área que então já se encontrava bastante fragmentada pela expansão de seus objetos de interesse viu-se gravemente afetada pelo descrédito daquele que seria o ponto de unidade entre esses diferentes novos objetos enfocados.

Foi com muito esforço que essa área de estudos sobreviveu à crise das décadas de 1970-80. Com o novo século, mudanças na correlação de forças políticas mundiais – expressas, por exemplo, no movimento antiglobalização, no ascenso de lutas populares na América Latina etc. –, novas propostas de atualização e expansão da área, bem como uma relativização das ideias de “fim do proletariado” ou “fim da industrialização”, contribuíram para seu retorno e uma progressiva consolidação da mesma.

Para Fink (2012, pp. 17-20), o principal fator que permitiu a recuperação da História do Trabalho após essa crise foi a “partida às fronteiras”, isto é, a exploração de métodos e objetos novos ou até então pouco abordados. Dessa forma, buscou-se, dentre outras mudanças, trabalhar com um horizonte geográfico transnacional; abordar formas de trabalho que fugiam ao que se considerava padrão, tal como o trabalho feminino doméstico e outras formas diversas de mão

de obra não assalariada; abordar trabalho assalariado e escravo de forma não dicotômica, atendendo para as interações e interseções entre ambos ao longo da história; e estudar a realidade mais ampla em que se inserem os trabalhadores, repensando as relações entre estrutura e agência.

Indo por caminho semelhante, Van der Linden (2009, [s. p.]) propôs a transformação da Nova História do Trabalho em uma *História Global do Trabalho*. Isso significaria superar alguns problemas que ainda se faziam presentes na renovação pela qual o campo passou nas décadas de 1960-70. Tais problemas seriam, principalmente, o que este nomeia de “nacionalismo metodológico”, um procedimento que “funde sociedade e Estado e, conseqüentemente, considera os diferentes estados nacionais como espécies de ‘mônadas leibnizianas’ para a pesquisa histórica”. Característica à qual ainda se somaria um “eurocentrismo”, que toma por parâmetro de desenvolvimento as sociedades do Atlântico Norte, construindo hierarquias entre sociedades “avançadas” e “atrasadas”, como se as últimas refletissem estágios mais primitivos das primeiras e estivessem fadadas a repetir seus rumos.

Como alternativa a essas reminiscências da “Velha História do Trabalho” em meio às contribuições da “Nova”, tal historiador defende uma “História Global” focada em temas transnacionais / transcontinentais. Propõe ainda que, sem que se estabeleçam limites temporais, englobem-se formas diversas de trabalho para além do assalariado, como trabalho não-livre e não-remunerado; organizações não formais da classe; e, ainda, o “outro lado” das relações de trabalho (empregadores, autoridades públicas) e seus “complementos” (família).

Advogando um caminho semelhante, Batalha (2006, pp. 96-98), ao defender a importância de se realizar estudos comparados como forma de “distinguir os traços gerais dos específicos no estudo de um dado fenômeno”, reivindica a realização de uma “história transnacional”, bem como outros métodos comparativos. Métodos esses como o que chama de “história cruzada”, destinada a estudar fenômenos semelhantes ocorridos em contextos distintos, e de “história de transferência”, destinada ao estudo de fenômenos culturais que se deslocam geograficamente.

Dessa forma, abraçando novos horizontes, aprofundando a renovação metodológica iniciada nas décadas de 1960-70 e revendo certos pressupostos que punham em xeque a relevância contemporânea da classe trabalhadora, a História do Trabalho sobreviveu à crise na qual entrara ao fim do século XX e tem galgado progressivo reconhecimento.

Atestado disso, por exemplo, é a vitalidade, no Brasil, do GT Mundos do Trabalho da ANPUH (Associação Nacional de História), o qual tem promovido

um periódico homônimo que já dura cerca de oito anos, além de se fazer presente nos encontros nacionais e diversos encontros regionais da Associação, não raro, com mais de um Simpósio Temático. Da mesma forma, internacionalmente são numerosos os periódicos, grupos e institutos de pesquisa associados à perspectiva da História do Trabalho – incluindo iniciativas que buscam concretizar a ideia de uma História Global conforme proposta por Van der Linden e outros.

Todavia, no que tange ao estudo especializado dos partidos políticos de orientação proletária, o quadro está longe de ser positivo. Apesar dos muitos avisos proferidos por historiadores simpáticos às mudanças pelas quais passou a história do movimento operário, sobre não descartar aquilo que se passou a considerar como objetos “tradicionais” (os partidos e demais organizações similares), estes, em grande parte, na realidade o foram, diante do novo foco no trabalhador “comum”, seu cotidiano e a dimensão subjetiva do mesmo.

Para se fazer um paralelo direto com a situação da História do Trabalho no Brasil, pode-se apontar, como sintoma desse desaparecimento dos objetos “tradicionais”, o sumiço do GT História dos Partidos e Movimentos de Esquerda da ANPUH, que havia se originado na Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) em meados da década de 1980. Já o GT da ANPUH Nacional que hoje se dedica aos estudos dos partidos é focado exclusivamente naqueles identificados como pertencentes à direita, ao passo que na Anpocs existe hoje um GT de caráter muito mais abrangente, dedicado a “Partidos e sistemas partidários” e cujo foco é, sobretudo, o universo parlamentar e eleitoral.

Portanto, de objetos antes estudados sobretudo pelos seus próprios militantes e simpatizantes, tanto fora como dentro das universidades, ao longo do processo de renovação, crise e resgate / expansão que transformou a história do movimento operário em História do Trabalho, os partidos políticos passaram a receber maior atenção por parte de historiadores profissionais e posteriormente foram paulatinamente secundarizados e escamoteados para fora dessa área de estudos. Assim, os estudos dos partidos da classe trabalhadora e demais organizações identificadas como “de esquerda” foram, em grande parte, desassociados dos estudos acerca do chamado “mundo do trabalho”, o que implica sérios limites frente às possibilidades que se apresentariam caso estivessem sendo abordados pelos institutos e grupos de pesquisa dedicados à História do Trabalho e identificados com parâmetros críticos, como certos aspectos das vertentes mais progressistas da História Social.

Não que tenham cessado de existir estudos acerca de partidos de orientação proletária e/ou antissistêmica que sejam realizados por historiadores baseados em perspectivas críticas ou mesmo em pressupostos materialistas e dialéticos. Esses ainda existem e, frequentemente, apresentam grande qualidade. Exemplo disso no cenário brasileiro são alguns dos dossiês dedicados a tais objetos publi-

cados pelos *Cadernos AEL* entre 1995 e 2005; aquele publicado pela *Revista História e Luta de Classes* em 2008; dois dos volumes da coletânea *História do Marxismo no Brasil*, publicada pela editora da Unicamp entre 1991 e 2007; além, é claro, de certo número considerável de monografias, dissertações, teses e artigos dedicadas à história de diferentes grupos – número que parece estar crescendo bastante ultimamente.

E também não cessaram de existir espaços institucionais para a realização de pesquisas desse tipo (ainda que reduzidos e relativamente isolados), conforme atesta a existência do Grupo de História dos Partidos e Movimentos de Esquerda da Bahia (associado à Universidade Federal da Bahia) e do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU – associado à Universidade Estadual de Feira de Santana).

Todavia, é raro encontrar artigos focados em tal objeto em publicações mais diretamente vinculadas à História do Trabalho – e, no geral, reflexões *metodológicas* acerca de como estudá-los são quase inexistentes atualmente, mesmo entre os que resistem e continuam a escrever sua história. Em termos de estudos especializados e sistemáticos, estes são atualmente um objeto quase que exclusivo da chamada “Nova História Política”, cujos estudos, representando o reverso dos primórdios da história dos partidos e organizações de orientação proletária, frequentemente professam uma hostilidade mais ou menos aberta a seu objeto e, não raro, os desassocia da realidade na qual estão inseridos, sendo marcados por uma abordagem subjetivista que pouco contribui para se conhecer as propostas políticas e a atuação prática desses partidos e organizações.

Assim, se, por um lado, é positivo que estudos de partidos e movimentos de esquerda venham atravessando um renascimento recente, se comparado ao cenário da virada do século, por outro, deve-se ressaltar, conforme observou o historiador Carlos Zacarias de Sena Júnior (2014, p. 120), que “nem todas as abordagens metodológicas são possíveis quando se pretende lidar com um tema de características essencialmente políticas e sociais como um partido”. Dessa forma, para que se possa separar o joio do trigo, cabe uma análise crítica dos fundamentos hoje hegemônicos por detrás de muitos dos trabalhos realizados.

A ofensiva (neo)liberal e a Nova História Política: culturalismo, anticomunismo e revisionismo historiográfico

Para que se possa compreender devidamente os pressupostos da Nova História Política e a forma como seus adeptos têm escrito a história de partidos, particularmente os de orientação proletária e/ou antissistêmica, é necessário que se tenha em mente que a ofensiva neoliberal do fim do século XX não atingiu apenas a História do Trabalho, mas produziu um pensamento hegemônico sobre os estudos históricos e sociais, estando na base de muitos dos paradigmas que passaram então a predominar.

Do ponto de vista teórico, o principal fruto da ofensiva conservadora, que cresceu a partir de meados da década de 1970 e angariou enorme força nos anos '80, foi o chamado paradigma *pós-moderno*, o qual adquiriu grande popularidade por certo tempo (cf. Wood, 1997). Conforme argumenta o historiador Marcelo Badaró Mattos (2014, p. 70), ao tratar da produção historiográfica brasileira atual, pode-se afirmar que a maneira pela qual tal paradigma se enraizou na área de História foi através da elevação da esfera *cultural* à instância de um *fator determinante* da vida humana, frequentemente visto como dotado de autonomia total em relação às demais esferas. Perspectiva que tem sido criticamente nomeada de *culturalismo*.

Apesar da “marca de nascença” pós-moderna da mesma, é importante ressaltar, como faz o politólogo Álvaro Bianchi (2015), que as correntes de pensamento culturalistas não são exatamente pós-modernas, pois não negam a possibilidade de se produzir metanarrativas históricas – isto é, ir além da mera descrição empírica. Sua especificidade, em termos do debate acerca da cognoscibilidade do real, reside no fato de considerarem “que existe no mundo da cultura um permanente conflito entre diferentes narrativas e que só é possível uma compreensão adequada do real quando essas diferentes narrativas são reveladas” – o que frequentemente leva seus adeptos a uma postura *relativista*.

E conforme analisa a historiadora Emília Viotti da Costa (1994), o crescimento dessa perspectiva culturalista pode ser compreendido ainda como fruto da reação a certo marxismo vulgar, que reduzia os fenômenos subjetivos a meros reflexos mecânicos das relações sociais de produção. Essa reação, entretanto, ao invés corrigir tal reducionismo determinista a partir de uma abordagem mais sofisticada da esfera subjetiva, acabou por simplesmente inverter os polos, descambando para um “total subjetivismo” de matriz idealista. No campo da História do Trabalho, isso levou a que os historiadores não só dessem mais importância à esfera do político que à do econômico, mas que vissem a mesma a partir de uma perspectiva “cultural” (isto é, subjetivista).

Conforme avalia tal historiadora, estabeleceu-se, assim, uma falsa dicotomia entre *estrutura* e *experiência*, quando o caminho a se seguir teria sido buscar uma síntese entre ambos. Mas cabe ressaltar, conforme fazem Sena Júnior (2004) e Mattos (2014, pp. 79-82), que no seio da tradição marxista nunca deixaram de existir diversas abordagens sofisticadas do âmbito subjetivo, a despeito da maior visibilidade e o caráter quase “oficial” adquirido pela vulgata stalinista.

Uma das marcas maiores dessa abordagem subjetivista/culturalista da esfera do político é o uso, por parte de seus adeptos, da problemática noção de *cultura política*. Todavia, conforme ressalta o historiador Ronald Formisano (2001), em um extenso levantamento feito acerca do uso do termo entre historiadores e politólogos norte-americanos entre 1960-2000, a mesma é desprovida de conteúdo claro, sendo frequentemente utilizada como um conceito curinga para

explicar praticamente qualquer coisa (para a qual não se tenha explicações mais precisas). Ademais, aponta, as problematizações realizadas no âmbito da Ciência Política, através das quais se discutiu intensamente se essa noção seria ou não um fator determinante da ação individual, foram, em geral, ignoradas pelos historiadores que dela fazem farto uso.

Não obstante essa falta de precisão quase que proposital, o historiador Ciro Flamarion Cardoso (2012, p. 52) ressalta que os historiadores que fazem uso da noção de “cultura política”, em geral, tomam-na como condicionante principal dos atos e comportamentos individuais. Para muitos deles, ela expressar-se-ia através de “sistemas de representações”, os quais seriam dotados de uma autonomia quase total em relação a outros fatores constituintes da realidade social – e que são muitas vezes a eles contrapostos de maneira simplistamente dualista.

Assim, conforme ressalta Mattos (2014, p. 85), os adeptos dessa noção negam a existência de interesses objetivos e de classes sociais, preferindo antes se pautarem por “discursos”, “imaginários”, “ritos” etc. que constituiriam, no máximo, grupos difusos de indivíduos. E, segundo a crítica das historiadoras Sônia Mendonça e Virginia Fontes (2012, pp. 56-60), os mesmos ainda secundarizam o papel do Estado e dos grupos dominantes na construção e perpetuação de mecanismos de poder e dominação, em prol de um foco de matriz foucaultiana nos “micropoderes” – visando, com isso, “evitarem considerações clássicas sobre o poder e quem o exerce ou, em outras palavras, quem obtém o que, por que e como”.

Ademais, Mattos (2014, pp. 84-86) também chama atenção para o fato de seu uso ser constantemente marcado por uma dimensão unificadora e por uma secundarização de conflitos – seja no caso de abordagens essencialistas, que tomam “nação” e “povo” como entidades unitárias, cuja “cultura política” constituiria seu *ethos* (como em René Remond), seja no caso de abordagens mais plurais, que falam em uma multiplicidade de “culturas políticas” (como em Jean-François Sirinelli e Serge Berstein).

A mudança paradigmática que permitiu que esse tipo de abordagem subjetivista galgasse peso cada vez maior também foi acompanhada por uma grande hostilidade, no meio acadêmico, a projetos antissistêmicos e à própria ideia de ruptura revolucionária – o que indica que, mais do que uma “moda acadêmica”, essa perspectiva culturalista é parte integrante de projetos cujo fim último é a manutenção do *status quo* social, tendo se consolidado justamente em uma conjuntura política que foi altamente favorável aos mesmos. Essa ligação chega a ser explícita no caso de tentativas de construção de um consenso conservador a partir do financiamento e promoção, por parte de fundações privadas, de ideias como as de “fim da história” (Francis Fukuyama) e, posteriormente, de “choque de civilizações” (Samuel Huntington), cujo fim último era sustentar que contradições de ordem econômico-social não mais seriam capazes de mover a História

e, portanto, deveriam ser descartadas enquanto fatores explicativos (cf. Fontana, 1998, pp. 17-22).

Tais ideias condensam-se naquilo que Enzo Traverso (2009, p. 139) chamou de “anticomunismo elevado ao status de um paradigma histórico” – fator que constitui um importante ponto de unidade, explícito ou não, entre aqueles identificados com perspectivas culturalistas, sendo visível na forma mais ou menos hostil como muitos destes abordam a história dos partidos e organizações de orientação proletária. Esse paradigma *anticomunista* – hostil ao projeto comunista em particular e a projetos antissistêmicos em geral, não se limitando a uma hostilidade apenas a Partidos Comunistas – baseia-se em apologias mais ou menos veladas à ordem democrático-burguesa e em uma condenação a projetos alternativos a ela, transmitindo a mensagem de que rupturas antissistêmicas são perigosas – pois supostamente estaria demonstrado pela História que elas inevitavelmente levam a “totalitarismos” que massacram os indivíduos e sua liberdade em prol de uma ideia considerada maior.

Para sustentar essas ideias, diversos historiadores têm se dedicado desde meados da década de 1970 a empreitadas *revisionistas*, através das quais realizam releituras apologéticas de diferentes temas, principalmente a história das Revoluções Francesa e Russa, as quais – a despeito de serem veementemente condenadas por especialistas – alcançam grande popularidade e visibilidade no meio acadêmico (cf. Melo, 2014). Na síntese precisa do historiador Josep Fontana (20014, p. 358), “em termos gerais, o objetivo essencial [do revisionismo liberal] era negar a revolução em si como fenômeno com consequências de transformação social [...] e apresentá-la como a origem de todas as aberrações políticas do século XX, especialmente da revolução soviética e do triunfo do bolchevismo”.

Todas essas características – *culturalismo*, *anticomunismo*, *revisionismo historiográfico* – podem ser facilmente detectadas nos pressupostos básicos que compõem a Nova História Política, e é baseado nesse arcabouço que hoje tem se realizado a maior parte dos estudos acerca de partidos políticos. Portanto, pode-se ver que a “profissionalização” das narrativas históricas, diferentemente do que argumentam alguns pioneiros da História do Trabalho ao se contraporem à “tradicional” história do movimento operário (como Hobsbawm), não é nenhuma salvaguarda contra características prejudiciais à produção de conhecimento, a qual é sempre perpassada (explícita ou implicitamente) por disputas de hegemonia em torno de projetos políticos.

O estudo dos partidos sob a Nova História Política

Para se demonstrar a presença dos elementos supracitados na produção da Nova História Política, pode-se recorrer à conhecida coletânea organizada em 1988 por René Remond, *Por uma história política* – a qual é tida quase como um

manifesto dessa “escola” histórica. Para os estudos acerca de partidos políticos, é de particular interesse o texto do historiador Serge Berstein (2003) nela contido, destinado a debater como se deve abordá-los do ponto de vista teórico-metodológico – o tipo de reflexão que, como já se ressaltou, é bastante escassa atualmente. E tal texto não é mero exemplo casual. Apontado por Mattos (2014, p. 85) como um dos principais referenciais teóricos dos historiadores culturalistas brasileiros, Berstein não só é uma figura de destaque da Nova História Política, como um dos principais historiadores com ela identificados que têm os partidos políticos por principal objeto de estudo.

Importando boa parte do seu arcabouço teórico da Ciência Política norte-americana, muito focada nos estudos de comportamentos eleitorais e na política parlamentar, Berstein realiza um balanço crítico da abordagem então predominante acerca da história dos partidos na França, isto é, a negligência em relação aos aspectos subjetivos e o foco quase que exclusivo em organizações de esquerda. Em contraste com esse tipo de abordagem, reivindica como modelo o estudo de René Remond acerca da direita francesa, datado de 1954, bem como as reflexões (segundo ele “inovadoras”) que politólogos haviam realizado no sentido de se repensar a “natureza” e “função” dos partidos, passando a entendê-los enquanto o “lugar da mediação política” (pp. 57-60).

Endossando tal definição, Berstein reduz a política ao que chama de “esfera do discurso e das representações especulativas” e afirma que o papel principal de um partido político moderno é o de “traduzir” determinadas aspirações de uma época no âmbito do discurso e na forma de soluções para determinados problemas que acometem a sociedade (pp. 60-61 e 66-68). Berstein prossegue afirmando que, para perdurar, um partido “torna-se depositário de uma cultura política”, a qual funciona como o principal meio de unificar seus membros, tendo em vista que nem sempre todos os membros e simpatizantes possuem domínio do que ele chama de “base doutrinária da ideologia” que constitui o partido. Para ele, essa “cultura política” seria reproduzida através de um “sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma família política”, referências as quais se expressariam na forma de “ritos” (pp. 69 e 88-89).

É inegável a importância de estudar esse tipo de aspectos subjetivos que perpassam a existência de um partido político, tais como a forma como seus membros entendem e reproduzem as propostas do mesmo, ou como eles próprios se veem em relação ao restante da sociedade. E, em geral, o que Berstein alega ser sua proposta central – estudar um partido com vistas ao que ele e seus membros podem revelar acerca de uma época e sociedade – abre grandes possibilidades para os estudos históricos, aproximando-se, em muitos aspectos, das aspirações da História Social.

Entretanto, a forma como ele propõe que se analisem essas questões é profundamente marcada por uma concepção não só idealista e subjetivista da

realidade, como por vezes apologética da ordem democrático-burguesa e, também, anticomunista. Tais características são visíveis, por exemplo, no fato de ele não falar em classes sociais, mas em “grupos” identitários difusos; de entender o campo do político como puramente subjetivo, secundarizando ou mesmo negligenciando determinações materiais; de secundarizar a importância de se estudar o arcabouço programático dos partidos e como eles o implementam na prática, privilegiando, ao invés, a análise de sua “cultura política”; de tender a naturalizar a noção de “nação” enquanto uma unidade, neutralizando conflitos e divisões internas – como quando diz que partidos necessitam “de um projeto global que possa servir a nação em seu conjunto”, o que ainda exclui experiências partidárias internacionalistas (pp. 63-64).

Ademais, ao buscar uma definição de “partido político moderno”, Berstein naturaliza a democracia parlamentar burguesa e as eleições como as principais expressões da política, relegando a segundo plano os partidos não parlamentares e mesmo antissistêmicos (pp. 69 e 92). Consequentemente, descarta dessa sua definição aqueles partidos que considera serem “intransigentes” – isto é, incapazes de realizarem “compromissos” com outros partidos, bem como de elaborarem projetos para que cheguem ao poder (pela via eleitoral, é claro). No caso daqueles que ele considera serem baseados em “doutrinas filosóficas” / “sistema[s] ideológico[s] fechado[s]” – isto é, os que possuem projetos antissistêmicos e rejeitam a política dos “compromissos” nos marcos da preservação do capitalismo –, Berstein os caracteriza como “totalitários”, afirmando terem por foco “forçar toda a sociedade a se adaptar ao modelo” por eles defendido (pp. 63, 77 e 86-87).

Comparando-os a igrejas, Berstein condena esse tipo de partido (revolucionário), em prol de grupos dispostos a alianças e negociações e que não busquem ultrapassar os limites estreitos da sociedade burguesa. Sendo que essa comparação com a religião e as igrejas, cabe ressaltar, é recorrente entre os adeptos da Nova História Política, que, não raro, recorrem à antropologia da religião para interpretar a atividade política do militante a partir de uma chave comparativa com o devoto religioso (cf. Sena Júnior, 2014, pp. 101-102).

Alguns exemplos práticos dessa abordagem

Passando do âmbito da reflexão metodológica para o dos estudos empíricos, pode-se usar como exemplo a produção do historiador Bruno Groppo, o qual segue caminhos muito semelhantes aos propostos por Berstein, mas com o diferencial de ser mais explicitamente anticomunista e não ter nenhum pudor em falsificar a história para sustentar seus pontos de vista. Afirmando preferir analisar a história dos Partidos Comunistas e da Revolução Russa sob o prisma do “funcionamento dos imaginários políticos” (Groppo, 2008, p. 125), tal historiador

defende posições inteiramente revisionistas em relação à história soviética e da Revolução Russa, revivendo, sob um manto culturalista, a velha tese que afirma existir uma continuidade ininterrupta entre bolchevismo e stalinismo e que estas seriam tradições políticas essencialmente autoritárias (para uma crítica desse aspecto em particular, ver Monteiro, 2015).

Defendendo a tese, há muito refutada, de que a Revolução de Outubro teria sido “essencialmente um golpe de Estado executado por uma audaz minoria armada, decidida a tomar o poder à força”, Groppo (p. 117) encara que o Comunismo só pôde se consolidar internacionalmente pela preponderância de uma “dimensão simbólica e mítica”, que distorcia a “realidade do evento” e mobilizava, assim, a militância comunista internacional. Dessa forma, para ele, a única explicação possível para a adesão ao comunismo seria o fato deste se basear em um “mito”, que teria originado uma “religião política” (p. 121).

Assim, as contradições sociais que afetam praticamente todas as dimensões da vida dos trabalhadores sob o capitalismo pouco importam para compreender como tal corrente política (seja sob a forma degenerada do stalinismo ou não) pôde ganhar tamanha adesão ao longo do século XX. Afinal, para Groppo (p. 126), “Não era o conhecimento da realidade soviética que alimentava o Ocidente, mas, ao contrário, a maneira como essa realidade era **imaginada e representada** fora da Rússia” (ênfase adicionada).

A “realidade” por detrás desse “mito”, segundo a sua análise revisionista, seria a destruição da democracia por conta tanto das “escolhas políticas” dos bolcheviques, quanto pela “tradição de despotismo própria da Rússia” (pp. 120 e 126) – de onde se vê a clara influência da noção essencialista de cultura política, associada à de povo/nação. Dessa forma, falsificando a história, Groppo (p. 121) afirma que a democracia estava vetada aos frutos da Revolução de Outubro, pois os bolcheviques estariam desde o início “absoluta e fanaticamente convencidos de ser [sic] os únicos detentores da verdade” – sendo que, segundo ele, nem mesmo a oposição “trotskista” via como algo que não fosse uma “heresia” a possibilidade do proletariado se exprimir através de outros partidos políticos.

Ambas as afirmações são inteiramente absurdas ante todo o saber já acumulado pelas pesquisas acerca da realidade soviética e da história da corrente comunista. A tese do “fanatismo” e da “sede de poder” dos bolcheviques (forjada pela soviologia pró-imperialista e macarthista da época da Guerra Fria) já foi mais do que refutada (cf. Monteiro, 2015), e os “trotskistas” da Liga Comunista Internacional e da sua sucessora, a Quarta Internacional, advogavam a formação de um partido revolucionário na União Soviética para derrubar o PC stalinista através de uma “revolução política” e reestabelecer a democracia proletária dos primeiros anos pós-1917 – sendo que, nas suas origens como “Oposição de Esquerda”, os “trotskistas” defendiam ampla democracia no partido e reconstrução dos *soviets* (cf. Monteiro, 2016).

Voltando a Groppo, as suas visões sobre o que encara ser o “mito fundador” do comunismo internacional incidem diretamente na maneira como analisa a história dos Partidos Comunistas. Além de expressar um anticomunismo aberto – pois, sua análise supostamente o demonstraria, a ação revolucionária teria como fim necessário o “totalitarismo”, supostamente presente em germe nesses partidos –, ele reduz o leninismo a uma “tecnologia política para a conquista do poder, como inteligência tática, desprovida de escrúpulos” (p. 125). Já o fato de igualar bolchevismo e stalinismo leva-o a pasteurizar a história da Internacional Comunista (Terceira Internacional), tal qual faz em relação à história da Revolução Russa, minimizando as transformações e mudanças ocorridas ao longo dos primeiros anos e apresentando-a enquanto mero órgão externo da URSS quase que desde o seu nascimento (pp. 129-130). Ele reduz, assim, a noção de internacionalismo comunista à forma altamente centralizada e burocratizada que o stalinismo deu a ela ao longo dos anos 1930-40.

Como se pode ver, Groppo acaba por assumir o discurso do próprio stalinismo, legitimando-o enquanto verdadeiro representante da tradição comunista e do bolchevismo, referindo-se ainda às dissidências comunistas (que são mencionadas apenas pontualmente) como “heréticos” – mais uma vez a chave comparativa religiosa, que mais serve para destilar hostilidade do que para explicar alguma coisa. Ao fim e ao cabo, a sua forma de lidar com a história dos Partidos Comunistas não passa de uma forma de conferir ares “científicos” para a condenação de projetos antissistêmicos, uma vez que falsifica o saber histórico acumulado e não apresentada nada relevante de novo.

Dessa forma, assim como em Berstein, vê-se que, por mais que a Nova História Política chegue a levantar algumas questões importantes para a história dos partidos – no caso de Groppo, o questionamento de qual era a noção que tinha o militante comunista comum, de “base”, acerca da Revolução Russa, e qual papel tal noção cumpria em sua adesão ao comunismo –, ela as trata a partir de um viés idealista, que reduz a experiência militante ao âmbito subjetivo e chega mesmo a falsificar a história com vistas a fortalecer um posicionamento político anticomunista e apologético em relação ao liberalismo burguês.

A título de outro exemplo, vale mencionar a produção do historiador Jorge Luiz Ferreira, que em muito se aproxima das teses de Groppo. Analisando sua principal obra, *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*, Sena Júnior (2014, p. 113) aponta que esta tem por foco abordar “a representação que os comunistas faziam do mundo”, “buscando no militante anônimo ou em dirigentes de segunda linha as respostas para as suas questões”.

Conforme o balanço crítico daquele, o que baliza tal análise é o pressuposto de que, por detrás de *slogans* e propostas “laicizadas”, existiria um “mito revolucionário”, que transformaria os militantes em equivalente a religiosos – noção

que leva Ferreira a constantemente traçar paralelos entre a militância comunista e a crença religiosa. Assim, destacando o caráter idealista dessa abordagem, Sena Júnior (pp. 112-113 e 118) aponta o lugar explicativo central que nela ocupa o conceito de “cultura”, ao qual ainda se somam esses paralelos com “religião”, balizados pela apropriação do vocabulário e do nexos analítico utilizados pelo antropólogo das religiões Mircea Eliade.

Dessa forma, Sena Júnior (p. 119) aponta que o procedimento analítico de Ferreira se destina “a confirmar postulados que diziam que os comunistas viviam em um mundo à parte, calcado numa ideia que não tinha muito a dizer do mundo real”. Conclui, assim, que este “não busca as explicações no lugar onde parecem estar, no político e no social, mas substitui estes campos pelo campo das representatividades e da cultura em sentido estrito”.

Ademais, indo além de Ferreira e debruçando-se sobre outros estudos acerca do PC brasileiro, Sena Júnior traça um quadro que pode, sem dificuldades, ser generalizado para os estudos de partidos do proletariado em geral, conforme conduzidos por boa parte dos adeptos da Nova História Política. Ele aponta que muitos entre esses estudos recentes pretenderam “deslocar o foco dos estudos antes situados no plano político e social para o terreno das subjetividades e da condenação moral”, tendo a literatura anticomunista que produziram suplantado, em visibilidade e popularidade, aquela história “oficial” ou “proto-oficial” produzida pelos próprios militantes (pp. 100 e 109).

Alguns comentários finais

Apesar da grande visibilidade que esses autores culturalistas e anticomunistas possuem atualmente, as próprias referências bibliográficas elencadas ao longo da presente análise demonstram que as narrativas revisionistas por eles elaboradas vêm sendo cada vez mais combatidas por defensores de uma perspectiva segundo a qual não há contradição intrínseca entre produção de conhecimento de qualidade e engajamento político. Por isso, rejeitando a ideia de neutralidade, estes reivindicam um marxismo crítico, tanto como instrumento para a análise do passado, quanto como base para a construção de projetos políticos antissistêmicos. Também é animador ver que os estudos acerca de partidos políticos que partam desse marxismo crítico não deixaram de existir, tendo remado contra a maré da ofensiva neoliberal e seus frutos acadêmicos, e produzido importantes trabalhos. Trabalhos esses que aparentam estar aumentando em número atualmente.

Assim, como demonstra a própria prática de tais historiadores, contra a perspectiva extremamente problemática da Nova História Política, faz-se necessário a apropriação daquilo que a História do Trabalho produziu de melhor no seu esforço em superar as limitações da “tradicional” história do movimento

operário, bem como daquilo que ela segue produzindo em esforços de autocrítica, os quais têm levado a uma sofisticação cada vez maior e culminado na produção de uma história decididamente social da classe trabalhadora. Mas deve-se fazer tal apropriação sem cair em certo positivismo presente entre alguns historiadores do trabalho, que contrapõem conhecimento engajado e conhecimento universitário / “profissional”. E sem perder de vista que as concepções subjetivistas também se fazem bastante presentes no campo da História do Trabalho, sendo a produção crítica – em particular a marxista – minoritária no interior do mesmo.

Dessa forma, é necessário não só combater a rejeição, presente nesse campo, aos estudos dos partidos e sindicatos (e demais instituições políticas do proletariado) como se fossem objetos ultrapassados e desimportantes para história (e para o futuro) da classe trabalhadora, mas também filtrar as próprias contribuições teórico-metodológicas nele presentes. Ante a produção crítica que continua a remar tanto contra a maré do subjetivismo, quanto contra a maré do conservadorismo pró-capitalista, coloca-se como tarefa central a unificação desses esforços, no sentido da constituição de grupos de pesquisa e publicações especializadas no tema da história dos partidos de orientação proletária, permitindo, assim, uma reflexão teórico-metodológica conjunta. Iniciativas desse tipo também facilitariam sobremaneira o desenvolvimento de pesquisas coletivas, as quais são essenciais para que se possa abordar as múltiplas dimensões da existência de um partido político, como suas ideias formais, sua prática, as relações entre sua direção e sua base, suas relações com outras organizações e com os trabalhadores não-organizados, etc.

Um esforço como esse certamente teria muito a se beneficiar dos avanços obtidos no campo da História do Trabalho, que, todavia, secundarizou o estudo desse tipo de organização. Aliar um resgate desse objeto de estudo com os avanços teórico-metodológicos produzidos ao longo das últimas décadas é fundamental não só para o estudo sofisticado dos mesmos, mas para o próprio aperfeiçoamento de uma história mais abrangente do proletariado e dos trabalhadores em geral, uma vez que, como corretamente ressaltou Peterson (1997, p. 65), “a história operária é a história da formação de uma classe, história, portanto, de experiências e ações comuns e coletivas. Associações, partidos, greves, formas mais ou menos institucionalizadas do movimento são, pois, elementos constitutivos deste objeto e não podem ser simplesmente descartados pela historiografia.”

Mas apenas esse resgate não basta. A popularidade da Nova História Política dá-se, em parte, por esta atender a uma demanda concreta: a de se abordar os aspectos subjetivos – que, como já foi dito, foram, por muito tempo, ignorados ou tratados de forma mecanicista. Mas a via culturalista e anticomunista está longe de ser apropriada. Contra a falsa dicotomia “experiência *versus* estrutura”, para a qual já alertara Viotti da Costa na virada do século, cabe o resgate daquilo

que há de mais sofisticado no marxismo, de suas correntes críticas que nunca abandonaram a abordagem desses aspectos.

Pode-se apontar como pontos de partida, tal qual fizeram Mattos (2014, pp. 79-82) e Sena Júnior (2004, pp. 39-72), as obras de Antonio Gramsci, centralmente preocupado com a questão da dominação de classe, a qual coloca as noções de *hegemonia* e *consenso* no centro de sua análise (ver também SANTOS, 2010); de membros da Escola Marxista Inglesa, tal como o já mencionado Thompson, que deu grande destaque à *cultura* em sua análise da classe trabalhadora; ou ainda de figuras como Lenin e Trotski, em cuja formulação política o tema da *consciência* e, portanto, do papel do indivíduo e de sua subjetividade na luta política, possuía papel de peso, por vezes até mesmo central.

Certamente é necessário um estudo mais sistematizado das contribuições desses “clássicos” marxistas, rumo à elaboração de apontamentos teórico-metodológicos alternativos. Espera-se poder avançar nesse sentido em um futuro próximo, constituindo o balanço historiográfico crítico aqui apresentado apenas um pontapé inicial.

Referências bibliográficas

- BATALHA, Claudio H. M. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências.” In: CEZAR, M. F. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001, pp. 145-158.
- _____. “Os Desafios Atuais da História do Trabalho.”, *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, jan./dez. 2006, p. 87-104.
- BERSTEIN, Serge. “Os partidos.” In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 57-98.
- BIANCHI, Álvaro. A parábola do pós-modernismo. *Blog Convergência*, 10 de dezembro de 2014. Disponível em <<http://tinyurl.com/mecr9qw>>. Acessado em 07 de janeiro de 2015.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e poder: uma nova história política?” In: ____ & VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 37-54.
- COSTA, Emília Viotti da. “A dialética invertida: 1960-1990”, *Revista Brasileira de História. Brasil: 1954-1964*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, n. 27, 1994, pp. 9-26.
- FINK, Leon. “A grande fuga: como um campo sobreviveu a tempos difíceis”, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 64, 2012, p. 16.
- FONTANA, Josep. “As guerras da história”. In: *A história dos homens*. Bauru: Edusc, 2004, p. 358.
- _____. *História depois do fim da História*. Bauru: EDUSC, 1998, pp. 17-22.
- FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010, pp. 176-191.

- FORMISANO, Ronald. "The Concept of Political Culture.", *The Journal of Interdisciplinary History*, v. 31, n. 3, Winter 2001, pp. 393-436.
- GROPPO, Bruno. "O Comunismo na História do Século XX.", *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, n. 75, 2008, pp. 115-141. Disponível em <<http://tinyurl.com/qh63h7d>>. Acessado em 03 de fevereiro de 2013.
- HAUPT, Georges. "Por que a história do movimento operário?", *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5 n. 10, março/agosto de 1985, pp. 208-231.
- HOBSBAWM, Eric. Da História Social à História da Sociedade. *In: Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 83-105.
- HOBSBAWM, Eric. "História operária e ideologia." *In: Mundos do Trabalho*. Novos Estudos sobre História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, pp. 15-31.
- LINDEN, Marcel van der. "Editorial.", *International Review of Social History*, vol. 38/supplement S1, abril de 1993, pp. 1-3.
- _____. "História do Trabalho: o velho, o novo e o global.", *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, n. 1, janeiro-junho de 2009, [s. p.].
- MATTOS, Marcelo Badaró. "As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea." *In: MELO, Demian Bezerra de (org.). A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp. 67-98.
- MELO, Demian Bezerra de. "Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea." *In: _____ (org.). Op. cit.*, pp. 17-49.
- MENDONÇA, Sônia Regina de & FONTES, Virgínia. "História e teoria política." *In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. Op. cit.*, pp. 55-71.
- MONTEIRO, Marcio Lauria. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63)*. Dissertação de mestrado em História. Niterói, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2016.
- _____. "Revolução Russa e revisionismo historiográfico: o retorno neoliberal da 'tese da continuidade'", *Revista História e Luta de Classes*, ano 10, n. 19, de março de 2015, pp. 23-29.
- PETERSON, Sílvia Regina F. "Ainda o movimento operário como objeto historiográfico.", *Anos 90*, Porto Alegre, n. 8, dezembro de 1997, pp. 62-78.
- SANTOS, Igor Gomes. "A 'eficiência real': apontamentos de Gramsci para uma história/concepção dos partidos políticos.", *Revista História e Luta de Classes*, ano 6, n. 9, de julho de 2010, pp. 28-32.
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de. "A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea.", *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, 2004, pp. 39-72.
- _____. "Mito, memória e história: a historiografia anticomunista no Brasil e no mundo." *In: MELO, Demian (org.). Op. cit.*, pp. 97-121.

- TRAVERSO, Enzo. "The New Anti-Communism: Rereading the Twentieth Century." *In*: HAYNES, M. & WOLFREYS, J (eds.). *History and Revolution – Refuting Revisionism*. Londres, Nova York: Verso, 2009, pp. 138-155.
- WOOD, Ellen Meiksins. "What is the 'Postmodern' Agenda?" *In*: _____ & FOSTER, John Bellamy. *In Defense of History. Marxism and the Postmodern Agenda*. New York: Monthly Review Press, 1997, pp. 1-16.

Artigo recebido em 06 de junho de 2016
Artigo aprovado em 04 de dezembro de 2016

A questão feminina na Rússia e suas respostas: análise por meio da lei do desenvolvimento desigual e combinado

The woman question in Russia and its answers: analysis through the law of uneven and combined development

Thaiz Carvalho Senna*

Resumo

A necessidade do feminismo é uma questão em voga na contemporaneidade. Após diversas conquistas em prol da emancipação feminina, muitos argumentam que a igualdade entre homens e mulheres já foi conquistada. O mesmo ocorreu na Rússia Soviética. Após dezenas de medidas tomadas nesse sentido, o governo stalinista inferiu que a questão das mulheres já havia sido resolvida. Tal questão, que teve na Rússia diferentes respostas ao longo do tempo, passa hoje, mundialmente, pela mesma angústia: já teria sido ela solucionada? Nesse artigo, traçaremos brevemente a trajetória desse problema na Rússia, lugar em que respostas significativas foram dadas ao mesmo, para tentar chegar a essa conclusão.

Palavras-chave: História das mulheres; História da Rússia; questão feminina.

Abstract

The need for feminism is an ongoing debate nowadays. After several achievements in favor of women's emancipation, many argue that equality between men and women has been accomplished. The same happened in Soviet Russia. After dozens of measures taken in this direction, the Stalinist government inferred that women's issue had already been resolved. This question, which had different responses in Russia over the years, passes today, worldwide, for the same angst: would it have been resolved? In this article, we will trace briefly the history of this problem in Russia, a place where meaningful answers were given to it, to try to reach that conclusion.

Keywords: Women's history; Russia's history; woman question.

* Mestre em História Social pela UERJ.

Introdução. A questão feminina e sua atualidade

Na sociedade contemporânea, em que em diversas partes do globo, ondas conservadoras enfrentam-se com movimentos libertários, uma das questões que emergem é se o feminismo é necessário. De fato, como argumentam os críticos desse, muito já foi alcançado em relação às mulheres: no mundo ocidental, a grande maioria delas já trabalha; a pílula anticoncepcional já é uma realidade presente; o voto feminino é um direito em muitos países, tal como a possibilidade de eleger-se a cargos públicos; em grande parte do mundo, mulheres podem legalmente estudar em todos os níveis e áreas existentes; em diversas legislações, o divórcio é legalizado e, enquanto casadas, nenhuma mulher precisa obedecer a seu marido; há mulheres chefes de família, chefes de empresas, chefes de Estado; a igualdade legal é um direito em muitas constituições.

Por outro lado, como delineiam as feministas, ainda não se chegou à igualdade real e muito ainda há por fazer – inclusive em relação ao que já se conquistou. Após décadas de sua inserção no mercado de trabalho, muitas mulheres ainda ganham menos do que os homens, pelo mesmo trabalho e função. E muitos trabalhos e funções são negados a mulheres – e outros, em geral inferiorizados, legados somente a elas; muitas ainda têm o direito de trabalhar fora de casa negado por seus maridos. Após 56 anos do lançamento da pílula anticoncepcional, muitas mulheres não têm acesso informacional ou material a métodos contraceptivos, seja por motivo educacional, financeiro ou por imposição do companheiro. Após 96 anos do primeiro decreto de legalização do aborto, na Rússia Soviética, a prática abortiva é criminalizada em grande parte do mundo – inclusive na própria Rússia. Após 36 anos do lançamento de “*Um amor conquistado – o mito do amor materno*”, obra literária de Elizabeth Badinter, que demonstra que o amor maternal não é natural da mulher, as pressões para ser e por ser mãe ainda são colocadas, sem eco em relação aos pais. Após dois séculos das ações travadas pelas primeiras sufragistas, muitos países ainda não compreendem o voto como direito feminino, bem como nesses e em outros Estados, mulheres são inexistentes ou minorias enquanto representações políticas formais. Após 179 anos da primeira entrada feminina em uma universidade (em Ohio, Estados Unidos), muitas mulheres ainda não têm direito ao estudo; muitas não conseguem acoplar mais uma jornada às outras que já cumpre, por vezes sequer concluindo os níveis básicos; outras conseguem adentrar aos estudos universitários apenas em cadeiras consideradas inferiores no mercado de trabalho. Após 224 anos da sanção da lei que concedia o direito ao divórcio, na França Revolucionária, muitas mulheres ainda não conseguem usufruir desse direito, seja por Estados que ainda não o compreenderam, seja por maridos, que impõem suas vontades, por meio de violência física ou psicológica. Após 98 anos de a República Russa sancionar que nenhuma mulher tinha obrigação moral de seguir ou obedecer ao marido, a violência doméstica ainda é um dos principais problemas do mundo, matando milhares de

mulheres todos os anos. Após 99 anos da Rússia pós-revolucionária criar creches, restaurantes, refeitórios e lavanderias públicos e gratuitos, a grande maioria das mulheres no mundo precisam, ao mesmo tempo, cuidar de crianças, preparar refeições, lavar roupas e ainda trabalhar fora de casa; outras tantas são contratadas para realizar essas tarefas, para as que podem pagar por isso. Muitas mulheres são chefes de família – mas têm que se submeter a essas tantas jornadas concomitantes; várias, a muito custo, conseguem subir ao cargo de chefia – que muitas vezes vem acompanhado de assédio moral e desacato de subordinados; poucas, mesmo após anos de democracia em tantos Estados, conseguem ultrapassar todos os obstáculos e tornar-se chefe de governo – e mesmo assim, precisam confrontar-se com a fúria machista, que, inconformada, deseja a todo custo retomar para si o lugar de poder, ainda que custe o preço da democracia.

Dito isso, observa-se que, dado que a história não é uma linha reta, conquistas em prol da igualdade feminina ocorrem de modo desigual e combinado: em alguns lugares estão muito avançadas, em outros, praticamente inexitem; fazem-se presentes enquanto direitos formais, mas não no cotidiano; irrompem aos montes em alguns momentos históricos, e são fugidamente retirados em outros. Nesse sentido, quanto mais está acirrada a luta entre o conservadorismo e o libertarismo – efeito do próprio acirramento da luta de classes –, um pequeno empurrão pode virar um grande salto para frente, bem como um pequeno passo para trás pode evoluir para grandes retrocessos.

Era esse o cenário dado na Rússia revolucionária: no pós-revolução, dezenas de conquistas em prol das condições de sobrevivência das mulheres e da igualdade de gêneros foram colocadas. Tal fenômeno, é claro, não foi gratuito, mas sim, fruto da mais importante manifestação do desenvolvimento desigual e combinado (lei sintetizada por Novack (2008), enunciada primeiramente por Trotsky): os saltos progressivos na história. Esses se dão quando há uma tarefa que só pode ser cumprida com a utilização de métodos mais modernos do que aqueles disponíveis no contexto. Assim, por meio de uma pressão interna, a sociedade “atrasada” salta uma etapa para conseguir desenvolver suas potencialidades. No caso em questão, havia pelo menos duas tarefas democráticas a serem realizadas, que foram, ainda que muito superficialmente, alcançadas parcialmente pelas burguesias dos países desenvolvidos, mas que a frágil burguesia russa não conseguiu cumprir, quais sejam, a igualdade de direitos para as mulheres e a inserção dessas no mercado de trabalho; estava posta também uma tarefa de cunho socialista, que nenhuma burguesia poderia defender: a igualdade real entre os gêneros.

Os saltos históricos tornam-se inevitáveis porque os setores atrasados da sociedade enfrentam tarefas que só podem ser resolvidas com a utilização dos métodos mais modernos. Sob a pressão das condições externas, veem-se obrigados a saltar ou precipitar etapas da evolução que originalmente requerem um

período histórico inteiro para desenvolver as suas potencialidades (Novack, 2008, p. 70).

Dessa forma, conforme sintetiza Novack, há o que podemos chamar de “privilégio do atraso” das nações menos desenvolvidas: esse tem relação, justamente, com a presença dos elementos avançados que, diante dos povos ainda “retrógrados”, criam a visão de algo melhor do que as presentes condições (*ibidem*, p.69), já que os países “historicamente atrasados” têm “o poder de assimilar as coisas ou, dito melhor, em se obrigar a assimilá-las antes do prazo previsto, saltando por toda uma série etapas intermediárias’ (Trotsky, 2007, p. 20)

Porém, não é possível que um sistema possa pular etapas, que social e historicamente estão dadas de determinada forma, sem que haja contradições estruturais nos resultados. Portanto, uma problemática dos “longos saltos” é que eles se dão em um curtíssimo espaço de tempo. Sendo o próprio “privilégio dos retardatários” mutável, observamos que esse aspecto positivo, que ajudou a proporcionar a queima de etapas históricas, pode vir, no futuro, a prejudicar o avanço. Isso se deve ao fato de as novas tecnologias ou sistemas inovadores serem implantados em sociedades arcaicas. São as lacunas e desencaixes entre o velho e o novo que se combinam de forma desigual, que promovem contradições. Estas vêm em forma de permanências do sistema antigo – agora em novo contexto e sobre nova base social –, de forma que o novo não se desenvolve como em uma sociedade que passou por diversas etapas de desenvolvimento histórico, já que, como infere Trotsky,

O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada induz, forçosamente, que se confundam nela, de uma maneira característica, as distintas fases do processo histórico. Aqui o ciclo apresenta, visto em sua totalidade, um caráter confuso, complexo, combinado [...]. Além disso, os países atrasados rebaixam sempre o valor das conquistas tomadas do estrangeiro ao assimilá-las à sua cultura mais primitiva. (Trotsky, 1997, p. 21)

Dessa forma, certas conquistas em prol da emancipação das mulheres soviéticas obtiveram sucesso prático, outras ficaram apenas no papel, outras ainda ficaram entre uma coisa e outra: era também o preço desse longo salto, que colocou elementos muito progressistas para uma sociedade muito retrógrada. Seja como for, o fato é que a imensa maioria dessas vitórias – algumas almeçadas há décadas, pelos movimentos feminista, niilista e populista – foi acaçapada, em alguns poucos decretos, ao longo de poucos anos, ainda que não sem deixar vestígios.

A cartada decisiva foi dada quando da liquidação do Departamento de Mulheres Trabalhadoras e Mulheres Camponesas do Partido Comunista. Esse,

também chamado de Jenotdel (aglutinação de *Jenskii Otdel*, departamento feminino), era um mecanismo duplo: ao mesmo tempo em que servia ao PC, aplicando e influenciando suas políticas junto às mulheres, também impulsionava as pressões das mulheres sobre o Estado (para mais, ver Senna, 2015). Apesar de existir há onze anos por meio de estruturas democráticas, como assembleias e congressos, o Jenotdel foi sumariamente extinguido em uma decisão de cima para baixo, provinda da direção partidária, à época.

Naquele janeiro de 1930, ainda era necessário justificar as decisões partidárias, ao invés de simplesmente ignorá-las ou escondê-las, e a justificativa para tal ato pode ser sintetizada com a frase de Joseph Stálin, a 5 de janeiro: “A questão histórica da mulher foi resolvida” (Stálin *apud* Voronin, 2003, p. 11). Tal assertiva, fundamentada na retórica stalinista, repleta de oximoros, fundamentou não apenas o fim do departamento das mulheres, mas também, o silenciamento de qualquer movimento, estudo, discurso, debate, decisão ou política em favor das mulheres, enquanto indivíduos pertencentes a esse gênero, até, pelo menos, o fim do governo de Stálin.

Todavia, isso não passava de retórica: a igualdade das mulheres para com os homens não havia sido alcançada. As mulheres soviéticas não estavam libertadas e mesmo os objetivos do Estado soviético para com as mulheres não haviam sido completados: as creches, restaurantes, lavanderias ainda não estavam completamente estabelecidos; as mulheres ainda não tinham igualdade salarial total; eram ainda presença minoritária na política; no próprio PC, elas estavam em menor número e, na direção do Partido, os dados mostravam-se ainda mais desequilibrados. Não, a questão das mulheres não havia sido findada. Pelo contrário: ela havia se tornado tão importante, que não podia ficar mais sob a responsabilidade das próprias mulheres, devendo ficar, então, sob responsabilidade da direção, uma direção masculina.

As consequências dessa retórica ultrapassaram em muito a simples conformação popular. A partir desse momento, foram progressivamente retirados quase todos os direitos femininos conquistados até então. Além disso, a *Nova Mulher*, tipo traçado pela comunista Aleksandra Kollontai em livro homônimo (1978), que teve seu ápice no período pós-outubro – isso é, a mulher livre, moderna, que podia, por causa do seu emprego, escolher não casar e ter filhos – foi paulatinamente sendo transformada pelo Estado em seu inverso: a mulher tradicional, submissa, casada e repleta de prole.

Pode-se observar, nesse sentido, que a pretensa resolução da questão feminina, enquanto essa ainda não tinha de fato sido solucionada, abriu margem para a mesma ser ausente das políticas concebidas e aceitas, o que desaguou não apenas em uma estagnação, mas em um retrocesso em relação à própria questão feminina. Acreditamos, assim, que essa supressão tem eco na discussão contemporânea sobre a necessidade da existência do feminismo – que, tal como o

ocorrido em 1930, pode decorrer em estagnação, caso a ideia de que tudo o que devia ser conquistado por meio desse movimento já foi feito. Tal discurso é, dessa forma, instrumento de dominação não só provindo do grupo dominante, como também, mecanismo de perpetuação da própria dominância – e nessa não estavam inscritos os direitos femininos. Se anteriormente havia disputa, após esse ato ficou claro que a defesa das questões colocadas como femininas jamais alcançariam a hegemonia em uma sociedade dirigida material e espiritualmente por homens.

Acreditando na importância do estudo do passado para a análise e transformação do presente, e considerando o acima dito, dispomo-nos a discorrer a seguir sobre a experiência russa em relação à chamada “questão feminina”, delimitando sua origem e as primeiras respostas – feminista, niilista e populista –, a fim de traçar a trajetória e o lugar desse problema na sociedade russa; seu ápice, a resposta bolchevique – para demonstrar o que ocorreu quando há um projeto de emancipação feminina por parte do Estado; e sua (dis)solução, a resposta stalinista –, em que tentaremos comprovar a contemporaneidade de tal questão, que não foi solucionada nem na União Soviética e nem nos outros países; nem em 1930 e nem em 2016.

As origens da questão feminina na Rússia

O relaxamento da opressiva censura exercida ao tempo do *tsar* Nikolai I (1796-1855) deu origem a uma série de debates sobre a necessidade de reformas e sobre possíveis direções nas quais a Rússia poderia avançar. Nesse contexto, emergiu o que a *intelligentsia*¹ chamou de “questões quentes” ou “questões malditas”, que iam desde a reforma específica sugerida pelos liberais até problemas em relação a questões fundamentais da vida e da reorganização social, apresentados pelos radicais (Stites, 1976, p. 30). A “Questão da Mulher” (*jenskii voprós*) foi uma dessas questões, tomando forma, pela primeira vez, como um aspecto limitado em torno do problema da educação feminina, e depois se ampliando em grande escala, chegando a aspectos sobre habilidades e destino específicos das mulheres (*idem ibidem*).

Segundo Stites, o primeiro a iniciar o debate da questão feminina foi o educador e cirurgião Nikolai Pirogov. No início da Guerra da Crimeia, que durou de 1853 a 1856, ele perguntou à Elena Pávlovna, cunhada do *tsar* Nikolai I, sobre a possibilidade de enviar enfermeiras ao *front* e chamou a atenção para as capaci-

¹ A *intelligentsia* russa desse momento era um grupo de pessoas envolvidas em trabalhos intelectuais, caracterizado por uma postura de pensamento crítico e contrária ao poder vigente. Isaiah Berlin (1988, p. 126) a define como “a maior contribuição isolada russa à mudança social no mundo”, uma “ordem dedicada, quase como um sacerdócio secular, devotado à divulgação de uma atitude específica em relação à vida, algo como um Evangelho”, referindo-se ao caráter de fé (mas não religioso, apesar de nascido da religião), comum à sociedade russa e, especialmente, à *intelligentsia*.

dades da mulher e promoção do gênero feminino na vida pública sobressa atividade. Elena sugeriu que ele então supervisionasse a unidade de enfermeiras, pois, apesar de habilidosas, as mulheres deveriam ser dirigidas por um homem (*ibidem*, p. 31)

Após o fim da guerra, como expõe Stites, a humilhante derrota russa revelou as fraquezas essenciais de um sistema sociopolítico arcaico, obscurecido por uma “burocracia aparentemente eficiente” (*ibidem*, p. 29) As “feridas sociais da Rússia”, como a *intelligentsia* gostava de chamar, estavam abertas. Escreveu Elena Stackenschneider, uma jovem daquele período, em seu diário, em 1856: “Graças a Deus eles não falam mais de guerra; esse horrível tempo é passado. Todas as nossas feridas estão cicatrizando, exceto aquelas feridas que a guerra acaba de abrir e que a guerra em si não cura” (Stackenschneider, *Dnevnik i zapiski* [Moscow, 1934] *apud* STITES, 1976, p. 29) . Apesar de trazer à tona derrota e pessimismo, a exposição de tais feridas teve também um lado positivo. Escreveu Nikolai Dobroliúbov, jornalista e crítico literário, em 1857:

Há dois anos, a guerra nos convenceu do poder da educação europeia e das nossas próprias fraquezas. Como se tivéssemos despertado após um longo sono, ela abriu os nossos olhos para a nossa vida doméstica e social e nos fez entender que nem tudo estava bem com a gente. Entender isso foi mais difícil que, com notável consciência e sinceridade, começar a expor nossas feridas sociais. (Dobroliúbov *apud* Stites, 1976, p. 29²)

Desse modo, após a morte de Nikolai I (1855) e o fim da Guerra da Crimeia (1856), abriu-se um curioso horizonte na sociedade russa, marcado por pessimismo e esperança. Com ele, o pontapé inicial dado por Pigorov, no início da guerra, tomou força como problema social – a Questão Feminina é colocada, então, diante da sociedade.

Ao longo dos anos, algumas respostas foram dadas à questão feminina na Rússia. As principais delas foram a feminista, a niilista, a populista, a bolchevique e, por fim, a stalinista.

A resposta feminista

A primeira resposta dada a essa questão foi a feminista. Foi a que primeiro enunciou uma filosofia e iniciou ações específicas. Sua perspectiva era liberal e

² Todas as traduções desse artigo, em especial as provindas de língua russa, foram realizadas por mim, e orientadas pela Prof^a. Dr^a. Ekaterina Volkova, em meu trabalho no LABESTRAD-UFF (Laboratório de Tradução da Universidade Federal Fluminense), do qual sou bolsista até o presente momento e que, portanto, possibilitou a realização desse trabalho.

moderada; seu objetivo era uma reforma gradual, pacífica e legal do *status* da mulher, particularmente sua posição econômica e educacional, não atentando tanto para os problemas de sexo, família e casamento (Stites, 1976, p. 64). Constituiu, em suma, uma saída reformista para o problema feminino. Suas principais lutas giraram em torno da filantropia e da educação universitária, conseguindo considerável sucesso em relação ao último, tendo fundado um sistema de educação superior feminino em São Petersburgo.

O economista britânico John Stuart Mill, ao se corresponder com uma das feministas (M. Trúbnikova) e ouvir dela sobre a luta que as feministas travavam pelo ensino superior feminino, renunciou que a Rússia poderia “provar que uma nação relativamente pouco civilizada agarra as grandes ideias de melhoria mais cedo que as mais velhas” (Mill *Subjection of Woman* [1969] *apud* Stites, 1976, p. 73). Foi exatamente o que ocorreu.

Se a história fosse guiada por uma linha reta, as diversas nações mais desenvolvidas deveriam colocar suas mulheres para estudar muito antes que o atrasado e semifeudal Império Russo. Mais do que simples desenvolvimento econômico, a Rússia era extremamente atrasada em relação aos próprios direitos femininos – em sua constituição tsarista, era previsto que a mulher deveria obedecer e seguir o marido, por exemplo. Mulheres não tinham o *status* de cidadãs e, em muitos aspectos, sua condição equivalia à de escrava. No entanto, foi nessa mesma Rússia que apareceu um movimento que obrigou a aceitação da presença feminina nas universidades, ao lado dos homens. Mais do que isso, esse movimento foi feito justamente por um dos tipos mais oprimidos pelos estatutos sociais – as próprias mulheres. Acreditamos que essa contradição tenha se dado exatamente por conta do atraso russo frente às outras nações: tal como a derrota na Crimeia colocou a população numa situação ainda pior do que a anterior e, com isso, criou uma insatisfação que só foi gerada por conta da situação limítrofe em que acreditavam estar, inclusive em relação ao atraso feminino; nessas condições, a luta pela emancipação das mulheres ganhou terreno. Os principais movimentos da década de 1860 não poderiam ter a bandeira de um nobre, por exemplo, pois os nobres russos não estavam, mesmo com a derrota na Crimeia, em uma situação ruim frente aos outros grupos. Do mesmo modo, também não poderiam ser movimentos “masculinos”. Como colocou o próprio Mill em sua obra, “Ninguém crê que seja necessário fazer uma lei para que só homens de braços fortes sejam ferreiros” (*ibidem*, p. 73) – justamente porque só homens, e em geral de braços fortes, eram ferreiros. Do mesmo modo, vemos na Rússia, de 1860 a 1917, que as maiores manifestações, conseqüentemente, eram as dos mais marginalizados socialmente – mulheres³ e proletários. Em alguns mo-

³ Entendemos aqui movimentos que trabalharemos a seguir que, apesar de não serem feministas, tiveram a causa feminina e/ou as mulheres como um dos grandes expoentes.

mentos, os militantes produziram saltos de desenvolvimento, não apenas em sua própria situação, mas também, em relação às outras nações – como foi o caso da conquista da universidade mista ou da Revolução de Outubro.

Além das lutas cotidianas das feministas pela vitória tratada, Richard Stites atenta sobre outras duas conduções que contribuíram para ela: o clima favorável da opinião pública, que favorecia a causa; e o medo do governo de que as mulheres fossem para o exterior e voltassem “infectadas com radicalismo” (Stites, 1976, p. 77). Não demoraria muito para que as mulheres não mais precisassem ir ao exterior para se “infectarem” dessa forma.

A resposta niilista

O termo niilista, ou niilismo, apesar de ter marcado a história e ter sido reivindicado mesmo pelos niilistas, para alguns autores, não caracteriza exatamente esse grupo, pois aparenta, pejorativamente, que os niilistas não tinham nenhuma convicção, dado seu radical *nihil*, do latim “nada”. Pelo contrário: os niilistas eram um grupo difuso de pessoas efusivamente engajadas em suas próprias certezas e princípios, observadas em associações, periódicos (como a revista *Sovremiennik* [O Contemporâneo, criada pelo grande poeta russo Aleksandr Púshkin], na qual colaboraram importantes figuras, como Dobroliúbov e o próprio Tchernichévski) e obras literárias. Stites define o niilismo como “não tanto um corpus de crenças e programas, quanto um conjunto de atitudes e valores sociais e de efeitos comportamentais formais - maneiras, vestido, padrões de amizade. Em suma, foi um *ethos*” (*ibidem*, p.100).

O movimento niilista, contestador da ordem instaurada no momento, dos conceitos vigentes e do velho pensamento, tomou a desigualdade entre os sexos como um desses aspectos retrógrados a serem combatidos. O futuro menchevique Liev Deutsch, em sua análise do movimento niilista, ajuda-nos a entender esse processo: “Por rejeitar os costumes obsoletos, por se levantar contra as concepções, opiniões e preconceitos irracionais, e por rejeitar a autoridade e qualquer coisa parecida com isso, o niilismo definiu a seu modo a ideia da igualdade de todas as pessoas, sem distinção” (Deutsch, *Rol Evrei v rússkom revolyutsiónnom dvijénii* [Moscou, 1926] *apud* Stites, 1976, p. 100). Deutsch acrescenta a relação que teve, então, essa filosofia com a questão feminina que, iniciada pelas feministas russas, ganhou uma forma mais prática e transformadora ou, como coloca Stites,

Se as feministas queriam mudar peças do mundo, as niilistas queriam mudar o mundo em si [...] As feministas queriam uma melhora moderada da condição da mulher, especialmente em relação à educação e a oportunidades de emprego, assumindo que seu papel na família

melhoraria à medida que se expandisse. As niilistas insistiam na total liberação do jugo da família tradicional, ambas como irmãs e como esposas, liberdade sexual – em suma, emancipação pessoal (Stites, 1976, p. 101).

Deutsch aponta a questão feminina presente no niilismo, então, reparando, curiosamente, em um desenvolvimento que se dá, ao mesmo tempo, de forma desigual e combinada:

Ao niilismo, aliás, a Rússia deve o fato bem conhecido e notável que *em nosso país, culturalmente atrasado, as mulheres começaram, mais cedo do que em Estados mais civilizados*, a ter acesso ao ensino superior e à igualdade de direitos – um fato que já (a partir de 1826) teve enorme significado e que no futuro irá, obviamente, desempenhar um grande papel no destino de um país e, até mesmo, de todo o mundo civilizado (Deutsch *apud* Stites, 1976, p. 101; grifo nosso).

Como se vê, Deutsch entende o fenômeno niilista como tendo ajudado ao salto dado pelas mulheres russas e, de algum modo, por ele profetizado. De fato, no futuro, tal progressividade em relação à emancipação feminina desempenhou grande papel no destino russo, tendo não apenas importado isso de seu passado e do de outros países (como a França), mas também exportado, para outros lugares, formatos importantes de luta e emancipação feminina.

A relação com o feminino, tal como tudo o que construíram os niilistas, assim, foi baseada na negação das ideias em voga até então – inclusive em relação à participação feminina, já que o dezembrismo⁴ e os movimentos de 1830 e 1840 eram “coisas de homem” (Stites, 1976, p. 116) contrapostas às certezas em vigor até então, que eram por eles negadas.

Uma das respostas mais objetivas dada pelo niilismo à questão feminina foi mostrada pela obra de Nikolai Tchenichévski, cujo título refletia as preocupações da época: “*O que fazer*” [1861] (2015). O romance conta a história da personagem fictícia Vera Pávlovna, uma jovem que atravessa uma jornada de amadurecimento e libertação, buscando seu próprio caminho e, também, tentando ajudar as “irmãs” a achar os delas. Ela protagoniza questões como o autoritarismo dos pais, casamentos incompatíveis, amores conflitantes e o caminho para a vida plena e

⁴ Movimento de cunho liberal, formado por homens, em geral nobres que lideraram protestos contra a coroação do *tsar* Nikolai I, após a abdicação de seu irmão mais velho, príncipe Konstantin, em dezembro de 1825 (daí o nome dezembristas). Essa inconfidência foi, em parte, porque esses homens não se sentiam parte do próprio país, sentiam-se estrangeiros, exigindo a transformação da monarquia absolutista em monarquia constitucional. Os manifestantes queriam, assim, fazer a Revolução Liberal na Rússia, tal como havia acontecido na França e em outros locais, modernizando-a e europeizando-a. Para mais, cf. Nechkina (1977).

realizada. Por conta da organização feminina igualitária que cria na fábrica em que trabalha, Stites considera Vera a “predecessora ficcional das organizadoras do Jenotdel que, sessenta anos depois, iria usar técnicas similares para ‘eivar a consciência’ em toda a amplitude da República Soviética” (Stites, 1976, p. 116). Vera Pávlovna era a *Nova Mulher* – não apenas para os moldes de 1860, mas também para os da *intelligentsia* da década seguinte (que adotou oficialmente a síntese de Tchernichévski – irmãos liberando irmãs, mulheres liberando mulheres, liberdade de escolher o amor e o casamento, trabalho cooperativo e vida comunitária para ambos os sexos, desenvolvimento completo da mente e da personalidade das mulheres). Vera era a *Nova Mulher* também de Kollontai, que retoma a personagem em seu livro homônimo em 1919. A obra de Tchernichévski, portanto, não teve relações apenas casuais com a futura sociedade soviética, com a condição das mulheres na mesma – como nos mostra a própria obra de Lenin de 1902, que, em seu título, homenageia o livro de Tchernichévski, de quem era admirador.

A resposta populista

Em 1870, escrito por Serguei Netcháiev e distribuído pela Rússia por Varvara Aleksándrovskaia, é lançado o manifesto “Da Sociedade Revolucionária Russa para as Mulheres”. Ele expunha a posição ignorante e subserviente em que as mulheres jaziam na Rússia patriarcal, envolta pelas leis impostas, a família jurídica e a propriedade privada. Além disso, relacionava tal subjogação feminina à dos trabalhadores, afirmando que a única solução para tal problema se dava por meio da revolução social, quando as fábricas estivessem nas mãos das associações de produtores de ambos os sexos. Somente nesse cenário as mulheres conseguiriam a igualdade (Gamblin, 1999, p.79). Com tal argumentação, o panfleto apelava às mulheres para que assumissem uma parte tal qual a do homem na luta revolucionária (*ibidem*, p. 74). Aleksándrovskaia foi presa por distribuí-lo. Esse panfleto foi a primeira resposta pública radical, distinta tanto do feminismo quanto do niilismo, para a questão da mulher (Stites, 1976, p. 124).

O movimento populista⁵ foi um amplo movimento radical que se inicia,

⁵ Sobre o termo “populista”, Huguenin (2013) nos explica que “Os termos *narodnik* (populista) e *narodnitchestvo* (populismo) surgiram e se afirmaram na Rússia em meados dos anos 1870, designando, então, uma geração específica do movimento revolucionário do país, aquela dos anos 1870, que ‘foi ao povo’, ensinar e aprender com os mujiques” (Pipes, 1964 *apud* Huguenin, 2013). Nos anos seguintes, porém, o termo passou a designar todas as correntes revolucionárias russas anteriores ao marxismo. Franco Venturi aponta a geração revolucionária dos anos 1870 como herdeira do pensamento político e social das gerações que a precederam, existindo, segundo ele, uma relação de identidade que agrega, no que podemos designar pelo termo “populismo”, a *intelligentsia* russa desde os anos 1820 até os anos 1880. Segundo o autor, “todo o movimento revolucionário do século XIX, desde os dezembristas e antes dos marxistas – isto é, todo o populismo russo”, deve ser visto em conjunto, como “uma corrente que apesar de suas diferenças e lutas internas conservava uma unidade própria e uma continuidade”, ou, enfim, como “uma única peripécia humana, em seu nascimento, desenvolvimento e trágico final”. (Venturi, 1975, p. 11).

como o niilismo, durante a efervescência social e intelectual que se segue à morte do *tsar* Nikolai I, tendo seu auge de fama e influência com o assassinato de seu filho⁶, Aleksandr II (Berlin, 1988, p. 214). Apesar de não ser um grupo coeso, às vezes agindo de forma isolada, como argumenta Berlin, os grupos populistas “partilhavam de crenças fundamentais e possuíam suficiente solidariedade moral e política que permitem considerá-los como um movimento único” (*idem ibidem*). Nesse sentido, é necessário ressaltar uma diferença para com o niilismo: se o último, teoricamente e, em alguns casos, na prática, entendia como possível uma saída individual para a libertação e, também, para as mulheres, isso não se dá com o populismo. Para esse, a saída é coletiva, social e classista, só realizada a partir do movimento e da revolução social, tendo como objetivo o povo no poder e como sujeito social o trabalhador.

Dentre os problemas aos quais o populismo contrapunha-se estava a questão feminina. Essa estava, segundo tal movimento, subjugada à “questão humana”. Esse tipo de etapismo, muito para além de representar o pragmatismo stalinista que ocorreria posteriormente em relação às mulheres, fazia uma equação não original, mas bastante importante para uma sociedade que considerava a *baba*⁷ um ser não-humano⁸.

A questão feminina no pós-revolução

Percebe-se que considerar haver uma Questão da Mulher acabou por significar a compreensão de que há especificidades próprias do gênero feminino, seja por aspectos biológicos, seja por aspectos socialmente construídos, que devem ser consideradas ao se pensarem as políticas públicas já que, só assim, haveria possibilidade de igualdade para com os homens, não detentores dessas especificidades e para os quais a sociedade é, historicamente, moldada.

A herança que todas essas personagens, históricas ou literárias, deixaram para as mulheres futuras, fossem nas que se organizaram em sessões feministas, como o Jenotdel, ou nas que viraram médicas e engenheiras, foi de que a sociedade russa não podia mais existir sem considerar a existência feminina, a existência da *Nova Mulher*. Os netos das gerações de 1860 e 1870, filhos dos movi-

⁶ Tal feito foi realizado a 13 de Março de 1881, pelas mãos de Nikolai Risakov, membro do grupo populista terrorista Vontade do Povo, do qual falaremos mais à frente.

⁷ O termo *baba* tem múltiplas conotações, significando a mulher camponesa ou as mulheres em geral, mas carregando, para os russos que viviam o momento pós-revolucionário, um sentido negativo, de atraso e inferioridade, bem como a imagem visual associada a esse termo. *Baba* é a mulher sem estudo, pobre, ignorante, “atrasada” política, cultural e socialmente. Aqui, faço referência a um conhecido provérbio russo da época: “um frango não é um pássaro e uma baba não é um humano.”

⁸ Por não termos acesso ao documento, apenas a sua releitura pelos autores, não sabemos se esse propõe que nada deve ser feito em relação à emancipação feminina até que aconteça a revolução social, porém, dada as práticas do grupo produtor do panfleto, acreditamos que isso seja implausível.

mentos marxistas iniciais, darão à Questão Feminina uma nova resposta: a resposta bolchevique.

Se é possível dizer que houve um ápice da questão feminina na Rússia, ela adveio no período logo após a Revolução de Outubro. Isso ocorreu, inicialmente, pelo entendimento da direção e das mulheres do PC de que era necessário considerar essa herança na nova sociedade a ser construída – fosse pelas pressões já existentes na sociedade quanto a isso, fosse pela real percepção de que o comunismo e, portanto, a igualdade, só poderiam ser alcançados quando os dois sexos estivessem em paridade, bem como ambos estivessem contribuindo para o novo sistema econômico, como é sintetizado na fala do líder bolchevique, Vladimir Lenin: “Enquanto as mulheres não forem chamadas a participar livremente da vida pública em geral, cumprindo também as obrigações de um serviço cívico permanente e universal, não pode haver socialismo, nem sequer democracia integral e durável” (Lenin, 1947).

As conquistas da revolução soviética quanto à questão feminina ultrapassam seu tempo histórico. Parte delas até hoje ainda não é universal. Algumas são realizadas em poucos lugares. Muitas são reivindicações contemporâneas das feministas da atualidade. Tomando como exemplo as elaborações legais, temos, logo na primeira constituição soviética, a “Igualdade de direitos entre todos(as) os(as) trabalhadores(as) soviéticos” (RSFSR, Constituição soviética, 1918, Capítulo V, artigo 22). Nela há também o direito de se eleger e de ser eleito nos soviets, independentemente de *sexo*, *raça*, *religião* ou *nacionalidade* (*ibidem*, Capítulo XIII, artigo 64; grifo nosso), e a obrigação do trabalho (fora de casa) a todos os membros sem distinção (*ibidem*, Capítulo II, artigo, 3). Para mulheres que antes jaziam em condições muito piores do que as dos outros Estados europeus, dada a natureza misógina e retrógrada do regime monárquico tsarista; que não tinham diversos direitos já adquiridos há anos em outros países; que tinham chicotes em seus leitos, para que o marido a castigasse, se assim desejado⁹; que estavam entranhadas em lógicas religiosas e legais que a julgavam inferior, tais medidas eram um salto gigantesco.

Mas as mulheres, alçadas na ampla efusão de transformações sociais, conseguiram transcender o possível. Com o *Código do Casamento, família e tutela* (1918), muitas conquistas históricas foram legisladas: a liberdade de um cônjuge seguir o outro apenas se assim o desejasse (RSFSR, CÓDIGO do Casamento..., 1918, Seção II, Capítulo I, artigo 104), quando anteriormente as mulheres eram legalmente obrigadas a seguirem seus maridos; o processo de divórcio direto e independente do mútuo consentimento (*idem ibidem*), o que livrava as

⁹ Era uma prática tradicional, principalmente no campo, presentear os noivos com chicotes, para que eles castigassem suas esposas. Esses eram colocados ao lado da cama, antes da noite de núpcias (ORR, 2009).

mulheres de uma relação em que ela não quisesse mais estar, mas o marido ainda insistisse, não permitisse a separação ou, simplesmente, não comparecesse no ato do divórcio para concretizá-lo; o estabelecimento de pensão alimentícia, para ambos os sexos, em caso de divórcio em que um dos dois não estivesse em condições de se manter (*ibidem*, Seção II, Capítulo V, artigo 107), medida que, apesar de ser claramente direcionada às condições femininas – dado que as mulheres eram maioria das demitidas ou desempregadas – fazia jus à teoria igualitária; a igualdade das crianças legítimas e ilegítimas (*ibidem*, Seção III, Capítulo I, Artigo 133, nota 1), acabando com a histórica marginalização de crianças e mães de crianças nascidas fora do casamento.

Uma terceira leva de leis que favoreciam mulheres é dada por decretos menos amplos, como o “Sobre Casamento Civil, Crianças e Introdução do Livro de Registros”, de dezembro de 1917, que institui o casamento civil; o “Sobre a saúde da mulher”, de outubro de 1920, que estabeleceu a licença-maternidade – paga pelo Estado – antes e depois do nascimento da criança, legalizou o aborto – indicando que tal prática deveria ser oferecida pelo Estado – e legislou sobre a proteção das mulheres e do trabalho infantil, indicando que tais sujeitos deveriam ser excluídos de postos de trabalho considerados pesados ou perigosos; o decreto Sobre os salários dos trabalhadores e empregados em instituições soviéticas, de setembro de 1918, que institui o salário igual para trabalho igual, sem distinção de sexo; e os Decretos de 1924, que instruíram que as demissões, quando houvesse, fossem proporcionais entre homens e mulheres, proibiram a demissão de mulheres grávidas e lactantes, deram prioridade de permanência no emprego a mulheres com filhos até 1 ano e vetaram a retirada de mulheres solteiras dos alojamentos. Por fim, nas Teses da Internacional Comunista para o Trabalho entre as Mulheres, de 1921, formalizou-se a instituição do Jenotdel e a criação de creches, refeitórios, enfermarias e lavanderias coletivas e públicas – uma tentativa transgressora de transformar o trabalho doméstico historicamente feminino em público e estatal, já que, como pontuou Trotsky, “Não se pode seriamente considerar a igualdade, social ou política, até que a mulher esteja presa ao trabalho doméstico da família, da cozinha, da lavanderia, pois nesse caso toda a sua participação na vida social estaria condenada” (Trotsky, 1994, p. 22).

Como se percebe, algumas das principais documentações, como a Constituição ou o Código da Família, não nomeiam diretamente as mulheres como sujeitos únicos detentores daqueles direitos. Ao mesmo tempo, vê-se que grande parte deles apenas existiu por causa das situações inferiores em que se encontravam as mulheres anteriormente. Dessa forma, entende-se que as transformações legislativas foram uma das formas do novo governo responder à questão feminina – e as soluções apresentadas foram, de fato, progressivas para situação das mulheres.

Entretanto, como já delineado, longos saltos pressupõem problemas estruturais. Aplicando isso às mudanças citadas, observa-se que contradições eram

inevitáveis a esse processo. Nem todas essas medidas foram colocadas em prática de forma completa, algumas eram desobedecidas, mesmo pelo próprio governo, outras tomavam nova forma ao ir para a prática: é o que se vê, por exemplo, com a oferta da cirurgia abortiva. Sendo a República Soviética recém-criada, com poucos recursos e sem experiência em determinados campos, esse grande salto que foi legalizar e oferecer a prática, pioneira no mundo, veio acompanhado de problemas que, talvez, em sociedades mais desenvolvidas, não ocorreriam – como a incapacidade de abarcar a ampla demanda (sem cair em divisões), como a hierarquia (por exemplo, ao conceder o direito primeiro às solteiras e depois às casadas) ou a criminalização de parteiras não especializadas (*babka*), ainda que o próprio Estado, sozinho, não desse conta de oferecer a prática.

Apesar dos paradoxos, no primeiro momento do pós-revolução, a questão feminina tentava ser respondida honestamente, em conjunto com o bolchevismo e a construção da nova república. Resguardadas as contradições, o discurso oficial proferia que a mulher deveria ser igual ao homem, ambos trabalhadores e construtores da nova república – isso é, participantes ativos nos campos econômico, político e social.

Contudo, após alguns fatos específicos, como a morte de Vladímir Lenin e a ascensão de Joseph Stálin ao poder, a burocratização estatal, a progressiva exclusão de todo elemento que se comportava como obstáculo ao regime stalinista – isso é, todo aspecto que ainda resguardava em si alguma liberdade, tal como o Jenotdel, por exemplo –, o retrocesso em relação à questão feminina toma de assalto o contexto.

“A questão feminina foi resolvida”: dissolução como solução

Qualquer esforço havido anteriormente para transformar o lugar social e político das mulheres, na tentativa de passar as tarefas históricas delas para o Estado, de devolver a si as decisões sobre seu corpo, de facilitar a libertação em relação ao esposo, de minimizar suas responsabilidades em relação aos filhos e à família, acabou e, em seu lugar, iniciou-se um processo que seguia em vias contrárias a esses movimentos. Em 1936, o aborto é proibido. No mesmo ano, o divórcio complexifica-se e, em 1944, ele é apenas realizado juridicamente, como nos países ocidentais. Em 1934, a homossexualidade é novamente criminalizada. Como disse Trotsky, em sua análise da Revolução Russa (quase vinte anos depois):

A legislação do casamento, instituída pela Revolução de Outubro, e que foi, no seu tempo, um objeto de legítimo orgulho para a revolução, está transformada e desfigurada por largos empréstimos do tesouro legislativo dos países burgueses. Tal como se pretendesse juntar o ridículo à traição, os mesmos argumentos que outrora serviram para

defender a liberdade incondicional ao aborto e ao divórcio – “a emancipação da mulher”, a “defesa dos direitos a pessoa”, a “proteção da maternidade” – hoje são retomadas para limitar ou proibir um e outro (Trotsky, 2005, p. 153).

Ainda em 1934, o realismo socialista é instaurado: as mulheres tornavam-se, então, ainda mais iguais aos homens, e nada era necessário de ser mudado, posto que tudo estava sempre em perfeita ordem. Como propõe novamente Trotsky, retomando a filosofia da Antiguidade, “o conflito é pai de todas as coisas. Onde o choque das ideias é impossível, não poderá haver criação de novos valores” (*ibidem*, p. 143).

A partir dessa contrarrevolução, um movimento interessante, ainda que totalmente estrutural, acontece: a reação reaparece, mas não como em sua primeira forma, anterior à revolução, mas com aspectos desiguais, combinados aos de antes, e potencializados em seu retrocesso.

Esse movimento dialético faz-se presente desde o momento o qual caracterizamos, no início desse texto, como um marco inicial do fim do projeto de emancipação feminina pelo Estado: a dissolução do Jenotdel, justificada pelo discurso de que a questão da mulher tinha sido resolvida. Com isso, tal questão não voltava para o patamar equivalente de antes de ser considerada formalmente, isso é, antes da revolução e da criação do Departamento de Mulheres – em certo sentido, tal problema toma o caráter ainda mais distante de ser solucionado: a partir do discurso de Stálin, as conquistas relacionadas às mulheres, realizadas na década de 1920, perdem seu motivo de existir, já que eram feitas em prol da condição feminina e, a partir de 1930, a mulher não precisa mais ser especificada como sujeito oprimido – logo, tudo o que foi feito em relação a essa especificidade não tem razão de existência. Ao mesmo tempo, tudo o que faltou resolver em relação a essa questão não apenas não será feito, mas também não poderá ser discutido, dado que a justificativa para qualquer futuro argumento, já estava dada: a igualdade entre homens e mulheres já havia sido completamente alcançada.

Dessa forma, o retorno da “antiga mulher” – isso é, os ideais de maternidade, necessidade de um marido para protegê-la, a idealização do casamento, a necessidade de ser boa mãe e boa filha – é concebido não da mesma forma que existia antes da revolução, mas de um modo potencializado: eram novas-antigas mulheres. Seu lugar na família e sociedade não foi apenas restaurado, mas vangloriado, idealizado e recompensado.

As mães que no período pré-revolucionário simplesmente pariam muitos filhos, por motivos contextuais; que no período revolucionário tiveram suas vidas descentralizadas do ato de parir e cuidar dos filhos, através da criação de creches, da legalização do aborto e demais campanhas; agora, no regime stalinista, recebiam medalhas e eram consideradas heroínas nacionais se atingissem

determinada cota de filhos. Em julho de 1944, o Soviete Supremo da URSS aprovou um decreto destinado a aumentar os auxílios estatais para as mulheres grávidas, para as famílias numerosas e para as mães solteiras, e criou o título honorário “Mãe heroína”, o prêmio “Pais Gloriosos” e a “Medalha da Maternidade”, como vemos na imagem abaixo:



À MÃE-HEROÍNA. 1944. Disponível em: <http://www.timol od.ru/centers/ imeni_chehova/?p=1912>. Tradução: À camarada Aleksákhina Anna Saviélievna. O presidio do Soviete Supremo da URSS, por meio de seu decreto, de 27 de outubro do ano de 1944, atribui-lhe, a mãe que deu à luz e criou doze filhos, um título honorário de “MÃE-HEROÍNA”; Presidente do Presidium do Conselho Supremo da URSS; Secretário do Presidium do do Conselho Supremo da URSS; À Esquerda: UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS; Medalha: Mãe-heroína.

O mesmo que Marx coloca sobre Napoleão III¹⁰ podemos dizer quanto ao papel da mulher na União Soviética: a história aparece primeiro como tragédia e depois se repete como farsa. O stalinismo busca repetir propositalmente atos do mundo russo pré-revolucionário, como mulheres que desconheciam as instituições trazidas pela revolução – como a descriminalização do aborto e a descentralização da família, e por esses e por vários outros motivos pariam muitos filhos.

¹⁰ Refiro-me à passagem em que, ao comparar as situações de Napoleão Bonaparte e seu sobrinho, Napoleão III, Marx infere: “Hegel observa algures que todos os grandes fatos e personagens da história universal aparecem, por assim dizer, duas vezes. Mas esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia e a outra como farsa” (Marx, 2008, p. 207).

Eles, o mundo doméstico e a casa eram seu único universo possível: a tragédia de um ser humano que não tem acesso aos ambientes onde se tomam as decisões sobre toda a sociedade. Por outro lado, como lembra Marx, a história não pode acontecer duas vezes da mesma forma em dois tempos diferentes. As mulheres soviéticas, mesmo tendo passado por tantas mudanças, agora eram submetidas a aspectos que tentavam repetir propositalmente o mundo anterior e que “tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem de combate, a sua roupagem, para com esse disfarce de velhice venerável emprestada, representar a nova cena da história universal”: medalhas, títulos, e outros elementos até então fora de moda, combinam-se então com o velho aspecto positivizado da maternidade, que volta à tona de forma distorcida, exagerada, risível – uma farsa. Esse foco centrado nas mulheres soviéticas e em suas funções ditas naturais comprova, mais uma vez, que a questão das mulheres não havia sido findada – ao menos, não nos aspectos que importavam ao Estado. Como lembra Trotsky:

Em vez de se dizer: ‘Nós fomos muito pobres e muito incultos para estabelecer relações socialistas entre os homens, mas os nossos filhos e a posterioridade o farão’, os chefes do regime colaram novamente os pedaços da família e impuseram, de novo, sob a ameaça do máximo rigor, o dogma da família, fundamento sagrado do socialismo triunfante (Trotsky, 2005, p. 152).

O legado da luta pela emancipação feminina russa

No entanto, em um movimento desigual e combinado, tal qual foi o da tentativa de emancipação feminina na Rússia Soviética, mesmo após o processo formal ter sido concluído, elementos permanecem. No caso de um regime tão fechado e agressivo como foi a ditadura stalinista, o que conseguiu permanecer foi algo que, por mais revolucionário que fosse, importava para a consolidação do regime: é uma dupla face que acopla, concomitantemente, a resistência e a adaptação. Na nova constituição (1936), por exemplo, ao contrário da primeira (1918), a mulher era lembrada de forma explícita (apesar do discurso dizer que a questão feminina havia sido solucionada):

Artigo 122 — Às mulheres na URSS são concedidos direitos iguais ao homem, em todas as esferas da economia e da vida do Estado, cultural, política e socialmente.

O gozo desses direitos é assegurado pela concessão à mulher do direito ao trabalho como ao homem, com o mesmo salário, e com todos os direitos de descanso, seguro social e educacional e pela proteção do Estado aos interesses da mãe e da criança, descanso durante a gravidez, assistência em maternidade, enfermarias e creches.

Artigo 137 — As mulheres têm o direito de elegerem e serem eleitas em condições iguais aos homens (Ludwig, 1936).

Um segundo aspecto, mais possível de se confirmar, foi em relação à economia. Se, em nenhum momento, o regime soviético considerou colocar homens para realizar, conjuntamente com as mulheres, o trabalho doméstico, o contrário aconteceu de forma incisiva e, inclusive, aprimorou-se mesmo após a década de 1930, em direção à igualdade entre os sexos. Em uma entrevista, a russa Valentina Terechkova, que havia crescido na União Soviética, relatou que seu sonho de infância era ser maquinista de trem (Folha, set. 2015). É um sonho improvável para a maioria das meninas do mundo oriental e até mesmo ocidental, mesmo nos dias de hoje. Não por acaso, a imensa maioria de maquinistas de trem é composta por homens. Na URSS, de fato, também a maioria dos que ocupavam esse tipo de função de direção também era masculina. Mas sonhar parecia ser mais possível. Valentina Terechkova cresceu e tornou-se a primeira mulher a ser astronauta e viajar ao espaço (a título de comparação, a primeira mulher não soviética cometeu o mesmo feito apenas em 1983 – a americana Sally Ride; o primeiro homem soviético havia ido ao espaço dois anos antes de Valentina: Yuri Gagárin, em 1961). Mulheres motoristas de ônibus, caminhões, trens e até naves espaciais pulularam na União Soviética. Mulheres médicas, e não apenas enfermeiras; mulheres professoras, e não apenas do ensino primário; mulheres com cargos que, historicamente, não ocupam; com funções que, historicamente, pertencem aos homens.

O sonho das meninas soviéticas, contraditoriamente à propaganda massificadora do Estado, ia e podia ir além de casar e ser mãe. A história havia combinado a imagem doméstica, maternal e de submissão ao marido, tão comum na Rússia tsarista, a um cenário em que as mulheres podiam e deviam comparecer às fábricas, em funções em nada relacionadas com a domesticidade e a submissão, mas sim, com o poder, o domínio, o controle de algum conhecimento, máquina, automóvel ou situação.

No entanto, essa contradição era combinada de forma desigual. As mulheres, apesar de participarem desses meios antes impensados, não apenas participavam em um número muito menor, como também, em considerável parte das vezes, em formatos inferiores aos homens. Para clarificar tal contradição, podemos citar o relato da professora Marly Viana, constante em uma entrevista nossa com a mesma. Relembrando sua ida à URSS, durante a década de 1960, quando era militante do Partido Comunista do Brasil (PCB), Viana esclarece uma divisão ocorrida na Medicina, que possivelmente se repetia também em diversas áreas. Diz ela:

Tem uma **medicina** fantástica, que está lá na cúpula, e tem uma péssima, que **corresponde** à grande maioria da Medicina. **Nessa**, grande

maioria eram mulheres. Porém, você não encontrava um *doctor* [como eram conhecidos os médicos **que tinham doutorado**] que fosse mulher. [...] Uma vez eu fui à médica e perguntei para ela porque com os títulos mais altos só havia homens. Ela disse: “É muito fácil responder. Eu trabalho de 8 às 5, quando termino, vou para a creche pegar os filhos, vou para o armazém comprar comida, lavo roupa. Meu marido [um *doctor*] chega em casa e vai estudar”. (Viana, 2015)

Costurado de forma a aparência parecer igual à essência, havia um enorme número de mulheres médicas na União Soviética. No entanto, eram médicas técnica e profissionalmente inferiores aos “*doctors*”, todos homens. Além disso, a igualdade prevista em lei, mesmo nessa permanência positiva das mulheres no mercado de trabalho, caía por terra: como fica patente na fala da mulher soviética médica exposta na entrevista citada acima – ela chegava em casa do trabalho e precisava fazer compras, cuidar das crianças, lavar roupas e fazer comida, já o seu marido, não. Era a dupla jornada feminina de volta e de forma explícita. Como poderia ser diferente, afinal, se mulheres com 7 ou 8 filhos tinham que estudar e trabalhar? Não seria, com certeza, em condições iguais às do homem, como também percebe a moscovita Nina Erchova, em uma carta que envia ao Pravda, periódico soviético, em 1936:

Se uma mãe tem sete crianças, uma tem que ser enviada à escola, outra ao jardim de infância, a terceira à creche; e então, à noite, a mãe tem que pegar todas elas, dá-lhes a ceia, colocar suas roupas, pô-las na cama... Bem, então, que a mãe não tem muito tempo para o trabalho – na verdade, ela não tem nem um minuto para si mesma. Isso claramente significa que a mulher será inábil para tomar parte na vida pública, inábil para o trabalho... (Pravda, 1936 *apud* Armstrong, 2012, p. 9).

Como se vê, mesmo os pontos positivos que permaneceram, e até se intensificaram, inserem-se em um contexto de retrocesso agudo com relação à emancipação das mulheres e à igualdade entre os gêneros, resultando num cenário ambíguo. A mulher sob o stalinismo tinha os elementos materiais para ser a *Nova Mulher* de Kollontai, dado que trabalhava fora de casa, mas não o podia ser.

Essa permanência, é claro, não foi gratuita. Por um lado, podemos resgatar as próprias raízes feministas, niilistas e populistas da emancipação feminina na Rússia que, tal como a URSS era uma das poucas nações nas quais se veria mulheres pilotando, também já demonstrava ser exceção com alguns dos primeiros cursos universitários femininos, no fim do século XIX. Dado que as mesmas gerações conviviam em cerca de sessenta anos de transformações contundentes,

sabe-se que, se para um latino ou um africano, não era normal que mulheres estudassem em cursos superiores, na Rússia isso já não era totalmente estranho, quicá já estava consolidado. Por outro lado, não podemos também deixar de considerar que é curioso que o ponto positivo em relação à emancipação feminina a ter sido preservado tenha relação com o trabalho fabril, quando sabemos que a economia soviética e a produção de seus trabalhadores foi de tão intensa importância para o Estado.

De fato, por todas as décadas em que existiu a URSS e, seguramente, até os dias de hoje, a seguinte resolução do Congresso das Trabalhadoras e Campesinas (1927), que entrou em vigor dez anos após a Revolução Russa e é, em grande parte, fruto do trabalho das mulheres soviéticas – que ousaram ir às fábricas e demais ambientes antes estranhos a elas para mostrar, aos homens e a si próprias, o quanto podiam realizar – foi cumprida e significa, então, um dos legados da luta da emancipação feminina soviética e do departamento que as representava. Concluimos, assim, com um trecho dessas “Resoluções”:

O Congresso chama a atenção da massa de trabalhadoras para o problema da industrialização particularmente aguda e da defesa da URSS e levanta a questão da preparação da mão de obra qualificada feminina. O Congresso apela para as primeiras trabalhadoras para reforçar a iniciativa em elevar as habilidades de seu trabalho e aprender novas habilidades, que é uma base para um maior engajamento e retenção da mão de obra feminina na indústria transformadora, *particularmente nas dos ramos em que o trabalho das mulheres ainda é pouco ou não se aplica*. (Das resoluções, 1927)

Nessa citação, observamos a presença do intuito de realizar a transformação que, de fato, foi concretizada, mesmo após o fim do processo emancipatório e a dissolução do Jenotdel – o que podemos interpretar como um legado de ambos. Outro legado, acreditamos, é a própria história da tentativa de emancipação das soviéticas enquanto mulheres. Com ele, entendemos não só a não-naturalidade e a profunda possibilidade de transformação dos elementos da realidade, como a importância de considerar a existência da questão feminina e a importância do feminismo para que, por qualquer passo para trás, não percam as poucas, mas necessárias vitórias já conquistadas. Como mostram as condições femininas atuais de todo o mundo, nem na União Soviética, nem em lugar algum, a questão feminina já foi resolvida e, como mostra a história, desconsiderar isso é um risco para as mulheres.

Referência bibliográfica

- ARMSTRONG, B. *Was the life better or worse for women under Stalin?* Notes on women in Soviet USSR, 2012. Disponível em: <<https://historyrevision.files.wordpress.com/2012/03/was-life-better-or-worse-for-women-under-stalin.pdf>>.
- BERLIN, Isaiah. *Pensadores Russos*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- FOLHA de São Paulo. “Uma visita aos mais raros artefatos da era espacial soviética.”, set. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/vice/2015/09/1686434-uma-visita-aos-mais-raros-artefatos-da-era-espacial-sovietica.shtml>>
- GAMBLIN, Graham John. *Russian Populism and its relations with anarchism* (1870-1881). Birmingham: [s.e.], 1999.
- HUGUENIN, Ana Carolina. “O que fazer? Pais e filhos modernidade e revolução.”, *Revista Contemporânea*, Ano 3, Nº4, 2013, vol.2 On-line. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/3_O_que_fazer_Pais_e_filhos_modernidade_e_revolucao_2.pdf>. Acesso em 6 fev. 2016.
- KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual* [1918]. Rio de Janeiro: Global, 1978.
- LENIN, Vladimir. “As tarefas do proletariado em nossa Revolução”, escrito de 10 a 23 de abril de 1917, publicado em brochura em setembro do mesmo ano. *Obras escolhidas*, T; II, p. 30, Edições em línguas estrangeiras, Moscou: [s.e.], 1947.
- MARX, Karl. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” *In: A revolução antes da revolução*, volume II. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.207.
- NOVACK, George. *O desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Editora Sundermann, 2008
- ORR, Judith. “Z is for Zhenotdel.” *In: A-Z do socialismo*, [s.l.] setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.socialistreview.org.uk/article.php?article-number=10938>>. Acesso em 19 abr. 2016.
- SENNA, T. C. . “Jenotdel, a seção das mulheres do Partido Comunista soviético.” *In: X Semana de História Política da UERJ, 2015, Rio de Janeiro. Anais da X Semana de História Política da UERJ - Minorias étnicas, de gênero e religiosas*, 2015. pp. 2762-2770.
- STITES, Richard. *The women's liberation movement in Russia: Feminism, Nihilism, and Bolshevism, 1860-1930*. Princeton: Princeton University Press, 1978.
- TCHERNICHÉVSKI, Nikolai. *O que fazer*. Trad. Angelo Segrillo. São Paulo: Editora Prismas, 2014.
- TROTSKY, Leon. *Da velha à nova família* [1ªed. Periódico Pravda, 1923] in Caderno Desafio nº 1 – A mulher e a família. São Paulo: Editora Desafio, 1994 (a)

_____. *A revolução traída*. São Paulo: Editora Sundermann, 2005.

_____. *A Revolução Russa*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

VENTURI, Franco. *El populismo ruso*. Trad. Esther Benthez. Madri: Biblioteca de la Revista del Occidente, 1975. Tomos I e II.

VIANA, Marly. Entrevista. Entrevistadora: Thaiz Senna. Rio de Janeiro, 2015. (180 min) 2015.

VORONINA, Olga. *Feminizm i gendernoe ravenstvo*. (Feminismo, gênero e igualdade). Moscou: Editorial, 2003.

Artigo recebido em 17 de agosto de 2016

Artigo aprovado em 30 de novembro de 2016

Independência ou em dependência? Apontamentos sobre as relações entre produção e reprodução no capitalismo

*Independence or in dependency? Notes on the relation
between production and reproduction on capitalism*

Danielle Jardim da Silva*

Resumo

Esse artigo busca localizar teoricamente a opressão das mulheres no capitalismo a partir da análise das relações entre produção de valor e reprodução da força de trabalho, tendo como perspectivas a teoria unitária e o ponto de vista da reprodução social.

Palavras-chave: reprodução; produção; capitalismo; opressão da mulher

Abstract:

This article tries to locate theoretically the women's oppression on capitalism based on the analysis of the relations between production value and reproduction of the workforce, adopting the unitary theory and the point of view of the social reproduction as perspectives.

Keywords: reproduction; production; capitalism; women's oppression

* Mestranda em História Social na Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo da UFF.

Introdução: O contexto em que o artigo se insere

Os anos 1970 foram marcados por uma profusão de estudos acadêmicos voltados para pensar a relação entre opressão da mulher/patriarcado e capitalismo. Nesses anos, mulheres que se engajaram na segunda onda do feminismo¹ levaram para o espaço acadêmico suas dúvidas e reflexões. Era o surgimento de uma área de estudos que se destinava a pensar o lugar das mulheres na sociedade e as relações hierárquicas de gênero².

Nos anos seguintes, assistimos a um movimento duplo e contraditório: o campo dos “estudos feministas/estudos de gênero” consolidou-se, ao mesmo tempo em que o movimento feminista entrou em refluxo, perdendo seu caráter de massas das décadas 1960/1970. Constatamos também um afastamento entre feminismo e marxismo, tanto no movimento quanto na academia (em especial). Gradativamente, aspectos culturais, subjetivos e identitários assumiram o primeiro plano, buscando uma diversidade de referenciais teóricos que geralmente perderam de vista as ligações entre capitalismo e opressão de gênero, com exceções para alguns trabalhos, como, por exemplo, o campo de estudos sobre trabalho feminino e divisão sexual do trabalho.

A partir dos anos 2000, é possível identificar um novo ascenso de lutas do movimento feminista³, que tem se convencido a chamar de “terceira onda” do feminismo. Em meio a esse ascenso, nos últimos anos, tem sido possível voltar a vislumbrar tentativas de reaproximação entre feminismo e marxismo. Para isso, contribui o fato de que o crescimento do movimento feminista e de suas lutas:

– Coloca urgência para os movimentos sociais e acadêmicos reverem suas relações com o debate feminista⁴ (forçando movimentos e acadêmicos, antes resistentes à pauta, a interagirem e dar respostas nessas questões);

¹ Nos estudos feministas e de gênero, a análise do movimento feminista convencionou-o separá-lo como formado por 3 ondas: a primeira onda, centrada no fim do século XIX e início do XX, que teve como foco as demandas pelo direito de participação política (voto), de trabalho, de acesso a propriedade, etc; a segunda onda, centrada nos anos 1960, que formulou a ideia do Gênero como construção social a partir do sexo e levantou demandas antes associadas ao espaço público, como sexualidade, direito a aborto, violência contra a mulher, e logo também as pautas das mulheres negras e lésbicas; e a terceira onda, a partir dos anos 2000, centrada na desconstrução dos binarismos de gênero, na inclusão das mulheres transexuais nos movimentos feministas e pelas especificidades das diferentes formas de opressão vivenciadas pelas diferentes mulheres, de acordo com o lugar social ocupado por cada mulher. (Carrara, 2010a)

² Inicialmente, o campo de estudos focou em resgatar as contribuições das mulheres e visibilizá-las na história, tendo-as como objeto principal (em muitos casos únicos). Entretanto, nos últimos anos, muitos reformularam a nomenclatura da área para “estudos de gênero”, buscando visibilizar o aspecto relacional da opressão de gênero e suas determinações não somente sobre as mulheres, mas sobre as relações em geral.

³ Esse crescimento é não só do movimento feminista, mas também do movimento LGBT/de diversidade sexual, que encampa também as discussões sobre a opressão de gênero.

⁴ Isso pode ser identificado também em outras pautas identitárias ligadas ao debate de opressões de um modo geral, pautas que também tiveram seus respectivos movimentos em crescimento, como LGBT e negrxs, assim como juventude e outros.

– Contribui para o fortalecimento de setores que, dentro dos movimentos e academia, fazem do debate feminista/de gênero objeto de luta/organização ou pesquisa/estudo, a partir da urgência conjuntural colocada;

– Força os diferentes setores engajados nas lutas e nos estudos feministas, em meio à diversidade (se não proliferação) de referenciais teóricos que marca o atual momento do feminismo, a aprofundarem suas análises e definição/busca dos referenciais teóricos adequados para responder às perguntas sociais colocadas. Nesse processo, tem sido possível tanto o resgate de debates/elaborações dos feminismos das décadas de 1960/1970 “perdidos” no tempo, quanto novas formulações e, ainda, sínteses entre diferentes perspectivas.

O marxismo foi muito marcado por visões autoritárias, economicistas, etapistas e reducionistas ao longo de sua história, que se distanciaram do pensamento de Marx. É preciso reafirmar o marxismo como inerentemente acoplado à sua capacidade de atualização, afirmar o marxismo não como dogma, mas como *materialismo histórico*, ou seja, uma perspectiva teórica que lida com a realidade concreta, com uma história concreta, com a sociedade como totalidade viva, complexa e contraditória e, dessa forma, evitar tanto uma concepção imutável de marxismo quanto a utilização das categorias marxistas de forma mecânica, buscando ajustar a realidade a um enquadramento previamente definido, esquecendo-se de olhar para a realidade mesma e sua história.

Esse artigo parte da convicção de que uma maior aproximação entre feminismo e marxismo não só é possível, como é extremamente necessária, sobretudo em uma conjuntura de austeridade provocada pela crise econômica e pelo avanço de setores conservadores, que colocam tantos desafios para a vida das mulheres. Nesse cenário, põe-se como uma tarefa urgente do marxismo superar a pulverização teórica do feminismo (e outras lutas identitárias) ou, pelo menos, oferecer uma base para organizar teoricamente o caos colocado.

Visibilizando a relação entre produção e reprodução no capitalismo

Se olharmos para a produção capitalista (uma fábrica, por exemplo), podemos levantar alguns de seus principais elementos. A existência de uma burguesia, detentora dos meios de produção, e de uma classe de trabalhadores despossuídos, que precisam vender sua força de trabalho. Esse trabalho, realizado pela classe trabalhadora, é gerador de valor e mais-valor apropriados pela classe burguesa. O contrato de trabalho determina que os trabalhadores se apresentem durante determinadas horas por dia no local de trabalho (local espacial e temporalmente diferente do espaço doméstico) para a produção de mercadorias, executem determinadas tarefas, para as quais são requeridas determinadas habilidades e, ao final um período “x” de tempo, recebam um salário, que deve ser suficiente para sua subsistência mínima.

No entanto, é importante notar que esses trabalhadores não são trabalhadores quaisquer, em quaisquer condições. Eles são trabalhadores que se apresentam no local de trabalho limpos, descansados, saudáveis, vestidos de determinada forma, alimentados, com estabilidade emocional, capacidade de comunicação e afetividade e, em tese, em determinada idade que não abarcanem a infância extrema e nem a velhice extrema. Além disso, é necessária a liberação de um grande contingente de força de trabalho disponível para que se apresente todos os dias durante no mínimo 8h de trabalho sem estar envolvido em outras atividades durante esse tempo, e, ainda, tal contingente de força de trabalho precisa ser renovável, ou seja, é preciso que esses trabalhadores, que um dia irão morrer/se aposentar, sejam “repostos” por outros.

Assim, um primeiro olhar sobre a produção capitalista pode apresentar-se somente como uma parte de um “quebra-cabeça” maior. É necessário um segundo olhar sobre a produção, e, principalmente, sobre o trabalhador que se apresenta no local de trabalho, para que possamos visibilizar a relação entre *produção*, de um lado, e *manutenção* e *reprodução* da força de trabalho, de outro, e perceber que as tarefas descritas acima (cuidado da higiene, roupas, casa, saúde física e emocional, desenvolvimento afetivo, cuidado de crianças, idosos e doentes, reprodução biológica da força de trabalho e, no limite, a liberação do espaço produtivo de todas essas preocupações), tarefas essas que são fundamentais ao funcionamento da produção tal como ela se coloca, têm sido, ao longo da história do capitalismo, realizadas pelas famílias e, dentro das famílias, pelas mulheres.

Refazer essa relação é essencial para diagnosticarmos o fato de que o modo de produção capitalista produziu e se baseou em um aprofundamento da divisão entre produção, realizada no espaço público (originalmente realizada majoritariamente pelos homens), e reprodução, realizada no espaço privado (realizada quase exclusivamente pelas mulheres). Por sua vez, a forma como o trabalho se organiza no modo de produção capitalista – operando no espaço público e externalizando as preocupações sobre a reprodução da classe trabalhadora⁵ – tende a reforçar uma relação estranhada, ainda que de dependência, entre produção e reprodução.

Aqui, já podemos adiantar a hipótese a ser trabalhada nesse artigo: de que a separação entre produção e reprodução no capitalismo gera, ao contrário de uma independência relativa entre esferas, uma dependência estrita.

Consideramos, no nosso exemplo, o trabalho fabril e, portanto, produtivo, mas é importante notar que essas determinações não ficam estritas a ele, estendendo-se sobre as outras formas de trabalho, mesmo as não produtivas. Como Marx demarcou, uma das características do capitalismo é a submissão gradativa

⁵ Do ponto de vista da produção, para além do salário não há qualquer responsabilidade ou preocupação com a sobrevivência do trabalhador.

de todas as formas de trabalho aos imperativos da acumulação. Assim, diferentes formas de trabalho foram gradativamente se equalizando em alguma medida, estabelecendo-se como trabalho assalariado, regulado por contrato (ou acordo informal) que determina uma jornada de trabalho diária e uma esfera de reprodução fora da do trabalho.

Considerações sobre o trabalho reprodutivo

Uma das discussões importantes dos anos 1970 entre feministas e marxistas foi sobre o lugar do trabalho doméstico na economia capitalista. Revisitar alguns pontos que fizeram parte dessa discussão pode ser interessante para elaborarmos melhor a hipótese levantada. O trabalho doméstico, como produtor de valor ou não, foi um dos pontos mais polêmicos desse debate. Mas e nós? O que achamos?

Se consideramos a jornada do trabalhador, vemos que ela é dividida, sendo uma parte dedicada à subsistência do trabalhador (convertida em salário) e outra apropriada pelo capitalista como mais-valor. Marx coloca que a determinação do salário está relacionada com o custo de sobrevivência do trabalhador e de sua família (um mínimo necessário para a subsistência física – mínimo necessário para a “produção” do trabalhador), mas que o que se aceita ou não como salário muda de acordo com as circunstâncias históricas, portanto, o salário e o tempo de trabalho dedicado à produção do mesmo são determinados fortemente pela luta de classes (Marx, 2013, pp. 243-244).

Mas cabe lembrar que diversos elementos que não passam pela esfera mercantil impactam o valor da subsistência do trabalhador, como, por exemplo, hortas ou produção de alimentos, fios, tecidos, etc. para uso familiar, ou mesmo o trabalho doméstico gratuito, que passa a oferecer uma série de “serviços” gratuitamente à família. Tais elementos contribuem para diminuir a quantidade de mercadorias a serem compradas pelo salário⁶, impactando no valor da força de trabalho e, portanto, na porcentagem mais-valor apropriado. Assim, trabalho reprodutivo e geração de valor apresentam-se, ainda que formalmente independentes, intimamente relacionados.

A discussão sobre o trabalho doméstico como produtivo ou improdutivo é antiga, e se arrasta até hoje. Penso que muitas e muitos intelectuais, diante da vontade e da necessidade de valorizar e visibilizar o trabalho doméstico buscaram afirmá-lo como produtivo. Entretanto, uma condição fundamental do trabalho produtivo é a produção de mercadorias a partir de outras mercadorias (meios de produção e força de trabalho) para a venda e a obtenção de lucro. Sem troca de mercadorias no mercado, é difícil falar em produção de mais-valor. Os

⁶ Alimentos e roupas no primeiro caso, serviço de refeições, limpeza, cuidado de crianças e doentes, etc. no segundo.

produtos do trabalho doméstico não são trocados entre si na esfera mercantil, mas consumidos na esfera doméstica, como valores de uso, não como valores de troca; assim, não é possível que consideremos o trabalho doméstico como produtivo (Albarracin, 1988). Entretanto, dizer que um trabalho não é produtivo não o torna menos importante do ponto de vista da totalidade da sociedade. Há diversos trabalhos não produtivos, como, por exemplo, no setor de comércio e serviços e que são fundamentais ao modo de produção capitalista.

O economista Jesus Albarracin, no artigo *El trabajo domestico y la producción del valor* (1988), auxilia-nos na compreensão de alguns elementos para pensarmos o lugar do trabalho doméstico na produção de valor. Albarracin levanta, além de sua exclusão do trabalho doméstico da esfera mercantil, o fato de que, quando falamos em trabalho produtor de mercadorias, de valor, estamos sempre nos remetendo às ideias de trabalho abstrato (em geral, não específico) e de tempo de trabalho socialmente necessário (sendo o valor de uma mercadoria determinado pela média social de tempo para produzi-la). Isso requer comparar e medir diferentes trabalhos, o que não é possível fazer com o trabalho doméstico, já que o trabalho realizado em um núcleo familiar não se comunica com o realizado em outro núcleo. Assim, não seria possível definir uma média, um “trabalho doméstico abstrato socialmente requerido”, já que a forma e o tempo gasto com as tarefas são muito variáveis em cada lar, conforme classe, costumes, acesso a serviços, etc. (não há um mecanismo que estabeleça a relação entre as horas de trabalho doméstico da mulher de um peão e as da mulher de um engenheiro, diz ele). Assim, Albarracin aponta que a regulação do trabalho doméstico não se faz sob a lei do valor, sendo realizada fora dos circuitos do mercado.

Um outro elemento a se considerar é que o objetivo do trabalho doméstico é sempre a satisfação de uma determinada necessidade, o que coloca um caráter finito no mesmo. Ao terminar de lavar a louça e arrumar a casa, a mulher não é mandada pelo marido para trabalhar na casa ao lado para aumentar a exploração de sua mulher e sua acumulação de valor. A lógica expansiva de trabalho criador de valor não se dá no trabalho doméstico. Ele é realizado tendo em vista valores de uso, não de troca.

Entretanto, na medida em que o trabalho doméstico é um dos elementos que determinam o nível de vida dos trabalhadores e suas famílias, ele tem um papel fundamental na economia capitalista. Se, no âmbito das famílias, não podemos falar de apropriação de mais-valor, por outro lado o sistema capitalista como um todo, ao utilizar o trabalho doméstico para reduzir o valor da força de trabalho, e portanto, os salários, impacta diretamente na proporção de trabalho necessário na jornada de trabalho e, conseqüentemente, aumenta a massa total de mais-valor produzido pela classe trabalhadora. Embora o capitalista individual possa fazer pouco para reduzir o valor da força de trabalho, já que o salário que ele paga ao trabalhador independe do trabalho realizado pelas mulheres

destes em casa, o capitalismo em seu conjunto tem historicamente necessitado do trabalho doméstico como forma de manter o valor da força de trabalho mais baixo, e a apropriação de valor mais alta. Dessa maneira, Albarracin constata que o trabalho doméstico não está regulado pela lei do valor, mas como ocorre com quase todas as coisas sob o modo de produção capitalista, não é independente dela⁷.

Lise Vogel, em *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory* (2013), um importantíssimo exercício de compreensão das relações entre patriarcado e capitalismo, chama-nos atenção para o fato de que o capital utiliza duas formas de mais-valor relativo: uma delas a introdução de maquinaria/tecnologia para o aumento da produtividade, e outra, a redução do valor da força de trabalho. Para nós fica nítida a relação direta entre o trabalho doméstico, que garante a manutenção e reprodução da força de trabalho a um custo muito menor do que se o trabalhador tivesse que buscar no mercado todos os serviços realizados gratuitamente pela mulher em casa, e a geração de mais-valor relativo.

Vogel sustenta, entretanto, que o capitalismo seria marcado por uma tendência a reduzir a quantidade de trabalho realizado na família. A necessidade de exploração também da força de trabalho feminina no mercado de trabalho e a necessidade simultânea de seu trabalho doméstico gratuito no lar colocariam uma posição de contradição sobre a utilização do trabalho feminino pelo sistema capitalista. Ela aponta que, com a redução do trabalho doméstico (mas não eliminação!), como ocorrido ao longo de todo os séculos XX e XXI, a partir do desenvolvimento da indústria de alimentos, eletrodomésticos, etc., foi possível inserir mais membros da família na força de trabalho (principalmente as próprias mulheres). Dessa maneira, a redução do trabalho doméstico no capitalismo cria potencialmente tanto mais-valor relativo (a partir da manutenção do trabalho doméstico gratuito é possível manter o valor da força de trabalho mais baixo), quanto mais-valor absoluto (a partir da submissão de mais trabalhadores ao trabalho explorado).

Acrescento, ainda, que a redução do trabalho doméstico, quando há, sempre se faz acompanhada de um aumento do consumo de mercadorias (roupas, comidas, serviços), que, por sua vez, estão ligadas à produção e à circulação de capital. Jesus Albarracin (1988) ressalta, como parte da lógica do capitalismo, a eliminação gradativa da produção do autoconsumo e a crescente aquisição no mercado do que era costumeiramente produzido no âmbito doméstico; entretanto, historicamente, o aumento do consumo de mercadorias pela classe trabalhadora não teve, como contrapartida, um aumento dos salários.

⁷ É interessante, nesse ponto, lembrarmos-nos das políticas de austeridade/ajuste, por exemplo, que buscam aumentar o mais-valor relativo por meio da redução do valor da força de trabalho. (Albarracin, 1988)

Lise Vogel, na obra já citada, traça um caminho interessante para a abordagem da opressão da mulher a partir da análise da mercadoria força de trabalho, uma mercadoria especial para o capitalismo, já que é a única mercadoria capaz de produzir mais-valor. Ela ressalta, entretanto, que, embora trocada no mercado, essa mercadoria não é produzida “capitalisticamente”, por via do mercado, mas via trabalho doméstico realizado nas famílias. Vogel observa que Marx, ao se debruçar sobre a jornada de trabalho, divide-a em *trabalho necessário* e *trabalho excedente*, definindo o trabalho necessário como a parte empregada para a reprodução do trabalhador (salário) e o trabalho excedente como parte empregada na produção de mais-valor. No entanto, segundo ela, essa é apenas uma das partes componentes do trabalho necessário, sua parte extraída do espaço produtivo e destinado à compra para elementos de subsistência no mercado, havendo também um componente “doméstico”, realizado pelas mulheres, responsável pela preparação dos alimentos, pelo cuidado da casa e das roupas e pela geração e cuidado das crianças, doentes e idosos, etc. A reprodução da classe trabalhadora dependeria tanto do *componente produtivo* quanto do *componente doméstico* do trabalho necessário. De acordo com o momento histórico do capitalismo, do local, da classe, etc., a proporção entre o “componente doméstico” e o “componente produtivo” do trabalho necessário alterar-se-ia.

A autora elenca três aspectos do trabalho necessário, tomado em seu conjunto – a manutenção direta dos produtores (trabalhador), a manutenção dos não-trabalhadores (crianças, velhos, doentes, e outros membros não-trabalhadores nas famílias) e a reposição geracional (biológica) da classe trabalhadora –, e observa que, destes, em tese, somente o último requer uma mínima divisão sexual do trabalho. Chama atenção, ainda, para o papel especial desempenhado pelas mulheres das classes trabalhadoras na reprodução da força de trabalho⁸ e localiza a necessidade de reprodução da força de trabalho como chave para a compreensão das raízes da opressão à mulher na sociedade de classes. Assim, a opressão da mulher no capitalismo estaria ligada à necessidade do próprio modo de produção de utilizar a família como local privilegiado de reprodução da classe trabalhadora a baixos custos. Para Vogel, a separação entre produção e reprodução

⁸ Essa localização de Lise Vogel sobre o lugar da mulher da classe trabalhadora na reprodução da força de trabalho nos parece muito pertinente para relacionar como a garantia de acesso ao aborto legal é muito mais limitada para as mulheres da classe trabalhadora. Para Vogel, a reprodução das mulheres da classe dominante serve à sua reprodução enquanto classe, transmissão de propriedade, etc., mas não à formação de força de trabalho. Um outro elemento importante que diferencia a mulher da classe dominante da mulher da classe trabalhadora é que aquela “terceiriza” boa parte do trabalho doméstico a partir da contratação de outras mulheres trabalhadoras, enquanto estas, mesmo quando trabalham de forma assalariada, continuam a ser sobrecarregadas pelo trabalho doméstico; assim, ainda que as duas sejam oprimidas enquanto mulheres, vivenciam essa opressão de maneiras bastante diferentes em diversos pontos.

e a divisão sexual do trabalho são manifestações empíricas da necessidade estrutural do capital de reprodução da classe trabalhadora⁹.

Susan Ferguson e David McNally ressaltam que, dessa maneira, o pivô da opressão da mulher não seria o trabalho doméstico realizado *em benefício do homem* na família (uma “exploração” da mulher pelo homem), ainda que este possa se manifestar de formas opressivas e alienantes. A mulher seria oprimida não porque seu trabalho em casa produz valor para o capital, nem por causa de um patriarcado trans-histórico, mas, sim, por conta da importância social do trabalho doméstico para o capital, ou seja, o fato de que a produção e a reprodução da força de trabalho é uma condição essencial para a dinâmica do sistema capitalista, tornando possível ao capitalismo reproduzir a si mesmo. As raízes sócio-materiais da opressão da mulher sob o capitalismo estariam no fato de que capital e Estado precisam regular a capacidade biológica de produção da próxima geração de trabalhadores a disposição para exploração (Ferguson & McNally, 2013, p. 27).

Nesse ponto, penso que as análises de Vogel podem deslizar sobre um certo biologicismo pautado sobre a reprodução biológica da classe. Ainda que esse seja um elemento fundamental, é necessário perceber que as respostas dadas às limitações biológicas são sempre sociais¹⁰. Além disso, não podemos perder de vista a importância do trabalho diário de “manutenção” da força de trabalho e sua influência sobre o mais-valor relativo. Nesse ponto, Jesus Albarracin parece avançar mais.

Vogel, também considera outros lugares/meios possíveis de reprodução, citando dormitórios, escolas, hospitais, organização do trabalho em campos de trabalho (no que tange à manutenção diária e ao cuidado de crianças, doentes e idosos), bem como outras formas de fornecimento de força de trabalho, como a imigração ou mesmo a escravidão, ainda que reconheça que a família heterossexual apresenta, historicamente, vantagem para a manutenção diária e a reposição geracional da força de trabalho do que outras formas. Entretanto, gostaríamos de ressaltar que a história do capitalismo, até agora, não tornou possível a garantia de serviços suficientes para eliminar o trabalho doméstico familiar ou conseguiu, de forma duradoura, organizar o trabalho e a reprodução de outra

⁹ Vogel, nesse ponto, busca polemizar com autoras que defendem a divisão sexual do trabalho como fonte da opressão da mulher demarcando que não é esta a fonte, e sim a dependência sobre a reprodução, sendo a divisão sexual do trabalho uma consequência desta, mas não a causa.

¹⁰ Questão levantada por Michelle Barret em *Rethinking women's oppression: a reply to Brenner* (Arruzza, 2010, p. 133)

maneira que não a partir da família, o que obviamente, do *ponto de vista econômico*, não é um impeditivo por completo, mas coloca dúvidas sobre as possibilidades de sua realização. Além disso, a imigração ou a escravidão, importação de força de trabalho, requer que esta tenha sido produzida (no caso, reproduzida) de alguma forma, em algum lugar.

Anos depois da publicação do livro em questão, Lise Vogel fez uma revisão de seu próprio trabalho, fazendo uma autocrítica sobre a utilização do termo “trabalho necessário” para se referir ao trabalho de reprodução da força de trabalho, e reafirmando a utilização do termo (trabalho necessário) apenas para o que chamou antes de componente produtivo do trabalho necessário. Dessa maneira ela quis distinguir e eliminar confusões entre uma parte mercantilizada, associada ao salário, e outra não-mercantilizada, associada ao trabalho doméstico (Ferguson & McNally, 2013, pp. 35-36). Entretanto, salvo esta correção, reafirmou o conteúdo fundamental de seu trabalho. Vogel foi uma das primeiras teóricas a elaborar uma leitura da opressão da mulher a partir do conceito de reprodução social, que posteriormente tem dado contribuições importantes de leituras não ortodoxas do marxismo e capazes de localizar a opressão de gênero dentro do materialismo histórico e sua função no modo de produção capitalista.

Para Cinzia Arruzza,

O termo reprodução social, na tradição marxista, normalmente indica o processo de reprodução de uma sociedade em sua totalidade, como já mencionado. Na tradição marxista feminista, entretanto, reprodução social significa algo mais preciso: *a manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional*. Neste contexto, reprodução social designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado. (Arruzza, 2015a, p. 55; grifos meus)

Muito além do econômico...

Até agora, a abordagem privilegiou aspectos econômicos ligados à relação entre produção e reprodução. Entretanto, a separação entre produção/trabalho fora do lar e reprodução/trabalho doméstico no capitalismo não foi realizada de uma hora para outra, e não é simplesmente um resultado automático de necessidades econômicas. Esse processo foi historicamente construído, contribuindo para ele duas principais movimentações: 1) O encapsulamento da produção doméstica artesanal, da agricultura familiar, de pequenas formas de produção coletivas à lógica da exploração capitalista do trabalho; 2) A ação deliberada dos Estados, sobretudo a partir da medicina e do direito modernos, sobre o formato das

famílias, as relações entre seus membros, a forma de lidar com o corpo, a reprodução e a sexualidade, etc.¹¹.

Nesse processo, algumas formas de família foram reforçadas, modificadas ou reformatadas pelas políticas sociais dos Estados capitalistas. Em um processo contraditório, as formas de família compatíveis com a privatização da reprodução da força de trabalho foram preservadas e adaptadas à ordem de gênero da burguesia moderna. (Ferguson & McNally, 2013, pp. 27-28). Embora possamos ter discordâncias com Foucault, devemos reconhecer que o mesmo foi perspicaz ao perceber essa movimentação em que os Estados, deliberadamente por meio de leis, políticas públicas, medicina, etc, passam a regular a sexualidade e a família a partir do século XIX¹².

Ressaltamos, entretanto, que esse processo se deu não somente no momento de consolidação do capitalismo, mas permanece como um processo vivo e em movimento até hoje. O capitalismo, continuamente, a partir de formas contraditórias e diversas, busca meios de ajustar as relações familiares, sexuais e de gênero às suas necessidades, e não somente essas relações, mas o conjunto das relações humanas (*ibidem*, pp. 31-32). Dizer isso não é cair em um determinismo econômico, mas perceber, pelo contrário, que o capitalismo não é um sistema econômico somente, mas um conjunto de relações sociais nas quais economia e cultura/sociedade/ideologia caminham juntas. A família patriarcal e a opressão das mulheres não nasceram com o capitalismo, mas foram apropriadas e modificadas segundo suas necessidades, em um processo vivo de relações sociais que também são culturais, ideológicas, históricas e mutáveis.

Ferguson e McNally observam que esse processo de ação dos Estados para modificar as formas de família não foi percebido por Marx. Penso que Marx e o conjunto dos socialistas do fim do século XIX e início do século XX, ao focarem no processo de degradação da família operária pela exploração capitalista e na perda de função produtiva da família no capitalismo, apostaram em uma leitura que ligava o capitalismo a um processo de colapso da família e das relações familiares¹³. Ao apostar todas as fichas no iminente fim da família, talvez não tenham

¹¹ Cabe observar, em especial, a ação da medicina e das políticas sanitárias sobre a reprodução e também a classificação e a repressão das sexualidades dissidentes a partir do surgimento e da consolidação da psicologia e psiquiatria. (Carrara, 2010b).

¹² Ver: Michel Foucault. *A História da Sexualidade*.

¹³ Apostar no colapso, em curto prazo, da família também teve potencialidades: Marx e socialistas do fim do século XIX e início do século XX integraram a destruição da família e da opressão da mulher a seu programa e empreenderam lutas fundamentais e percepções importantes: perceberam o confinamento da mulher ao lar a partir do trabalho doméstico, compreenderam a necessidade de pensar de forma coletiva e social os serviços executados privadamente pelas mulheres no lar, combateram a desigualdade legal das mulheres, impulsionaram-nas para a luta por direitos, etc. O fruto mais rico dessas formulações foi o processo da Revolução Russa, onde os socialistas puderam colocar em prática a mais avançada experiência de políticas públicas para mulheres até então (e em muitos sentidos até hoje) (Silva, 2015).

conseguido perceber a profundidade com a qual o sistema capitalista como um todo ainda guardava funções fundamentais para a mesma¹⁴.

Cinzia Arruzza discorre sobre o processo de entrelaçamento entre patriarcado e capitalismo:

O patriarcado como forma de organização de uma parte da produção cessou há algum tempo as suas funções: o que se mantinha foi superado pelo capitalismo. O processo foi, e é, tudo menos linear. O capitalismo, por um lado, cortou os laços econômicos fundados no patriarcado e, por outro, conservou e utilizou de diversas formas as relações de poder e a ideologia patriarcal. Desagregou a família enquanto unidade produtiva, mas utilizou-a e transformou-a profundamente para garantir o trabalho reprodutivo da força de trabalho. Aqui as relações de poder patriarcais se saíram bem: o capitalismo tinha necessidade de descarregar na família o trabalho reprodutivo e, por sua vez, a subordinação das mulheres garantia a possibilidade de fazê-lo, convertendo-o numa carga para as mulheres e apoiando-se nas relações de opressão entre homens e mulheres. (Arruzza, 2010, pp.135-136)

Marx percebeu a opressão das mulheres na família e a exploração da mulher nas fábricas. No entanto, ao pensar a reprodução da classe trabalhadora, Marx aborda a questão somente a partir do salário, sem se ater a como a força de trabalho é concretamente reproduzida (biológica e socialmente). Apontar essas limitações no pensamento de Marx (ideia da família fadada a fim iminente, sem percepção de movimentações dos Estados, e pensar a reprodução a partir dos salários sem perceber como ela se dá fora do espaço produtivo e em relação com este) não significa que estamos chamando Marx de economicista. Isso seria injusto com seu trabalho. Há inúmeros momentos na obra de Marx em que este prova estar longe de simplificações economicistas. Significa, no entanto, perceber que Marx, humanamente, não se aprofundou em todos os assuntos da humanidade, e que há lacunas em seu pensamento a serem preenchidas – uma tarefa para a qual o próprio marxismo é uma ferramenta necessária.

Marx abordou bem menos que Engels a questão das mulheres especificamente, embora, em diversas obras, ele mencione a questão¹⁵. No entanto, em

¹⁴ Marx assume a ideia de que o modo de produção capitalista está destruindo a família e não reconhece que a eliminação da família significa eliminação do local social onde a produção e a reprodução da força de trabalho ocorre (Ferguson & McNally, 2013, pp. 29-30).

¹⁵ Para Marx, ver *O Manifesto Comunista, A Ideologia Alemã, O Capital, Sobre o Suicídio, a Sagrada Família* e outros. Em *Sobre o Suicídio*, Marx discorre sobre o suicídio refletindo fortemente sobre a opressão das mulheres na família patriarcal (Marx, 2006). Para Engels, ver *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* e *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*.

ambos encontramos contribuições fundamentais para se pensar a questão das mulheres e da família. O *materialismo histórico* percebeu a sociedade como um complexo de relações sociais nas quais as dominações e explorações de classe estão submetidas ao desenvolvimento histórico, e colocou a perspectiva de transformação a partir das contradições internas de cada formação social. Tais ideias são fundamentais para se pensar a desnaturalização dos papéis de gênero e das desigualdades que se formam a partir desses mesmos papéis, bem como para reconhecer a família como um elemento histórico submetido a mudanças e transformações. Marxismo e feminismo foram fundados sob a *necessária* historicização da sociedade e de suas relações de dominação, e sob a possibilidade de romper com a estrutura dada e modificá-la rumo à emancipação dos seres humanos.

Apesar de ser comum o marxismo ser acusado de privilegiar o econômico e elementos superestruturais para a definição no curso da história, Engels negou energicamente essa perspectiva, ressaltando a importância das relações de *reprodução*:

Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. [...] Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fator econômico é o único fator determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levantam sobre ela [...] também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante. (Engels, 1890)

No que tange especificamente à questão da mulher, Trotsky, anos mais tarde, comentando sobre a libertação das mulheres na União Soviética, aponta para o fato de que

Mudar a raiz da situação da mulher não será possível até que se modifiquem todas as condições da vida social, familiar e doméstica. A profundidade dos problemas da mulher está dada pelo fato de que ela é, em essência, o elemento vivente no qual se *entrecruzam todos os fios decisivos do trabalho econômico e cultural*. (Bebel; Heller; Trotsky & Kollontai, 1980, pp. 75-76; grifos meus)

Cinzia Arruzza levanta a relação da esfera da reprodução com a formação das subjetividades, retomando, portanto, a centralidade da família como elemento formado e formador de ideias e relações de poder e reconectando relações de produção e relações de dominação. Ela postula:

devemos ter em mente que a esfera da reprodução social é também determinante na formação da subjetividade e, portanto, das relações de poder. Se levarmos em conta as relações que existem em cada sociedade capitalista entre reprodução social, a produção da sociedade como um todo, e as relações de produção, podemos dizer que estas relações de dominação e poder não são estruturas ou níveis separados: eles não se interseccionam de maneira externa e não mantêm uma relação meramente contingente com as relações de produção. As relações múltiplas de poder de dominação, portanto, aparecem como expressões concretas de uma unidade contraditória e articulada que é a sociedade capitalista. (Arruzza, 2015a, p. 56)

A autora ainda observa que uma relação de exploração implica sempre uma relação de dominação e alienação¹⁶, e que o processo produtivo está ligado a um processo disciplinar que parcialmente constrói o tipo de sujeito que o trabalhador se torna. Ela chama atenção para o fato de que as três dimensões estão juntas na crítica da economia política e observa que tanto posturas mais economicistas quanto mais culturalistas têm em comum a suposição de leis econômicas independentes das relações de dominação e alienação (Arruzza, 2015a, p. 53).

Assim, consideramos que a opressão de gênero e a família patriarcal são determinadas por e determinadoras de relações que estão para além das questões econômicas *stricto sensu*, ligando-se a um emaranhado de determinantes sociais. Nessa relação, econômico e ideológico/cultural não mantêm uma relação de automatismo, mas interagem mutuamente. É sempre bom ter em mente que, para Marx, produção e reprodução formam uma unidade indivisível em que as duas formas atuam como momentos de uma totalidade articulada (Arruzza, 2015a).

Assim, é necessário olhar mais a fundo para que tipo de família é impulsio-nada pelo capitalismo, percebendo suas funções, determinações e normatizações para além da questão da reprodução da força de trabalho. Olhar essa família significa perceber que ela não é qualquer família, mas, sim, precisamente, uma família patriarcal (marcada pela submissão da mulher ao homem), heterossexual, monogâmica, autoritária, etc.

Esse formato de família está ligado às funções que ela exerce. Nesse sentido, cabe observar que a família “burguesa”, cultivada pelo capitalismo, cumpre papel fundamental para:

¹⁶ Abigail Bakan, discorrendo sobre a opressão racial, coloca: “A exploração refere-se a relações sociais que se desenvolvem e são reproduzidas no processo de extração econômica de excedente. A alienação refere-se ao distanciamento geral dos seres humanos daquilo que faz deles de fato humanos. A opressão pode ser vista operando em duas formas distintas, como uma opressão de classe e como uma opressão específica. A opressão é variável e contingente; é, contudo, necessária para a reprodução das relações sociais do capitalismo” (Bakan & Dua, 2014, p. 116; tradução nossa).

– A internalização dos valores e moral “burgueses” pela classe trabalhadora. É na família que aprendemos desde cedo o que é certo e o que é errado, quem devemos respeitar e como se portar no convívio em sociedade. Em especial, destacamos o aprendizado do respeito à propriedade (roubar é errado) e a internalização e naturalização da ideia de autoridade, e obediência a leis que podem ser injustas, mas não podem ser mudadas (a primeira ordem que devemos obedecer sem questionar e que não podemos mudar, geralmente, vem de nossos pais), etc.

– A internalização dos valores sexistas, heterossexuais, monogâmicos, etc., fundamentais à perpetuação da própria família, a partir de uma educação diferenciada para homens e mulheres, responsável por naturalizar e reificar concepções binárias de gênero e orientação sexual. Assim, desde pequenos, de acordo com o sexo designado, recebemos uma educação diferenciada, que traça lugares de convívio e papéis sociais, valores, habilidades e desejos diferenciados para homens e mulheres¹⁷. É a partir deste processo que acoplamos sexo, identidade e expressão de gênero e orientação sexual como uma coisa só, geralmente biologizando sua origem e perdendo, ao realizar isso, o fio de ligação do gênero e da sexualidade à sua construção cultural, social e histórica.

Trotsky (2008, p. 170), comentando sobre os retrocessos nas legislações sobre a família e as mulheres na União Soviética sob o stalinismo, ressalta a ligação entre os retrocessos e as necessidades econômicas (industrialização) e ideológicas (política autoritária) do governo. Mas também chama atenção sobre a relação entre a família o disciplinamento da força de trabalho. Cultivar os valores familiares também significava induzir o trabalhador a, no fim do dia de trabalho, não ir a bares e festas com os amigos (o que, muito provavelmente, o faria ir trabalhar prejudicado no dia seguinte), mas, sim, voltar para casa, jantar com sua família e, no dia seguinte, estar pontualmente no local de trabalho¹⁸.

Lise Vogel (2013, p. 195) explica que a classe dominante e o capitalismo encorajam a supremacia masculina para estabilizar a reprodução da força de trabalho e manter o trabalho necessário em níveis aceitáveis (relação entre salário e mais-valor). Nesse ponto, acrescentamos que não só para isso, mas também para a reprodução de relações de poder fundamentais a seu próprio desenvolvimento. Machismo, sexismo, homofobia e outros não são só resultados secundários de

¹⁷ Temos aqui como base o conceito de gênero, considerando-o como a ideia de que, amparando-se nas diferenciações biológicas de homens e mulheres, constroem-se papéis de gênero aos quais os mesmos devem se adequar, e que tais papéis são uma *construção social, cultural e histórica* que ditam posições e funções diferentes entre homens e mulheres na sociedade. O termo *gênero* surgiu para se opor ao termo *sexo*, buscando desnaturalizar as diferenças entre homens e mulheres justificadas com base em critérios biológicos, e evidenciar a construção social das diferenças entre os sexos. Para mais ver: Scott, 1990 e Carrara, 2010a.

¹⁸ Esse elemento também é considerado por Wendy Goldman em *Mulher, Estado e Revolução* (2014).

uma necessidade econômica, mas são mecanismos que impulsionam relações sociais necessárias para a consolidação das relações de poder e produção capitalistas.

Nessa relação de poder hierárquica entre homens e mulheres, feminino e masculino, os homens, independentemente de sua classe, obtêm benefícios e privilégios que minam as relações de solidariedade intra-classe. É interessante perceber que, historicamente, parte do movimento socialista acusou o feminismo de divisor da classe trabalhadora; no entanto, é o machismo (assim como outras opressões) que divide a classe ao produzir relações de estranhamento e alienação intra-classe.

Abigail Bakan coloca:

A alienação é expressa na distância entre o significado de “si próprio” e o significado de “outro”. [...] A alienação cria um sentimento de solidão e isolamento, baseado em uma experiência universalizada de competição com outros seres humanos. Não é delimitada pela classe ou definida por qualquer lei do movimento totalizante. Mas permanece endêmica à sociedade de classe, e toma uma forma extrema na sociedade capitalista em particular. (Bakan & Dua, 2014, p.106; tradução nossa)

Por último, cabe ainda analisar um processo de retroalimentação simbólica entre machismo e capitalismo. O machismo/patriarcado traz em si uma misoginia responsável por valorizar o que é masculino e desvalorizar o que é feminino e que o capitalismo também traz consigo uma valorização da esfera da produção (e do mercado). Assim, em uma sociedade marcada não só por uma divisão entre esferas da produção e reprodução, mas também em uma divisão sexual do trabalho, temos uma situação onde machismo e capitalismo se autorreforçam, fazendo com que a produção, o mercado, a geração de valor sejam visibilizados e valorizados, em grande medida, tanto porque são espaços de produção e realização dos lucros capitalistas, como porque são espaços fortemente identificados como masculinos.

As consequências desses elementos subjetivos (mas muito lucrativos) são nítidas quando olhamos para a força de trabalho assalariada feminina, determinando onde e como essa força de trabalho será alocada. Assim, o trabalho feminino é fortemente marcado por uma divisão sexual do trabalho, que coloca as mulheres em profissões e funções geralmente análogas às suas tarefas no espaço reprodutivo (similares às tarefas de mãe, esposa e dona de casa: limpeza, serviços, educação, saúde, etc.). Entretanto, há não só uma demarcação de espaços, mas também uma subvalorização, tal como no restante da sociedade, do feminino, e, nesse caso do trabalho feminino em relação ao trabalho (ou ramos) masculino. A

força de trabalho feminina, por ser feminina (o que significa uma subcidadania, menos direitos, etc.), pode ser fortemente precarizada e, por ter uma qualificação geralmente adquirida ao longo de uma vida inteira de educação e treino em habilidades de mãe, esposa, dona de casa etc., mas sem reconhecer essas habilidades como qualificações, pode ser empregada de determinada forma, inclusive, utilizando essa “não-qualificação” como justificativa de seu lugar precarizado.

Também é importante notar que o processo de precarização do trabalho feminino e feminização do trabalho está intimamente ligado a um processo de desmonte de direitos da classe trabalhadora como um todo, tanto porque cria nichos precarizados da classe para a exploração, jogando o nível dos direitos para baixo, quanto porque utiliza esses nichos como laboratório de testes para desmontes de direitos, posteriormente estendidos a toda classe¹⁹.

Assim, fica claro como exploração, opressão e alienação mutuamente se reforçam e fazem parte de um processo inseparável, bem como algumas consequências que isso traz para pensarmos a questão da opressão de gênero no capitalismo.

Independência ou em dependência?

Lise Vogel, na obra que utilizamos como referência (Vogel, 2013), reivindica uma *teoria unitária* entre feminismo e marxismo. A autora desenvolve a ideia de que o capitalismo submete a família e a opressão da mulher às suas necessidades de produção e acumulação, apoderando-se dessas estruturas para seu funcionamento e passando a regê-las sob suas leis. Assim, polemizando com as feministas que defendem um sistema dual, Lise Vogel defende que, no capitalismo, não é possível falar em um “sistema patriarcal” autônomo, que funcionaria segundo suas próprias leis.

Vale também perceber que o fato de a opressão da mulher ser anterior ao capitalismo não significa que esta não esteja submetida à lógica capitalista²⁰. Assim, Vogel busca afastar-se de leituras que se aproximam da defesa da existência de um patriarcado trans-histórico ou de um modo de produção patriarcal paralelo ao modo de produção capitalista.

As perspectivas que trabalham com a ideia de patriarcado e capitalismo como sistemas separados apresentam variações entre si. O debate entre essas diferentes variações foi bastante rico e apresenta alguns elementos interessantes que merecem ser levantados aqui.

¹⁹ Nota-se ainda que, embora a mulher tenha entrado massivamente na força de trabalho assalariada, a mesma continua como principal responsável pelas tarefas domésticas (ou alguma outra mulher na família), acumulando uma dupla jornada de trabalho (assalariado e doméstico).

²⁰ Cabe perceber que produção, mercado e Estado também têm sua existência anterior ao capitalismo, e, no entanto, ocupam lugar de centralidade no mesmo.

Segundo Arruzza (2010, pp. 79-103), para a tese dual, o patriarcado remanescente hoje deriva de modos de produção anteriores e é um sistema independente do capitalismo, podendo se combinar com ele²¹. Geralmente, é comum nessa perspectiva a ideia do patriarcado como sistema de opressão e exploração – assim homens e mulheres são considerados *classes*²² diferentes –, no qual o homem não só oprime a mulher, mas a *explora* por via do casamento (Cristine Delphy e outras). Definindo homens e mulheres como classes diferentes, defendem que a luta contra o patriarcado é a principal e primeira luta que deve ser empenhada pelas mulheres, polemizando, dessa maneira, com as feministas que se engajavam na luta de classes. A luta de classes seria enganadora, pois colocaria a mulher do lado de seu opressor²³ (Delphy, 2015).

Vários dos elementos de crítica dessas colocações já foram expostos no curso do texto até aqui, em especial sobre a existência de uma relação de exploração entre homens e mulheres. Sem apropriação de sobre-trabalho (relação de exploração econômica), e compartilhando todo um universo social de experiências em comum, é difícil também falar em homens e mulheres como classes diferentes (e antagônicas, em luta). Além disso, como levanta Arruzza, lidar com a perspectiva de um modo de produção patriarcal, autônomo, coloca necessariamente a tarefa de responder por que ele continuamente se reproduz. Marx, ao desvendar o funcionamento do sistema capitalista, fala-nos de seu motor: a necessidade crescente do capital de se valorizar em um ciclo eterno, de produzir cada vez mais valor a partir da exploração do trabalho. Falar simplesmente que o motor do patriarcado é a própria hierarquia dos sexos, os benefícios e privilégios que os homens têm com a opressão da mulher, ou mesmo a defesa de que o papel reprodutor da mulher condiciona-a à exploração de seu trabalho doméstico (Sulamith Firestone) não é suficiente, pois arriscamos cair em uma concepção a-histórica de patriarcado (Arruzza, 2010. pp. 79-82; 98-104).

A mesma autora, ao comentar sobre o fato de as perspectivas duais serem mais difundidas entre teóricas e ativistas do movimento feminista, ressalta que isso ocorre porque é uma interpretação que reflete a realidade da forma que aparece para nós, não se tratando de uma questão de “falsa consciência”, mas do modo de experiência determinado pelo próprio capital: a fragmentação da percepção da realidade. Ela levanta:

²¹ Entre essas perspectivas, há nuances importantes sobre a forma de interação entre patriarcado e modos de produção. Para algumas, seria possível falar de um modo de produção patriarcal escravagista, um modo de produção patriarcal feudal, um modo de produção patriarcal capitalista, etc. (Heidi Hartman). Para outras, o patriarcado manter-se-ia o mesmo em um e em outro modo de produção (Juliet Mitchell). Para mais ver: Arruzza, 2010.

²² Nessa perspectiva, a apropriação e o uso de classe que é feita tendem a considerá-la apenas no sentido econômico.

²³ Muitos desses elementos são apropriados como base pelo feminismo radical. Aliás, muitas das autoras que traçaram a ideia de patriarcado e capitalismo como sistemas independentes foram fundadoras do feminismo radical.

Uma vez que nossa percepção é fragmentária e aqueles que desenvolveram uma consciência da desigualdade de gênero normalmente a experimentam e percebem como determinada por uma lógica que é diferente e separada do capital, qualquer negação da visão de que o patriarcado é um sistema independente dentro do capitalismo inevitavelmente encontra rejeições e dúvidas. (Arruzza, 2015a, p. 45)

Por último, precisamos comentar sobre a perspectiva que Arruzza chama de “capitalismo indiferente”, ou seja, de que o patriarcado seria anterior ao capitalismo, sendo apropriado por este apenas de uma forma oportunista: eliminando o que lhe é prejudicial e conservando o que lhe é conveniente. O capitalismo em si seria indiferente à opressão de gênero e tenderia, inclusive, a reduzi-la ou a superá-la²⁴. No entanto, em *Logic or History? The Political Stakes of Marxist-Feminist Theory*, a mesma autora pontua:

A definição de um capitalismo essencialmente “indiferente” à opressão racial e da mulher – explorando-os em termos meramente oportunistas – falha em levar em conta o fato de que o capitalismo não só “usa” opressões preexistentes, mas também as produz como um subproduto da acumulação. (Arruzza, 2015b; tradução minha)

Considerações finais

Ao longo do artigo, analisamos diferentes formas pelas quais o capitalismo se apropria e produz desigualdades de gênero. Refletimos sobre como o capitalismo aprofunda a separação entre produção e reprodução e se apropria da família e da opressão das mulheres para a reprodução da força de trabalho, sobre a forma como machismo e exploração se entrelaçam e recaem sobre a mulher trabalhadora, sobre como a supervalorização da esfera produtiva e a misoginia se juntam e se reforçam por meio da divisão sexual do trabalho, sobre o papel central assumido pela hierarquia de gênero em conformação com os valores e as injustiças burguesas e na reprodução dessas próprias relações patriarcais que atuam pacificando, disciplinando e dividindo a classe trabalhadora e reforçando as relações sociais necessárias ao capitalismo.

Compreendemos que a separação entre produção e reprodução no capitalismo constrange o mesmo à apropriação da opressão de gênero e da família

²⁴ Ainda nessa visão, há uma diferenciação entre perspectivas: uma que defenderia a possibilidade real de o capitalismo superar a opressão de gênero, o que se provaria pela maior liberdade relativa das mulheres no capitalismo que em outros modos de produção anteriores; outra faria uma distinção entre níveis lógicos e históricos – logicamente, o capitalismo não necessita da opressão da mulher, mas, historicamente, não é assim que se verificou.

patriarcal para estruturar elementos fundamentais de seu funcionamento econômico, e também ideológico e político, de forma que se torna difícil imaginar o capitalismo prescindindo da opressão de gênero. Nesse sentido, é necessário perceber elementos como as relações entre o surgimento do capitalismo e a formação da família, entre os processos de expansão industrial acelerada e a utilização da força de trabalho feminina, entre as ditaduras e regimes repressivos e o impulsionamento da ideologia do culto à família e do controle sobre sexualidade e reprodução, entre a feminização do trabalho e a precarização do trabalho, entre a inserção das mulheres na força de trabalho e a não alteração das relações de gênero, e explicá-los a partir de um ponto de vista que seja não somente feminista, mas também marxista, e que consiga perceber não só a opressão de gênero, mas também como essa se articula e que funções ela tem no sistema capitalista vigente.

Essa tarefa aparece cada vez mais urgente, sobretudo hoje, momento pelo qual passamos por uma crise econômica que não dá sinais de que vá se resolver em poucos anos; pelo contrário, o capitalismo parece precisar de ajustes cada vez mais profundos para sua perpetuação. Hoje, o desmonte dos serviços públicos, os ajustes/arrochos salariais, o crescimento do desemprego e a valorização da família não são elementos dissociados. O crescente culto à família (patriarcal, autoritária, conservadora, heterossexual, monogâmica, etc.) impulsionado pelo conservadorismo político e moral recai muito bem sobre os ombros da crise, no sentido de se apropriar ainda mais do trabalho feminino frente ao desmonte de direitos, de explorar ainda mais a mulher trabalhadora e, a partir da precarização de seu trabalho, forçar a precarização das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora como um todo, e de conter e conformar a classe trabalhadora sob essas novas condições.

Diante de todas essas colocações, parece-nos que capitalismo e patriarcado estabelecem uma relação *necessária* com a opressão de gênero (não só da mulher, pois a opressão a sexualidades e identidades de gênero dissidentes também cumpre um papel fundamental para legitimar as estruturas de poder patriarcais) como consequência de uma relação de *dependência* entre produção e reprodução sob a produção em moldes capitalistas²⁵. Para nós, a tese unitária parece trazer uma base mais fértil para aprofundar uma visão sobre o lugar da opressão da mulher no capitalismo em uma perspectiva mais próxima do pensamento marxiano.

Retomar a articulação de necessidade e dependência entre capitalismo e opressão de gênero tem como consequências políticas não só a leitura de que

²⁵ No artigo “Avanços e limites na incorporação da luta pela emancipação da mulher na revolução russa e governo soviético a partir de seus intelectuais”, arrisco uma análise dessa relação de dependência para produções não necessariamente capitalistas, mas na qual a organização do trabalho funciona relativamente da “mesma forma”, sem romper com uma relação de separação entre produção e reprodução. No caso, analisamos as políticas da Rússia soviética (Silva, 2016).

superar a opressão de gênero implica a necessidade de superação do capitalismo, mas também o reconhecimento de que a luta feminista é, em última instância, anticapitalista. Essa constatação coloca desafios tanto para as organizações políticas e movimentos sociais quanto para o movimento feminista, a partir da necessidade de atualização, reinvenção, sínteses, críticas e autocríticas, formulações, etc. Em especial, impõe um grande desafio para o feminismo do século XXI: sua necessária articulação com a perspectiva de transformação social. Tal transformação social precisará lidar com o caráter ideológico/subjetivo da opressão de gênero, mas também precisará re-conectar suas relações com o trabalho (produtivo/assalariado e reprodutivo) e a necessidade de transformação deste, buscando reorganizar a forma de viver da humanidade.

Referências bibliográficas

- ALBARRACIN, J. “El trabajo doméstico y la ley del valor.”, *Imprecor*, Madrid, Tema nº. 63, pp. 67-69, 1988.
- ARRUZZA, C. *Feminismo e Socialismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Edições Combate, 2010.
- _____. “Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo.”, *Outubro*, nº 23, pp. 33-58, 2015a. Disponível em: <<http://bit.ly/1IV8ss1>>. Visitado em: 20/09/2016.
- _____. *Logic or History? The Political Stakes of Marxist-Feminist Theory*. 2015b. Disponível em: <<https://viewpointmag.com/2015/06/23/logic-or-history-the-political-stakes-of-marxist-feminist-theory/>> Visitado em: 16/11/2016
- BAKAN, A. B. & DUA, E. *Theorizing anti-racism: Linkages in Marxism and Critical Race Theories*. University of Toronto Press, 2014²⁶.
- BEBEL, A.; HELLER, A.; TROTSKY, L. & KOLLONTAI, A. *Da velha à nova família*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- CARRARA, S. (org.). *Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade*. v. 2. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010a.
- _____. *Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade*. v. 3. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010b.
- DELPHY, C. “O Inimigo Principal.”, *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº17. Brasília, maio-agosto de 2015, pp. 99-119.
- ENGELS, F. *Carta para Joseph Bloch*. 1890. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>>. Visitado em: 20/09/2016.

²⁶ O trecho utilizado no artigo refere-se ao capítulo 5 do livro, chamado *Marxism and Anti-racism: Rethinking the Politics of Difference*. Sua tradução foi disponibilizada por Rebecca Freitas ao Grupo de Estudos Mundos do Trabalho, coordenado pelo professor Marcelo Badaró Mattos.

- FERGUSON, S & MCNALLY, D. "Capital, Labour-Power, and Gender-relations: introduction to the Historical Materialism Edition of Marxism and the Oppression of Women. (introduction)" In: VOGEL, L. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013.
- GOLDMAN, W. *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, K. *Sobre o Suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. *O Capital: Crítica da Economia Política: livro 1: O processo de produção da capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica.", *Educação e Realidade*, v.16, n.2, jul./dez. 1990, pp. 5-22.
- SILVA, D. "Encontros e desencontros entre marxismo e feminismo: Uma análise da incorporação da luta pela emancipação das mulheres entre os revolucionários russos a partir de Lênin, Kollontai e Trotsky.", *História e Luta de Classes*, nº 20, setembro de 2015.
- _____. "Avanços e limites na incorporação da luta pela emancipação da mulher na revolução russa e governo soviético a partir de seus intelectuais" In: *Anais do IX simpósio nacional estado e poder: Gramsci na Pesquisa Histórica*. Disponível em: <<https://files.acrobat.com/a/preview/472aa1e4-63df-4be2-8709-1e027d5a8270>>. Visitado em: 16/11/2016.
- TROTSKY, L. *A Revolução Traída*. São Paulo: Centauro Editora, 2008.
- VOGEL, L. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013.

Artigo recebido em 07 de dezembro de 2016

Artigo aprovado em 16 de dezembro de 2016

Algumas implicações da exasperação historicista da teoria do valor de Marx por Moishe Postone

Some implications of Moishe Postone's historicist exasperation of Marx's theory of value

Marcelo Dias Carcanholo*

Resumo

Este trabalho procura analisar criticamente as consequências da proposta de reinterpretação da teoria do valor por Moishe Postone para dois desdobramentos cruciais da teoria marxiana. Em primeiro lugar, pretende-se mostrar a incompatibilidade entre a reinterpretação de Postone e a teoria do valor de Marx no que se refere à incorporação do papel da ciência e da tecnologia para as conclusões do último. Em seguida, pretende-se mostrar como a proposta de Postone termina por deturpar a contradição social básica do capitalismo entre o capital e o trabalho, presente em Marx, contrariando, com isso, as consequências políticas para um sujeito revolucionário e a transformação social do capitalismo.

Palavras-chave: valor, trabalho, classe social, luta de classes

Abstract

This paper analyzes critically the consequences of the reinterpretation of the theory of value proposed by Moishe Postone to two crucial developments of Marxist theory. First, the paper aims to show the incompatibility between the reinterpretation of Postone and Marx's theory of value with regard to the incorporation of the role of science and technology to the conclusions of the latter. Then, the paper discusses how Postone's reinterpretation distorts the basic social contradiction of capitalism between capital and labor, present in Marx, in opposition with the political consequences for a revolutionary subject and the social transformation of capitalism presented in Marx's social theory.

Keywords: value, labor, social class, class struggle

* Professor Associado do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense e pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo da UFF.

Não raras vezes, a teoria social de Marx aparece deturpada por interpretações que, na verdade, são muito mais leituras ricardianas ou keynesianas, no campo da economia, com um viés idealista especulativo, sejam kantianas ou hegelianas, em termos filosóficos, ou até neoweberianas na sociologia. Tampouco raras são as tentativas de resgatar o argumento próprio e original de Marx, contrário a essas perspectivas deturpadoras. A tentativa de Moishe Postone vai exatamente nesse sentido¹.

O objetivo central desse autor é contrapor-se ao que ele denomina de marxismo tradicional, que se caracterizaria, dentre outras coisas, por se limitar a uma crítica do processo de distribuição capitalista, desconsiderando o caráter historicamente determinado das relações de produção nesse mesmo capitalismo e, mais do que isso, pelo fato de que o primeiro corresponde (dialeticamente) ao segundo, de forma que uma crítica ao capitalismo teria que ser uma crítica na sua totalidade. Isso certamente tem implicações do ponto de vista teórico e político, mas o que nos importa, neste momento, é que essa interpretação do marxismo tradicional decorreria de uma tese central: o desconhecimento, por parte deste, da dupla natureza do trabalho no capitalismo.

Para Postone, o marxismo tradicional desconsidera a especificidade histórica do trabalho no capitalismo. Segundo ele, o que é específico no capitalismo não é que o trabalho seja o responsável pela produção de riqueza, típico de uma abordagem ontológica do trabalho, mas que este é a forma específica de dominação social capitalista. Nesse tipo de sociedade, os indivíduos são obrigados a trabalhar, e só se relacionam com os outros por intermédio da troca dos produtos de seu trabalho, segundo a troca de equivalentes. Sucintamente, o tratamento anistórico do trabalho pode levar a dois tipos de equívoco: (i) se o trabalho está presente em todos os tipos de sociedade, e ele é substância do valor, o valor seria característica de qualquer sociedade, e não apenas da época capitalista; (ii) a dominação social específica no capitalismo (a obrigação que os seres humanos têm de se submeter à forma-valor e, portanto, de que seus trabalhos privados só sejam confirmados, *a posteriori*, como constituintes do trabalho social, mediante a troca dos produtos de seus trabalhos) que caracteriza o trabalho abstrato é simplesmente desconsiderada em sua especificidade histórica.

Para chegar a essa conclusão, Postone vê-se na obrigação de negar qualquer característica ontológica, trans-histórica do trabalho, uma vez que isto redundaria nos dois equívocos mencionados. Embora a crítica à concepção anistórica do trabalho seja correta, o que Postone não percebe é que, para se chegar a essa conclusão, ele não precisa desconsiderar o trabalho como característica ontológica do ser social. A contradição que pode existir entre as duas perspectivas, na

¹ A tese de Postone pode ser encontrada em várias de suas obras, como em Postone (1995) e Postone (2007), mas em Postone (2014) este argumento é apresentado de forma mais desenvolvida.

verdade, é uma contradição real, e mais do que isso, definidora da própria época capitalista.

Segundo Marx, para ficar no autor que o próprio Postone deseja resgatar, a mercadoria, no capitalismo, só é uma unidade contraditória entre o valor e o valor de uso porque o trabalho humano, no capitalismo, tem uma dupla natureza, trabalho abstrato e trabalho concreto. Não se pode pensar, no capitalismo, um dos polos sem o outro, daí a unidade, embora contraditória². Na tentativa de criticar, corretamente, a exasperação anistórica que afirma o trabalho concreto como elemento ontológico do ser social, desconsiderando as determinações históricas específicas do trabalho abstrato no capitalismo, ele termina por afirmar este último, desconsiderando por completo o primeiro³. Em última instância, o que Postone faz é cometer o mesmo erro, com sinal contrário; ao invés de uma exasperação anistórica, ele comete uma exasperação historicista⁴.

1. Valor e o papel da ciência e tecnologia

Esse tipo de interpretação equivocada da teoria do valor de Marx traz consigo incompreensões sobre vários aspectos. O primeiro deles é o referente ao papel da ciência e tecnologia no processo de trabalho e na formação do valor. Segundo Postone (2014, p. 26), o marxismo “tradicional” não conseguiria entender as especificidades do capitalismo contemporâneo justamente por ignorar as especificidades históricas do capitalismo. Assim, a importância que a ciência e a tecnologia teriam no capitalismo atual não consegue ser entendida pelo marxismo “tradicional” exatamente porque sua base teórica parte da concepção errônea – segundo este autor – de que o trabalho humano é a fonte de

² “Ante todo cabe recordar la distinción que hace Marx entre, por un lado, el proceso de trabajo como un proceso transhistórico común a toda sociedad humana y, por otro lado, la figura histórica bajo la cual existe en cada época. Cada época se distingue de las otras por la diferente configuración histórico-concreta que adquiere en ella el proceso de trabajo, y el proceso de valorización es la configuración histórico-concreta correspondiente al capitalismo” (Veraza, 2007, pp. 185-186).

³ No fundo, Postone aqui expressa toda a tradição antiontológica (antiessencialista) da Escola de Frankfurt, com a qual, pelo visto, não conseguiu romper completamente. Segundo Eagleton (2005, p. 164), “antiessencialistas não acreditam em naturezas. Imaginam que, se alguma coisa tem uma natureza, então essa deve ser eternamente fixa e inalterável”. Sendo Postone um antiessencialista, é natural que ele critique qualquer perspectiva ontológica, o que, no caso, o leva à exasperação historicista.

⁴ Em última instância, só neste aspecto específico, na tentativa de rechaçar a interpretação anistórica ele termina por desconsiderar o elemento trans-histórico do trabalho no capitalismo, como se “anistórico” fosse sinônimo de “trans-histórico”. Sobre a diferença entre os dois termos, Mézaros (2011, p. 49) foi suficientemente claro: “trans-histórico significa precisamente o que o próprio nome diz, isto é, *trans*-histórico, e não *supra*-histórico. O conceito de “trans-histórico” expressa a reprodução continuada – ainda que com peso e significância relativa mutáveis no que se refere à totalidade social dada – de processos ou condições determinadas *além* dos limites históricos, ao passo que a ideia de algo “supra-histórico” não passa de uma mistificação metafísica”.

toda a riqueza⁵. Esta ideia estaria apoiada na célebre passagem de Marx, nos *Grundrisse*, onde o autor supostamente reconheceria que o trabalho deixou de ser a fonte da riqueza, papel ocupado crescentemente pela ciência e tecnologia no processo de produção:

No entanto, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção ... A riqueza efetiva se manifesta antes – e isso o revela a grande indústria – na tremenda desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, bem como na desproporção qualitativa entre o trabalho reduzido à pura abstração e o poder do processo de produção que ele supervisiona [...] Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social ... *Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso* (Marx, 2011, pp. 587-588; itálico não original).

Apoiando-se em uma leitura particular deste trecho de Marx, sustenta-se que este papel específico da ciência e da tecnologia no processo produtivo comprovaria a tese de que o trabalho não é a fonte da riqueza, ou, pelo menos, não a única. Entretanto, confunde-se aqui riqueza material (valor de uso) com riqueza capitalista (valor corporificado em um valor de uso). O que Marx procura ressaltar nesse trecho é a consequência do desenvolvimento das forças produtivas para a composição do capital produtivo, aquele que se apresenta no momento da produção de mercadorias. Em função do aumento da produtividade, impul-

⁵ “... a base teórica da sua [do marxismo tradicional] crítica social do capitalismo – a alegação de que o trabalho humano é a fonte social de toda a riqueza – foi criticada à luz da importância crescente do conhecimento científico e da tecnologia avançada no processo de produção” (Postone, 2014, p. 26). A mesma ideia volta a aparecer no capítulo segundo, especificamente no item III (“Trabalho”, riqueza e constituição social).

sionado pela concorrência entre os capitais, o capital produtivo apresenta uma proporção cada vez maior de trabalho morto (meios de produção) em relação ao trabalho vivo (força de trabalho), de forma que a *riqueza* passa a depender cada vez mais desses meios de produção – e dos melhoramentos em sua aplicação, graças ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia – e menos do trabalho propriamente dito. Entretanto, a chave aqui é: a que Marx se refere quando fala de *riqueza*? Não é da riqueza capitalista, no sentido da mercadoria que possui um valor, como interpreta Postone, mas da riqueza material, do valor de uso produzido no processo de trabalho. Isso significa que a sociedade capitalista, ao impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas, leva à expansão da produção de valores de uso, ao mesmo tempo em que reduz a participação relativa do trabalho humano nessa produção; justamente o elemento que constitui o fundamento do valor, da valorização do próprio capital. Trata-se de uma contradição, sim, mas da própria realidade do capital, que se manifesta, inclusive, na lei da queda tendencial da taxa de lucro.

No final do trecho mencionado, Marx ainda faz certo exercício de prospecção. Exasperando o argumento, quando o processo produtivo for todo ele composto por trabalho morto (meios de produção), sem nenhum papel do trabalho vivo, este deixaria de ser a fonte da riqueza e, portanto, o tempo de trabalho deixaria de ser a sua medida. Neste ponto, além do trabalho possuir menor participação na produção de riqueza material, ele tampouco seria fundamento do valor, e isso por uma razão muito simples. Não existiria mais trabalho vivo no processo produtivo! Mas, quando – e se – isso ocorresse, não haveria mais criação de um mais-valor, um valor que se valoriza, o capital, ou seja, não seria mais o capitalismo! Antes de isso representar qualquer previsão determinista, o objetivo de Marx com isso é ressaltar o caráter contraditório do capital, em sua própria lógica, ressaltando que ela possui em si a possibilidade de sua própria negação.

Assim, o que a ciência e a tecnologia promovem não é uma negação do trabalho como fonte da riqueza (material) e substância do valor (no capitalismo), mas constituem-se apenas como mais um dos determinantes da força produtiva ... do trabalho! Isto é, antes de negar o trabalho como fonte da riqueza, a ciência e a tecnologia o confirmam. Isso fica claro já no início de *O Capital*, quando Marx afirma que

Este [o tempo de trabalho socialmente necessário] muda, porém, com cada mudança na força produtiva do trabalho. A força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais (Marx, 1983, livro I, p. 48).

Assim, não é que a terra, os meios de produção, a ciência e a tecnologia sejam fontes de riqueza capitalista, que negam e/ou substituem o trabalho. Eles até podem ser considerados elementos do processo de trabalho e, como tais, fontes de riqueza material, de valores de uso, mas não de riqueza capitalista em sua especificidade, o valor. Aliás, esses elementos – como afirma Marx na passagem citada – determinam a maior, ou menor, força produtiva daquele elemento – o único – que constitui a substância do valor, o trabalho humano abstrato.

Aliás, este tipo de incompreensão é muito comum na economia, inclusive na interpretação neorricardiana, tão criticada por Postone, a respeito da noção de “produtividade do capital”. Afirma-se, neste sentido, que meios de produção mais eficientes – em razão, por exemplo, de melhorias técnico-científicas – levam a uma maior produção de riqueza material, o que de fato ocorre. Entretanto, isto não pode ser confundido com a riqueza capitalista do ponto de vista do valor. Se a jornada e/ou intensidade do trabalho não se alteram, o valor novo total da produção tampouco se altera, uma vez que nada modificou o consumo do valor de uso da força de trabalho. Mas, como o número de valores de uso (riqueza material) se expandiu, o valor individual, de cada valor de uso, cai⁶. Assim, pode-se dizer que a ciência e a tecnologia contribuem, como qualquer outro meio de produção, para a expansão da riqueza material, mas não necessariamente para a expansão da riqueza capitalista, medida em valores. Mesmo assim, persiste a ideia de que a ciência e a tecnologia também seriam fontes de riqueza, ainda que apenas material:

... a análise de Marx [especificamente nos *Grundrisse*] indica que o sistema de produção baseado no valor gera níveis crescentes de produtividade com base em mudanças na organização do trabalho, no avanço tecnológico e na maior aplicação da ciência à produção. Com a produção tecnológica avançada, a riqueza material torna-se função de um elevado nível de produtividade, que depende do potencial de criação de riqueza da ciência e da tecnologia (Postone, 2014, p. 229).

⁶ Postone (2014, p. 331) parece, inclusive, confundir-se no que se refere à relação entre o valor individual de uma mercadoria, seu valor de mercado e a mais-valia extraordinária de que um capital pode se apropriar em função da diferença entre os dois. Ali, Postone formula um exemplo em que, a partir de uma técnica média que produzisse 20 metros de tecido em uma hora, no equivalente a um valor total de x , e a entrada de um capital que conseguisse produzir 40 metros na mesma uma hora, mantendo a técnica média anterior, o valor total produzido por esse novo capital seria de $2x$. Ora, conforme Marx (1983, capítulo X do livro III), se a técnica média não se alterou, tampouco o fez o tempo de trabalho socialmente necessário, o seu valor de mercado. Como o novo capital consegue produzir 40 metros, cada metro valeria (valor individual) $x/40$, quando o valor de mercado de cada metro seria $x/20$. A diferença seria apropriada por esse novo capital mais eficiente na forma de mais-valia extraordinária.

Entretanto, a ciência e a tecnologia não possuem, em si, potencial de criação de riqueza, nem em sentido material. O que um meio de produção mais eficiente (que redunde em maior quantidade de valores de uso produzidos) permite é a ampliação da capacidade produtiva de quem realmente produz, ou seja, da força de trabalho. Isso significa que a aparente validade da “produtividade” do capital, dentro de um critério de riqueza material (ricardiano), é mera aparência, pois mesmo aí se trata de produtividade da força de trabalho. É ela quem vai atuar sobre esses meios de produção mais eficientes e, portanto, o crescimento da relação entre meios de produção e a força de trabalho, no processo produtivo, continuará representando a maior, ou menor, capacidade dessa força de trabalho em transformar meios de produção no produto (riqueza material) final.

Assim, ainda que Postone perceba que riqueza material não pode ser confundida com riqueza no capitalismo (medida em valor), ele cai no conto pós-moderno, isto é, a ciência e a tecnologia têm, para ele, potencial de criação de riqueza, além do trabalho, da terra, etc. O que ele não entende, de novo, é que a ciência e a tecnologia, enquanto melhoramentos dos meios de produção, ajudam na maior produção de riqueza material, sim, mas não porque eles sejam fonte de riqueza material – simplesmente porque permitem uma maior produtividade do trabalho, que é quem, de fato, produz a maior riqueza.

2. Contradição básica do capitalismo e sujeito revolucionário

A insistência de Postone em rechaçar qualquer interpretação crítica sobre o capitalismo que tenha como base a perspectiva do trabalho, ou melhor, que faça a crítica do modo de distribuição/apropriação como se o processo de produção capitalista não possuísse também as contradições próprias da sociabilidade capitalista, leva-o à seguinte conclusão: “a superação do capitalismo *não* envolve a autopercepção do proletariado. A lógica de exposição de Marx não defende a noção de que o proletariado é o sujeito revolucionário” (Postone, 2014, p. 376). Por que isso? Porque, segundo ele, interpretar o proletariado como o sujeito revolucionário seria esperar de uma classe social, que se define por sua lógica de subordinação ao capital, isto é, à lógica de expansão da produção de valor, de trabalho (abstrato), algo que lhe é estranho. Como esse “sujeito” poderia negar algo que justamente o constitui?

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que a noção de Marx da classe social que se opõe ao Capital não é o proletariado no sentido dos trabalhadores inseridos no processo fabril, no capital produtivo das indústrias, mas todos os trabalhadores (ativos e inativos) que devem, como única possibilidade de sobreviver nessa sociedade, vender a sua força de trabalho para poder obter os valores de uso que necessitam para essa sobrevivência. Isto independe do fato concreto-conjuntural de alguns não conseguirem isso, “alistando-se” no exército

industrial de reserva. O que Postone argumenta neste caso específico é que todos os seres humanos estão subordinados à lógica do trabalho estranhado, à lógica do capital, de forma que o critério de sociabilidade é o mesmo para todos: a servidão a essa lógica do trabalho-apropriado-pelo-capital.

Mais uma vez, este autor não percebe que essa contradição da classe trabalhadora, ao mesmo tempo definida pela (e dentro da) lógica do capital e em confronto com ela⁷, não é uma contradição teórico-abstrata, mas real, que, no limite, se relaciona com o duplo aspecto do trabalho no capitalismo. A força de trabalho, dentro do capitalismo, quando do consumo do seu próprio valor de uso, está inserida em um processo de trabalho (produtor de valores de uso) e em um processo de valorização que subordina aquele. Assim, a oposição da classe trabalhadora define-se em relação a essa subordinação do conteúdo material em relação à forma social do valor, e não a uma negação de todo o processo de trabalho. Como Postone desconsidera essa duplicidade no seu sentido real, não é de surpreender que ele tenha esse tipo de interpretação, por mais estranha que pareça.

Adicionalmente, do ponto de vista político, essa interpretação pode levar a posições conservadoras, por um lado, e utópicas, por outro, uma vez que a alternativa seria a emancipação de toda a humanidade, uma vez que toda ela estaria subsumida à mesma lógica do trabalho-apropriado-pelo-capital, e isto não seria exclusividade da classe trabalhadora. Como se daria esta emancipação? Todos os seres humanos, juntos e sem contradições, resolveriam transformar a sociedade?

Como todos os seres humanos estariam subordinados à mesma lógica do capital, é como se isto não os diferenciasse e, portanto, não os constituísse como classes sociais, ao menos em função disso, que lhes é comum. No limite, é como se, pelo critério do trabalho-apropriado-pelo-capital, os seres humanos fossem indistinguíveis, ou seja, não há capitalistas e, no limite último, não há trabalhadores, ao menos como sujeitos sociais⁸. Postone (2014, p. 414) chega a afirmar que:

Tanto o proletariado quanto a classe capitalista estão atrelados ao capital, mas aquele mais do que esta: o capital concebivelmente poderia existir sem os capitalistas, mas não sem a força de trabalho criadora

⁷ “É verdade que, hoje, não existe um lado de fora do capitalismo; mas isso não deveria encobrir o fato de que o próprio capitalismo é “antagônico”, conta com medidas opostas para continuar viável – e esses antagonismos imanentes abrem espaço para a ação radical” (Žižek, 2012, p. 159).

⁸ “Quando interpreta a forma mercadoria como uma espécie de *a priori* transcendental e historicamente específico, que estrutura o todo da vida social, inclusive a ideologia, marcando-a em todos os seus aspectos com a “oposição antinômica” entre “o indivíduo livremente autodeterminado e a sociedade como esfera extrínseca da necessidade objetiva”, Postone reduz muito prontamente a dimensão da luta de classes (antagonismo social) a um fenômeno ôntico secundário em relação à forma mercadoria. Portanto, ele não vê que a luta de classes não é um fenômeno social positivo, um componente ôntico da realidade social objetiva: ela designa o próprio limite da objetividade social, o ponto em que o engajamento subjetivo codetermina aquilo que parece realidade social” (Žižek, 2012, p. 158).

de valor. De acordo com a lógica de análise de Marx, a classe trabalhadora em vez de corporificar uma possível futura sociedade, é a base necessária para a sociedade atual, sob a qual sofre; está amarrada à ordem existente de maneira a torná-la objeto da história.

Aceito isso, não há qualquer chance da transformação social advir de uma tomada de posição da classe trabalhadora, já que ela é simples objeto da história, e não sujeito. A pergunta óbvia seria: quem o faria? Quem é o sujeito revolucionário? Postone não dá uma resposta, ao menos, não uma que seja satisfatória.

Por outro lado, essa tese de Postone permite conceber capitalismo sem capitalistas. Embora ele não explicita isso nessa passagem, parece que ele faz referência implícita à experiência histórica do socialismo realmente existente, que não passaria de um capitalismo sem “capitalistas”. Ainda que se possa defender que se tratava de algum tipo de lógica do capital, o que não existia era a *forma* tradicional de capitalistas, mas certamente existia uma “classe” que se apropriava do excedente gerado, o que, do ponto de vista do *conteúdo*, não faz muita diferença, pois a contradição *social* básica do capitalismo se define pelo fato de que uns (os trabalhadores) (sobre) vivem do fruto de seu trabalho e atuam sob a lógica do vender (a força de trabalho) para comprar (outros valores de uso), e outros (os capitalistas) do fruto do trabalho alheio, e compram (meios de produção e força de trabalho) para vender (produtos acrescidos de um mais-valor). Que essa seja a contradição *social* básica do capitalismo, isso não nos permite, em primeiro lugar, reduzir qualquer critério de teorização sobre as classes sociais a essa base⁹. Em segundo lugar, a consideração dessa contradição *social* não se confunde com a contradição básica do capital, do modo de produção capitalista, dada pela unidade dialética entre o valor de uso e o valor, constituinte da mercadoria, forma mais elementar dessa sociabilidade¹⁰.

Por outro lado, este segundo aspecto tampouco nos permite, assim como Postone, simplesmente ignorar a contradição *social* entre o trabalho e o capital, mesmo que ela seja decorrência da contradição entre o valor e o valor de uso das mercadorias. Ainda que trabalhadores e capitalistas estejam ligados ao capital, os segundos são personificações de sua lógica, enquanto os primeiros têm a possibilidade de insubordinarem-se contra essa lógica, afirmando o seu caráter de

⁹ O debate marxista em torno das classes sociais é extenso, e torna-se ainda mais complexo pelo próprio fato de Marx, no capítulo LII do livro III de *O Capital*, que trata justamente do assunto, terminar a escrita, após algumas pistas, sem fornecer sua resposta. Um bom tratamento do assunto pode ser encontrado em Bensaïd (1999), segunda parte, especialmente o capítulo 4.

¹⁰ Aliás, é possível demonstrar que a *exploração* presente na relação social capital-trabalho, isto é, a mais-valia, é um desdobramento da contradição entre o valor e o valor de uso presente na mercadoria força de trabalho, como faz Marx nos capítulos IV e V do livro I de *O Capital*. Assim sendo, a contradição básica do capitalismo – valor *versus* valor de uso – desdobra-se na contradição *social* fundamental, capital *versus* trabalho.

trabalhadores, mas não de trabalhadores sob o império do trabalho abstrato, do valor, do capital. Sustentar isso, como faz Postone, mais uma vez, é uma consequência de sua confusão/redução do trabalho concreto ao trabalho abstrato, como se este último fosse a única característica do trabalho no capitalismo.

Em suma, para Postone, a contradição *social* básica do capitalismo não seria aquela que existe entre a força de trabalho e o capital, uma vez que essa relação, muito mais do que antagônica, seria a própria constituição desse último sob a lógica do trabalho: “Essa abordagem [a de Postone] interpreta a noção de Marx da contradição básica do capitalismo em termos de uma tensão crescente entre a forma de vida social mediada essencialmente pelo trabalho e a possibilidade historicamente emergente de uma forma de vida na qual o trabalho não desempenha um papel socialmente mediador” (Postone, 2014, p. 419).

Assim, a contradição básica do capitalismo, para Postone e, segundo ele, também para Marx, seria aquela entre uma sociabilidade mediada pelo trabalho (segundo o próprio Postone, o capitalismo) e outra que não o fosse¹¹. Independente da concordância com os desejos e utopias do autor, a contradição inerente básica a um modo de vida seria, para ele, a oposição (dialética) entre o próprio modo de vida e sua negação! De forma mais direta, a contradição que constitui *algo* é, para Postone, aquela dada pelo próprio *algo* (ele mesmo), em oposição ao não-algo (aquilo que o nega). Sustentar, por um lado, que uma coisa é constituída por si mesma – por mais que esteja em oposição à outra, no caso, a sua própria negação – é algo realmente surpreendente. Por outro lado, por mais que se deseje relativizar essa brilhante conclusão afirmando que o capitalismo se constitui pela sua contradição entre a sociabilidade mediada pelo trabalho (capitalismo) e pela possibilidade de sua superação (sociabilidade não mediada pelo trabalho, não-capitalismo), é impossível interpretar um modo de vida social, que tem como contradição básica, constituinte de sua própria natureza, a sua mera possibilidade de transformação que pode, inclusive, nem ocorrer. Essa forma de raciocínio é completamente diferente da de Marx, onde a possibilidade de transformação social surge das (e não constituem as) contradições inerentes ao capitalismo, constituidoras do mesmo; o modo de produção capitalista é a síntese dialética, a totalidade, dessas contradições, e não a junção dele mesmo com sua negação.

¹¹ “La crítica romántica anticapitalista confunde el presente con un utópico pasado, se les escapa la condición efectiva del trabajo, reniega de toda forma de trabajo humano en nombre del rechazo del trabajo en el sistema capitalista, exalta el ocio como el verdadero sentido de la vida. Lukács rechaza con desdén esta cultura del no-trabajo, que conoció luego en la segunda mitad del siglo XX y encuentra hasta nuestros días un renovado interés y también cierta forma de reproposición política y social” (Infranca, 2006, pp. 183-184). No fundo, neste sentido, Postone também parece fazer parte desse tipo de crítica romântica ao capitalismo.

3. Transformação social e posicionamento político

Este tipo de interpretação também traz consigo apontamentos específicos do ponto de vista do posicionamento político. Em primeiro lugar, é como se a verdadeira crítica ao capitalismo, enquanto uma crítica à sociabilidade burguesa, só fosse possível através da interpretação (correta, segundo o próprio autor) feita por Postone. Portanto, outras críticas ao capitalismo, feitas considerando a perspectiva do “trabalho”, isto é, de que o trabalho é a fonte de toda riqueza, seriam, na verdade, falsas críticas, ou melhor, críticas a partir de um ponto de vista da centralidade do trabalho, o que só ocorreria na sociedade burguesa, consequentemente, uma crítica “burguesa” da sociedade. Essa ideia pretensiosa – tão comum nos debates apologéticos da esquerda – sustenta que a verdadeira perspectiva de transformação social é aquela que “eu” defendo, enquanto todas as outras são falsas alternativas. Isso não é uma conclusão indevida da análise que se faz desta interpretação, senão vejamos:

Nesse sentido (e só nesse sentido redutivo não sociológico), a diferença entre as duas formas de crítica social é a que existe entre uma crítica “burguesa” da sociedade e uma crítica da sociedade burguesa. Do ponto de vista da crítica da especificidade do trabalho no capitalismo, a crítica do ponto de vista do “trabalho” implica uma visão do socialismo que resulta na realização da essência da sociedade capitalista (Postone, 2014, p. 84).

Ainda que se aceite a pretensão de Postone de ser o detentor único da teoria realmente revolucionária ou, mais modestamente, da interpretação que verdadeiramente traduz o que Marx quis dizer, qual seria esse posicionamento político? O que seria uma sociedade pós-capitalista que realmente superasse essa lógica/perspectiva colonizadora do trabalho? Para o autor, “categorias de uma crítica social imanente com objetivo emancipatório têm de apreender de maneira adequada as bases determinadas de não liberdade no capitalismo, de forma que a abolição histórica do que expressam implicaria a possibilidade de liberdade social e histórica” (Postone, 2014, p. 111).

Aceitando que uma perspectiva verdadeiramente crítica ao capitalismo só é possível através da interpretação de Postone – como ele formula – o que nos é oferecido, como perspectiva de emancipação pós-capitalista? A ampliação adequada dos espaços no capitalismo onde há falta de liberdade! O problema no capitalismo é a falta de liberdade! O que ele entende por liberdade? Desafortunadamente, não há muito mais do que considerações gerais sobre o fato de que uma sociedade pós-capitalista só se definiria enquanto tal quando o ser humano conseguir livrar-se de qualquer intermediação na constituição de seu caráter social, seja esta intermediação a lógica mercantil ou qualquer aparelho burocrático

que decida o que, como e para quem produzir. Em suma, trata-se de uma liberação de toda e qualquer subordinação à lógica do trabalho. Enquanto o ser humano for obrigado a se submeter a essa lógica, e como essa lógica é própria do capitalismo, ainda estaremos no capitalismo.

Mais uma vez, o autor confunde os dois aspectos do trabalho no capitalismo. Que a lógica do trabalho estranhado, do trabalho abstrato produtor de valor, que é apropriado pelo capital, é a lógica que deve ser combatida por qualquer perspectiva de transformação social, poucos marxistas, inclusive alguns “tradicionais”, discordariam. Mas, aglutinar a isso uma liberação do trabalho enquanto um processo material concreto, produtor de valores de uso, coloca-nos algumas questões.

Sigamos a partir do raciocínio do próprio Postone. Do que se vive (materialmente) em uma sociedade pós-capitalista emancipada da lógica do trabalho? Daquilo que os meios de produção, por si sós, produzirem de riqueza material, sem nenhuma intervenção, obrigatória, do trabalho vivo nesse processo. Obviamente, isso requer um desenvolvimento das forças produtivas possivelmente ainda não atingido. Como se daria esse processo de transformação social? O capitalismo tem, em sua lógica, a impulsão nunca antes vista da produtividade do trabalho, o que define uma possibilidade, dentro do próprio capitalismo, para esse desenvolvimento das forças produtivas requerido pela transformação social. O que fazemos nós, os seres humanos? Esperamos que o próprio capitalismo desenvolva a sua negação, até o dia em que ele mesmo dispense totalmente o trabalho vivo do processo produtivo e, quase que como um passe de mágica, decrete sua autodestruição? Parece muito otimista. Então não haveria alternativa. A transformação social, por mais que sua possibilidade estivesse contida no desenvolvimento contraditório do próprio capitalismo, só pode advir de uma revolução social.

E aqui chegamos ao ponto-chave. Quem é o sujeito dessa revolução social? Os trabalhadores (no seu sentido amplo, como em Marx, dado por todos aqueles que não têm alternativa para sua sobrevivência a não ser vender sua força de trabalho ao capital, estejam empregados atualmente ou não)? Segundo Postone, como visto, e pelas razões por ele apontadas, não! Cria-se uma teoria esdrúxula em que a transformação social é possível, desejada, mas não ocorrerá, pelo simples motivo de que ninguém se propõe a tal. Ou será que Postone acha que a humanidade, toda ela, sem conflitos sociais de classe, resolverá em algum momento livrar-se da sujeição à lógica do trabalho? Afinal, estaríamos todos nós, trabalhadores e capitalistas, subjugados por essa lógica.

Ao final de tudo, e não porque Marx e Engels tenham poderes premonitórios e/ou mediúnicos, mas esses dois autores já mostravam, em *A Sagrada Família*, os problemas de um pensamento Crítico crítico na temática do sujeito revolucionário. Dizem eles:

Proletariado e riqueza são antíteses. E nessa condição formam um todo. Ambos são formas do mundo da propriedade privada. Do que aqui se trata é da posição determinada que um e outra ocupam na antítese. Não basta esclarecê-los como os dois lados – ou extremos – de um todo.

A propriedade privada na condição de propriedade privada, enquanto riqueza, é obrigada a manter *sua própria existência* e com ela a existência de sua antítese, o proletariado. Esse é o lado *positivo* da antítese, a propriedade privada que se satisfaz a si mesma.

O proletariado na condição de proletariado, de outra parte, é obrigado a suprasumir a si mesmo e com isso à sua antítese condicionante, aquela que o transforma em proletariado: a propriedade privada. Esse é o lado *negativo* da antítese, sua inquietude em si, a propriedade privada que dissolve e se dissolve.

A classe possuinte e a classe do proletariado representam a mesma autoalienação humana. Mas a primeira das classes se sente bem e aprovada nessa autoalienação, sabe que a alienação é *seu próprio poder* e nela possui a aparência de uma existência humana; a segunda, por sua vez, sente-se aniquilada nessa alienação, vislumbra nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana (Marx e Engels, 2011, pp. 47-48; itálicos originais).

O primeiro trecho é exatamente o que percebe Postone, e onde ele centraliza seu argumento. Na linguagem de Marx e Engels em *A Sagrada Família*, riqueza significa a apropriação privada dos meios de produção, justamente os capitalistas. Logo, proletariado e riqueza (capitalistas) formam um todo, o capitalismo. O que certamente Postone não resgata daqui é que, dentro do todo (capitalismo), os dois conformam antíteses, dois lados (classes sociais) opostos dentro do todo.

O lado positivo da antítese é o que ressalta Postone, uma vez que o capitalismo se define e se processa justamente pelo aspecto relacional capital-trabalho, isto é, que a riqueza (capitalistas), para manter a sua própria existência (produção de mais-valor), deve, obrigatoriamente, manter a existência de sua antítese, o proletariado. O que Postone desconhece é a necessidade do proletariado (para libertar-se dessa submissão) em suprasumir a totalidade, tanto a propriedade privada (na linguagem de Marx e Engels nessa obra, a propriedade privada dos meios de produção, portanto, os capitalistas), como a si mesmo.

No último parágrafo do trecho citado, percebe-se claramente que os autores associam a propriedade privada com a classe possuinte, que possui a propriedade privada dos meios de produção, portanto, com a classe capitalista. Fica evidente aqui que Marx e Engels estão entendendo que tanto uma (classe possuinte,

capitalista) quanto a outra (classe do proletariado) estão subordinadas, subsumidas, alienadas, dentro do que Postone chamou de dominação social capitalista. Mas é tão claro quanto isso que os dois autores sustentam que a primeira delas se sente confortável (autoalienação) com isso, enquanto a segunda, ao contrário, sente-se aniquilada nessa alienação. Este último aspecto parece ser completamente imperceptível para o novo teórico da Crítica crítica, Moishe Postone.

A similaridade do pensamento de Postone com a Crítica crítica, criticada por Marx e Engels em *A Sagrada Família*, parece ser um exagero. Mas de fato, o primeiro resvala, constantemente, em argumentos puramente logicistas, como se o domínio do capital, seu sentido lógico, fosse tão forte (e de fato é) que a única forma de uma transformação social seria se nós, os seres humanos, que vivemos nessa alienação frente ao domínio social (lógico) do capital, nos dermos conta disso e, conseqüentemente, decidirmos por não sermos mais alienados. Que o domínio social do capital se assente, para além (ou seria aquém?) do logicismo idealista, no chão concreto da real luta de classes e, portanto, existam interesses diferenciados, perspectivas políticas distintas, é algo que: (i) está totalmente ausente em Postone; (ii) também o estava na Crítica crítica; e, portanto (iii) parece, por conta disso, bastante adequado assimilar as duas perspectivas.

Restaria ainda a Postone o possível argumento – como faz em alguns momentos – que esta crítica do próprio Marx (e de Engels) seria a crítica de um Marx ainda não maduro, que não tinha sua concepção crítica do trabalho assentada, como é o caso dos *Grundrisse* e *O Capital*. Como o ônus da prova é de quem afirma – normalmente –, o desafio está com o próprio Postone. Será que ele consegue identificar nessas obras o argumento que prescinde da antítese entre o capital e o trabalho, na própria constituição da totalidade capitalismo? Será que a indicação no final do livro III de *O Capital* de que existiriam três classes sociais (além dos capitalistas e trabalhadores, os proprietários de terra), opostas, com percepções e posicionamentos distintos seria um descuido de um Marx ainda não maduro, mesmo que já maduro? Como explicar então o mais-valor, isto é, o próprio capital, se não pela dialética (valor x valor de uso) presente na mercadoria força de trabalho, isto é, no fato de que o capital se põe justamente na relação social entre capitalistas que compram e trabalhadores que vendem a força de trabalho?

Muitas outras indagações poderiam ser feitas aqui. Entretanto, a tentativa de construir um Marx estranho a ele mesmo é de Moishe Postone. Portanto, o ônus da prova e da demonstração é desse autor. Ele ainda não foi bem sucedido. Podemos desejar-lhe boa sorte.

Referências bibliográficas

- BENSAÏD, D. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica* (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- EAGLETON, T. *Depois da Teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- INFRANCA, A. *Trabajo, individuo e historia: el concepto de trabajo en Lukács*. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana C. A., 2006.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural 1983.
- _____. *Grundrisse – Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A Sagrada Família: ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MÉSZAROS, I. *Estrutura Social e Formas de Consciência II: a dialética da estrutura e da história*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- POSTONE, M. “Rethinking Marx (in a Post-Marxist World).” *In*: CAMIC, Charles (Ed.). *Reclaiming the sociological classics*. Oxford: Blackwell, 1995.
- _____. *Marx reloaded: Repensar la teoría crítica del capitalismo*. *In*: RIESCO, A.; LOPEZ, J. G. (Eds.). Madrid: Traficantes de Sueños, 2007.
- _____. *Tempo, Trabalho e Dominação Social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- VERAZA, J. *Leer El Capital Hoy: pasajes selectos y problemas decisivos*. México D. F.: Editorial Itaca, 2007.
- ŽIŽEK, S. *Vivendo no Fim dos Tempos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

Artigo recebido em 17 de novembro de 2016

Artigo aprovado em 04 de dezembro de 2016

Exterminismo: E. P. Thompson e o acidente nuclear em Fukushima

Exterminism: E. P. Thompson and the nuclear accident in Fukushima

Juceli Aparecida Silva*

Resumo

Este artigo trata do estudo da categoria exterminismo criada por Edward Palmer Thompson na década de 1980. Considera sua relevância atual no acidente nuclear ocorrido na cidade de Fukushima, no Japão, no ano de 2011. Trata-se de uma revisão narrativa dos textos escritos por Thompson sobre a categoria, em diálogo com outros autores e autoras. A relação entre a categoria exterminismo e o acidente nuclear em Fukushima evidencia a relevância da categoria na atualidade. O acidente nuclear traz à luz a antiga preocupação de Thompson a respeito do uso de energia nuclear enquanto uma tecnologia que possa levar ao extermínio da humanidade.

Palavras-chave: exterminismo; acidente nuclear; Fukushima.

Abstract

This article is about the study of exterminism category created by Edward Palmer Thompson in the 1980s, considered their current relevance in the nuclear accident at Fukushima City, Japan, in 2011. It is a narrative review of texts written by Thompson about the category, in dialogue with other authors. The relationship between exterminism category and the nuclear accident in Fukushima shows the relevance of the category today. The nuclear accident brings to light the long-standing concern of Thompson about the use of nuclear energy as a technology that could lead to the extermination of humanity.

Keywords: *exterminism; nuclear accident; Fukushima.*

* Psicóloga, Mestra em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Introdução

Nos primeiros anos do século XX, logo após a Primeira Guerra Mundial, o sociólogo alemão Max Weber (2007) ofereceu um diagnóstico do contínuo processo de racionalização da vida na civilização ocidental, do qual resultava o que considerou um “desencantamento do mundo”. Este século, que além das duas grandes Guerras Mundiais e do fenômeno de longas guerras civis, fora marcado, também, pelo desenvolvimento bélico.

Courtine-Denamy (2004) relembra que, diante da “Revolução nuclear” (1945)¹, culminou-se o nascimento político do mundo moderno, pois, através das bombas de Hiroshima, Nagasaki e da Guerra Fria, o mundo assistiu à transformação das relações políticas entre as grandes potências mundiais. Neste sentido, Edward Palmer Thompson (1924-1993), dedicando-se ao estudo das mudanças na cultura plebeia com o advento da Revolução Industrial, observou que os acontecimentos históricos não podem ser vistos como um agregado de histórias separadas, mas, sim, como uma soma unitária do comportamento humano, onde cada aspecto se relaciona com outros de determinadas maneiras (Thompson, 1998).

Os estudos de Thompson, unidos aos acontecimentos sociais que o cercavam, levaram-no, em 1981, a interromper seus estudos históricos marxistas, passando a se dedicar ao movimento político pacifista da Campanha pelo Desarmamento Nuclear – CND (CNDUK, 2014). Posteriormente, fundou junto de seus companheiros a END, pelo Desarmamento Nuclear Europeu, desenvolvendo, neste período de sua vida, a categoria exterminismo. Naquele atual discurso durante a Guerra Fria (1945-1991), diante de um iminente extermínio do hemisfério norte, ele não apenas discursava para que outros estudiosos compreendessem a relevância da categoria que apresentava ao mundo, como também solicitava que estes se tornassem, assim como ele, agentes na campanha pelo desarmamento nuclear (Thompson, 1985).

O objeto de pesquisa escolhido para a consolidação dessa pesquisa foi o estudo da relevância da categoria exterminismo para a atualidade a partir da correlação entre essa categoria e o acidente nuclear ocorrido em Fukushima, que completou 5 anos em 2016. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e heme-rográfica, pois a fundamentação teórico-metodológica do trabalho foi a revisão narrativa baseada nas publicações de Edward Palmer Thompson sobre a categoria, cotejando esse diálogo com outros autores e autoras. A intenção dessa pesquisa não foi de esgotar as fontes de informações sobre os conceitos apresentados, mas, sim, de responder adequadamente aos objetivos que foram propostos.

¹ Courtine-Denamy (2004) justifica a escolha por tal conceito, pois a “Revolução nuclear” se seguiu como resultado das Revoluções Cultural (Renascença, XV), Francesa (política, 1778-1779) e industrial (econômica, 1760-1840).

Questionamentos quanto ao contraditório uso da energia nuclear ainda hoje levam a muitas incertezas a respeito do futuro do planeta. As consequências do acidente nuclear em Fukushima, no dia 11 de março de 2011, reativam a relevância do estudo da categoria exterminismo enquanto uma problemática política, econômica e social. O exterminismo, diante deste acontecimento atual, real e global, evidencia que o uso da energia nuclear é uma bomba relógio de futuro incerto (CDNUK, 2014).

No Brasil, existem poucas obras traduzidas de E. P. Thompson. Apesar disso, seus estudos e obras foram amplamente difundidos entre os estudiosos da sociologia e antropologia entre os anos de 1986 e 1998 (Badaró Mattos, 2012). A categoria exterminismo, porém, não gerou estudos sistemáticos no país. Thompson, além de poeta, dedicou-se a ser um historiador marxista durante a maior parte de sua vida. Para Müller (2012, p. 305), Thompson foi “[...] um dos autores mais influentes, polêmicos e citados das ciências sociais”. Significativa parte de sua contribuição deu-se através de estudos sobre a formação da classe operária inglesa. Reviu criticamente o conceito de classe e propôs uma dialética particular entre a experiência e a consciência. Desta maneira, seus princípios dialogavam entre razão e utopia, reforçando o diálogo entre teoria e empiria na pesquisa. Destacava a historicidade das categorias enquanto valorizava a importância das práticas (*práxis*). Foi alguém que militou pelo que acreditava. Segundo Müller (2012), Thompson reafirmava a importância dos princípios metodológicos, o diálogo entre teoria e empiria em qualquer pesquisa, e procurava estabelecer uma abordagem crítica do cenário político intelectual contemporâneo, inserindo os valores comunitários da classe trabalhadora.

Thompson baseou seu trabalho na relação entre agir humano (*agency*) e a atuação política consciente e coerente. Analisar os sujeitos implicados na construção de seus próprios destinos era o foco principal de seus estudos. Possuiu um compromisso com o movimento histórico, no qual história e teoria socialista deveriam participar do processo de democratização. Militou e participou de movimentos pacifistas, na organização de documentos, ensaios e livros. Foi membro do Partido Comunista da Grã-Bretanha entre os anos de 1942 e 1956, quando rompeu com o partido, tornando-se defensor de uma concepção humanista de socialismo (contra o stalinismo). Desempenhou um papel central na formação de uma Nova Esquerda, discutida através do Manifesto de 1º de Maio de 1968 (Williams, 1968).

A categoria exterminismo

*[...] O micélio desse fungo se assentando em todas as cidades,
Nos muros, nas catedrais, galgando as lamentosas chaminés,*

*Se acumulando em todo o silencio, lá esperando para/
/germinar:
Para tornar nossa casa tão oca como um cérebro abstrato.*

*As janelas já estão fechadas, dentro as crianças a salvo.
Esperamos juntos nas desnaturadas trevas
Enquanto fora esse deus se forma em cogumelo,
Rugoso rastro sangrento na neve varrida pelo vento.*

*E agora ele se inclina sobre nós, seu hálito embaciando as/
/vidraças,
Sugando nosso lar para a matéria vazia,
Com capacete e visor, e o estrondo de suas enormes lâminas,
arranha e lacera as ardósias, dentro olhando com pétreas/
/pupilas geladas.*

(Thompson, 1985, p. 52).

A partir da década de 1980, E. P. Thompson interrompeu sua pesquisa histórica básica e, ao lado de seus companheiros, tornou-se membro de um movimento internacional pacifista contrário aos interesses políticos e militares impostos à população: a CND. Ainda no início da década de 1980, fundam a END. Para Thompson, a END nasceu como “o eixo de uma política libertária aliada ao pacifismo nuclear [e] tornou-se, assim, o eixo de sua atividade política.” (Müller, 2012, p. 319). O projeto da END era o de avaliar e estabelecer a autonomia da Europa e garantir condições de sua manutenção. Propunha a superação da lógica exterminista que fora elaborada na perspectiva de confronto com o outro.

Ofereço com plena seriedade a categoria de “exterminismo”. Por “exterminismo” não designo uma intenção ou uma previsão criminosa nos atores principais. E certamente não reivindico ter descoberto um novo modo de produção “exterminista”. O exterminismo designa aquelas características de uma sociedade – expressas, em diferentes graus, em sua economia, em sua política e em sua ideologia – que a impelem em uma direção cujo resultado deve ser o extermínio de multidões. O resultado será o extermínio, mas isso não ocorrerá acidentalmente (mesmo que o disparo final seja “acidental”), mas como a consequência direta de atos anteriores da política, da acumulação e do aperfeiçoamento dos meios de extermínio, e da estruturação de sociedades inteiras de modo a estarem dirigidas para esse fim. Evidentemente, o exterminismo requer, para sua consumação, que pelo menos *dois* agentes entrem em colisão. Mas tal colisão não pode ser

atribuída ao acaso, se ela foi há tanto tempo prevista, e se ambos os agentes, por uma política deliberada, se dirigiram a um rumo acelerado de colisão. Como nos disse Wright Mills há muito tempo, “a causa imediata da Terceira Guerra Mundial é a sua preparação.” (Thompson, 1985, p. 43; grifos do autor)

Segundo Müller (2012), em 1980 Thompson não ofereceu uma definição direta e sintética da categoria exterminismo. Seu principal foco para o desenvolvimento da categoria foi a Guerra Fria. Esta não foi entendida enquanto um sistema, mas sim enquanto uma competição entre dois sistemas armamentistas. Para Thompson (1985), ao contrário do imperialismo que explora outro, o exterminismo não explora outro, ele enfrenta um igual. Trata-se de uma contradição não dialética em que, a cada tentativa de dominação, uma força antagônica gera o crescimento do outro, fortalecendo ambas as potências. Este enfrentamento só cessa com o extermínio mútuo.

Em *Beyond the Cold War*, Thompson (*apud* Müller, 2012, p. 312) afirma que a Guerra Fria “[...] diz respeito a si mesma”, mas em 1985, o historiador inglês observa que ela deveria ser percebida como as consequências das consequências, pois a guerra tomou um impulso inercial independentemente próprio. Enquanto uma articulação de sistemas rivais, estas podem ser incorporadas como parte da força motriz das incitações ideológicas, envolvendo todos em sua lógica perversa e irracional. Assim, a perpetuação da crise bélica se faz necessária, legitimando seu lugar e suas prioridades. Alcança o silêncio do dissenso através da disciplina social. Desvia a atenção da irracionalidade do processo. Por fim, líderes se veem tão habituados a governar neste caminho, que parecem não perceber outras formas de governo.

O sociólogo alemão Norbert Elias (2008), que vivera diretamente os conflitos da Segunda Guerra Mundial, também afirma que, no caso da Guerra Fria, enquanto se “deslocam” os medos para a bomba, deixa-se de lidar com “o perigo real na hostilidade recíproca manifestada por grupos de pessoas nas suas relações umas com as outras. [...] as máquinas não têm vontade própria” (Elias, 2008, p. 25). Elias (2008), caminhando no sentido de Thompson (1985), descreve que, ao se estudar esses movimentos, é preciso levar em consideração que o que acontece entre os grupos são a ameaça e a coerção constantes que fortalecem as “interconexões sociais” existentes entre eles e que os sustentam.

As armas nucleares são coisas ameaçadoras (Thompson, 1985), e juntamente com seus sistemas sustentadores, parecem crescer de forma independente, com uma força própria. Em ambas as potências, EUA (Estados Unidos da América) e a antiga URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), havia pressão pela pesquisa e desenvolvimento de novas armas. Havia um ritmo competitivo dos produtores capitalistas de armamentos. Mais do que o interesse pelo lucro, a

ideologia e o impulso inercial burocrático geral ajudavam ainda mais. Esse processo aparentemente independente envolvia escolhas e decisões políticas para que seu desenvolvimento se tornasse real.

Segundo os autores Thompson (1985) e Müller (2012), a Grã-Bretanha assumiu o papel de base avançada da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), no qual sua principal função era a de evitar um ataque aos EUA. Como resposta a esta situação, no início dos anos 1980, observou-se que nenhum dos blocos antagônicos poderia ganhar a guerra, e com isso o sentido de luta entre os militantes pelo desarmamento deveria ser repensado e concentrado no questionamento e enfraquecimento do conflito e de suas premissas ideológicas. E. P. Thompson foi um destes militantes. Segundo Müller (2012, p. 306), ao relatar sobre o exterminismo, Thompson “expressa o processo de transformação das relações sociais e, no limite, sua causa de defesa da razão e da liberdade”, pois anteriormente à possibilidade do extermínio dos povos europeus, estava em jogo o exterminismo do processo democrático aberto.

Thompson (1985) reforçou como foco principal da Guerra Fria não o seu aparecimento após a Segunda Guerra Mundial, mas a reciprocidade existente nas relações entre EUA e a antiga URSS. Estes dois blocos operavam com uma dinâmica e uma lógica interna própria e ocultavam o interesse em sua continuidade. Utilizou-se da metáfora da alteridade para contextualizar os perigos contidos no processo político e ideológico da Guerra Fria através de uma cultura do medo e do uso do vínculo por exclusão do ‘eu’ em oposição ao ‘outro’, prática comum em qualquer processo ideológico. Desta forma, reciprocamente através da disseminação do medo e de suas ideologias, ambos os estabelecimentos militares estimulavam seu crescimento e poder.

Através da análise da luta de classes, Thompson pensou a construção de uma nova teoria que compreendesse os acontecimentos a partir da razão (Thompson, 1985). A classe social é um conceito chave no pensamento do autor, onde ele é definido pelo lugar ocupado pelos indivíduos nas relações de produção e, também, pelo acesso a determinadas experiências (Andrade, 2009). Thompson entendeu o fenômeno como sendo histórico, não estático, como algo que ocorre efetivamente nas relações humanas, como uma capacidade de percepção e articulação de interesses de alguns indivíduos contra outros cujos interesses diferem dos seus. (Thompson, 1998).

Thompson tinha a percepção de que a Europa passava por um momento difícil e o exterminismo aumentava esta perspectiva. A partir disto, em 1980, ele escreveu *Protest and survive*² (1980) e iniciou seus trabalhos direcionados ao movimento pacifista contra a corrida armamentista. Contrariando as propostas

² Ensaio escrito como resposta ao documento *Protect and survive* criado pelo governo conservador inglês, que orientava a população sobre como se proteger de um possível ataque nuclear.

governamentais deste período que previam a Europa enquanto um “teatro” limitado de guerra nuclear, Thompson (1980, p. 31) militantemente propôs “[...] fazer na Europa um teatro de paz”. Pensando assim não apenas na possível fatalidade da situação, mas visualizando também a pressão popular democrática, que era contrária às ações do governo conservador e que ansiava por um futuro independente do “enfrentamento” de guerra.

Thompson possuía a percepção de que era possível mudar esta realidade e que, para isso, seriam necessárias ações como a reunificação da cultura política europeia, investindo no diálogo ao invés de mísseis. Compreendia a complexidade da repressão interior e do controle, não somente como um clima de guerra. Buscou chamar a atenção de seus ‘camaradas’ para o que foi não somente um ideário liberal, pois havia uma dialética entre todos estes elementos, eles não estavam separados. Acreditava que existia uma luta pelo caminho para o socialismo e a valorização do próprio processo democrático. “Nada se seguirá fácil e automaticamente: mas desviem-se os blocos do rumo da colisão, e os blocos começarão, eles mesmos, a se transformar.” (Thompson, 1985, p. 57). Desta forma, com a perda do poder dos agentes alimentadores desta mentalidade exterminista, criar-se-ia um novo caminho político.

Críticas à categoria

Müller (2009) reconhece que E. P. Thompson foi alvo de críticas por muitos intelectuais marxistas devido à categoria exterminismo. Alguns destes foram Raymond Williams e Mike Davis. As várias críticas apresentadas se relacionavam principalmente a fatores que, em Thompson, estariam sendo ignorados, como a luta de classes e o uso hegemônico do poder e da violência das classes dominantes. Desta forma, para eles, Thompson estaria abandonando os critérios socialistas e o agir humano. Para Mike Davis, um verdadeiro exterminismo estaria ocorrendo, naquele momento, em países do “terceiro mundo”.

Thompson aceitou as críticas que lhe foram feitas, porém, complementou e reafirmou a importância desta categoria. Para ele, a luta de classes permanece fundamental, mas o que estava em risco era a própria salvação da humanidade. Somente as noções convencionais de luta de classes não eram suficientes para compreender a complexidade da situação, pois Müller (2009, p. 6) destaca que, para Thompson, “as interpretações tradicionais sobre o imperialismo e a luta de classe não poderiam ser negadas, mas seriam insuficientes para pensar o novo contexto, suas tendências e dinâmica.” Em Thompson, muitas das características do exterminismo continuam vivas, apenas adormecidas pelo tempo. Sabe-se hoje que a qualquer momento poderá se viver uma segunda Guerra Fria, por exemplo, se as economias e ideologias entrarem em colapso.

Para Thompson, a “tecnologia do apocalipse” oferece sua própria previsibilidade: o extermínio da civilização no hemisfério norte. A partir

dessas colocações, Thompson insiste na formação de uma nova consciência e um conjunto de estratégias e táticas que configure uma proposta antiexterminista. (Müller, 2009, p. 6)

A preocupação de Thompson em relação a esta tecnologia era simplesmente a iminência do extermínio da civilização. As questões propostas por ele através desta categoria foram e continuam pertinentes, pois ele não negou a importância das noções sobre luta de classes, militarismo e imperialismo, somente reforçou que, naquele dado momento, elas, traduzindo um forte conteúdo ideológico, pareciam racionais, porém traziam à tona o problema principal da Guerra Fria: a irracionalidade do processo.

Para Thompson (1982), o exterminismo em si não era uma questão de luta de classes – tratava-se de uma questão humana. Ressaltou que a Guerra Fria se tornou um fim em si mesma, distanciando-se dos objetivos iniciais do fim da Segunda Guerra Mundial, na medida em que se tornou ela mesma uma articulação de sistemas, que tendeu a não exigir a dissolução total das rivalidades. Parecia se alimentar da própria Guerra, pois a compreensão dos sistemas de base do exterminismo devem ser analisados em suas interconexões sociais: sistema bélico, econômico, científico, político e ideológico, assim como nas consciências culturais que deles decorrem.

Até 1953, talvez o que a humanidade ainda não compreendesse era que não somente através da guerra propriamente dita é que se corria o risco do extermínio da raça humana pelo uso de recursos atômicos, mas que também o uso da energia nuclear “para fins pacíficos” (IAEA, 1998)³ passaria a representar um grande risco à sobrevivência da vida como a conhecemos (CDNUK, 2014). A história tem evidenciado este risco através da corrida armamentista entre diversos países, como também através da concretização de catástrofes nucleares da história humana como Chernobyl em 1986 e Fukushima em 2011 (CDNUK, 2014).

O acidente nuclear de Fukushima

Em 11 de março de 2011, o terremoto ocorrido na cidade de Fukushima e o acidente nuclear que se seguiu na Usina de Daiichi levaram pesquisadores e políticos a reavaliarem o uso destes “átomos para a paz” (IAEA, 1998) e a retomarem questões de estudiosos que já haviam alertado quanto aos elevados riscos no uso desta tecnologia e, com isso, voltou-se a discutir a assustadora possibilidade do extermínio da humanidade (CDNUK, 2014).

³ Nos primeiros anos da Guerra Fria, especificamente em 8 de dezembro de 1953, o então presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, pronunciou na Assembleia Geral da ONU o lançamento do seu programa “Átomos para a Paz”. Tratava-se de um discurso de políticas para o desenvolvimento da tecnologia nuclear voltada exclusivamente para fins pacíficos (IAEA, 1998).

Desde o acidente nuclear em Fukushima, inúmeras pesquisas científicas estão sendo realizadas no sentido de levantar as consequências deste desastre para os seres humanos e para a natureza. Alguns estudos, como o de Wataru (2014)⁴, afirmam que as consequências em gerações de animais já são possíveis de serem verificadas, e outros estudos, aparentemente mais cautelosos quando se trata de seres humanos, levantam a possível relação entre aumento no número de casos de câncer e a contaminação pela radiação (Tronko, 2014).

Em sua explanação no Simpósio da Academia de Medicina de Nova Iorque, o engenheiro nuclear Arnie Gundersen (2013) dedicou-se a explicar sobre suas pesquisas a respeito do acidente nuclear na Usina de Daiichi, assim como sobre suas interações junto a outros pesquisadores quanto às consequências deste acontecimento. Dentre suas várias afirmações, destaca-se que, segundo o pesquisador, as “nuvens de gases” continuam se dissipando pelo ar, sem que haja uma solução em vista. Além disso, ele informa que o acidente pode ser considerado pior do que o de Chernobyl devido ao elevado número de pessoas que habitam as regiões próximas e, também, não tão próximas, como Tóquio. Para o pesquisador (Gundersen, 2013) estas pessoas são afetadas diretamente pelos componentes dos gases, estando sujeitas ao desenvolvimento de doenças cardíacas e cânceres.

As discussões a respeito das consequências do acidente nuclear em Fukushima geram inúmeros impasses entre o governo japonês, a TEPCO⁵, estudiosos e população. Esta falta de comunicabilidade nos discursos dificulta a desmistificação do acidente e uma compreensão mais realista da situação. Para Gundersen (2013), estamos apenas começando a sentir os efeitos da catástrofe.

Estudos como os abordados neste artigo, retratam não apenas a possibilidade de destruição humana, mas da destruição da organização natural da vida na terra, de todo um sistema que levou bilhões de anos para se definir como tal em sua perfeição e que através de ações/acidentes nucleares como os de Hiroshima, Nagasaki, Polygon⁶, Chernobyl e Fukushima, sofrem mutações. Aqui, pode-se retomar a relevância da categoria exterminismo, não pela perspectiva bélica diretamente, mas pela insistente capacidade humana de agir irracionalmente, ignorando a existência de uma energia “inesgotável”, dando-se “as costas ao sol” (Scheer, 1995).

⁴ Pesquisas genéticas realizadas em borboletas na região de Fukushima, após o acidente nuclear.

⁵ Companhia Energética responsável pelo abastecimento em Tóquio e cidades próximas.

⁶ Cf. documentário *After the Apocalypse: The Polygon Tests*. Trata sobre as consequências dos testes nucleares realizados entre os anos de 1949 e 1989, pela antiga URSS, na região do atual Cazaquistão (CNDUK, 2014a).

O cientista político alemão Hermann Scheer (1995 [1993])⁷ assinalava que o Japão, assim como outros países, investe cada vez mais em um modelo econômico “fracassado”. Scheer traz uma vasta discussão a respeito das possibilidades energéticas diretamente solares. Segundo o autor, o uso das energias nuclear e fóssil estão condenando a humanidade a um fim desastroso, enquanto a proliferação de sistemas de energia solar é pouco explorada devido ao (des)interesse político.

Para Scheer, existem vários pontos importantes a serem observados na insistência pelo uso dessas energias. Um deles é o fato de que ainda hoje não foram encontradas formas seguras para destinar o lixo atômico produzido. Também, que a “segurança de operação” das usinas atômicas mostra-se muito aquém do que inicialmente se propunha e, com isso, afeta também o ideal econômico que a sustenta como sendo uma energia de baixo custo. Além dessas duas importantes questões, existem ainda os altos riscos “de uma corrida armamentista atômica que pode se dar a partir desse uso civil” (Scheer, 1995, p. 83). Contrariando completamente a ideia de “átomos para paz” de Eisenhower (IAEA, 1998), ele afirma que “a humanidade precisa de um tratado de proliferação solar. [...] solar *for peace* em lugar de *atom for peace*” (*ibidem*, pp. 217-218; grifos do autor).

Müller adverte para o quão trágica e atual são as advertências de Thompson e reconhece que mais do que o risco do extermínio da humanidade como resultado de uma guerra nuclear, hoje, o risco existe pela “permanente capacidade de transformação do capitalismo e de criar novas formas de violência em suas relações, como é próprio de sua lógica.” (Müller, 2012, p. 332). Portanto, a relevância dos usos da energia atômica deve ser contextualizada nos cenários políticos e econômicos da atualidade.

Considerações finais

Torna-se fundamental dar reconhecimento ao fato de que, nos últimos 70 anos, diversos outros importantes pensadores, estudiosos e movimentos sociais pacifistas se ocuparam de pensar, discutir e “militar” pelo futuro da humanidade, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Devido à inviabilidade de abordar um grande número de autores, ao longo deste artigo procurou-se tratar do estudo da categoria exterminismo criada por E. P. Thompson, cotejando-a com outros pensadores do seu tempo. Conclui-se que o desenvolvimento da categoria não foi dado de forma ingênua ou simplista. Compreende-se que a preocupação de Thompson com o agir e a relação entre teoria e empiria também são pertinentes à discussão proposta para o acidente nuclear em Fukushima.

⁷ Devido à relevância de suas pesquisas, Hermann Scheer (1944-2010) foi premiado em 1998 com o *World Solar Prize* e, em 1999, com o *Right Livelihood Award*, considerado como ‘o Prêmio Nobel Alternativo’.

Há décadas que a humanidade desenvolve recursos energéticos considerados menos poluidores, porém, pouco incentivados politicamente. Recursos estes que, sendo empregados com seriedade, poderiam reduzir as chances de novos conflitos entre nações, como também de novas catástrofes. Scheer (1995) defende que esta mudança tecnológica seria a solução para a pobreza mundial, as migrações forçadas e para a redução populacional. Suas implementações em grandes escalas poderiam vir a ser as mudanças daquelas características econômicas, políticas e ideológicas descritas por Thompson e seus críticos e que, ainda hoje, condenam multidões ao extermínio.

O estudo do exterminismo na atualidade apresenta-se relevante devido a diversos fatores. O estudo da categoria pode ser retomado diante das instabilidades políticas, econômicas e religiosas que estão ocorrendo em diversos pontos do mundo. Tais instabilidades apresentam a iminente possibilidade de uma nova Guerra Fria ou uma Terceira Guerra Mundial. Nestes casos, o uso da energia nuclear geraria uma nova crise bélica, de medo e de violência através da retroalimentação de suas interconexões. Além disso, catástrofes nucleares resultantes de acontecimentos não premeditados, como a de Fukushima, fazem-nos reconhecer a irracionalidade do processo tecnológico, que insiste no uso da energia nuclear.

Uma última proposta para novos estudos da categoria seria de se basear no estudo dos fenômenos sociais que são alimentados diretamente por esta “lógica exterminista” que se esconde na justificativa do medo enquanto aperfeiçoa seus meios de extermínio. Impõe-se inescrupulosamente através de sistemas como o de energia nuclear para a obtenção de lucro e poder.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Victor. “Lazer, controle e resistência: um olhar a partir da obra de Edward Palmer Thompson.” In: ALVES JR, Edmundo de Drummond (org.). *Envelhecimento e vida saudável* Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, pp. 81-102.
- BADARÓ MATTOS, Marcelo. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2012.
- CNDUK. 2014. Disponível em: <<http://www.cnduk.org>>. Acesso em: 06 out. 2014.
- _____. *After the apocalypse: the polygon tests*. CNDUK. 2014a. Disponível em: <<http://www.cnduk.org/component/k2/item/1205-after-the-apocalypse>>. Acesso em: 06 out. 2014.
- COURTINE-DENAMY, Sylvie. *O cuidado com o Mundo*. Tradução de Maria J. G. Teixeira. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- ELIAS, NORBERT. *Introdução à sociologia*. Tradução de Maria L. R. Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2008.
- GUNDERSEN, Arnie. “What did they know and when Fukushima daiichi before and after the meltdowns.” In: *Symposium: The Medical and Ecological Con-*

- sequences of the Fukushima Nuclear Accident. The New York Academy of Medicine, New York City, NY. March 11, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8-TKtgP9wyw>>. Acesso em: 03dez. 2015.
- IAEA. *Atoms for peace speech*. IAEA. 1998. Disponível em: <http://www.iaea.org/About/atomsforpeace_speech.html>. Acesso em: 17 out. 2014.
- MÜLLER, Ricardo G. “A ideia de exterminismo em E. P. Thompson: realismo e contradição”. In: MISSE, Michel & WERNECK, Alexandre (orgs.). *Conflitos de (grande) interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas*. Rio de Janeiro: Garamond e FAPERJ, 2012, pp. 305-336.
- _____. “Exterminismo e Luta de Classe em E. P. Thompson: primeiras reflexões.” In: XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.
- _____. & MUNHOZ, Sidnei. “E. P. Thompson” In: LOPES, Marco Antonio e MUNHOZ, Sidnei (orgs.). *Historiadores do nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010, pp. 31-52.
- SCHEER, Hermann. *O manifesto solar: energia renovável e a renovação da sociedade*. Tradução de Aloíso Leoni-Schmid. 4ª ed. Rio de Janeiro: CEPTEL, 1995.
- THOMPSON, Edward. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. Notas sobre o exterminismo, o estágio final da civilização. In: THOMPSON, E. P. *et al. Exterminismo e guerra fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 15-57.
- _____. & SMITH, D. (orgs.). *Protest and survive*. Nottingham: CND, 1980.
- WILLIAMS, Raymond *et al. May day manifesto: 1968*. Harmondsworth: Penguin Books, 1968.
- TRONKO, M. *et al.* “Age Distribution of Childhood Thyroid Cancer Patients in Ukraine After Chernobyl and in Fukushima After the TEPCO-Fukushima Daiichi NPP Accident.” In: *Thyroid*: New York. v. 24, n. 10, 2014. Disponível em: <http://apps.webofknowledge.com/full_record.do?product=UA&search_mode=GeneralSearch&qid=5&SID=4Frhmhqjxb9FflxZUrR&page=1&doc=1>. Acesso em: 07 out. 2014.
- WATARU, Taira *et al.* Fukushima’s biological impacts: the case of the pale grass blue butterfly.”, *JOURNAL OF HEREDITY*, Vol. 5, Edição 5. OXFORD Journals: Japan. 2014. pp. 710-722. Disponível em: <https://apps.webofknowledge.com/full_record.do?product=UA&search_mode=GeneralSearch&qid=1&SID=3Dv8XB2l1gQ3cWMFtSL&page=1&doc=1>. Acesso em: 07 out. 2014.
- WEBER, Max. “A ciência como vocação.” In: _____. *Ciência e política: duas vocações*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2007. pp. 17-52.

Artigo recebido em 18 de novembro de 2016
 Artigo aprovado em 13 de dezembro de 2016

Equilíbrio: fundamento ou fenômeno emergente?

Equilibrium: foundation or emergent phenomenon?

Eleutério F. S. Prado*

Resumo

Neste artigo, quer-se mostrar que há dois modos bem distintos de apreender o movimento do sistema econômico que se organiza com base na centralidade da relação social de capital e sobre o qual se levanta e se desenvolve a sociedade moderna. Mesmo que uma delas seja plenamente dominante e que a outra permaneça quase esquecida, sustenta-se que é muito importante apreendê-las como opostas, como antípodas, como rivais. Uma delas, para apreender a complexidade constitutiva desse sistema, toma o equilíbrio com um fundamento e, assim, trata o seu dinamismo como uma questão subordinada. A outra, ao contrário, assume que essa complexidade se desenvolve por meio de uma dinâmica turbulenta em que a ordem se configura por meio da desordem, de tal modo que o equilíbrio aparece apenas como um fenômeno emergente.

Palavras-chave: equilíbrio econômico; complexidade; fenômeno emergente; fundamento metafísico; sistema econômico.

Abstract

In this note, we want to show that there are two very different ways of apprehending the movement of the economic system that organized itself on the basis of the centrality of the capital social relation and on which modern society rises and develops. Even if one is fully dominant and if the other is almost forgotten, we argue that it is very important to grasp them as opposites, as antipodes, as rivals. One of them, in order to apprehend the constitutive complexity of this system, takes the equilibrium as a foundation thus treating its dynamism as a subordinate question. The other, on the contrary, assumes that this complexity develops through a turbulent dynamic in which disorder shape an order, so that equilibrium appears only as an emergent phenomenon.

Keywords: economic equilibrium, complexity, emergent phenomenon, metaphysical foundation; economic system.

* Professor titular e sênior da FEA/USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br. Blog na internet: <<http://eleuterioprado.wordpress.com>>.

Introdução

Ao longo da história, as teorias que tinham por objetivo compreender o sistema econômico distinguiram-se de muitas maneiras, mas aqui se quer ressaltar que elas podem ser separadas também pela forma com que conceberam o seu modo de existir e de evoluir. Na verdade, quer-se mostrar que há duas formas bem distintas de apreender logicamente o movimento desse sistema, mostrando inclusive que é preciso tomá-las como opostas, como antípodas, como rivais.

Contudo, para a grande maioria dos pesquisadores que, nos últimos duzentos anos, pretenderam investigar esse objeto instável, complexo e flutuante, nunca ficou patente que havia realmente essa alternativa que aqui se quer destacar. Pois, uma delas permaneceu quase oculta, já que a outra, amplamente dominante, afigurou-se constantemente como a única concepção possível. Na prática corrente dos economistas, portanto, uma delas se encontra velada, reprimida, subjugada. Eles não querem nem mesmo descobri-la porque se entretêm apenas com um tipo de conhecimento, que se volta somente para apreender o modo de funcionamento do sistema econômico, numa perspectiva estritamente instrumental e pragmática. De qualquer modo, apresentando-se ou não como opções, elas permaneceram sempre como concepções distintas capazes de determinar, de modo crucial, o caráter da teoria econômica.

Veja-se, de início, que a pretensão de fazer ciência dessa esfera da sociedade sempre enfrentou um problema que se origina da sua própria natureza. Eis como esse problema se apresenta do ponto de vista da crítica que aqui se pretende desenvolver: como a ciência moderna, configurada já na mecânica clássica, foi capaz de enfrentar a complexidade movente, agitada e anárquica inerente ao sistema econômico enquanto tal?

Sabe-se que essa compreensão de mundo formou-se buscando compreender dinamicamente o sistema planetário e que este, frente ao sistema econômico, apresenta-se como um objeto razoavelmente tranquilo, que tem um comportamento cíclico, muito regular, que parece mesmo contrariar a noção de tempo histórico. Sabe-se, ademais, que ela pretendeu se afastar da metafísica, observando, porém, os cânones da lógica formal, isto é, o princípio da identidade, assim como o princípio da não-contradição. Por isso, ainda cabe perguntar: como uma forma de apreensão da objetividade que sempre se pretendeu não contraditória pode enfrentar uma realidade que não é caótica, mas possui uma ordem que só se configura por meio de uma “boa” desordem? E que parece estar sempre agitada e em permanente transformação?

Ora, bem se sabe que esse modo de ser irregular, que, não obstante, gera regularidades, mostra-se sempre na evolução de qualquer variável econômica que descreve um aspecto determinado do andamento temporal desse sistema. Em particular, como bem se sabe, ela se mostra nas séries temporais que indicam como evoluem os preços. Eis que os preços de qualquer mercadoria, como tam-

bém se sabe, flutuam sempre de modo irregular na linha do tempo, ora descendo, ora subindo, mais ou menos fortemente, em torno de um valor central que flutua bem menos, mas que nunca se afigura exatamente como uma constante.

A realidade econômica que assim se apresenta mostra-se também como inerentemente contraditória. Pois, as contradições, mesmo tendo raízes estruturais, não são mistérios insondáveis, mas, ao contrário, manifestam-se como ocorrências triviais e constantes na realidade social de todos os dias. Os preços, por exemplo, nunca estão dados, mas se formam sempre por meio de processos que envolvem estratégias, disputas e barganhas das quais participam agentes ativos e competitivos. Os preços emergem por meio de um processo atravessado por discordâncias, atritos e conflitos, os quais nada mais são do que modos de aparecer de contradições que moram na própria estrutura da sociedade, pois os vendedores e os compradores de mercadorias conectam-se por relações sociais de relativo antagonismo, as quais se mostram por meio de tensões, divergências e conflitos. Ora, as contradições, inerentes que são às relações que formam a estrutura basal da sociedade, revelam-se também no modo de aparecer anárquico de todos os outros fenômenos que despontam no andamento temporal do sistema econômico.

Para introduzir aos poucos a alternativa oculta, pode-se lembrar aqui – de início – que Marx tratou a formação de preços como uma guerra, sem corrimento de sangue, de agentes econômicos contra agentes econômicos. Em *Trabalho assalariado e capital*, de 1847, ele escreveu:

Que é que determina o preço de uma mercadoria?

É a concorrência entre compradores e vendedores, a relação da procura com a oferta, da apetência com o oferecimento. A concorrência, que determina o preço de uma mercadoria, apresenta *três aspectos*.

A mesma mercadoria é oferecida por vários vendedores. Aquele que vende mercadorias de certa qualidade, mas a preço mais barato, está seguro de vencer os restantes vendedores e de assegurar para si a maior parte do mercado. Por isso os vendedores disputam entre si para vender, para preencher o mercado. Cada um deles quer vender, vender o mais que puder e, se possível, ser só ele a vender com exclusão dos demais vendedores. Por isso, uns vendem mais barato do que outros. Tem-se, assim, uma *concorrência entre os vendedores que faz baixar* o preço das *mercadorias* por eles oferecidas.

Mas há também uma *concorrência entre os compradores* que, por seu lado, *faz subir* o preço das mercadorias oferecidas.

E há, finalmente, uma *concorrência entre os compradores e os vendedores*, pois uns querem comprar o mais barato possível, enquanto que os *outros* querem vender o mais caro que podem. O resultado

desta concorrência entre compradores e vendedores dependerá da relação existente entre os dois lados da concorrência já antes mencionados, isto é, dependerá de a concorrência ser mais forte no exército dos compradores ou no exército dos vendedores. A indústria joga no campo de batalha dois exércitos que se defrontam, nas fileiras de cada um dos quais se trava por sua vez uma luta intestina. O exército entre cujas tropas há menos luta é o que triunfa sobre o adversário. (Marx, 1976, p. 21; grifos do autor)

Formação dos preços

As duas concepções antes referidas dizem respeito precipuamente ao modo como se enfrenta o problema da complexidade do sistema econômico, o qual se apresenta também como um dilema epistemológico que demanda uma solução metodológica. Sem entrar aqui no intrincado da história do pensamento econômico, ele se apresenta esquematicamente do seguinte modo: deve-se começar pela supressão das contradições na formulação da teoria enquanto tal, pretendendo apreender uma ordem ideal que estaria pressuposta na realidade, ou se deve principiar pelo modo como o próprio sistema põe e supostamente vai resolvendo processualmente as suas próprias contradições. O primeiro constrói formas ideais a partir da experiência¹, o segundo estuda as determinações gerais das formas processuais concretas². Ora, o modo como o sistema põe e resolve as suas contradições em processo está implícito nos registros empíricos de seu próprio desenvolvimento histórico. O segundo método é, pois, realista; ele não aborda a experiência com o intuito de construir formas ideais e imaginárias tal como o primeiro método referido.

São dois, pois, os grandes caminhos possíveis da teoria econômica e eles precisam ser melhor explicados: em um deles se abole de início, no plano ideal em que a perfeição é possível, a anarquia por meio da qual uma certa ordem se impõe resolvendo e repondo as contradições constitutivas do sistema; no outro, procura-se justamente apreender como certa legalidade se impõe por meio desse processo, mantendo a sua anarquia constitutiva como um pressuposto não eliminável da teoria. No primeiro caso, o mundo real aparecerá então como uma

¹ Walras argumentou que era preciso usar o método matemático na reconstrução da economia política enquanto teoria pura: “as ciências matemáticas [...] saem da experiência desde que lhes tomaram seus tipos; elas abstraem, desses tipos reais, tipos ideais, que definem; e, com base nessas definições, constroem *a priori* todos os andaimes de seus teoremas e de suas demonstrações. Depois disso, retornam à experiência, não para confirmar, mas para aplicar as suas conclusões” (Walras, 1983, p. 24).

² Marx, ao explicar o método da economia política, mostrou que “o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação” (Marx, 2011, p. 54)

espécie de afloração imperfeita – afetada, pois, por inúmeras contingências – do mundo ideal; no segundo caso, é a teoria que aparece como uma representação simplificada e abstrata apenas razoável de uma realidade que se mostra inapreensível em todos os seus detalhes.

No primeiro caso, faz-se opção pelo método formal e analítico, o qual, por isso mesmo, só é capaz de construir, num plano ideal, imagens estáticas e sequenciais do sistema econômico que, como bem se sabe, é inerentemente processual; já no segundo caso, prefere-se um método que apreende o sistema econômico como um complexo evolvente e que, por isso mesmo, respeita a historicidade fluante, irrequieta e irrevogável que o caracteriza enquanto tal³. Sem maiores elaborações, indica-se, entretanto, diretamente, que a primeira opção foi feita em geral, desde o início, pela teoria neoclássica, especialmente pelo seu ramo walrasiano hoje dominante, e que a segunda opção foi aquela feita inconscientemente, ainda que com alguma ambiguidade, pela economia política clássica.

Ora, essa divergência se mostra nas duas teorias de formação dos preços formuladas no âmbito da Economia Política. Como se sabe, a primeira aprontou-se por meio dos modelos de equilíbrio geral e a segunda configurou-se – por exemplo, na obra econômica de Adam Smith – por meio de uma formulação que apela à noção de valor-trabalho. Na primeira, os preços surgem como tais por meio de uma construção analítica que almeja a exatidão e que assim os põem como expressões privilegiadas de uma ordem harmônica. Advém, dito de outro modo, por meio de uma edificação formal que abole as contradições e, assim, reinterpreta o mundo real de uma forma idealizada. Na segunda, diferentemente, admite-se que os preços reais, em sua inconstância permanente, estejam regulados sistemicamente por meio da formação de valores. Os preços e os valores que os regulam internamente, portanto, formam-se concomitantemente, pois uns e outros estão regidos por uma lógica de equilíbrio/desequilíbrio que é inerentemente processual e turbulenta.

Por meio da teoria neoclássica, como se sabe, o sistema econômico foi pensado originalmente como estacionário; depois, mediante revisões depuradoras, ele passou a ser compreendido como intertemporal (Soromenho, 2012). Não importa, no ponto de partida, se o sistema econômico é apresentado como uma harmonia sistêmica, ou seja, como um equilíbrio de proporções setoriais, ou como uma harmonia de agências, isto é, como um equilíbrio de planos consistentes entre si. Ora, nesse tipo de formulação altamente idealizada, a teoria se encontra em conflito imediato com a realidade. Por isso mesmo, ela não pode

³ A distinção aqui feita entre dois métodos tem relação com aquela feita por Bresser-Pereira entre um método “abstrato dedutivo” e um método “histórico dedutivo”, os quais definem dois caminhos distintos para elaborar o conhecimento em Economia Política (Bresser-Pereira, 2009). E ela foi já comentada numa perspectiva semelhante àquela aqui desenvolvida (Prado, 2013 b).

ficar inteiramente satisfeita consigo mesma, mas, ao contrário, reclama sempre, em complemento, um esforço de atualização. E este tem sempre por objetivo emendar a teoria original para tentar reduzir a sua falta de contato com a realidade. Por isso, partindo de modelos que dão privilégio à ordem e à estase, as teorias dessa matriz procuram sempre, num segundo momento, aproximarem-se do mundo real. E, para tanto, reconstroem-se invariavelmente por meio de sucessivos “modelos” que buscam incorporar “imperfeições”, sejam estas de agência ou de falha de coordenação (Shaikh, 2016, pp. 3-7).

De qualquer modo, não é preciso retomar aqui todos os elementos teóricos que caracterizam essas duas grandes opções teóricas, uma delas que identifica imediatamente os preços com os preços que advêm – ou circulam em torno – do perfeito balanceamento do sistema como um todo. E a outra que distingue os preços de mercados, vistos como inerentemente flutuantes, dos preços ditos naturais, os quais são definidos como centros de gravidade⁴ em processo de mudança histórica – e não, portanto, como estados de repouso. Aqui, o equilíbrio no mercado de uma dada mercadoria é pensado apenas como um evento momentâneo – e não, portanto, como um ponto fixo que teria um forte poder de atração, podendo, por isso, ser tomado como um fundamento geral. Na verdade, admite-se que o processo da concorrência gera uma tendência à igualação da demanda efetiva com a oferta efetiva em cada mercado. Porém, ao mesmo tempo, supõe-se que essa tendência é obstada por tendências contrárias, de tal modo que o equilíbrio possível se afigura de fato como eventual, instável e mesmo pouco provável. Em consequência, nessa compreensão do sistema econômico, a predição dos acontecimentos futuros com exatidão – diferentemente do que ocorre na astronomia – é vista como uma impossibilidade.

Na primeira opção, até a complexidade compositiva e sempre mutável do sistema, isto é, a evolução ininterrupta de interação local dos agentes posicionados na estrutura social, precisa ser anulada para que a construção teórica possa ser feita, impondo-se, então, como “rigorosa”. Apenas após uma ampla depuração de todas as desarmonias possíveis, a análise econômica pode se centrar numa noção de equilíbrio visto como estado de repouso e, em consequência, pode proceder de um modo que privilegia o raciocínio estático e a estática comparativa. Assim, o estudo da dinâmica do sistema torna-se não só secundário, mas também subordinado. Eis que uma dinâmica local, ao ser admitida como necessária, encontra-se forçada a fazer o sistema convergir para o equilíbrio postulado, desde o início, como atingível. Esse modo de análise, portanto, descuida do evoluir do

⁴ Como a gravidade é uma força de atração que suscita um movimento unidirecional e como os preços estão submetidos a forças de atração e de repulsão em relação ao centro, este – talvez com mais propriedade – poderia ser chamado de “centro de agitação”. Na verdade, o significado de “gravitação” no texto clássico de Adam Smith não deveria ser confundido com aquele que tem na Física clássica.

sistema econômico no plano da teoria e assim procede porque fez já, por necessidade imperativa, a abstração da historicidade do processo econômico real.

Já na segunda opção, parte-se justamente da historicidade inerente ao sistema econômico enquanto tal. Pois, é bem evidente que a concepção de formação de preços então cristalizada parte da observação empírica dos preços reais em mercados específicos. A visada casual ou mesmo a investigação metódica das séries de preços em geral mostrava para os economistas clássicos que os preços de mercado flutuavam temporalmente no interior de uma gama numérica virtual e o faziam em torno de um valor bem mais estável, que podia ser apreendido na forma de uma “média”. Ora, foi para explicar esse fenômeno do cotidiano que um autor como Adam Smith escreveu que os preços de mercado, submetidos às contingências as mais diversas, gravitam em torno de um valor central que, como se sabe, foi denominado de “preço natural”. Ora, o preço natural, diferentemente dos preços de mercados que dependem diretamente da atuação prática dos agentes econômicos, é posto apenas indiretamente pelo funcionamento turbulento do sistema econômico. Assim, mesmo sendo tomado como um centro de gravidade, tratou-se sempre de um “centro” dependente da trajetória temporal do próprio sistema econômico, isto é, de seu evoluir histórico que não está pré-determinado.

Vale lembrar aqui como Marx apreendeu a formulação clássica de Adam Smith em *Salário, preço e lucro*, publicado em 1865, quase vinte anos depois de ter produzido o texto *Trabalho assalariado e capital* (antes citado). Ele primeiro a reproduz e depois a interpreta de um modo que não é usual entre os economistas; pois, ele menciona a possibilidade do equilíbrio, mas não o toma como um ponto atraente que funciona como um ponto fixo:

O preço natural [...] é o preço central em torno do qual gravitam constantemente os preços das mercadorias. Circunstâncias diversas os podem manter erguidos muito acima desse ponto e, por vezes, precipitá-los um pouco abaixo. Quaisquer, porém, que sejam os obstáculos que os impeçam de se deter neste centro de repouso e estabilidade, eles tendem continuamente para lá.

Não posso agora esmiuçar esse assunto. Basta dizer que, se a oferta e a procura se equilibram, os preços das mercadorias no mercado corresponderão a seus preços naturais, isto é, a seus valores, os quais se determinam pelas respectivas quantidades de trabalho necessário à produção. Mas a oferta e a procura devem constantemente tender para o equilíbrio, embora só o alcancem compensando uma flutuação com outra, uma alta com uma baixa e vice-versa. Se, em vez de considerar somente as flutuações diárias, for analisado o movimento dos preços do mercado durante um espaço de tempo bastante longo [...]

descobre-se que as flutuações dos preços do mercado, seus desvios dos valores, suas altas e baixas, se compensam umas com as outras e se neutralizam de tal maneira que, postas à margem a influência exercida pelos monopólios e algumas restrições que aqui temos de passar por alto, vemos que todas as espécies de mercadorias se vendem, em termo médio, pelos seus respectivos valores ou preços naturais (Marx, 1978, pp. 78-79)

A questão do equilíbrio

Nesse momento da exposição, é preciso enfatizar que essas concepções polares concebem duas noções de equilíbrio totalmente distintas entre si: num caso como mero ponto pelo qual o sistema pode eventualmente passar, e no outro, como ponto atraente efetivo em direção ao qual o sistema de fato inexoravelmente se aproxima, tendendo a estacionar aí ou, quando uma concessão ao empírico precisa ser feita, a permanecer muito próximo dele⁵. Aí, então, não fica e não permanece apenas porque, supostamente, é constantemente afetado por inúmeros impactos acidentais, recebe sempre inúmeros choques exógenos. Nesse caso, ele é tomado como um fundamento primeiro da análise econômica e se configura como “geral”. Trata-se, então, de uma noção metafísica que embasa um conjunto de construções teóricas altamente idealizadas que precisam se expressar – e se esconder – na linguagem abstrata e formal da matemática.

O outro modo, como já se mencionou, encontra-se muito encoberto pelas construções neoclássicas ou influenciadas pela teoria neoclássica⁶. Pois, após o último quartel do século XIX, ele passou a sobreviver sub-repticiamente no interior de correntes minoritárias que existem (mas não dominam) no interior do marxismo, do keynesianismo e mesmo da teoria austríaca. Ele se insinua quando o equilíbrio posto enquanto tal é pensado apenas como um momento especial do evoluir turbulento do sistema econômico, um momento que é singularizado com o intuito de estudar certas propriedades desse sistema em abstrato, isto é, apenas teoricamente. Note-se, portanto, que a abstração aqui não tem um caráter de uma operação de fundamentação primeira – ao contrário.

⁵ Por exemplo, uma pedra bem jogada para cima não executa uma parábola; no ápice dessa trajetória de sobe e desce, a pedra está de certo modo em equilíbrio, mas este equilíbrio não é um ponto fixo. Já o ponto de repouso de um pêndulo é um equilíbrio de ponto fixo. Este ponto é estável, mas há também, como se sabe, equilíbrio de ponto fixo instável.

⁶ Um exemplo é a corrente neo-ricardiana que parte de uma interpretação da teoria de David Ricardo elaborada por Piero Sraffa. Nessa teoria, os preços naturais são apresentados (em desacordo parcial como o próprio Sraffa) por meio de um modelo de equilíbrio geral, sendo então interpretados como preços de reprodução, ou seja, como preços – ditos de longo prazo – que supostamente garantem a permanência infinita do sistema num determinado estado estacionário. Este modo de análise julga também que é possível pensar a temporalidade como uma sequência de estados de equilíbrio comparáveis entre si. Diz-se, então, nessa perspectiva, que se emprega o método da estática ou da dinâmica comparativa.

Antes de chegar à conclusão dessa nota, é preciso voltar ao trecho de *Trabalho assalariado e capital* para investigar mais um pouco como Marx trata da formação dos preços no modo de produção capitalista. Na citação que se segue, o termo “custos de produção” deve ser entendido na perspectiva da obra posterior, em particular de *O capital*, como “preço de produção”. Aí, nota-se que ele recusa a noção fundante de equilíbrio dos economistas para apresentar outra, segundo a qual o equilíbrio figura como um produto endógeno da anarquia do modo de produção capitalista. Para ele, é a própria acumulação de capital, a qual se dá por meio do processo da concorrência dos capitais particulares, é que determina os movimentos da oferta efetiva e da demanda efetiva de qualquer mercadoria, fazendo com que os seus preços de mercados sejam momentos de um processo em que se cria também o preço de produção⁷.

[...] as oscilações da oferta e da procura reconduzem sempre o preço de uma mercadoria aos seus custos de produção. *É fato que o preço real dum mercadoria está sempre acima ou abaixo dos custos de produção; mas a alta e a baixa dos preços completam-se mutuamente*, pelo que, num determinado período de tempo, ao se calcular conjuntamente o fluxo e o refluxo da indústria, as mercadorias são trocadas umas pelas outras de acordo com os seus custos de produção. O preço da mercadoria é, portanto, determinado pelos seus custos de produção.

Esta determinação dos preços pelos custos de produção não deve ser entendida no sentido dos economistas. Os economistas dizem que o *preço médio* das mercadorias é igual aos custos de produção; que isto é a *lei*. Consideram como obra do acaso o movimento anárquico em que a alta é compensada pela baixa e a baixa pela alta. Com o mesmo direito, poder-se-ia considerar, tal como aconteceu também com outros economistas, as oscilações como lei e a determinação pelos custos de produção como obra do acaso. Mas estas oscilações, que, consideradas mais de perto, trazem consigo as mais terríveis devastações e, como um terremoto, fazem tremer a sociedade burguesa nos seus alicerces, são as oscilações que no seu curso determinam o preço pelos custos de produção. O movimento global desta desordem é a sua ordem. No curso desta anarquia industrial, neste movimento circular, a concorrência compensa, por assim dizer, uma extravagância com outra.

Vemos, portanto, que o preço de uma mercadoria é determinado pelos seus custos de produção de tal modo que os períodos em que o preço dessa mercadoria sobe acima dos custos de produção são compensa-

⁷ A citação que se segue me foi sugerida pela leitura de um artigo muito interessante de Alan Freeman (2006).

dos pelos períodos em que ele desce abaixo dos custos de produção, e vice-versa. Isto não é válido, naturalmente, para um único dado produto da indústria, mas apenas para o ramo inteiro da indústria. Isto também não é válido, portanto, para o industrial individual, mas apenas para a classe inteira dos industriais.

A determinação do preço pelos custos de produção é igual à determinação do preço pelo tempo de trabalho exigido para a produção duma mercadoria, pois os custos de produção compõem-se, primeiro, das matérias-primas e do desgaste das ferramentas, isto é, dos produtos industriais cuja produção custou uma certa quantidade de dias de trabalho e que, portanto, representam uma certa quantidade de tempo de trabalho, mas também, em segundo lugar, do trabalho direto cuja medida é precisamente o tempo de trabalho. (Marx, 1976, p. 24)

Conclusão

Aqui se acompanha uma tese de Alan Freeman que classifica os métodos de teorização em Economia Política em equilibrista ou temporal conforme mantenham, na compreensão do sistema econômico, como pressuposto o equilíbrio estável ou, alternativamente, a dinâmica turbulenta – desordem que produz ordem – inerente ao processo de acumulação de capital. O primeiro funda-se numa operação lógico-metafísica que apresenta o sistema econômico numa forma ideal em que prevalece a harmonia; já o segundo assenta-se indutivamente no empírico para apresentar uma teoria que se vê meramente como uma aproximação plausível de uma realidade muito complexa. Ora, essa disjuntiva equivale a fazer ou não, no ponto de partida da compreensão do sistema econômico, a abstração das contradições que o movem e que o põem como um vir a ser, como algo que continua, que muda e que, eventualmente, se transforma ou mesmo sofre uma completa revolução (Freeman, 2015).

Para esse último autor, a primeira alternativa deve ser compreendida como esotérica porque postula a harmonia e, assim, secretamente, dá prioridade à função valorativa do conhecimento, em detrimento de sua função explanatória. Já a segunda, ele a vê como exotérica⁸ justamente porque visa, sobretudo, explicar cientificamente o modo de ser, de funcionar e de evolver do mundo real, sem

⁸ Há, como se sabe, duas maneiras de empregar o par “esotérico” e “exotérico”, as quais aparecem também no contexto do pensamento econômico em geral. O esotérico pode se referir ao que é essencial ou mais profundo na compreensão do sistema econômico, enquanto que exotérico indica a aparência, a maneira como esse sistema se apresenta ao conhecedor vulgar. Não é nessa acepção que é empregado por Freeman – mesmo se foi assim utilizado por Marx. Para ele, esotérico indica o conhecimento místico da ordem e da harmonia inerentes ao sistema econômico enquanto tal; já exotérico seria o conhecimento que enfrenta a complexidade dinâmica desse sistema cientificamente, isto é, partindo dela e a ela voltando compreensivamente. E essa distinção, ainda para ele, reflete-se de maneira crucial no modo de empregar a noção de equilíbrio.

fraquejar diante de sua desarmonia constitutiva. O que as separa é a adesão ou não à noção de equilíbrio como fundamento metafísico. Assim compreendida, a primeiratrax um conforto intelectual aos praticantes semelhante àquele produzido pela noção de “céu” na cosmologia medieval do cristianismo (Freeman, 2015). Eis que os preços, como também, os equilíbrios que ocorrem na temporalidade dos mercados, diferentemente, devem ser compreendidos cientificamente como fenômenos emergentes (Prado, 2013 b).

Note-se que valoração e explanação são funções inerentes do conhecimento e, mesmo sendo distintas entre si, condicionam-se mutuamente. A concepção equilibrista, ao apreender assim o funcionamento do sistema econômico, fornece uma justificação para a sua existência: dada a repartição da riqueza, diz, por exemplo, que ele permite uma alocação ótima dos recursos e que, assim, promove o máximo bem-estar. Ao fazê-lo, afirma que esse sistema econômico é racional e que, portanto, tem de ser absolvido de críticas maiores⁹. A concepção temporal, ao contrário, propicia uma atitude crítica – o verdadeiro espírito científico é sempre crítico, mesmo que possa se afigurar como moderado ou radical no campo da ciência social. Ao expor o modo de ser turbulento do sistema econômico, põe em evidência os terremotos que lhe são intrínsecos. Suscita, assim, a contestação de que promove uma alocação ótima dos recursos, tendendo a gerar, em princípio, o máximo de bem-estar. Ao formular uma teoria das crises que afirma serem elas cada vez mais devastadoras no curso da história, permite que se condene o capitalismo não só como um sistema portador de desgraças humanitárias crescentes, mas também com um sistema internamente fraturado que não pode e que não vai durar para sempre.

Referências Bibliográficas

- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. “Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica.”, *Revista de Economia Política*, vol. 29 (2), 2009, pp. 163-190.
- FREEMAN, Alan. “An invasive metaphor: the concept of center of gravity in Economics”. In: *Munich Personal RePEc Archive*, 2006.
- _____. “Heavens above: what equilibrium means for Economics.” In: *Munich Personal RePEc Archive*, 2015.
- MARX, Karl. *Wage-labour and capital & Value, Price and Profit*. New York: International Publishers, 1976.
- _____. “Salário, preço e lucro.” In: *Marx, Coleção os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, pp. 57-99.

⁹ A questão de sua justificação, é evidente, não se encerra aí; ao contrário, com base nesse pressuposto de fundo, ela se prolonga nos debates travados no âmbito das teorias da justiça, tais como o utilitarismo, a ideologia libertária, o kantismo, o igualitarismo (John Rawls), etc. (Sandel, 2009).

- _____. *Grundrisse* – Manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011.
- PRADO, Eleutério. “Dois métodos ou duas antropologias? ”, *Revista de Economia Política*, vol. 33 (4), 2013a, pp. 649-658.
- _____. “A emergência social dos preços.”, *Revista Economia*, maio/agosto 2013b, pp. 547-561.
- SANDEL, Michael J. *Justiça* – O que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SHAIKH, Anwar. *Capitalism* – Competition, conflict, crises. New York: Oxford University Press, 2016.
- SOROMENHO, Jorge E. de C. “Hayek, Hicks e a ascensão do walrasianismo.”, *Economia e Sociedade*, vol. 21, n. 2 (45), 2012, pp. 219-244.
- WALRAS, Léon. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Editora Abril, 1983.

Artigo recebido em 22 de novembro de 2016

Artigo aprovado em 21 de dezembro de 2016



LUTA e MEMÓRIA

Introdução ao *Memorando Powell*

Rejane Carolina Hoeveler*

Numa tarde de agosto de 1971, dois vizinhos do bairro de Windsor Farms, em Richmond, Virgínia, encontraram-se para uma conversa nada amena. Um deles entregou ao outro um texto de oito páginas em colunas duplas, feito em sua máquina de escrever, e datado do dia 23 daquele mês. O autor desse documento era um advogado corporativo e diretor da gigante do tabaco Philip Morris, e dois meses depois do encontro seria indicado pelo presidente Richard Nixon a uma vaga na Suprema Corte americana, cargo que ocuparia até 1987. O vizinho era o dono de uma loja de departamentos, um democrata do Sul que fora deputado e senador, e ocupava então o cargo de diretor do comitê de educação da tradicional Câmara de Comércio dos Estados Unidos. Intitulado “Ataque ao sistema americano de livre empresa” [*The attack on the America free-enterprise system*], o memorando elaborado por Lewis F. Powell Jr. (1907-1998) deveria circular entre os principais interessados em lutar contra o suposto ataque: os empresários reunidos na Câmara de Comércio e os pares de confiança do vizinho Eugene B. Sydnor Jr. (1917-2006).

Inédito em português, o documento que *Marx e o Marxismo* traz nessa edição é conhecido no Brasil ba-

sicamente por especialistas em história da direita ou por estudiosos do neoliberalismo e do neoconservadorismo. Nos Estados Unidos, trata-se de um texto que já atingiu público um pouco mais amplo, mas isso graças apenas ao jornalismo independente, à militância de intelectuais críticos e à atuação de algumas ONGs de direitos ambientais, civis e do consumidor. O primeiro a revelar o documento foi o jornalista Jack Anderson, que o publicou para questionar a objetividade legal do então juiz da Suprema Corte, notando que não se conhecia o documento quando de sua sabatina no Senado.

Podemos distinguir em pelo menos dois momentos a repercussão do documento escrito por Powell no debate público. O primeiro deles foi em 1993, quando a ONG Alliance for Justice publica seu denso relatório *Justice for Sale*, que tratava da influência das corporações no sistema de justiça. Segundo a Alliance for Justice, o documento fora encomendado pela Câmara de Comércio, que buscava recomendações de alguém com experiência na área judicial (Alliance for Justice, 1993). Em 1996, outro relatório, dessa vez do National Committee for Responsive Philanthropy – um respeitado observatório de organizações

* Doutoranda em História na UFF e bolsista CNPq.

privadas sem fins lucrativos nos Estados Unidos –, também descrevia o memorando Powell como um dos marcos na criação de fundações conservadoras que remoldariam as políticas públicas nas décadas seguintes (Covington, 1996).

O outro marco importante no resgate desse documento, no debate público, ocorreu entre 2010 e 2012, quando uma decisão da Suprema Corte ampliou ainda mais o poder das grandes empresas nas eleições americanas, no controverso caso *Citizens United vs. Federal Electoral Commission* (FEC). A decisão favorável à *Citizens United*, um *think-tank* conservador, proibiu o governo de restringir o investimento em campanhas eleitorais tanto por parte de organizações não-lucrativas¹ quanto das lucrativas – isto é, as próprias empresas ou grupos econômicos. Essa decisão foi considerada pelos analistas críticos mais um passo largo na captura da democracia pelo poder econômico, e o memorando Powell veio à tona no contexto do debate suscitado pelo caso judicial.

Uma pesquisa na literatura acerca do memorando Powell revela abundantemente uma visão que procura nele uma espécie de plano magistral totalmente concretizado, que resultou na vitória do neoliberalismo – como se uma única ação tivesse tal poder, e como se pudéssemos explicar vitórias e derrotas na correlação das forças sociais e políticas a partir de um único

movimento. Em suma, trata-se de uma interpretação que se pretende crítica, mas que se revela pouco cuidadosa e idealista, no sentido de considerar a história como um algum tipo de produto de uma ideia ou projeto de um indivíduo ou grupo de indivíduos. A difusão desse tipo de leitura, que beira o conspiracionismo, não pode atrapalhar uma apreciação mais apurada de uma fonte valiosa como o memorando Powell, sobre o qual ainda se faz necessária uma pesquisa mais minuciosa. Neste breve comentário, procuraremos basicamente localizar o contexto histórico de produção desse documento, esclarecer as referências a pessoas e acontecimentos que são narrados no documento, apreender suas principais especificidades e tentar localizá-lo na longa história da organização de classe dos empresários nos Estados Unidos, história que tem na principal destinatária do documento em tela um ponto incontornável.

A Câmara Nacional de Comércio

Os vínculos de Lewis Powell Jr. com o poder corporativo não eram novos. Ainda em 1964, o já maduro advogado tornara-se diretor da Philip Morris, uma das maiores indústrias de cigarros do mundo, por seus meritórios trabalhos como advogado da empresa. Em sucessivos casos judiciais do final dos anos 1960, ele argumentou que as afirmações alegando que

¹ Como a própria *Citizens United*, que pretendia veicular um vídeo contra Hillary e Bill Clinton que feria as regras eleitorais então vigentes.

cigarros causavam câncer não eram provadas, e isso mesmo após o contundente relatório da Junta Médica americana ter, no início daquela década, demonstrado a ligação direta do uso do cigarro de nicotina com diversas doenças pulmonares (Clement, 2014). Formado pela Washington and Lee University, na Virgínia, Powell trabalhou para o setor de inteligência do Exército americano durante a Segunda Guerra Mundial. Foi criado como presbiteriano e escolheu como partido o Democrata, tal como seu amigo Eugene, um dos vários contatos de Powell na Câmara de Comércio.

Lançada com o apoio da primeira entidade de classe dos capitalistas nos EUA, a conhecida National Association of Manufacturers (NAM),² a National Chamber of Commerce (NCC), atualmente U.S. Chamber of Commerce (U.S.C.C.), ou simplesmente Câmara de Comércio, como chamaremos aqui, foi fundada em 1912. Ao contrário do que soa seu nome, sua criação foi uma iniciativa privada, e não estatal, embora a relação com o Estado fosse bastante íntima, como sugere a presença do presidente William Taft (1909-1913) em seu lançamento. Assim como a NAM, a

Câmara de Comércio promoveu, ao longo de sua história, diversos programas de inserção na opinião pública defendendo os valores do capitalismo, e teve influência decisiva tanto na produção, quanto no impedimento de diversas leis. Uma das principais campanhas que ela liderou junto com a NAM, nos anos 1930, foi a oposição frontal à legislação sindical proposta pelo senador democrata de Nova York, Robert Wagner, que daria maior poder de barganha aos sindicatos³.

Congregando um grande número de empresários de todos os portes, embora com preponderância dos grandes, a Câmara é um ponto de referência no que diz respeito à opinião empresarial – um ícone da chamada “comunidade dos negócios” no país e no mundo. Uma das fontes de sua força política era o fato de que conseguia se espriar nacionalmente não apenas nas grandes cidades, mas também em aglomerados urbanos menores e mesmo em áreas rurais, fato que é mencionado por Powell em seu texto.

O mais evidente efeito concreto foi a reestruturação interna da Câmara de Comércio. Powell propunha que a Câmara avançasse qualitativamente em seu papel político no país, e para

² A *National Association of Manufacturers* (NAM) foi fundada ainda em 1895, em Cincinnati, Ohio, em meio à recessão econômica nos EUA. Um de seus primeiros esforços foi chamar a criação de um Departamento de Comércio, até então inexistente, para facilitar as exportações. Mas seu primeiro programa dirigido para ganhar projeção pública foi nos anos 1930, e envolveu filmes, publicações, aparições no rádio, e uma coluna diária que saía em 260 jornais do país. Nos anos 1950, conseguiu seu primeiro programa de televisão, “Industry on Parade”, e nos anos 1970 criou um circuito fechado de televisão para atingir 8.000 executivos em 26 cidades ao mesmo tempo. No início dos anos 1980, lançou um programa de seis pontos chamado “Revitalizing Agenda”, que se tornou parte do programa econômico de Reagan em 1981.

³ Sobre a oposição da Câmara de Comércio e da NAM às propostas de Wagner e a diversas partes da legislação do *New Deal*, é incontornável o estudo clássico de Domhoff (1970).

isso seriam recomendáveis uma equipe *full-time* e um presidente convencido da tarefa e totalmente dedicado a ela. Desde o nascimento da Câmara, sua presidência era rotativa e o mandato nunca ultrapassou um ano. De fato, a Câmara modificaria sua hierarquia interna exatamente nas linhas propostas pelo documento. Em 1973, foi eleito seu último presidente de mandato anual, pois o seguinte, Richard Lesher, ficaria no cargo por vinte anos, tornando-se esta sua ocupação exclusiva. De fato, a gestão de Lesher (1975-1997) destacou-se por colocar a Câmara na televisão, com programas semanais e diários, e por liderar a criação do National Chamber Litigation Center, sobre o qual falaremos mais adiante⁴. A Câmara avançou, portanto, em duas das três áreas que Powell indicara como terrenos para ação: a mídia e a Justiça⁵.

O fato de Powell ter escolhido o público da Câmara de Comércio também se explica porque se tratava de dialogar com uma base social mais ampla dentro do empresariado: não se tratava de pregar para convertidos, e sim de ganhar corações e mentes dos gestores capitalistas, grandes, médios e mesmo dos pequenos, para uma ba-

talha na qual eles deveriam ser os protagonistas, sugerindo objetivos, métodos e teatros de operação.

Por essa época, já existiam alguns importantes centros e *think-tanks* que defendiam, em linhas gerais, propostas similares às que Powell abraçou, como o American Enterprise Institute, criado ainda em 1938, congregando conservadores como Charles Murray; ou o Intercollegiate Studies Institute, criado em 1953 para defender “governo limitado”, “liberdade individual”, “responsabilidade pessoal”, “império da lei”, “economia de livre mercado” e “valores tradicionais”, e que foi liderado pelo importante escritor conservador William Buckley Jr. Nos macarthistas anos 1950, o terreno americano foi bastante fértil para o florescimento do pensamento conservador e também do pensamento que viria a ser classificado como neoliberal. Estava presente neste pensamento a noção de que a mídia, as universidades, os governos e a opinião pública eram dominados pelo “*establishment liberal*” – e aqui é preciso entender que o sentido do termo “liberal” nos Estados Unidos remete à defesa de reformas sociais como o *New Deal*⁶. Nota-se também a fundação de revistas

⁴ Essas são as duas iniciativas destacadas pelo Wall Street Journal quando do afastamento de Lesher do cargo. “Richard Lesher to leave post at U.S. Chamber of Commerce.” *Wall Street Journal*, 25 de fevereiro de 1997. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/SB856820857999448000>>.

⁵ A Câmara já tinha uma experiência prévia nesse quesito. Em 1954, começou a patrocinar filmes, começando pela coprodução, junto com a DuPont, de um curta-metragem, em Technicolor, intitulado *It's everybody's business*, que chegou ao público já pela televisão.

⁶ No vocabulário político estadunidense, houve um deslocamento semântico importante dos termos *liberal* e *liberalismo* a partir do governo Franklin D. Roosevelt (1933-1945). Diferentemente do sentido atribuído a estes termos na Europa e aqui na América Latina, “liberal” nos Estados Unidos tem uma conotação social-democrata, com sabor de esquerda. Isso explica porque Powell, em diversos momentos do texto, chama de “ultra-liberais”, na verdade, aqueles que ele identifica como “ultra-esquerdistas”.

como a *Freeman* e a *National Review*, de Buckley Jr. e Frank S. Meyer, esta última um bastião que congregava diferentes matizes conservadoras (inclusive os autointitulados “libertarianos”)⁷.

Ainda em 1965, o jornalista conservador M. Staton Evans escreve *The liberal stablishment* – onde a paranoia sobre o suposto domínio das ideias de esquerda, tipicamente macarthista, foi fermentada pela sentida derrota do candidato Barry Goldwater, em 1964⁸. Também podemos encontrar, antes do memorando Powell, algumas iniciativas voltadas para a imprensa, como a *Accuracy in Media*, fundada em 1969, pelo anticomunista caricato Reed Irvine, para combater a “mídia liberal partidária”, e que contava com M. Staton Evans como quadro⁹.

Qual seria, então, a novidade do memorando Powell? Em primeiro lugar, a conjuntura que encontramos no início dos anos 1970. Se nos anos 1950 grande parte do que se escrevia sobre o alcance da esquerda era exagero ou retórica, agora de fato ele havia aumentado significativamente. A paranoia continuou existindo, mas agora mesmo os observadores mais sensatos estavam inclinados a ver um “ataque generalizado” ao sistema. Em segundo lugar, como veremos mais à frente, sua especificidade está ligada à

própria posição de Powell como experiente advogado corporativo e membro da Suprema Corte.

Mapeando os inimigos

Não eram apenas os anticomunistas histriônicos que viam no grande ascenso dos movimentos pelos direitos civis dos negros, do feminismo, do movimento gay nos anos 1960 uma ameaça ao sistema. De fato, o conjunto desses movimentos estremecia as bases racistas, machistas e moralistas do *establishment* americano. Segundo o teórico literário Fredric Jameson, os anos 1960 começam com a Revolução Cubana (1959), sob a influência da descolonização da África inglesa e francesa, e com os primeiros *sit-ins* organizados pelo movimento negro nos EUA. Começando, deste modo, um pouco antes de 1961, a década, segundo esta periodização, encerra-se com outra série de eventos que atingem seu ápice em 1973 (Jameson, 1992, pp.81-126).

Ainda que não tivessem necessariamente um caráter anticapitalista, grande parte desses movimentos enfrentava-se diretamente com as grandes empresas, a começar pelo movimento ambientalista, que tinha como alvo as maiores poluidoras. O forte

⁷ O chamado “fusionismo” procurava convergir, filosófica e politicamente, as ideias do mercado livre com os valores morais tradicionais num projeto bastante apoiado pelo capital industrial do meio-oeste e do Texas e representado na ala conservadora do Partido Republicano. Ver Poggi (2005, pp.177-179).

⁸ Segundo o ex-senador democrata Bill Bradley, diversos republicanos próximos a Goldwater, após a derrota deste nas eleições de 1964, aproximaram-se de Powell. A informação é de Schmitt (2005).

⁹ A entidade, bastante afeita à paranoia macarthista e a teorias da conspiração, ainda é atuante e fez alguns movimentos na campanha de Donald Trump. Ver <<http://www.aim.org/>>.

movimento contra a prolongada invasão no Vietnã também empunhava firmemente uma denúncia do complexo industrial-militar.

Mesmo o movimento de defesa dos direitos dos consumidores, do qual Ralph Nader (1934-) tornou-se o grande ícone, e que estava longe de ser anticapitalista, enfrentava-se diretamente com as corporações. É importante notar que estas, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, representavam o capital em sua forma mais concentrada e centralizada – tendo no setor de bens de consumo duráveis, com destaque para a indústria automobilística, seu carro-chefe.

Nader ficou conhecido nacionalmente quando escreveu e publicou o relatório *Unsafe at any speed: the design-in dangers of american automobile* (1965), em que demonstrava que a maior parte dos acidentes fatais no país era causado por falta de equipamentos básicos de segurança, como cintos de segurança – omissão que era feita deliberadamente, em nome da economia nos custos de produção. A imensa repercussão do relatório pressionou para a aprovação do *National Traffic and Motor Vehicle Safety Act* (1966), legislação que incentivou a criação de regulações similares em todo o mundo. Aqui está o primeiro dos inimigos que Powell mapeia em seu memorando.

A General Motors, um dos principais focos do relatório, jogou sujo

para desacreditar Nader, incluindo grampos telefônicos, disseminação de boatos na imprensa, e até um episódio bizarro em que contrataram prostitutas para tentar pegá-lo em situação constrangedora. James Roche (1906-2004), presidente da empresa entre 1967 e 1971, seria obrigado a pedir desculpas formais a Nader, e em 1968, no contexto das revoltas urbanas de Detroit e da campanha contra o *apartheid* na África do Sul, procuraria se apresentar como um dirigente corporativo comprometido com políticas “responsáveis” com relação à igualdade de direitos raciais e de gênero e políticas contra o *apartheid*¹⁰.

Central aqui é o fato de que essa onda mobilizatória acumulou força o suficiente para pressionar o Estado a fazer diversas concessões. O sociólogo David Vogel enxerga nos anos entre 1969 e 1972 uma onda de revezes políticos para o poder empresarial/corporativo, em particular ligados a regulações estatais, como regras ambientais e de proteção ao consumidor mais rígidas (Vogel, 1989). O aumento da pressão popular na década de 1960 arrancou a aprovação, por exemplo, do Freedom of Information Act (1966), do Consumer Product Safety Act (1969) e do Clean Water Act (1972).

Em janeiro de 1970, pressionado pelo movimento ambientalista, Nixon sanciona o National Environmental Policy Act e nomeia um conselho na Casa Branca para tratar da questão

¹⁰ “Former General Motors chairman James Roche dies”. *USA Today*, 06 de julho de 2004 (disponível em <http://usatoday30.usatoday.com/money/autos/2004-06-07-gm-roche_x.htm>).

ambiental. Meses depois, milhões comparecem ao Dia da Terra (*Earth Day*) e o governo cria a Agência de Proteção Ambiental (na sigla em inglês, EPA), que logo anuncia novos padrões sobre a poluição do ar. O Congresso aprova emendas na Lei Hartke-Burke, conhecida como “Lei do ar puro”, juntamente com novas regulações acerca de produtos químicos, como tintas à base de chumbo e pesticidas.

Em resposta, a NAM e a Câmara de Comércio montam uma larga operação envolvendo ações como o “ataque postal” ao Congresso, com 14.000 fábricas enviando milhares de cartas a congressistas contra sua aprovação (Muller & Barnet, 1974, pp. 50-51). Esse tipo de ação visava, obviamente, pressionar o Congresso, mas também, e isso não era secundário, construir um consenso entre os trabalhadores acerca da legislação regulatória, a qual, segundo o discurso das empresas, ameaçava seus empregos.

Não bastasse tudo isso, em junho de 1971, dois meses antes da redação do memorando, uma revelação chocante vinha da imprensa, vista por Powell como dominada pela esquerda. “A História do processo de decisão dos EUA sobre o Vietnã”, mais conhecida como *Pentagon Papers*, estampava a capa do *New York Times* e, em sequência, de todos os grandes jornais do mundo. Colocando em xeque a política externa americana desde os tempos de Eisenhower, os *Pentagon Papers* jogaram ainda mais combustível nas manifestações contra a guerra,

que desde 1967 colocavam milhares nas ruas em Washington e impulsionavam a deserção em massa. Àquela altura, mesmo grandes empresários começavam a se opor à continuação da ofensiva belicosa, nem que fosse apenas pela instabilidade interna que ela causava (Purdy, 2011, p. 250).

O sentimento de ameaça disseminava-se na classe capitalista. Em 1971, mesmo ano do documento de Powell, um grupo de administradores de alto nível, incluindo os presidentes de 38 importantes empresas globais, reunidos na Jamaica sob os auspícios da *Business International*, ouviram Atherton Bean, antigo presidente do conselho da *International Multifoods*, fazer uma sombria predição:

As empresas multinacionais despertarão mais atenção a cada ano, à medida que crescerem em importância mundial. Os ataques se tornarão mais fortes. Se não justificarmos nossa existência ante aqueles que podem influenciar e, talvez, controlar nossos destinos, no mínimo nos arrancarão pedaços a bala, se é que não nos liquidarão inteiramente (Muller & Barnet, 1974, p. 112).

É importante acrescentar que a própria crise econômica, que já dera seus primeiros indícios no final dos anos 1960 e teve seu auge na década de 1970, com recessão e estagflação, levou os capitalistas a pressionarem mais fortemente por “reformas” que

viabilizassem a recuperação de sua lucratividade, ao mesmo tempo em que se acirravam os conflitos intercapitalistas e também interimperialistas, principalmente entre os Estados Unidos, a Alemanha Ocidental e o Japão.

Não era casual que os nomes “americano” e “U.S.” estivessem desaparecendo das razões sociais de algumas prestigiosas firmas. A *American Metal Climax* tornou-se *Amax*; a *American Brake Shoe* tornou-se *Abex*; a *U.S. Rubber*, *Uniroyal*, entre muitos outros casos. “Porque içar a bandeira americana em escritórios em Paris ou Frankfurt quando os estudantes fazem demonstrações nas ruas contra a guerra no Vietnã? Ser ‘um bom cidadão empresarial em todos os países que operamos’”, dizia Donald Kendall, da Pepsi, constituiria uma estratégia muito mais sensata num momento em que diminuía visivelmente a capacidade do governo dos EUA de defender militarmente as crescentes operações externas de suas empresas (Muller & Barnett, 1974, p. 61).

As ocupações de universidades e escolas contra a guerra foram um dos principais métodos do movimento contra a guerra no Vietnã, e um pesadelo para as classes dominantes, tendo sido, por isso, atacadas com enorme violência em alguns lugares, como na universidade de Kent, onde, em 04 de maio de 1970, soldados da Guarda Nacional mataram quatro estudantes e feriram gravemente outros nove.

Powell via as universidades, em especial os cursos de ciências humanas, como celeiros de “esquerdistas” e

“liberais distraídos”, espaços que precisariam ser destruídos antes que destruíssem o “sistema de livre empresa” (como frequentemente é chamado o capitalismo por seus apologetas). E, por isso, o “contra-ataque” na “guerra de guerrilhas” que Powell recomendava envolveria projetos como a formação de quadros acadêmicos; a censura de manuais de economia, ciência política e sociologia; treinamentos específicos sobre política a serem dados nas Escolas de Negócios, e programas de ação voltados para o ensino secundário.

É interessante notar que a sugestão de que o antagonista da empresa global era movido por motivos ocultos faz parte do discurso empresarial do período. James Roche, durante a sua guerra com Nader, chegou a declarar à revista *Newsweek* que realmente havia “uma conspiração”, “por parte de certas pessoas”, para produzir “mudanças tão radicais que, praticamente, destruiriam a livre iniciativa como a conhecemos” (Muller & Barnett, 1974, p. 114). Também se percebe aqui outra “manobra” semântica bastante presente no discurso empresarial do período: classificar os interesses de trabalhadores, mulheres, negros, consumidores, etc. como “interesses especiais” e identificar os interesses empresariais com o “interesse público”, o “interesse geral” ou mesmo o “interesse nacional”.

Tratava-se de combater não apenas os militantes, mas os professores que eram respeitados como intelectuais, como Herbert Marcuse (1898-1979),

outro dos alvos centrais nesse “contra-ataque”, juntamente com o professor de direito de Yale Charles Reich. Este último era autor de um dos maiores *best-sellers* sobre a contracultura, *The Greening of America* (Reich, 1970), e também ativista do movimento LGBT. E o primeiro era não apenas um acadêmico marxista reconhecido no mundo todo, como também professor e orientador de diversas lideranças políticas, como a ativista Naomi Jaffe, que seria uma liderança do grupo *Wheater Underground*¹¹, e a própria Angela Davis, ícone do movimento negro e feminista, cuja carreira acadêmica universitária seria permanentemente boicotada pela direita¹².

Mapeando os aliados: referências intelectuais

Na batalha das ideias, Powell já tinha seus próprios mentores. Em seu memorando, mencionava, de alguma forma, pelo menos três importantes nomes: Milton Friedman (1912-2006), William Buckley Jr. (1925-2008) e Arthur A. Shenfield (1909-1990). O memorando cita diretamente um trecho do comentário de Friedman ao texto de Shenfield, escrito com base em uma palestra do último no Rockford College em 1970. A concorrência como pilar da sociedade, comum a Friedman, a Shenfield e a todo o pensa-

mento neoliberal (Dardot & Laval, 2016), aparece claramente no final do texto de Powell.

Milton Friedman, àquela altura já bem conhecido como economista da Universidade de Chicago, é certamente a mais conhecida das referências intelectuais de Powell presentes no memorando. Um dos participantes da reunião que fundou a Sociedade de Mont Pelerin em 1947, ao lado de nomes como Friedrich Von Hayek, Karl Popper e Ludwig Von Mises, em 1962 já tinha publicado seu livro mais famoso, *Capitalismo e Liberdade*. Desde os anos 1950, foi ativo colaborador de *think-tanks* neoliberais como a Foundation for Economic Education, o Institute of Economic Affairs e a Hoover Institution, e em 1964 trabalhou como assessor para assuntos econômicos do candidato republicano Barry Goldwater, assumindo-se como intelectual “engajado”.

Arthur A. Shenfield, o autor da palestra comentada por Friedman, era um dos líderes do “libertarianismo” na Inglaterra, tendo feito parte do grupo de “libertarianos” ingleses, que disputava politicamente dentro do Partido Liberal, e chegou a ser um dos candidatos do partido a um assento no Parlamento nas eleições gerais de 1945. Desde 1955, no entanto, ele já tinha se afastado do partido para se dedicar a suas atividades na *Federation*

¹¹ Grupo formado por membros da *Students for a Democratic Society* que enveredaram pela construção de um partido revolucionário clandestino e armado, tendo realizado diversas ações espetaculares em bancos e órgãos governamentais entre 1969 e 1973.

¹² Ver depoimento de Davis no documentário *Free Angela and all political prisoners*. Dir. Shaola Lynch, 2012.

of *British Industries*, uma das mais tradicionais entidades patronais da Grã-Bretanha¹³.

O texto de Shenfield elogiado por Friedman e citado por Powell, “A guerra ideológica contra a sociedade ocidental”, de 1970, é uma verdadeira pérola do anticomunismo “libertariano” (Shenfield, 1970)¹⁴. Segundo seu autor, a guerra ideológica então em curso seria diferente da velha guerra contra o comunismo, pois agora seus agentes seriam não apenas os inimigos declarados do capitalismo, mas indivíduos que, embora estivessem propondo a destruição da sociedade, não buscavam deliberadamente a alternativa comunista.

Shenfield afirmava que os mais poderosos e assíduos “grupos de interesse” eram não as grandes empresas, mas os “sindicatos” e os “grupos raciais minoritários”, e negava que a economia americana fosse dominada por um punhado de grandes grupos econômicos (Shenfield, 1970, p. 161). Ao mesmo tempo, dizia que as campanhas de denúncia da ditadura dos coronéis na Grécia, das ditaduras franquista e salazarista, da ditadura da

Rodésia e do *apartheid* da África do Sul existiam não por conta da crueldade desses regimes, mas pelo fato de eles fazerem parte da “sociedade ocidental”. O regime dos coronéis é entendido como uma reação do “tradicional autoritarismo” grego diante da “instabilidade da democracia” na Grécia, e o princípio do *apartheid* não seria “nem desonroso e nem, no sentido ruim, racista”, e só passaria a sê-lo se seus adeptos não reconhecessem que ele era “impraticável” (Shenfield, 1970, pp. 168-169)¹⁵.

Os “inimigos da sociedade ocidental” teriam prazer em explorar nos povos brancos europeus a “culpa do colonialismo”, e não reconheceriam que, em sua fase final, o colonialismo teria sido “benéfico para os povos colonizados”. Essa culpa pelo passado colonial impediria as sociedades ocidentais de verem que a delinquência e a pobreza não eram “problemas sociais” de uma “sociedade doente”, como a esquerda dizia, e sim, basicamente, uma questão de “responsabilidade individual”. Da mesma maneira, os países ricos não deveriam ser “responsabilizados” pela sorte econômica

¹³ Amigos e admiradores de F. Von Hayek, Shenfield e sua esposa Barbara, também escritora e ex-candidata do Partido Liberal, também foram membros da *Mont Pelerin*.

¹⁴ A revista que publicou o artigo, *Modern Age*, era uma publicação do já mencionado *Intercollegiate Studies Institute*.

¹⁵ Ainda sobre o regime sul-africano, Shenfield teceu afirmações como: “A limitação das franquias nas circunstâncias sul-africanas não somente não é errada; ela é positivamente desejável no interesse de todas as raças [...] Na África do Sul [o princípio do] “um homem, um voto” significaria desastre para todos. [...] A África do Sul oferece aos negros africanos o melhor padrão de vida, as melhores oportunidades educacionais, e com a Rodésia e Portugal a melhor segurança em todo o continente africano. A imagem da África do Sul como um inferno na terra para os não-brancos é ridiculamente fora de propósito [...] Um ótimo Judiciário e uma advocacia de primeira linha que tentam manter o império da lei no melhor estilo britânico [...] uma imprensa liberal e responsável de alta qualidade” (Shenfield, 1970, pp.168-169).

dos países pobres. Segundo Shenfield, o tão denunciado “imperialismo” era, na verdade, a “defesa legítima do capital investido fora do país” (Shenfield, 1970, p. 172).

Shenfield não é o único “libertariano” que Powell cita. Jeffrey St John, comumente chamado de conservador, mas autointitulado “libertariano”, é o autor do artigo “Memorando à GM: por que não contra-atacar?”, publicado no *Wall Street Journal* em maio de 1971. Ao longo dos anos 1960, St John narrou e escreveu diversos programas de rádio, e no início dos anos 1970 tornou-se comentarista na CBS com um programa diário chamado “Spectrum”¹⁶.

Outra referência digna de nota é William Buckley Jr., intelectual conservador atuante desde os anos 1950, que, compartilhando a ideia de que a sociedade americana estava em risco, defendeu o senador Joseph McCarthy mesmo após seu declínio político (Bianchi, 2015, pp. 253-254). Powell cita uma coluna de William Buckley Jr. no *Richmond News Leader*, um dos mais tradicionais jornais conservadores do Sul, para falar de outro William: o advogado ativista William Kunstler (1919-1995), outro de seus alvos prioritários.

Kunstler advogou para os Pantegras Negras, para o movimento indígena americano e para o grupo *Weather Underground*, entre outros. E aqui encontramos outra importante especificidade de nossa fonte: a experiência

de Powell como advogado corporativo, e o lugar que ele ocuparia no sistema de justiça americano.

Teatro de operações: batalhas judiciais

No relatório *Justice for Sale*, a ONG Alliance for Justice analisava em detalhe as estratégias adotadas pelas grandes empresas americanas para influenciar, pressionar e literalmente comprar decisões judiciais de alta importância. Em sua pesquisa sobre os *think-tanks* voltados para algum tipo de atuação sobre o Judiciário, as fundações legais e outros grupos de “doutrinação” neoliberal/neocon na área do Direito, como a Federalist Society, o relatório mostrava a ação organizada desses grupos dentro das universidades, das firmas de advocacia e das Cortes.

Ao rastrear o *boom* da criação de fundações legais no início dos anos 1970, o relatório também sugeria uma ligação direta entre o memorando de Powell e a recomendação pela Câmara de Comércio da Califórnia, estado então governado por Ronald Reagan, para a criação de uma organização não-lucrativa que defendesse, nas Cortes, as mudanças nas políticas públicas em áreas que afetavam os interesses privados (Alliance for Justice, 1993, p.11). Uma organização com este exato perfil foi criada em março de 1973, com o nome de Pacific Legal Foundation (PLF), e se destacaria por

¹⁶ Em 1966, tentou a carreira política no pequeno Partido Conservador, mas não se elegeu.

seu movimento pelos “direitos de propriedade” ambientais, e contra a regulação estatal nessa seara¹⁷. Em seu *site* na internet, a PLF se define como uma “organização legal de interesse público”, criada por um assessor de Ronald Reagan em seu mandato como governador, no qual se combateram as chamadas “organizações de interesses especiais” e se fomentaram as ditas “organizações de interesse público”.

A profusão de associações jurídicas *pro-business* vinha para se contrapor diretamente aos grupos de advogados ativistas reunidos em associações como a American Civil Liberties Union (ACLU) e a Law Center for Constitutional Rights (CCR), esta última diretamente citada no documento de Powell. Mas, fundamentalmente, vinha para lançar uma ofensiva judicial a favor do poder político do capital.

Como mencionamos anteriormente, uma das mais importantes iniciativas da própria Câmara de Comércio após o memorando foi a criação, em 1977, de sua própria entidade especializada em “combate legal”. As corporações da Câmara de Comércio investiriam milhões de dólares no National Chamber Litigation Center. Em um relatório daquele mesmo ano, a entidade instava a derrubada de leis

que limitavam o investimento político em eleições e referendos, com o argumento de que as corporações ajudam a “manter a liberdade do povo”, pensamento bastante condizente com o que dizia Powell quando afirmava que a liberdade individual estava em jogo quando a liberdade das empresas era atacada. Em 2012, a National Chamber Litigation Center celebrou os trinta anos de seu ativismo judicial em prol das corporações, creditando explicitamente ao memorando de Powell a criação da entidade – que todos os anos premia o “melhor advogado corporativo” com o “prêmio Lewis Powell”¹⁸.

No ano seguinte da criação do órgão, e sete anos após o memorando Powell, uma grande vitória para as corporações veio da Suprema Corte, com a derrubada de uma lei estadual de Massachussets no famoso caso *First National Bank vs. Bellotti*. A lei estadual que foi invalidada limitava a quantia que as empresas podiam investir em referendos populares sobre qualquer assunto público. Powell foi o relator do voto majoritário no caso, que foi desempatado por apenas um voto.

Esse julgamento remete a um longo histórico de ativismo corporativo no Judiciário, que remonta pelo menos ao século XIX, quando a 14^a

¹⁷ Além da Pacific Legal Foundation, seriam fundadas a *Mid-Atlantic Legal Foundation*; *Mid-American Legal Foundation*; *Washington Legal Foundation*; *National League Center for the Public Interest*, entre dezenas de outras com perfis e propósitos similares.

¹⁸ “Foi por causa desse memorando de 1971 que esta organização foi fundada para defender os interesses dos empresários americanos perante o Judiciário”, afirmava a nota de comemoração da Câmara. UNITED STATES CHAMBER OF COMMERCE. Chamber’s Litigation Center celebrates 30th anniversary. 2012. Disponível em <<https://www.uschamber.com/press-release/chambers-litigation-center-celebrates-30th-anniversary>>.

emenda à Constituição Americana, criada após a Guerra Civil (1861-1865) com o objetivo de proteger os recém-libertos da escravidão, foi utilizada pelas corporações para se tornarem “pessoas jurídicas” e impedir seus acionistas de responderem pessoalmente a qualquer processo judicial. Na emenda, estava escrito que nenhum Estado podia tirar de nenhum cidadão “a vida, a liberdade, ou a propriedade” sem estar amparado em um processo legal. Aproveitando-se dessa brecha, as corporações, inicialmente sociedades anônimas cujos acionistas poderiam ser pessoalmente processados, foram aos tribunais exigir o mesmo direito, que de fato seria sancionado pela Suprema Corte em 1886¹⁹. Não por acaso, o lema da *Pacific Legal Foundation* e de outras fundações legais similares é a “defesa da vida, da liberdade e da propriedade”.

Com a decisão de 1978, a teoria de que a “liberdade de expressão” das corporações estaria protegida pela Primeira Emenda embasou juridicamente uma avalanche de retrocessos legais em questões ambientais, de saúde pública e regulação financeira, e constituiu o precedente jurídico para a decisão do caso *Citizens United vs. FEC* em 2010, que mencionamos no início desta Introdução.

É interessante notar, por fim, que em sua atuação na Suprema Corte, Powell frequentemente se posicio-

nou favoravelmente às pautas das chamadas “minorias”, tendo sido, por exemplo, favorável ao aborto – com a justificativa de que o “corpo é uma propriedade”, e coerente com ela, contra a assistência por parte do sistema de saúde pública à mulher (e na verdade, contra a saúde pública de maneira geral). Na questão dos direitos civis para os negros, desde cedo ele se posicionou a favor desses direitos e mesmo de ações afirmativas – bem como Milton Friedman, que sempre se afirmava contra a segregação nas escolas, propondo, em contrapartida, a instituição do “cheque escola” (projeto que, em seu argumento, possibilitaria à família a “liberdade de escolha” no quesito escolar). Apenas dois casos fogem à regra: quando Powell votou a favor das leis anti-homossexuais da Geórgia e quando negou um pedido segundo o qual a pena de morte recaía basicamente sobre os negros. Anos mais tarde, ele diria que se arrependera dessas duas decisões.

Entretanto, em todos os casos que diziam respeito ao mercado e ao Estado capitalista, Powell era intransigente: tal foi a descoberta do ex-agente da CIA Frank Snepp quando, graças à atuação do ex-advogado corporativo, a Suprema Corte ratificou a decisão de um juiz que simplesmente o proibira de escrever qualquer coisa sobre a agência pelo resto de sua vida (Snepp, 1999). Em suma, o membro da Supre-

¹⁹ É bastante conhecida também a batalha de Roosevelt com o órgão, que em 1937 ameaçou a invalidação de um conjunto de leis do *New Deal*. Entre os anos 1950 e 1970, graças às nomeações feitas por Roosevelt, a Corte tomou um rumo mais progressista, principalmente na questão dos direitos civis dos negros, com a decisão que, em 1954, aboliu a segregação nas escolas.

ma Corte, longe de esquecer o que escreveu, portou-se de maneira condizente com as ideias presentes em seu memorando, e sua trajetória apenas pode ser apresentada como “moderada” pelo desconhecimento ou omissão deliberada da ideologia que norteou sua atuação jurídica²⁰.

Realinhamento na cúpula

Se as decisões judiciais *pro-business* que Powell influenciou são bastante nítidas, menos rastreável, embora perceptível, foi o seu efeito sobre os empresários de maneira mais ampla. Existem fortes indícios de que a circulação do memorando foi um considerável estímulo à ação política de classe entre os grandes empresários. De acordo com os jornalistas econômicos John Micklethwait (*Bloomberg*) e Adrian Wooldridge (*Economist*), o magnata da cerveja Joseph Coors, embora já contribuísse com a Analysis and Research Association, um dos embriões da Heritage Foundation, fundada em 1973, teria ficado “bastante impressionado” com o memorando de Powell (Micklethwait & Wooldridge, 2004)²¹. Também o jornalista John B. Judis (*The New Republic*; *The American Prospect*) dá crédito a Powell pelo convencimento de diversos empresários a serem politicamente mais ativos

(Judis, 2000). Alguns dos mais argutos intérpretes do capitalismo contemporâneo, como David Harvey, atribuíram importância ao memorando de Powell na reorganização da ação de classe burguesa e na construção de convencimento acerca do neoliberalismo (Harvey, 2008, pp. 63-64).

Gramscianamente, podemos dizer que Powell foi um intelectual orgânico que atuou no avanço da consciência econômico-corporativa e da solidariedade de interesses para uma consciência de classe propriamente política, fomentando aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil e chegando a operar no Estado em sentido estrito, dentro de numa instituição fundamental do mesmo.

Não chega a causar nenhum espanto para o leitor marxista o fato de que os capitalistas defendam seus interesses, ou que o Estado tenha um caráter de classe. E também é evidente que a avalanche neoliberal das últimas décadas não pode ser creditada a algum tipo de “talento” especial para organização da ação política das classes dominantes. Para explicá-la de maneira minimamente cuidadosa, é *mister* levar em conta numerosas questões, como a própria derrota de 1968, a desorganização do movimento operário, a reestruturação produtiva e sua deslocação geográfica, a preponderância

²⁰ Um exemplo claro desse tipo de apresentação laudatória, segundo a qual o juiz teria sabido “separar a ideologia da Constituição” pode ser encontrado em seu obituário no *Washington Post*: Biskupic, Joan & Barbash, Fred. “Retired Justice Lewis Powell dies at 90”. *Washington Post*, 26 de agosto de 1998. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-rv/national/longterm/supcourt/stories/powell082698.htm>>.

²¹ A Heritage Foundation, ligada ao Partido Republicano, é considerada uma das mais ricas e mais poderosas de todas as entidades conservadoras nos Estados Unidos.

do capital portador de juros e do capital fictício, entre tantos outros fatores. Entretanto, não é difícil encontrar evidências para sustentar a afirmação de Harvey segundo a qual “durante a década de 1970, o braço político do setor corporativo norte-americano promoveu uma das mais bem elaboradas campanhas de busca de poder na história recente” (Harvey, 2008, p. 63). O memorando Powell é uma pequena pista sobre esse movimento mais amplo de reorganização.

Já no início dos anos 1970, seminários de formação de “consciência de classe” capitalista, como aqueles oferecidos pelo *Hudson Institute*, do qual era membro Milton Friedman, começaram a sistematicamente organizar as fileiras empresariais. No mesmo ano do memorando do juiz Powell, era fundada a *Business Roundtable*, organização que surge para reunir apenas CEOs rigorosamente comprometidos com a busca ativa de poder político para as corporações. As corporações envolvidas na *Business Roundtable* equivaliam a cerca de metade do PIB dos EUA e despendiam perto de 900 milhões de dólares por ano em questões políticas²².

Mais ou menos no mesmo período, de princípios até meados da dé-

cada de 1970, foram fundadas ou revitalizadas diversas outras entidades, como a Cato, o Center for the Study of American Business, a Olin, o Smith Richardson, e a Scaife, que financiou a versão televisada do livro de Milton Friedman *Free to choose* [Livre para escolher]²³. De acordo com os dados de David Vogel, o número de corporações com escritórios de relações públicas em Washington aumentou de 100, em 1968, para mais de 500, em 1978; e de apenas 175 lobistas registrados em 1971, em 1982 havia 2.500. O número de *Political Action Committees* organizados por corporações foi de menos de 300, em 1976, a 1.200, em meados dos anos 1980 (Vogel, 1989, pp. 195-198)²⁴.

Em todas as áreas sugeridas por Powell como centrais, houve a criação de organizações para atuação. Nas universidades, por exemplo, além do fomento aos próprios quadros acadêmicos, seria criado, nos anos 1980, o *Accuracy in Academia*, que diz ter como objetivo lutar contra “o uso da sala de aula e/ou dos recursos da universidade para doutrinar os estudantes”, mas que, aparentemente, tem como finalidade básica infernizar a vida dos professores de esquerda²⁵.

Em associação com a NAM, que sintomaticamente mudou sua sede de

²² Fundada em 1972, a *Business Roundtable* dizia ter como objetivo “melhorar a cooperação e diminuir os antagonismos entre os *policy-makers* e a comunidade dos negócios, promover uma economia mais saudável nos EUA e reduzir a intrusão injustificada do governo em questões de negócios e melhor servir o interesse público”. Não há evidência de que tenha sido criada por influência do *memorandum*, embora este se refira à criação de uma entidade com este perfil.

²³ A bibliografia sobre o tema dos think-tanks neoliberais e neoconservadores é imensa. Duas referências importantes são: Krehely, House & Kernan, 2004; e Steadman Jones, 2012.

²⁴ Os *Political Action Committees* são o formato legal pelo qual são formados os grupos para arrecadar fundos e contribuir para campanhas de candidatos no período eleitoral.

²⁵ Ver a descrição completa dos objetivos no site: <<https://www.academia.org/about-aia/>>.

Nova York para Washington em 1972, a Câmara de Comércio pós-memorando reuniu um conjunto de recursos enorme para promover pesquisas e fazer *lobby* junto ao Congresso (Harvey, 2008, pp. 52-53). O financiamento empresarial dos dois grandes partidos americanos aumentou significativamente a partir desse período.

A reorganização da ação política de classe foi internacional, como evidencia a criação da Trilateral Commission, em 1973, reunindo grandes empresários, burocratas de Estado e políticos dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. Noam Chomsky compara o memorando Powell com o mais conhecido relatório da Comissão: *Crisis of Democracy*, elaborado por Samuel Huntington, Michel Crozier e Joji Watanuki em 1975 – outro importante documento do contra-ataque ideológico dos anos 1970 (Crozier, Huntington & Watanuki, 1975). Segundo Chomsky, ambos os documentos estariam em lados diferentes do mesmo espectro político, estando o segundo mais próximo do cosmopolitismo liberal (Chomsky, 2013).

Por fim, vale também destacar que a expansão das atividades desses

diversos aparelhos ultrapassou em muito as fronteiras americanas. No caso específico da Câmara de Comércio, não apenas com o estabelecimento de dezenas de AMCHAMs (American Chambers) ao redor do mundo, mas, por exemplo, com a fundação, em 1983, do Center for International Private Enterprise, com o alegado objetivo de “promover reformas democráticas e orientadas para o mercado em países em desenvolvimento”. O CIPE atua em dezenas de países pelo mundo, entre eles o Brasil, onde, nos anos 1990, desenvolveu junto ao Instituto Liberal do Rio de Janeiro diversas atividades com o propósito de influenciar o Congresso para as políticas pró-mercado²⁶.

Em suma, o memorando Powell fala sobre o papel da estratégia na luta de classes; sobre consciência e organização da ação política das classes dominantes; e sobre o pensamento que vem galopando enorme terreno social no mundo todo nas últimas décadas, embasando um conjunto de contrar-reformas que abolem direitos sociais e maximizam o poder do capital, retirando todo tipo de anteparo à voracidade de sua autovalorização.

Referências bibliográficas

ALLIANCE FOR JUSTICE. *Justice for Sale*. 1993. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/usa/wp-content/uploads/legacy/Global/usa/planet3/PDFs/Justice%20for%20Sale%201993.pdf>>.

²⁶ Conforme consta no relatório “Performance and Prospects for Legislative Advisory Programs in Latin America”, o IL contou com o auxílio material e organizacional do CIPE, por meio do programa de Assessoria Legislativa, de 1990 a 1993. Ver Casimiro, 2011. O relatório do CIPE está disponível em: <http://www.cipe.org/sites/default/files/publication-docs/laplac_evaluation.pdf>.

- BIANCHI, Alvaro. "Buckley Jr., Kirk e o renascimento do conservadorismo nos Estados Unidos." In: VELASCO E CRUZ, S., KAYSEL, A. & CODAS, G. (org.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.
- CASIMIRO, F. H. C. *A construção simbólica do neoliberalismo no Brasil: a ação pedagógica do Instituto Liberal (1983-1998)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João Del Rey, 2011.
- CHOMSKY, Noam. "The corporate assault on public education", *Alternet*, 8 de março de 2013. Disponível em <<http://www.alternet.org/education/chomsky-corporate-assault-public-education>>.
- CLEMENT, Jeffrey. *Corporations are not people*. Reclaiming democracy from big money and global corporations. San Francisco, CA: Berret-Koehler Publishers, 2014.
- COVINGTON, Sally. *Moving a public policy agenda: the strategic philanthropy of conservative foundations*. National Committee for Responsive Philanthropy, 1996.
- CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel P. & WATANUKI, Joji. *The crisis of democracy: report on the governability of democracies to the Trilateral Commission*. New York: New York University Press, 1975.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOMHOFF, G. William. *The higher circles*. Governing class in America. New York: Vintage Books, 1970.
- HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- JAMESON, Frederic. "Periodizando os anos 60." In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- JUDIS, John D. *The paradox of American democracy*. Elites, special interests and the betrayal of public trust. New York: Pantheon Books, 2000.
- KREHELY, J.; HOUSE, M. & KERNAN, E. *Axis of ideology: conservative foundations and public policy*. Washington D. C.: NCRP, 2004.
- MICKLETHWAIT, John & WOOLDRIDGE, Adrian. *The Right Nation*. Conservative Power in America. Penguin Books, 2004.
- MULLER, Ronald & BARNET, Richard. *Poder global*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1974.
- POGGI, Tatiana. *Faces do Extremo*. O neofascismo nos EUA (1970-2010). Curitiba: Prismas, 2015.
- PURDY, Sean. "O século americano" In: KARNAL, Leandro, et alli. *História dos Estados Unidos*. Das origens ao século XXI. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- REICH, Charles. *The Greening of America*. How the Youth Revolution is Trying to Make America Livable. New York: Random House, 1970.

SCHMITT, Mark. “The legend of the Powell Memo”, *The American Prospect*. 27 de abril de 2005. Disponível em: <<http://prospect.org/article/legend-powell-memo>>.

SHENFIELD, Arthur A. “The ideological war against western society”, *Modern age*, pp. 158-173, primavera de 1970.

SNEPP, Frank. *Irreparable harm: a firsthand account of how one agent took on the CIA in an epic battle over secrecy and free speech*. New York: Random House, 1999.

STEDMAN JONES, Daniel. *Masters of universe: Hayek, Friedman, and the birth of neoliberal politics*. New Jersey: Princeton University Press, 2012.

VOGEL, David. *Fluctuating fortunes: the political power of business in America*. New York: Basic Books, 1989.

Recebido em 23 de dezembro de 2016

Aprovado em 5 de janeiro de 2017.

Apresentação do Tradutor do *Memorando Powell*

A ascensão e a consolidação, no cenário político brasileiro e internacional, dos movimentos sociais defensores de uma sociedade individualista, hierarquizada por meio do acúmulo de propriedade privada, e com relações sociais mediadas pelas trocas mercantis – logo, pelo trabalho – têm despertado o interesse de diversos pesquisadores. A tradução e publicação do “Memorando Powell” procura ser uma pequena contribuição nesse esforço de pesquisa¹.

Datado de 23 de agosto de 1971 e enviado como documento confidencial para a Câmara de Comércio dos Estados Unidos (CCEU) por Lewis Powell, que no mesmo ano viria a ser juiz associado da suprema corte estadunidense, o memorando sugere diversas medidas para aplacar as críticas à sociedade capitalista, apontando as fontes de recursos necessárias para sua execução, constituindo, assim, indícios que ajudam a elucidar como foram formados os movimentos sociais de direita a partir dos anos de 1970. Chama a atenção, no documento, a amplitude das ações recomendadas por Powell em defesa do capitalismo, que vão desde intervenções em livros escolares até financiamento de programas de televisão e de rádio, passando pela disponibilidade de recursos para acadêmicos alinhados com a defesa do “sistema empresarial”.

O tamanho da ação, justifica o magistrado, deve-se à proliferação do pensamento de “esquerda” nos mais diversos espaços da vida econômica, política e cultural estadunidense – da universidade aos programas de TV –, nos quais o capitalismo é atacado de forma sucessiva e em várias frentes. Inclusive, segue o juiz, intelectuais liberais embarcaram nessas críticas, deixando poucos espaços para os defensores do capitalismo. Para reverter esse quadro, sugere, além das medidas de ordem prática, o compromisso dos capitalistas estadunidenses com o financiamento das ações propostas.

O memorando permaneceu confidencial por pouco tempo. Em 28 de setembro de 1972, o jornalista Jack Anderson divulgou partes do texto, procurando demonstrar a parcialidade de Powell, então juiz da suprema corte estadunidense, em favor das corporações desse país e, com isso, minar sua legitimidade². Embora o juiz não tenha sido destituído de seu cargo, a divulgação de partes do memorando fez como que a CCEU decidisse publicar o documento completo e distribuí-lo a quem o solicitasse.

¹ Agradeço a sugestão de leitura e de tradução do memorando ao professor Paulo Nakatani, que me apresentou esse documento no final do ano passado.

² Para essa informação: <<http://law2.wlu.edu/powellarchives/page.asp?pageid=1251>>

As mensagens que se seguiram à circulação do documento na CCEU atestam sua contribuição para a reorganização da direita e de seus movimentos sociais³, tornando-o, diante do enorme avanço dos movimentos sociais de direita, peça chave para que os movimentos sociais comprometidos com a emancipação humana figurem os meios políticos, econômicos e ideológicos para a contínua afirmação do capitalismo como único modo de organização da reprodução das condições materiais necessárias à vida social.

³ Sobre as mensagens seguintes à circulação do memorando na CCEU, consultar: <<http://law2.wlu.edu/deptimages/Powell%20Archives/PowellSpeechResearchAOFESMemo.pdf>>

Há também um conjunto de mensagens após a divulgação do memorando na imprensa: <<http://law2.wlu.edu/deptimages/Powell%20Archives/PowellSCSFChamberofCommerce.pdf>>

O Memorando Powell*

MEMORANDO CONFIDENCIAL: Ataque ao sistema americano de livre empresa¹.

DATA: 23 de Agosto de 1971.

PARA: Sr. Eugene B. Sydnor Jr., presidente do comitê de educação da Câmara de Comércio dos Estados Unidos.

DE: Lewis F. Powell Jr.

Esse memorando é submetido ao seu pedido como uma base para a discussão em 24 de agosto com o Sr. Booth (vice-presidente executivo) e outros na Câmara de Comércio dos Estados Unidos. O propósito é identificar o problema e sugerir possíveis caminhos de ação, para consideração posterior.

DIMENSÕES DO ATAQUE

Nenhuma pessoa atenta pode questionar que o sistema econômico americano está sob amplo ataque, que varia em escopo, em intensidade, na técnica empregada e no nível de visibilidade.

Sempre existiram aqueles que se opuseram ao sistema americano e preferiram o socialismo ou alguma forma de estatismo (comunismo ou fascismo). Também sempre existiram críticos do sistema, cuja crítica tem sido salutar e construtiva, desde que o objetivo fosse melhorar, em vez de subverter ou destruir o sistema.

Porém, o que agora nos preocupa é bastante novo na história da América. Nós não estamos lidando com ataques esporádicos ou isolados de relativamente poucos extremistas ou mesmo de um grupo minoritário de socialistas. Ao contrário, o violento ataque sobre o sistema empresarial está amplamente baseado e é perseguido consistentemente, ganhando impulso e convertidos.

FONTES DO ATAQUE

As fontes do ataque são variadas e difusas. Elas incluem, sem novidades, os comunistas, novos esquerdistas e outros revolucionários que gostariam de destruir o sistema político e econômico por inteiro. Esses extremistas da esquerda

* Também conhecido como o “Manifesto Powell”, esse memorando foi publicado pela primeira vez em 23 de Agosto de 1971. O presente documento foi traduzido do site *Reclaiming Democracy*. Todas as notas de rodapé foram acrescentadas pelo próprio Powell. Disponível em: <http://reclaimdemocracy.org/powell_memo_lewis/>, acessado em 22/07/2016.

Traduzido por Henrique Pereira Braga: Professor do Departamento de Economia da UFES.

¹ Nomeado de diversas maneiras: o “sistema de livre empresa”, “capitalismo” e o “sistema do lucro”. O sistema de democracia político americano sob a regra da lei também está sob ataque, às vezes pelos mesmos indivíduos e organizações que procuram solapar o sistema empresarial.

são muito mais numerosos, melhores financiados e crescentemente são mais bem-vindos e encorajados por outros elementos da sociedade do que nunca antes em nossa história. Mas eles permanecem uma pequena minoria e não são, ainda, a principal causa de preocupação.

As vozes mais inquietantes que se juntam ao coro da crítica vêm de elementos da sociedade perfeitamente respeitáveis: dos *campi* universitários, do púlpito, da mídia, das revistas intelectuais e literárias, das artes e ciências e dos políticos. Na maioria desses grupos, apenas as minorias participam do movimento contra o sistema. Embora esses sejam os mais bem articulados, francos e fecundos em seus escritos e discursos.

Mais ainda, grande parte da mídia – por motivos variados e em vários graus – voluntariamente concede publicidade, sem precedentes, para esses “críticos” [attackers], ou, ao menos, permite a eles explorarem a mídia para seus propósitos. Isso é especialmente verdadeiro sobre a televisão, que agora desempenha tão predominante papel em modelar o pensamento, a atitude e as emoções de nossa gente.

Um dos paradoxos desconcertantes de nosso tempo é a extensão em que o sistema empresarial tolera, se não participa em, sua própria destruição.

Os *campi* dos quais emanam muitas das críticas são apoiados pelos (i) impostos gerados largamente das empresas americanas e (ii) contribuições dos fundos de capital controlados ou gerados pelas empresas americanas. Os conselhos de administração de nossas universidades são esmagadoramente compostos de homens e mulheres que são líderes no sistema.

Grande parte da mídia, incluindo os sistemas nacionais de TV, é pertencente e, teoricamente, controlada pelas corporações que dependem dos lucros e do sistema empresarial para sobreviver.

TOM DO ATAQUE

Esse memorando não é o lugar para documentar em detalhe o tom, o caráter ou a intensidade do ataque. As citações a seguir serão suficientes para dar uma ideia geral:

William Kunstler, calorosamente bem recebido nos *campi* e listado em pesquisa recente junto aos estudantes como o “advogado americano mais admirado”, incita sua audiência assim: “Vocês devem aprender a lutar nas ruas, a rebelar-se e a atirar com armas. Nós aprenderemos a fazer todas as coisas que os detentores de propriedade temem”². Os novos esquerdistas, que crescentemente prestam atenção ao conselho de Kunstler, estão começando a agir – não apenas contra os postos de recrutamento militar e manufaturas de munição, mas também contra

² Richmond News Leader, 08/06/1970. Coluna de William F. Buckley Jr.

uma variedade de negócios: “Desde de fevereiro de 1970, agências (do Bank of America) foram atacadas 39 vezes, 22 vezes com dispositivos explosivos e 17 vezes com bombas de fogo ou incendiárias”³. Embora os porta-vozes do novo esquerdismo tenham sucesso em radicalizar milhares de jovens, a grande causa para preocupação é a hostilidade de liberais respeitáveis e reformadores sociais. É o somatório total de suas visões e influências que fatalmente poderia enfraquecer e destruir o sistema.

Uma arrepiante descrição do que está sendo ensinado na maioria de nossos *campi* foi escrita por Stewart Alsop: “Yale, semelhante a qualquer outra grande universidade, está formando numerosos jovens brilhantes que são praticantes da ‘política do desespero’. Esses moços desprezam o sistema político e econômico americano... [suas] mentes parecem estar completamente fechadas. Eles vivem não por meio de discussões racionais, mas sim por meio de slogans estúpidos.”⁴. Uma recente pesquisa com estudantes de doze *campi* representativos reportou que “quase metade dos estudantes eram a favor da socialização das indústrias de base americanas”⁵.

Um professor visitante da Inglaterra no Rockford College proferiu uma série de palestras intituladas “A guerra ideológica contra a sociedade ocidental”, na qual documentou a extensão em que membros da comunidade intelectual estão travando uma guerra ideológica contra o sistema empresarial e os valores da sociedade ocidental. Numa introdução de uma dessas palestras, o famoso Dr. Milton Friedman, de Chicago, alertou: “Está cristalino que os fundamentos de nossa sociedade livre estão sob vasto e poderoso ataque – não pelos comunistas ou por qualquer conspiração, mas sim por indivíduos mal orientados, papariando uns aos outros e servindo inconscientemente fins que eles nunca intencionalmente promoveriam.”⁶.

Talvez o antagonista mais eficaz da empresa americana seja Ralph Nader, que – graças largamente à mídia – tem sido uma lenda em nosso tempo e um ídolo de milhões de americanos. Um recente artigo na Fortune fala de Nader assim:

“A paixão que rege ele – e ele é um homem apaixonado – é destinada a esmagar completamente o alvo de seu ódio, que é o poder corporativo. Ele pensa, e diz sem rodeios, que uma grande quantidade de executivos corporativos deveria estar na prisão – por defraudarem os consumidores com propaganda ordinária, ofertarem comida envenenada por aditivos químicos e, intencionalmente, fabri-

³ N.Y. Times Service Article, reimpresso por Richmond Times-Dispatch, 17/05/1971.

⁴ Stewart Alsop, Yale e o Perigo Mortal, Newsweek, 18/05/1970.

⁵ Editorial, Richmond Times-Dispatch, 07/07/1971.

⁶ Dr. Milton Friedman, Prof. de Economia da Universidade de Chicago, escrevendo uma introdução para a palestra do Dr. Arthur A. Shenfield no Rockford College, intitulada “A guerra ideológica contra a sociedade ocidental”, direitos de propriedade de Rockford College, 1970.

carem produtos inseguros que mutilarão ou matarão o comprador. Ele enfatiza que não está considerando apenas aventureiros, mas sim a alta gerência das grandes empresas.”⁷.

Um ataque violento e frontal foi feito ao nosso governo, ao nosso sistema de justiça e ao sistema de livre empresa pelo professor de Yale, Charles Reich, em seu livro, amplamente conhecido, “The Greening of America”, publicado no último inverno.

As referências acima expostas ilustram o ataque massivo ao próprio sistema. Há incontáveis exemplos de ataques pontuais que solapam a confiança e confundem o público. Os alvos atuais preferidos são as propostas de incentivos fiscais, por meio de mudanças nas taxas de depreciação ou créditos de investimento. Esses são comumente descritos na mídia como “isenções fiscais”, “lacunas” ou “benefícios fiscais” para beneficiarem as empresas. Como observado pelo colunista do [Washington] Post, tal medida fiscal beneficiaria “apenas o rico, os detentores de grandes companhias”⁸.

É desanimador que muitos políticos utilizem o mesmo argumento, o de que medidas fiscais desse tipo beneficiam apenas as “empresas”, sem benefícios para o “pobre”. O fato de se tratar de demagogia política ou analfabetismo econômico é um ligeiro conforto. Estabelecer o “rico” contra o “pobre”, as empresas contra as pessoas, é o tipo de política mais baixa e mais perigosa.

A APATIA E A OMISSÃO DA EMPRESA

Qual tem sido a resposta da empresa para esse ataque violento e massivo sobre seu fundamento econômico, sobre sua filosofia, sobre seu direito de continuar a gerenciar seu próprio interesse e, acima de tudo, sobre sua integridade?

A dolorosa e triste verdade é que a empresa, incluindo o conselho de diretores e os executivos de alto escalão das grandes e pequenas corporações e as organizações empresariais em todos os níveis, quase sempre tem respondido – se não em todos os casos – com apaziguamento, inépcia e ignorando o problema. Há, claro, muitas exceções nessa abrangente generalização, mas o efeito final de tal resposta tem sido escassamente visível.

Com toda a justiça, deveria ser reconhecido que os homens de negócios não têm sido treinados ou preparados para conduzirem a guerra de guerrilha com aqueles que propagandeiam contra o sistema, procurando insidiosa e constantemente a sua sabotagem. O papel tradicional dos executivos das empresas

⁷ Fortune. 05/1970, p.145. Essa análise da influência de Nader feita pela Fortune inclui uma referência à visita de Nader a uma faculdade, a qual pagou 2.500,00 dólares por sua palestra “denunciando as grandes corporações americanas em linguagem venenosa... arrancando (vibrante e espontânea) salva de palmas” ao lhe ser perguntado quando pretendia concorrer para presidente.

⁸ The Washington Post, Coluna de William Raspberry, 28/06/1971.

tem sido de gerenciar, de produzir, de vender, de criar trabalho, de gerar lucro, de elevar o padrão de vida, de ser líder da comunidade, de servir em conselhos educacionais ou de caridade e, geralmente, de ser bom cidadão. Na verdade, eles exercem essa tarefa muito bem.

Mas eles têm demonstrado pouco estômago para se meterem a contestar seus críticos, bem como pouca habilidade no efetivo debate intelectual e filosófico.

Uma coluna recentemente publicada pelo Wall Street Journal intitulada “Memorando à GM: por que não contra-atacar?”⁹. Embora dirigida nominalmente à GM, o artigo era um alerta para todas as empresas americanas. Diz o colunista St. John:

“A General Motors, como em geral a empresa americana, está ‘claramente em apuros’ porque pensamentos banais vêm sendo substituídos por pensamentos contundentes que expõem seu ponto de vista.” Sr. St. John comenta, em seguida, a tendência dos líderes empresariais em concordarem com e apaziguarem os críticos. Ele cita as concessões que Nader ganha da administração e fala da “falaciosa visão que muitos homens de negócios tomam de seus críticos”. Ele realiza um paralelo com a tática errônea de muitos gestores universitários: “Gestores universitários aprenderam muito tarde que tal apaziguamento serve para destruir a liberdade de expressão, a liberdade acadêmica e a pesquisa genuína. Uma demanda radical no *campus*, concedida pelos diretores, apenas serviu de campo fértil para uma escalada de demandas que culminou com sua rendição definitiva.”

Alguém pode não concordar inteiramente com a análise do Sr. St. John. Porém, muitos observadores da cena americana concordaram que a essência de sua mensagem é contundente: empresa americana “claramente em apuros”; a resposta para uma gama de críticos não tem sido efetiva e tem incluído apaziguamento; chegou o tempo – na verdade, passou da hora – da sensatez, da engenhosidade e dos recursos da empresa americana serem dirigidos contra quem gostaria de sua destruição.

RESPONSABILIDADE DOS EXECUTIVOS DAS EMPRESAS

O que especificamente precisa ser feito? A primeira ação essencial – e pré-requisito para qualquer outra ação – é o homem de negócios confrontar esse problema como a responsabilidade primária do administrador da corporação.

A necessidade primordial é, para o homem de negócios, reconhecer que a questão principal pode ser sobrevivência – sobrevivência do que nós chamamos de sistema de livre empresa e tudo o que isso significa para a força e a prosperidade da América e a liberdade de nossa gente.

⁹ Jeffrey St. John, The Wall Street Journal, 21/05/1971.

Passou, há muito, o dia em que o chefe-executivo do escritório de uma grande corporação dava conta de sua responsabilidade por meio da manutenção de um crescimento satisfatório dos lucros, com o devido cuidado das responsabilidades públicas e sociais da corporação. Se é pela sobrevivência do nosso sistema, os administradores chefes deveriam estar igualmente preocupados com a proteção e preservação do próprio sistema. Isso envolve muito mais do que ampliar a ênfase sobre as “relações públicas” ou os “assuntos governamentais” – duas áreas em que as corporações têm, há muito tempo, investido somas substanciais.

Um primeiro passo significativo, a ser dado pelas corporações individuais, bem que poderia ser a designação de um vice-presidente executivo (junto com outros executivos importantes) cuja responsabilidade é contra-atacar o amplo grupo de ataque ao sistema empresarial. O departamento de relações-públicas poderia ser uma das fundações designadas para esse executivo, mas suas responsabilidades deveriam abranger alguns dos tipos de atividades referidas na sequência desse memorando. Seu orçamento e pessoal deveriam ser adequados para a tarefa.

O POSSÍVEL PAPEL DA CÂMARA DE COMÉRCIO

As atividades independentes e não-coordenadas das corporações individuais, embora importantes, não serão suficientes. [Fazem-se necessárias] Linhas fortes na organização, com cuidadoso planejamento e implementação de longo alcance, com consistência de ação por um período indefinido de anos, na escala de financiamento disponível apenas por meio de esforço conjunto e com a força política disponível apenas por meio de uma unidade de ação e organização nacional.

Mais ainda, existe uma considerável e compreensível relutância da parte de qualquer corporação em prosseguir muito longe no enfrentamento e fazer de si própria um alvo muito visível.

O papel da Câmara Nacional de Comércio é, portanto, vital. Outras organizações nacionais (especialmente aquelas de vários grupos industriais ou comerciais) deveriam somar esforços, mas nenhuma outra organização parece tão bem situada como a Câmara. Desfruta de uma posição estratégica, com uma boa reputação e uma ampla base de apoio. Também – e isso é um mérito incomensurável – há centenas de câmaras locais de comércio que podem desempenhar um papel vital de apoio.

Não é preciso dizer que, antes de embarcar em qualquer programa, a Câmara deveria estudar e analisar as possíveis linhas de direção de ações e de atividades, pesando os prováveis riscos quanto à efetividade e à viabilidade de cada uma. Considerações a respeito do custo, da garantia de apoio financeiro e outro

dos membros, da adequação do pessoal envolvido e de problemas similares requererão a mais ponderada consideração.

O CAMPUS

O ataque violento sobre o sistema empresarial não foi aumentado em poucos meses. Gradualmente evoluiu ao longo das últimas duas décadas, apenas perceptível em sua origem e beneficiando (sic) {no original} de um gradualismo que provocou pouca conscientização, muito menos qualquer reação real.

Embora origens, fontes e causas sejam complexas e inter-relacionadas, obviamente difíceis de identificar sem uma qualificação cuidadosa, existe razão para acreditar que o *campus* é a fonte mais dinâmica. As faculdades de ciências sociais usualmente incluem membros que não são simpáticos ao sistema empresarial. Eles podem variar de um Herbert Marcuse, docente marxista da Universidade da Califórnia, em San Diego, e convicto socialista, aos críticos liberais ambivalentes, que se satisfazem mais em condenar do que em elogiar. Tais docentes não precisam estar em maioria. Geralmente, são personalidades atrativas e magnéticas, são professores estimulantes e suas controvérsias atraem o segmento estudantil. Eles são prolíficos escritores e palestrantes, autores de muitos livros-textos e exercem enorme influência – muito maior do que em proporção ao seu número – sobre seus colegas e o mundo acadêmico.

Os docentes das ciências sociais (os cientistas políticos, economistas, sociólogos e muitos dos historiadores) tendem a ter orientação liberal, mesmo quando esquerdistas não estão presentes. Isso não é uma crítica *per se* [em si mesma], na medida em que o pensamento liberal é essencial para um ponto de vista equilibrado. A dificuldade é que “equilibrado” é ostensivamente ausente em muitos *campi*, com relativamente poucos membros sendo de posição conservadora ou moderada, e, mesmo os poucos, relativamente, são menos articulados e agressivos do que seus colegas cruzados.

Essa situação remonta há muitos anos e com um desequilíbrio gradualmente pior, tem tido um enorme impacto sobre milhões de jovens estudantes americanos. Num artigo na Barron's Weekly, procurando uma resposta para o porquê de tantas pessoas jovens estarem insatisfeitas, mesmo sendo revolucionárias, diz o seguinte: “Porque eles foram ensinados dessa maneira.”¹⁰. Ou, como notado pelo colunista Stewart Alsop, escrevendo sobre sua universidade de origem: “Yale, como toda grande universidade, é formadora de numerosos homens jovens e brilhantes... que desprezam o sistema político e econômico americano”.

¹⁰ Barron's National Business and Financial Weekly, “A quebra total da América, 5ª conferência anual de estudiosos socialistas”, 15/09/1969.

Como esses “homens jovens e brilhantes”, egressos das faculdades e universidades ao redor do país, procuram oportunidades para mudarem o sistema que têm sido ensinados a desacreditarem – se não, na verdade, “desprezarem” –, procuram emprego em centros de poder e influência reais no nosso país, notadamente: (i) com as novas mídias, especialmente a televisão; (ii) no governo, como “membros” e consultores de vários níveis; (iii) em cargos políticos elegíveis; (iv) como palestrantes e escritores; e (v) na docência, em vários níveis de educação.

Muitos entram no sistema empresarial – empresários ou profissionais liberais – e, para sua maior parte, rapidamente descobrem as falácias do que lhes foi ensinado. Mas aqueles que evitam o núcleo duro do sistema, geralmente permanecem em posições chaves de influência, nas quais moldam a opinião pública e a ação governamental. Em muitos casos, esses “intelectuais” terminam em agências regulatórias ou departamentos governamentais com grande autoridade sobre o sistema empresarial, no qual não acreditam.

Se a análise acima soa plausível, a tarefa prioritária da empresa – e das organizações, como a Câmara – é endereçada ao *campus*, origem dessa hostilidade. Poucas coisas são mais santificadas na vida americana do que a liberdade acadêmica. Seria fatal atacar isso como princípio. Mas se a liberdade acadêmica é para preservar as qualidades de “abertura”, “equidade” e “equilíbrio” – que são essenciais para sua significância intelectual –, há grande oportunidade para a ação construtiva. O cerne de tal ação deve ser restaurar as qualidades há pouco mencionadas das comunidades acadêmicas.

O QUE PODE SER FEITO SOBRE O CAMPUS?

A responsabilidade última pela integridade intelectual do *campus* deve permanecer sobre a administração e faculdades de nossas universidades. Mas as organizações, tais como a Câmara [de Comércio], podem auxiliar e ativar mudanças construtivas de muitas maneiras, incluindo as seguintes:

Corpo de Acadêmicos

A Câmara deveria considerar o estabelecimento de um corpo de acadêmicos altamente qualificados nas ciências sociais, que acreditem no sistema. Deveria incluir muitos de reputação nacional, cuja autoridade seria amplamente respeitada, mesmo quando se discorda deles.

Corpo de Palestrantes

Também deveria existir um corpo de palestrantes de altíssima competência, que poderia incluir acadêmicos, mas certamente aqueles que falariam pela Câmara teriam de articular com a produção dos acadêmicos.

Departamento de Palestrantes

Em complemento com o corpo exclusivo de palestrantes, a Câmara deveria ter um departamento de palestrantes que poderia incluir os defensores mais capazes e efetivos dos altos escalões das empresas americanas.

Avaliação de manuais

O corpo de acadêmicos (ou, preferencialmente, um plantel de acadêmicos independentes) deveria avaliar os livros-texto de ciências sociais, especialmente em economia, ciência política e sociologia. Esse deveria ser um programa contínuo.

O objetivo de tal avaliação deveria ser orientado para restaurar o equilíbrio essencial à genuína liberdade acadêmica. Isso incluiria garantir o justo e factual tratamento ao nosso sistema de governo e ao nosso sistema empresarial, suas conquistas, suas relações básicas com os direitos e liberdades individuais, sua comparação com os sistemas socialistas, fascistas e comunistas. Muitos dos livros-texto existentes possuem algum tipo de comparação, mas muitos são superficiais, enviesados e injustos.

Nós temos visto o movimento pelos direitos civis insistir em reescrever muitos dos livros-texto de nossas universidades e escolas. Assim como os sindicatos insistem que os livros-texto sejam justos com o ponto de vista do trabalho organizado. Outros grupos de cidadãos interessados não têm hesitado em revisar, analisar e criticar livros-texto e materiais de ensino. Numa sociedade democrática, esse pode ser um processo construtivo e deve ser resguardado como um auxílio para a genuína liberdade acadêmica e não como uma intromissão sobre ela.

Caso os autores, editoras e usuários de livros-texto souberem que serão submetidos – honesta, justa e minuciosamente – à revisão e à crítica por acadêmicos eminentes que acreditam no sistema americano, um retorno a um equilíbrio mais racional pode ser esperado.

Equilíbrio de Tempo no *Campus*

A Câmara deveria insistir sobre o equilíbrio de tempo no circuito de palestras nas faculdades. O FBI publica a cada ano uma lista de palestras realizadas nos *campi* das faculdades pelos, publicamente, assumidos comunistas. O número em 1970 excedia 100. Ocorreram, claro, muitas centenas de palestras de esquerdistas e ultraliberais que instam o tipo de ponto de vista indicado anteriormente nesse memorando. Não ocorreu representação correspondente da empresa americana ou, em verdade, de indivíduos ou organizações que apareciam em defesa do sistema americano de governo e empresa.

Todo *campus* tem seu grupo formal e informal que convida palestrantes. Cada escola de direito realiza a mesma coisa. Muitas universidades e faculdades oficialmente patrocinam palestras e séries de falas. Nós todos sabemos a inadequada representação da empresa nessas séries.

Será dito que poucos convites foram estendidos a palestrantes da Câmara¹¹. Sem dúvida, isso seria verdade, caso a Câmara agressivamente insistisse sobre o direito de ser ouvida – em verdade, insistisse sobre “equilíbrio de tempo”. Administradores de universidades e a grande maioria dos grupos de estudantes e comitês não gostariam de serem postos, publicamente, na posição de recusa de um fórum de visões diversas; na verdade, esta é a desculpa clássica para permitir a fala de comunistas.

Os dois ingredientes essenciais são (i) ter expositores atraentes, articulados e bem informados; e (ii) exercer pressão – pública ou privada – em qualquer grau pode ser necessário para assegurar oportunidades de fala. O objetivo sempre deve ser informar e esclarecer, não meramente a propaganda.

Equilíbrio do Corpo Docente

Talvez o problema mais fundamental seja o desequilíbrio do corpo docente. Corrigir isso é, na verdade, um projeto de longo alcance e difícil. Ainda assim, isso deve ser empreendido como uma parte do programa geral. Isso significaria o apelo, sobre os administradores da universidade e o corpo de conselheiros, da necessidade de equilibrar o corpo docente.

O método a ser empregado requer cuidadosa reflexão e os óbvios erros comuns devem ser evitados. Pressão imprópria seria contraprodutiva. Porém, os conceitos básicos de equilíbrio, equidade e verdade são difíceis de resistir, se apresentados apropriadamente ao corpo de conselheiros, por meio escrito ou oral e pelo apelo à associação e grupos de egressos [alumni].

Esse é um longo caminho, não adequado para covardes. Mas se perseguido com integridade e convicção, poderia conduzir ao fortalecimento tanto da liberdade acadêmica, quanto do *campus*, bem como dos valores que têm feito a América a mais produtiva de todas as sociedades.

Escola de Pós-Graduação em Negócios [Business Schools]

A Câmara deveria aproveitar uma boa relação particular com as crescentes e influentes escolas de pós-graduação em negócios. Muito do que tem sido sugerido acima se aplica a tais escolas.

Não deveria a Câmara também requisitar cursos específicos em tais escolas, abordando em sua integridade o corpo de problemas endereçados nesse memorando? Esse é agora o treinamento essencial para executivos do futuro.

A educação secundária

Embora a prioridade deva ser no nível da faculdade, as tendências mencionadas acima são crescentemente evidentes no colegial [ensino médio]. Programas

¹¹ Sobre a liberdade de discurso ter sido negada para todos os que expressam pontos de vista moderados ou conservadores em muitos *campi*.

de ação, adaptados ao colegial e similares àqueles mencionados, devem ser considerados. A implementação, por sua vez, poderia tornar-se um importante programa para as Câmaras de Comércio locais, embora o controle e a direção – especialmente o controle de qualidade – deva ser retido pela Câmara Nacional.

O QUE PODE SER FEITO SOBRE O PÚBLICO?

Alcançar o *campus* e a educação secundária é vital no longo prazo. Atingir o público em geral pode ser mais importante no curto prazo. O mais essencial é estabelecer o corpo de eminentes pesquisadores, escritores e palestrantes que elaborarão o pensamento, a análise, os escritos e as falas. Também será essencial ter um corpo de pessoas que são muito familiares com a mídia e em como ser efetivo na comunicação com o público. Entre os meios mais óbvios, estão os seguintes:

Televisão

A rede nacional de televisão deveria ser monitorada da mesma maneira que os livros-textos deveriam ser mantidos sob constante vigilância. Isso aplica-se não somente aos chamados programas educacionais (tais como “Selling of the Pentagon”), mas também às “análises das notícias” diárias que quase sempre incluem os mais traiçoeiros tipos de crítica ao sistema empresarial¹². Se essa crítica resulta de hostilidade ou ignorância econômica, o resultado é a gradual erosão da confiança nos “negócios” e na livre empresa.

Esse monitoramento, para ser efetivo, exigiria a constante análise dos textos de adequada amostra de programas. Reclamações – para a mídia e para a Comissão Federal de Comunicação – devem ser feitas pronta e energicamente quando programas são injustos ou imprecisos.

Tempo igual deveria ser demandado quando apropriado. Esforço deveria ser efetuado para ver quais os programas de debates (The Today Show, Meet the Press, etc.) proporcionam, ao menos, tanta oportunidade para os defensores do sistema americano participarem quanto proporcionam para aqueles que o atacam.

Outras mídias

O rádio e a mídia impressa também são importantes e todo meio disponível deveria ser empregado para desafiar e refutar ataques injustos, bem como apresentar ações afirmativas por meio dessas mídias.

¹² Estima-se que meia hora noturna dos programas das redes atinge diariamente cerca de 50 milhões de americanos.

As revistas acadêmicas

Esse meio é especialmente importante para os “acadêmicos universitários” da Câmara publicarem. Uma das chaves do sucesso dos professores universitários liberais e esquerdistas tem sido sua paixão por “publicações” e “palestras”. Uma paixão similar deve existir entre os acadêmicos da Câmara. Incentivos podem ser inventados para induzir mais “publicação” pelos acadêmicos independentes que acreditam no sistema.

Deveria existir um bom e sustentável fluxo de artigos acadêmicos por um amplo espectro de revistas e periódicos – abrangendo das revistas populares (Life, Look, Reader’s Digest, etc.) até as mais intelectuais (Atlantic, Harper’s, Saturday Review, New York, etc.)¹³, passando pelas várias revistas profissionais.

Livros, brochuras e panfletos

Os novos estandes – nos aeroportos, farmácias e onde mais houver – são preenchidos com brochuras e panfletos em favor de tudo, da revolução ao amor erótico livre. Uns acham quase nenhum atrativo em bem escritos panfletos e brochuras do “nosso lado”. Será difícil competir com um Eldridge Cleaver ou mesmo com um Charles Reich pela atenção dos leitores, mas a menos que o esforço seja feito – em uma escala grande o suficiente e com imaginação apropriada para assegurar algum sucesso –, essa oportunidade para educar o público será inevitavelmente perdida.

Anúncio pago

Empresas pagam centenas de milhões de dólares pela propaganda na mídia. Grande parte apoia produtos específicos, outra parte importante apoia a constituição da imagem institucional e alguma fração apoia o sistema. Porém, o último tem sido mais ou menos tangencial, raramente parte de um sustentado e importante esforço para informar e esclarecer os americanos.

Se as empresas americanas devotarem apenas 10% do total anual de seu orçamento para propaganda para esse propósito geral, seria um gasto similar ao de um estadista.

A ARENA POLÍTICA NEGLIGENCIADA

Em última análise, o desfecho – exceto revolução – é o que o governo faz. Empresas têm sido o bode expiatório favorito para muitos dos políticos por muitos anos. Mas a mensuração do quão longe isso tem ido é talvez melhor encontrada nas visões antiempresa que são expressadas por muitos dos principais candidatos para a presidência dos Estados Unidos.

¹³ Uma ilustração do tipo de artigo que não deveria ficar sem resposta apareceu no popular “The New York” de 19/07/1971. Esse era intitulado “Um Manifesto Populista” pelo ultraliberal Jack Newfield, que argumentou que “a necessidade fundamental em nosso país é ‘redistribuir riqueza’”.

Ainda é uma doutrina marxista que os países “capitalistas” sejam controlados pelas grandes empresas. Essa doutrina, sempre uma parte da propaganda esquerdista por todo o mundo, tem um amplo público de seguidores entre os americanos.

Ainda que, como todo o executivo de empresa saiba, poucos elementos na sociedade americana de hoje tenham tão pouca influência no governo como os empresários americanos, a corporação, ou mesmo os milhões de acionistas das corporações. Se alguém duvida disso, deixe-o encarregar-se do papel de “lobista” para o ponto de vista das empresas antes dos comitês do congresso [comissões parlamentares]. A mesma situação obtém nos corredores do legislativo de muitos estados e das grandes cidades. Alguém não exagera ao dizer que, em termos de influência política no que diz respeito ao curso do legislativo e ações do governo, os executivos das empresas americanas são os verdadeiros “homens esquecidos”.

Exemplos correntes da impotência das empresas e do quase desprezo com o qual as visões dos homens de negócios são sustentadas, são as debandadas dos políticos para apoiarem quase toda legislação relacionada com “consumismo” ou “meio ambiente”.

Políticos refletem o que eles acreditam que seja a maioria das visões de seus eleitores. Isso é tão evidente que muitos dos políticos estão fazendo o julgamento que o público tem pouca simpatia pelos homens de negócios ou seu ponto de vista.

O programa educacional sugerido acima seria desenhado para esclarecer o pensamento público – não tanto sobre os homens de negócios e seu papel individual, mas sim sobre o sistema que ele administra e que fornece os bens, os serviços e o emprego do qual nosso país depende.

Mas não se deveria postergar uma ação política mais direta, enquanto se espera pela mudança gradual na opinião pública a ser efetuada pela educação e informação. A empresa deve aprender a lição, há muito aprendida pelos trabalhadores e outros grupos de interesse. Essa lição é de que o poder político é necessário, que tal poder deve ser assiduamente cultivado, que, quando necessário, ele deve ser usado agressivamente e com determinação – sem o constrangimento e sem a relutância que tem sido tão característica da empresa americana.

Por mais desagradável que possa ser para a Câmara, ela deveria considerar assumir um amplo e mais vigoroso papel na arena política.

OPORTUNIDADES NEGLIGENCIADAS NO JUDICIÁRIO

A empresa americana e o sistema empresarial têm sido afetados tanto pelo judiciário, quanto pelo executivo e legislativo que perfazem o governo. Sob nosso sistema constitucional, especialmente com uma mente ativista na Suprema Corte, o judiciário pode ser o mais importante instrumento para a mudança social, econômica e política.

Outras organizações e grupos, reconhecendo isso, têm sido muito mais astutos em explorarem as ações judiciais do que a empresa americana. Talvez, os mais ativos exploradores do sistema judicial tenham sido grupos abrangentes em suas orientações políticas, de liberais até a extrema esquerda.

A União Americana pelas Liberdades Civis [American Civil Liberties Union] é um exemplo. Inicia causas ou intervêm em seus resultados a cada ano, e anexa resumos *amicus curiae* [jurisperito] na Suprema Corte em inúmeros casos em cada período de seu funcionamento. Sindicatos, grupos em favor dos direitos civis e, agora, as firmas de advocacia de direito público são extremamente ativas na arena judicial. Seu sucesso, muitas vezes à custa das empresas, não tem sido inconsequente.

Essa é uma vasta área de oportunidade para a Câmara, se desejar assumir o papel de porta-voz da empresa americana e se, em troca, a empresa desejar prover os fundos financeiros.

Como a respeito dos acadêmicos e palestrantes, a Câmara necessitaria de um corpo altamente competente de advogados. Em situações especiais, deveria ser autorizado engajar-se ou aparecer como advogado *amicus* [amigo] na Suprema Corte. Advogados de reputação e renome nacionais. Grande cuidado deve ser exercido em selecionar os casos em que participar ou convenientes a iniciar. Porém, a oportunidade merece o necessário esforço.

O PODER NEGLIGENCIADO DOS ACIONISTAS

O membro médio do público pensa a “empresa” como uma entidade corporativa impessoal, detida por alguém muito rico ou gerenciada por executivos muito bem remunerados. Há, em quase todos, a falha em apreciar que a “empresa” atualmente abraça – de uma maneira ou outra – muitos americanos. Aqueles para quem a empresa fornece emprego constituem uma classe óbvia. Porém, os vinte milhões de acionistas, muitos dos quais têm modestos recursos, são os reais proprietários, os reais empresários, os reais capitalistas sob nosso sistema. Eles fornecem o capital que abastece o sistema econômico, que tem produzido o mais elevado padrão de vida de toda a história. Contudo, os acionistas têm sido tão ineficazes quanto os executivos em promoverem um entendimento genuíno de nosso sistema ou exercerem influência política.

A questão que merece o mais completo exame é como o peso e a influência dos acionistas podem – 20 milhões de votos – ser mobilizados para apoiar (i) um programa educacional e (ii) um programa de ação política.

Corporações individuais estão, agora, obrigadas a fazerem numerosos relatórios para os acionistas. Essas oportunidades de comunicação podem ser usadas muito mais eficazmente como mídia educacional.

A própria corporação deve restringir sua tomada de ação política e deve,

claro, cumprir com as leis aplicáveis. Mas não é factível – por meio de um afiliado da Câmara ou não – estabelecer uma organização nacional de acionistas americanos e dotá-la de musculatura suficiente para ser influente?

UMA ATITUDE MAIS AGRESSIVA

Os interesses da empresa – especialmente da grande empresa e de suas organizações de comércio nacionais – têm tentado manter a discrição, especialmente com respeito à ação política.

Como sugerido no artigo do jornal Wall Street, tem sido uma característica geral da média dos executivos ser tolerante – ao menos em público – para com aqueles que atacam suas corporações e o sistema. Muitos poucos homens de negócios e organizações empresariais respondem à altura. Tem existido uma disposição em apaziguar, em considerar a oposição como disposta ao acordo, ou como provável esquecimento da contenda no seu devido tempo.

A empresa tem se esquivado dos confrontos políticos. A empresa, muito compreensivelmente, tem sido repelida pela multiplicidade de demandas “não negociáveis” feitas constantemente pelos grupos de interesse de todos os tipos.

Embora nem os responsáveis pelos interesses da empresa, nem a Câmara de Comércio dos Estados Unidos, envolvessem-se nas táticas irresponsáveis de certos grupos de pressão, é essencial que os porta-vozes do sistema empresarial – em todos os níveis e em todas as oportunidades – sejam muito mais agressivos do que no passado.

Não deveria haver recuo em atacar os Naders, os Marcuses e outros que, abertamente, procuram a destruição do sistema. Não deveria haver o menor recuo em pressionar, vigorosamente, em toda arena política, pelo apoio do sistema empresarial. Nem deveria haver relutância em penalizar politicamente aqueles que o opõem.

A esse respeito, lições podem ser aprendidas dos trabalhadores organizados. Os dirigentes da AFL-CIO podem não parecer para os homens de negócios como os cidadãos mais adoráveis ou de mentalidade pública. Porém, ao longo de muitos anos, os dirigentes das organizações nacionais de trabalhadores têm realizado, muito eficazmente, o que eles são pagos para fazerem. Podem não ter sido adorados, mas têm sido respeitados – nos lugares em que isso mais conta – pelos políticos, no *campus* e entre a mídia.

É o tempo para a empresa americana – que tem demonstrado grande capacidade, em toda a sua história, para produzir e influenciar as decisões dos consumidores – aplicar, vigorosamente, seu grande talento para preservação do próprio sistema.

O CUSTO

O tipo de programa descrito acima (que inclui uma combinação de uma ampla base de educação e ação política), caso conduzido em longo prazo e com pessoal adequado, requereria apoio financeiro muito mais generoso do que as corporações americanas têm destinado à Câmara até então. Elevado nível de participação no gerenciamento dos assuntos da Câmara também seria requerido.

O corpo de funcionários da Câmara teria de ser, significativamente, ampliado e, com a mais alta qualidade, estabelecido e mantido. Salários teriam de ser completamente equiparados aos níveis pagos para aqueles executivos importantes para as empresas e os mais prestigiados acadêmicos. Profissionais de grande habilidade em propaganda e em trabalho com a mídia, palestrantes, advogados e outros especialistas teriam de ser recrutados.

É possível que a organização da própria Câmara beneficiar-se-ia da reestruturação. Por exemplo, como sugerido pela experiência sindical, o gabinete do presidente da Câmara poderia ser um emprego de carreira, com dedicação exclusiva. Para assegurar máxima efetividade e continuidade, o chefe-executivo do gabinete da Câmara não deveria ser trocado todo o ano. As funções hoje largamente exercidas pelo presidente poderiam ser transferidas para o presidente do conselho, anualmente eleito pelos membros. O conselho, claro, continuaria a exercer o controle político.

CONTROLE DE QUALIDADE É ESSENCIAL

Ingrediente essencial de todo o programa deverá ser responsabilidade e “controle de qualidade”. As publicações, os artigos, as palestras, os programas de mídia, os anúncios, os autos escritos nos tribunais e as aparições perante os comitês legislativos, devem obedecer aos mais exatos, acurados e profissionais padrões de excelência. Devem merecer respeito pelo seu nível de responsabilidade pública e erudição, seja de quem concorde com os pontos de vista expressados ou não.

RELAÇÃO COM AS LIBERDADES

A ameaça ao sistema empresarial não é apenas de ordem econômica. É também uma ameaça à liberdade individual.

É essa grande verdade – hoje tão submersa pela retórica da Nova Esquerda e de muitos liberais – que deve ser reafirmada, para que esse programa seja significativo.

Parece haver pouca consciência de que a única alternativa à livre empresa são vários graus de regulação burocrática da liberdade individual – abrangendo desde aquelas sob o socialismo moderado até os grilhões das ditaduras da esquerda ou da direita.

Na América, já nos movemos, em verdade, muito longe para alguns aspectos do socialismo de Estado, como a necessidade e complexidade de uma vasta sociedade urbana requer tipos de regulação e controle que são quase desnecessários em épocas anteriores. Em algumas áreas, tais regulação e controle já prejudicaram seriamente a liberdade tanto das empresas, quanto do trabalho e, na verdade, do público em geral. Porém, muitas das liberdades essenciais permanecem: propriedade privada, lucro privado, sindicatos dos trabalhadores, negociação coletiva, escolha do consumidor e economia de mercado, em que a concorrência largamente determina os preços, a qualidade e a variedade dos bens e serviços fornecidos aos consumidores.

Somado ao ataque ideológico sobre o próprio sistema (discutido nesse memorando), sua essência também está ameaçada pela tributação desigual e, mais recentemente, pela inflação, que tem se mostrado incontrolável¹⁴. Mas, quaisquer que possam ser as causas da diminuição da liberdade econômica, a verdade é que liberdade, como conceito, é indivisível. Como a experiência dos Estados socialistas e totalitários demonstram, a contração e negação da liberdade econômica é seguida, inevitavelmente, pelas restrições governamentais sobre outros direitos fundamentais. É essa a mensagem, acima de todas as outras, que deve ser levada para casa pelo povo americano.

CONCLUSÃO

Não é preciso dizer que as visões expressas são tentativas ou sugestivas. O primeiro passo deveria ser um cuidadoso estudo. Porém, isso seria um exercício de futilidade, a menos que os conselhos de diretores da Câmara aceitem a premissa fundamental desse documento – a saber, que a empresa e o sistema empresarial estão em profunda dificuldade e passa da hora sua solução.

¹⁴ O recente congelamento de preços e salário pode ser bem justificado pela crise inflacionária em curso. Mas, se imposta como medida permanente, o sistema empresarial terá sustentado um golpe quase fatal.